

INTERAÇÕES SOCIAIS

Revista Eletrônica Interações Sociais - REIS

DOSSIÊ

TRANSTORNANDO O SISTEMA:

Possibilidades e desdobramentos de ocupação de pessoas trans em espaços públicos

v. 8|n. 1| Jan./Jun. 2024

ISSN 2594-7664





**UNIVERSIDADE FEDERAL
DO RIO GRANDE – FURG**

Reitora
SUZANE DA ROCHA VIEIRA GONÇALVES
Vice-Reitor
EDNEI GILBERTO PRIMEL
Chefe do Gabinete do Reitor
CAMILA ESTIMA DE OLIVEIRA SOUTO
Pró-Reitora de Extensão e Cultura
DEBORA MEDEIROS DO AMARAL
Pró-Reitora de Planejamento e Administração
ELENISE RIBES RICKES
Pró-Reitor de Infraestrutura
RAFAEL LIPINSKI PAES
Pró-Reitora de Graduação
SIMONE GROHS FREIRE
Pró-Reitor de Assuntos Estudantis
ANDRE LEMES DA SILVA
Pró-Reitor de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas
MARCIO LUIS SOARES DE BRITO
Pró-Reitora de Pesquisa e Pós-Graduação
DAIANE DIAS
Pró-Reitora de Inovação e Tecnologia da Informação
SILVIA SILVA DA COSTA BOTELHO

EDITORA DA FURG

Coordenadora
CLEUSA MARIA LUCAS DE OLIVEIRA

COMITÊ EDITORIAL

Presidente
DANIEL PORCIUNCULA PRADO
Titulares
ANDERSON ORESTES CAVALCANTE LOBATO
ANGELICA CONCEIÇÃO DIAS MIRANDA
CARLA AMORIM NEVES GONÇALVES
CLEUSA MARIA LUCAS DE OLIVEIRA
EDUARDO RESENDE SECCHI
ELIANA BADIALE FURLONG
LEANDRO BUGONI
LUIZ EDUARDO MAIA NERY
MARCIA CARVALHO RODRIGUES

Editora da FURG
Campus Carreiros
CEP 96203 900 – Rio Grande – RS – Brasil
editora@furg.br

REIS

Revista Eletrônica Interações Sociais – REIS

Editor:

César Beras

Assistentes de Edição:

Ana Paula D'Avila

Karol Lima

Corpo Editorial

Ana Paula D'Avila
Cassiane de Freitas Paixão
César Beras
César Augusto Costa
Cristiano Ruiz Engelke
Dirceu Benincá
Eliza Costa
Elizardo Scarpati Costa
José Luis Abalos Junior
Lara Roberta Rodrigues Faccioli
Maciel Cover
Ricardo Gonçalves Severo
Renato Della Vechia
Rodrigo Marques Leistner
Wellington Narde Navarro da Costa

Conselho Editorial

Alejandro Frigerio, Pontificia Universidad Católica da Argentina – UCA
Alex Pizzio, Universidade Federal do Tocantins – UFT
Breno Augusto Souto Maior Fontes, Universidade Federal de Pernambuco – UFPE
Carlos Alberto Máximo Pimenta, Universidade Federal de Itajubá – UNIFEI
Federico Traversa Tejero, Universidad de la República – UdelaR
Hermes Augusto Costa, Universidade de Coimbra – UC
Humberto José da Rocha, Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS
José Vicente Tavares dos Santos, Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS
Juliana Gonçalves Melo, Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN
Luis Inácio Germany Gaiger, Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS
Luis Lourenço, Universidade Federal da Bahia – UFBA
Luiz Antônio Bogo Chies, Universidade Católica de Pelotas – UCPel
Maira Baumgarten Corrêa, Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS
Manuel Angel Edeza, Universidad Autónoma de Occidente (UAdeO), México
Marcello Baquero, Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS
Marcus Vinicius Spolle, Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS
Paolo Totaro, Universidade Federal de Alagoas – UFAL
Pedro Robertt, Universidade Federal de Pelotas – UFPel
Rafael Bayce, Universidad de la República – UdelaR
Rochelle Felinni Fachinnetto, Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS

Integrante do PIDL



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE – FURG



INTERAÇÕES SOCIAIS



ISSN 2594-7664

REIS	Rio Grande	v. 8 n.1	1-197	Jan.-Jun.	2024
------	------------	------------	-------	-----------	------

Direitos reservados desta edição: Editora da FURG

2024

Diagramação da capa: Murilo Borges

Diagramação: João Balansin

Foto da capa: Daniel Arroyo - Ponte Jornalismo

Colaboração na produção visual: Tatiana Fraga

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Ficha catalográfica elaborada pela Bibliotecária Marcia Carvalho Rodrigues, CRB 10/1411

R454 Revista Interações Sociais [recurso eletrônico] : REIS / Instituto de Ciências Humanas e da Informação, Universidade Federal do Rio Grande. – Dados eletrônicos. – Vol. 8 n. 1 (Jan./Jun. 2024) – Rio Grande, RS: Ed. da FURG, 2024- .

Modo de acesso: <<http://www.seer.furg.br/reis>>
Semestral.

Editada pelos docentes da área de Sociologia da FURG.
Outro título: Revista Eletrônica de Ciências Sociais : REIS.
ISSN 2594-7664 (eletrônico)

1. Ciências sociais. 2. Sociologia. I. Universidade Federal do Rio Grande. Instituto de Ciências Humanas e da Informação.

CDU, 2ª ed.: 316

Índice para o catálogo sistemático:

1. Ciências sociais	316
2. Sociologia	316

Os textos publicados nesta Revista – no que se refere ao conteúdo, à correção ortográfica e linguística e ao estilo – são de inteira responsabilidade dos respectivos autores.

SUMÁRIO

DOSSIÊ TEMÁTICO

Transtornando o Cistema: possibilidades e desdobramentos de ocupação de pessoas trans em espaços públicos

Apresentação do dossiê: Transtornando o Cistema - possibilidades e desdobramentos de ocupação de pessoas trans em espaços públicos	7
<i>Gabrielle Weber e Letícia Carolina Pereira do Nascimento</i>	
Construindo Memórias de Outros Lugares: Heterotopia trans ou Travestitopia na ocupação TRANSmoras na Unicamp	15
<i>Antonia do Nascimento Moreira</i>	
Patriarcalismo, violência, religião e ocupação do espaço público pela comunidade LGBTQIA+: Da Casa à Rua	30
<i>Maria Clara Ramos Nery, Rodrigo Amarante, Berenice Falconi Baptista e Vitoria Vizzoto</i>	
Ocupar sem pertencer: refletindo sobre a experiência trans e travesti nos serviços da Atenção Primária à Saúde	57
<i>Gabriela dos Santos Melo Bomfim e Daniel de Souza Campos</i>	
Vozes Insurgentes: das experiências de gênero vividas por travestis e transexuais	72
<i>Samira de Moraes maia Vigano, Gabriela da Silva e Maria Hermínia Lage Fernandes Laffin</i>	
O direito de ser: A repressão da transgeneridade infantil como controle das infâncias	87
<i>Rivih Oliveira da Silva</i>	
Monstruosidade e educação: alguns rabiscos sobre a Pedagogia do Esquisito ou a Pedagogia das Aberrações	104
<i>T. Angel</i>	
Pela nomeação da transmasculinofobia: uma análise transfeminista	120
<i>Cello Latini Pfeil, Bruno Latini Pfeil e Cauê Assis de Moura</i>	

FLUXO CONTÍNUO

Ações Afirmativas por meio do Processo Seletivo Específico para Estudantes Indígenas na Universidade Federal do Rio Grande – FURG	139
<i>Jaqueline Tedesco (In memoriam) e Cassiane de Freitas Paixão</i>	

Escola crítica e política cultural no contexto das políticas curriculares brasileiras 155
Vinicius Batista da Silva

LOS REGÍMENES HÍBRIDOS Y LA CULTURA: CASOS MÉXICO Y BRASIL
(Actitudes, comportamientos e instituciones) 170
Manuel Ángel Rodríguez Edeza, Rodrigo Stumpf Gonzalez e Alma Mayrén Martínez Pérez

Apresentação do dossiê: Transtornando o Sistema - possibilidades e desdobramentos de ocupação de pessoas trans em espaços públicos

- Gabrielle Weber
- Letícia Carolina Pereira do Nascimento

As últimas décadas testemunharam uma série de conquistas históricas para a população trans. O *Gender Recognition Act* britânico de 2004 proporcionou a primeira lei de reconhecimento de gênero no mundo a não requerer a esterilização forçada,¹ abrindo um precedente legal para o estabelecimento em diversos países, incluindo o Brasil com o Provimento nº 73 de 2018 da Corregedoria Nacional de Justiça,² de uma legislação baseada na autodeterminação de gênero.

O conceito de autodeterminação nos coloca como protagonistas de nossas experiências subjetivas, retirando a autoridade que, na sociedade vigente, ainda está tutelada por instituições médicas, jurídicas, religiosas e estatais, que nos delimitam em uma condição subalterna, patológica, criminosa e imoral. Quando os corpos trans* assumem processos de produções discursivas sobre suas subjetividades, passam a rechaçar o pensamento colonizador e os processos de patologização. (NASCIMENTO, 2021, p. 107).

Concomitantemente, a discussão sobre a despatologização das identidades trans avançou, culminando em 2022 com a remoção da transgeneridade da lista de transtornos mentais no CID-11.^{3 4}

Diante disso, as pessoas trans começaram a ocupar com dignidade e legitimidade os mais diversos espaços públicos: da arena política às mídias de massa, das universidades às grandes corporações. No contexto brasileiro, a universalização do acesso ao nome social, fruto de uma reivindicação histórica do movimento travesti brasileiro perante a dificuldade de se alterar o registro civil, catalisou esse processo sobretudo no âmbito educacional com o aumento do ingresso de pessoas

¹ Fonte: The National Archives <<https://www.legislation.gov.uk/ukpga/2004/7/contents>>. Acesso em: 09/12/2024

² Fonte: Conselho Nacional de Justiça <<https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/2623>>. Acesso em: 09/12/2024.

³ Fonte: Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania <<https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2018/junho/organizacao-mundial-da-saude-retira-a-transexualidade-da-lista-de-doencas-e-disturbios-mentais>>. Acesso em 09/12/2024.

⁴ Fonte: Nações Unidas Brasil <<https://brasil.un.org/pt-br/83343-oms-retira-transexualidade-da-lista-de-doen%C3%A7as-mentais>>. Acesso em: 09/12/2024.

trans no ensino superior público a partir de 2010 (IAZZETTI, 2021). Apesar de o número relativo de solicitações de uso do nome social no ENEM ter aumentado cerca de 40% ao ano, no período de 2015 a 2022 (WEBER, 2024), apenas 0,93% do corpo discente de graduação nas instituições federais de ensino superior é trans com um intervalo de confiança de 99% de [0,91%; 0,95%]. Valor que é significativamente menor, $\chi^2(1, N = 1200302) = 5736,5$, $p < 10^{-15}$,⁵ do que a proporção de pessoas trans na população adulta brasileira, que corresponde a 1,86%, conforme estimativa feita por Giancarlo Spizzirri e colaboradoras (2022).

Não obstante, a chegada de pessoas trans no ensino superior, mesmo que, inicialmente apenas pelas brechas do *cistema*, acelerou a discussão em torno de políticas de ação afirmativa voltadas para a população trans. Movimento que, em um primeiro momento, propiciou a reserva de vagas para pessoas trans na pós-graduação, com a sua implementação em aproximadamente 2,7% dos cursos de pós-graduação em 2020 (WEBER, 2024). É apenas em 2018 que cotas de acesso à graduação para pessoas trans são criadas pela primeira vez na Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB). De lá para cá, pelo menos mais treze universidades federais as adotaram ou estão em processo de adoção.⁶ Já no âmbito das estaduais, o progresso tem sido bem mais vagaroso.⁷ Ademais, tramita na Câmara dos Deputados o Projeto de Lei 3109/23, apresentado pela deputada Erika Hilton que visa reservar 5% das vagas em cursos de graduação nas universidades federais e demais instituições federais de ensino superior para pessoas trans e travestis.⁸

É exatamente a partir do avanço dessa luta pelo reconhecimento, seja ele afetivo, jurídico, social ou cultural, que as tensões se acirram. O contraste com o conservadorismo de uma *sociedade* machista, patriarcal, racista e cis-heteronormativa como a brasileira, ainda severamente norteada por dogmas religiosos judaico-cristãos, que perpassam todas as estruturas de poder e legitimam as relações de dominação, desencadeia uma reação brutal retroalimentada por um nefasto discurso de ódio anti-trans (BASSI, LAFLEUR, 2022; WEBER, LOPES, CARRASCO, PUGLIESI, 2024). O

⁵ Valores estimados a partir dos dados da V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) Graduandos (as) das IFES – 2018. Disponível em <<http://www.andifes.org.br/v-pesquisa-nacional-de-perfil-socioeconomico-e-cultural-dos-as-graduandos-as-das-ifes-2018/>>. Acesso em: 09/12/2024.

⁶ Uma lista preliminar inclui: Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB), Universidade Federal da Bahia (UFBA), Universidade Federal do ABC (UFABC), Universidade Federal do Rio Grande (FURG), Universidade Federal de Lavras (UFLA), Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), Universidade Federal Fluminense (UFF), Universidade de Brasília (UnB), Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), Universidade de Rondônia (UNIR) e Universidade Federal do Sergipe (UFS), Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO).

⁷ Cotas trans foram adotadas na Universidade do Estado da Bahia (Uneb), Universidade de Feira de Santana (UEFS), Universidade do Estado do Amapá (UEAP), Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) e Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). Ressalta-se que a discussão na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) está bem avançada.

⁸ Fonte: Câmara Notícias: <<https://www.camara.leg.br/noticias/1096516-projeto-reserva-5-das-vagas-nas-universidades-federais-para-pessoas-trans/>>. Acesso: 09/12/2024.

resultado, sentimos na pele: do genocídio *cistemático* contra corpos trans, como denunciado pelo inglório título de país que mais assassina pessoas trans no mundo, conquistado pela décima sétima vez consecutiva em 2024,⁹ ao epistemicídio descarado de uma academia que se recusa a nos enxergar como capazes de produzir conhecimento (IAZZETTI, MASCARENHAS, 2024).

Portanto, mesmo que ainda incipiente, a nossa presença não tem passado despercebida. Ao desestabilizar o *cistema*, forçando uma mais que necessária reconfiguração, somos uma ameaça à sagrada hegemonia cis-heterossexual. Nessa perspectiva, este dossiê da Revista Eletrônica Interações Sociais apresenta um conjunto de artigos que dialogam com a Sociologia, a Antropologia e as Ciências Políticas para melhor compreender tais embates latentes, fomentados pela recente incursão de corpos transvestigêneres nos mais diversos espaços públicos. Destarte, convidamos todos à reflexão proporcionada pela leitura dessas produções.

No artigo de abertura deste dossiê, “Construindo Memórias de Outros Lugares: Heterotopia trans ou Travestitopia na ocupação TRANSmoras na Unicamp”, a comunicóloga Antonia do Nascimento Moreira narra a transição de dois ateliês localizados na Moradia Estudantil da Unicamp em um espaço de acolhimento e moradia para pessoas trans e, posteriormente, em um espaço de produção de cultura, compartilhamento de saberes e de criação de narrativas, o Ateliê TRANSmoras (ATM). A partir da noção foucaultiana de heterotopia, a autora reconhece no ATM a resignificação e a refuncionalização de um espaço onde se materializa a cultura trans e travesti, que, nas palavras da autora, constitui “uma ‘fábrica de travestis’, [...] um espaço de luta e geração de autonomia intelectual e financeira para as envolvidas”. É dessa encruzilhada da formalidade e elitização acadêmica com a marginalidade de corpos indesejáveis e, por isso, excluídos do *cistema*, que nasce o Núcleo de Consciência Trans (NCT), responsável pela mobilização por cotas de admissão para pessoas trans na graduação da Unicamp.

A seguir, o grupo de pesquisa “Danos Colaterais do Universal Heterossexual” liderado pela professora Maria Clara Ramos Nery contribui com uma análise das dinâmicas sociais e culturais que influenciam a ocupação do espaço público pela comunidade LGBTQIAP+. Em “Patriarcalismo, violência, religião e ocupação do espaço público pela comunidade LGBTQIA+: Da Casa à Rua”, Maria Clara, juntamente com Rodrigo Amarante, Berenice Falconi Baptista e Vitoria Vizzoto aliam a teoria do reconhecimento de Axel Honneth com a concepção de casa e rua de DaMatta para entender o papel de práticas de ocupação na contestação e reconfiguração de práticas e normas sócio-culturais moldadas por valores religiosos no contexto de uma sociedade conservadora que se recusa em

⁹ De acordo com levantamento anual feito pela organização sem fins lucrativos TGEU (Trans Europe and Central Asia) com a colaboração da Rede Trans Brasil. Disponível em: <<https://tgeu.org/will-the-cycle-of-violence-ever-end-tgeus-trans-murder-monitoring-project-crosses-5000-cases/>>. Acesso: 10/12/2024

valorizar as diferenças e singularidades. Assim, argumentam es autories, a Parada do Orgulho LGBTQIAP+ “vai para além de uma simples demonstração de visibilidade, de um simples ‘eu estou aqui’, mas envolve, um querer na ocupação do espaço da rua ser reconhecido em reciprocidade”.

Continuamos com a reflexão de Gabriela dos Santos Melo Bomfim e Daniel de Souza Campos sobre o acesso à saúde pela população trans. Em “Ocupar sem pertencer: refletindo sobre a experiência trans e travesti nos serviços da Atenção Primária à Saúde”, es autories partem da análise de três reportagens publicadas em veículos de comunicação para denunciar o estranhamento generalizado à presença de corpos trans, a discriminação e o desconhecimento de suas necessidades específicas como motivos para o seu distanciamento dos serviços de atenção primária à saúde. Mais do que isso, apontam que a falta de dados sobre a população trans contribui “não apenas para encobrir a lacuna de estratégias para promoção e prevenção para pessoas trans e travestis, mas também para seu apagamento enquanto sujeitos não reconhecidos em suas existências e necessidades de saúde.” O resultado é a paradoxal “patologização como barganha para concessão de direitos”, que reforça ainda mais a noção de que certos corpos não deveriam existir. Diante dessas violências, as redes de afeto e apoio construídas a partir da convivência e amizade com outras pessoas trans assumem um papel fundamental no processo de transição e autodefinição de gênero: da orientação sobre o uso de hormônios à propagação de informações sobre HIV, uso da PrEP e outros cuidados em saúde. Portanto, sugerem es autories, a reprodução dessa lógica nos serviços de saúde fornece uma possibilidade de potencializar a percepção de acolhimento.

O quarto texto deste dossiê origina-se de uma pesquisa de doutoramento em Educação, na qual as experiências vividas pelas autoras juntamente com as *escrevivenciadas* por quatro participantes possibilitam vislumbrar os significados que se expressam na vida cotidiana de pessoas trans e travestis conforme tentam sobre-viver. Em “Vozes Insurgentes: das experiências de gênero vividas por travestis e transexuais”, Samira de Moraes Maia Vigano, Gabriela da Silva e Maria Hermínia Lage Fernandes Laffin elaboram sobre os vínculos impostos pelas exclusões tipicamente experienciadas pelas pessoas trans nos mais diversos âmbitos: da família à escola, perpassando todas as relações sociais. Diante dos muitos trânsitos percorridos, “a prostituição se constitui como uma prática e estratégia de re-existências e tem um potencial pedagógico decolonial de saberes advindos de lugares marginalizados, subalternizados e inferiorizados.” Similarmente, elas também reconhecem a centralidade das redes de apoio que se constroem no universo LGBTQIAP+ para a construção de auto-imagens positivas. Nesse contexto, a “sociabilidade transvestigênera é forjada, na qual as sujeitas se acolhem e se reconhecem como pertencentes a um movimento transgressor de corporalidades, identidades e de saberes outros marginais.” Portanto, provocam as autoras, “seja nos Programas de Prostituição, seja nos Programas de Pós-Graduação, precisamos romper barreiras para



dialogar e decolonizar saberes ainda colonizadores sobre nossas vidas.”

Partindo da premissa de que, se cerca de 2% da população brasileira adulta é transgênero, então 2% da população brasileira um dia foram de crianças e adolescentes trans, Rivih Oliveira da Silva considera em “O DIREITO DE SER: A repressão da transgeneridade infantil como controle das infâncias” os reflexos que a repressão à transgeneridade infanto juvenil tem nas juventudes trans da Baixada Santista (SP). As crianças, coloca o autor, “nascem ‘inocentes’ e são ‘enquadradas’ em um crime que não cometeram. O crime em questão é o crime do gênero, que acomete todas as pessoas na sociedade cisnormativa”, de forma a garantir a reprodução do sistema capitalista. Empregando a análise das narrativas de vida de jovens trans da Baixada Santista, ele encontra como denominador comum: a perda do gênero, a relação conflituosa com a família e a escola e, por último, a patologização da transgeneridade. Quanto ao primeiro, esclarece o autor a partir das obras de Judith Butler, entendendo o gênero como uma categoria melancólica, sua perda sempre iminente em uma sociedade cis-heteronormativa é temida, pois representa não apenas a perda da identidade, mas da própria humanidade. Adicione-se o pânico moral que o neo-conservadorismo fascista vem disseminando sobre as infâncias trans, em nome de uma falaciosa defesa das crianças e da família, o autor nos convida a refletir sobre quais vivências da infância são possibilitadas frente a extrema fiscalização.

Entre cortes, recortes e suturas, a professora mostra e não-binária T. Angel nos convida para o meio de seu mestrado, ou como ela mesma prefere colocar, monstrado. “Monstruosidade e educação: alguns rabiscos sobre a Pedagogia do Esquisito ou a Pedagogia das Aberrações” borra as fronteiras entre um artigo e um ensaio visual, proporcionando um vislumbre do impacto que seu corpo monstruoso gerou (e continua a gerar) ao retornar para a educação institucional, trabalhando como professora da educação básica na escola em que estudara. Monstras, monstros e monstres são criaturas da limiaridade, crias das rupturas e do contexto de cada período. Mais do que um conjunto de marcadores sociais da diferença e intersecções que atravessam a carne e transgridem o limite do natural: sexualidades não-heteronormativas, gêneros *disCISdentes* e modificações corporais não-hegemônicas, “monstra é quem mostra algo, é quem sempre escapa e é quem sempre volta.” É no seio do desconforto, no entremeio da curiosidade, do medo, do nojo e do encantamento que nasce a pedagogia do esquisito, na tentativa de desvelar o potencial pedagógico e epistemológico da monstra que “aterroriza, gera repulsa mas [que] também atrai e desperta desejo.”

Fechamos o dossiê com uma importante provocação de Cello Latini Pfeil, Bruno Latini Pfeil e Cauê Assis de Moura sobre o apagamento e a invisibilização das transmasculinidades no movimento feminista e, mais especificamente, transfeminista. Partindo de uma perspectiva histórica do movimento transfeminista, em “Pela nomeação da transmasculinofobia: uma análise transfeminista”,



os autores problematizam o duplo não-lugar encontrado pelas pessoas transmasculinas no feminismo, argumentando sobre a necessidade de se alargar o sujeito do feminismo em prol de um transfeminismo mais plural que abarque e abrace as vivências transmasculinas e não-binárias em sua totalidade. Como forma de desnaturalização da pseudobijeção que entrelaça o feminismo ao feminino, eles propõem nomear as violências sofridas por pessoas transmasculinas, cunhando o termo transmasculinofobia.

Além dos artigos que compõem o dossiê “Transtornando o Cistema”, o presente número conta com 3 artigos de fluxo contínuo, todas excelentes contribuições para o fortalecimento do pensamento crítico. Em “Ações Afirmativas por meio do Processo Seletivo Específico para Estudantes Indígenas na Universidade Federal do Rio Grande – FURG” as autoras Jaqueline Tedesco (*in memoriam*) e Cassiane de Freitas Paixão, as autoras realizam uma análise sobre as formas de ingresso de comunidades indígenas nas universidades, em especial a FURG, a análise permite compreender a importância de processos seletivos específicos com reserva de vagas, e também salienta a necessidade das universidades pensarem as vivências indígenas nas aldeias.

Em seguida, Vinicius Batista da Silva, debate sobre o papel da educação na formação do homem contemporâneo, bem como sobre a função da escola e dos professores nesse processo, a partir da Pedagogia Crítica de Henry Giroux. A artigo intitula-se “Escola crítica e política cultural no contexto das políticas curriculares brasileiras” e destaca a importância de se transformar a escola em um espaço de resistência e criação coletiva de modo a construir um futuro mais justo, democrático e alinhado às demandas de uma sociedade inclusiva.

Fechando, temos a contribuição Manuel Ángel Rodríguez Edeza, Rodrigo Stumpf Gozález e Alma Mayrén Martínez Pérez, que no artigo “Regimes híbridos e cultura: os casos do México e do Brasil - (Atitudes, comportamentos e instituições)” traçam um paralelo entre a cultura mexicana e brasileira no que tange aos desafios de implementação de uma democracia consolidada e de qualidade, concluindo que tanto o México como o Brasil são regimes híbridos, uma vez que ficaram “presos” ou presos em uma posição intermediária entre um autoritarismo real e democracia verdadeira.

Os artigos que compõem esse dossiê, em grande parte escritos por pessoas trans, são testemunhos da potência do calidoscópico epistemológico transfeminista, rompendo com a percepção hegemônica da cisheterossexualidade, as vozes de pessoas trans, os saberes produzidos por/entre pessoas trans precisam ecoar para vencer o mar de ignorância que ainda impera limitando e ameaçando as existências trans. É importante ressaltar que o levante conservador que se reinventa para atacar a comunidade trans, é um contra ataque a partir do processo de erguimento de nossas



vozes. Devemos todes seguir, parafraseando a canção “atentes e fortes”,¹⁰ não há espaço para recuar, como nos lembra Jota Mombaça (2021), estamos nessa guerra convocada à nossa revelia, resistir para nós, não é opção, é um imperativo ético e político em defesa da vida humana em suas diferenças.

Referências

BASSI, Serena; LAFLEUR, Greta. Introduction: TERFs, Gender-Critical Movements, and Postfascist Feminisms. *TSQ: Transgender Studies Quarterly*, Volume 9, Number 3, August, 2022.

IAZZETTI, Brume D. Existe ‘universidade’ em pajubá?: Transições e interseccionalidades no acesso e permanência de pessoas trans*. Dissertação de Mestrado, Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2021.

IAZZETTI, B. D., MASCARENHAS, R. Do “Cisminário Queer” ao “Caso Miskolci”: traçando controvérsias. *Revista Anômalas* 4 (1), 7-23, 2024.

MOMBAÇA, Jota. Não vão nos matar agora. Rio de Janeiro: Cobogó, 2021.

NASCIMENTO, S. de S.. (2022). Epistemologias transfeministas negras: perspectivas e desafios para mulheridades múltiplas. *Estudos Históricos* (Rio de Janeiro), 35(77), 548–573. <https://doi.org/10.1590/S2178-149420220311>

SPIZZIRI, Giancarlo et al. Proportion of people identified as transgender and non-binary gender in Brazil. *Scientific Reports*, 11, 2021. Disponível em: <<https://www.nature.com/articles/s41598-021-81411-4>>. Acesso em: 09/12/2024.

WEBER, Gabrielle; LOPES, Rafaela Ribas; CARRASCO, Jacira; PUGLIESI, Lupe Lima. A Ameaça Trans: Uma análise dos espantalhos argumentativos que avançam sobre as casas legislativas. *Revista Brasileira Estudos da Homocultura*, v.7, e16040, 2024. Recuperado de <https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/rebeh/article/view/16040>

WEBER, Gabrielle. Transpectivas Universitárias: desafios para a inclusão de pessoas trans no ensino superior. In: Farah, Paulo Daniel (Org.). *Políticas de ações afirmativas: perspectivas, desafios e potencialidades*. Embu das Artes, SP: Alexa Cultural; Manaus, AM: Edua, 2024. Disponível em: <https://ppghdl.fflch.usp.br/sites/ppghdl.fflch.usp.br/files/inline-files/Livro_Políticas_de_Acoes_Afirmativas_Perspectivas_Desafios_e_Potencialidades.pdf>

¹⁰ Canção Divino Maravilhoso eternizada na voz de Gal Costa e composta por Gilberto Gil e Caetano Veloso.

Gabrielle Weber

É professora e pesquisadora da Escola de Engenharia de Lorena da Universidade de São Paulo. É doutora em Física pela Universidade de São Paulo. Coordenadora do grupo de pesquisa Corpos Trans e do projeto de divulgação científica diversa Mamutes na Ciência. – gabrielleweber@usp.br
Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-6173-8859>

Letícia Carolina Pereira do Nascimento

É professora e pesquisadora do Departamento de Educação da Universidade Federal do Piauí. É doutora em Educação pela Universidade Federal do Piauí. – lecarolpereira@gmail.com
Orcid: <https://orcid.org/0000000321597179>

Construindo Memórias de Outros Lugares: Heterotopia trans ou Travestitopia na ocupação TRANSmoras na Unicamp

• Antonia do Nascimento Moreira

RESUMO

O artigo aborda desdobramentos de ocupações artísticas trans, focando no Ateliê TRANSmoras (ATM). O objetivo é explorar como esse espaço, criado por artistas trans, funciona como uma heterotopia, desafiando normas de gênero e criando formas de existência e produção cultural. O ATM surgiu em 2013 na Moradia Estudantil da Unicamp, inicialmente como uma ocupação popular, funcionando como espaço de acolhimento e moradia para pessoas trans e marginalizadas. Com o tempo, transformou-se em um coletivo artístico, promovendo a produção cultural e a geração de renda para suas integrantes. O artigo utiliza a teoria das heterotopias de Michel Foucault e faz uma síntese da história do Movimento de Travestis e Transexuais, traçando paralelos com a própria história do ATM. O coletivo enfrentou desafios institucionais, especialmente durante a pandemia, mas conseguiu estabelecer um diálogo com a Unicamp, promovendo contranarrativas e ganhando reconhecimento pelo impacto de seu trabalho. Hoje, o ATM colabora com a universidade em projetos de direitos humanos, pesquisa, extensão e permanência para pessoas trans.

Palavras-chave

Ocupações trans; Heterotopias; Transmutação têxtil; Inclusão universitária.

BUILDING MEMORIES OF OTHER THINGS: TRANS HETEROTOPIA OR TRAVESTITOPIA IN TRANSMORAS OCCUPATION AT UNICAMP

ABSTRACT

This article addresses the consequences of trans artistic occupations, focusing on the Ateliê TRANSmoras (ATM). The aim is to explore how this space, created by trans artists, functions as a heterotopia, challenging gender norms and creating new forms of existence and cultural production. ATM emerged in 2013 at the Unicamp Student Housing, initially as a popular occupation, serving as a shelter and residence for trans and marginalized people. Over time, it transformed into an artistic collective, promoting cultural production and income generation for its members. The article uses Michel Foucault's theory of heterotopias and summarizes the history of the Travesti and Transsexual Movement, drawing parallels with the history of the ATM itself. The collective faced institutional challenges, especially during the pandemic, but managed to establish a dialogue with Unicamp, promoting counter-narratives and gaining recognition for the impact of its work. Today, ATM collaborates with the university on human rights projects, research, extension, and permanence for trans people.

Keywords

Trans occupations; Heterotopias; Textile transmutation; University inclusion

Introdução

O Ateliê TRANSmoras é certamente muitas coisas, e para falar dele quase sempre se prefere começar com sua história de nascimento como uma ocupação no ano de 2013. Exatamente em uma sala de estudos na Moradia Estudantil da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). À época, Vicenta Perrotta, estilista trans, ativista e intelectual, nascida em Campinas, recebeu a chave de Rafael Cavallieri, artista formado pela Unicamp, que junto de Vicenta e outros artistas, realizavam uma reativação dos dois Ateliês que se encontram frente a frente, em prédios diferentes, entre os blocos G-H da moradia dessa universidade de ponta do interior paulista. Com o tempo, o Ateliê da Moras ocupado por Vicenta transicionou, como reza a lenda do nome do ateliê, e assim transformou-se em Ateliê TRANSmoras (ATM, para os íntimos, e para fins de abreviação neste trabalho), com o TRANS em maiúsculo, como se para gritar e reafirmar o caráter transgressor daquela atitude.

O trabalho inicial no ateliê liderado por Vicenta tomou outros contornos, independentes em relação a reativação iniciada por Rafael e outros alunos. Dali em diante, o espaço se tornou uma ocupação, surfando em uma convivência institucional tática de anos complexos na universidade pública, entre a queda da única presidenta do país e a entrada de políticas neoliberais extremas. As universidades foram amplamente atacadas, e nesse momento de crise, outras formas de agrupamento surgiram no âmbito acadêmico e, no caso do ATM, num compromisso real com o alcance externo e a integração da universidade com pessoas de fora de seus muros. Vicenta e a maioria das principais integrantes desse coletivo nunca foram alunas da Unicamp. À princípio, o espaço foi um ponto de costura de Vicenta e sua moda, e posteriormente, recebeu pessoas para moradia, tendo uma ou duas residentes fixas por aproximadamente 10 anos. Foi ponto de acolhimento temporário para dezenas de manas, artistas, putas trabalhadoras, estudantes, fodidas e mal pagas, expulsas de casa ou só na fissura de sair de seus ciclos doentios da capital, logo ali no interior, num espaço de não mais de 45 metros quadrados, com uma bela varanda e vista para um terreno enorme e verde, com árvores e casas ao fundo.

Depois de alguns anos atuando como estilista, e tendo produções comercializadas em feiras como a Mercado Mundo Mix, Vicenta inaugurou em 2017 a fase ‘coletivo’ do ATM, enfatizando seu aspecto ligado à moda e às artes. Uma grande influência nesse momento foi a chegada de Rafaela Kennedy, fotógrafa, amazônida de Manaus, que há pouco havia migrado para o interior paulista, e parara ali, em Campinas. Rafaela foi atuante no registro visual da luta por cotas raciais na Unicamp (KENNEDY; RIBEIRO, 2022), iniciando uma ligação do ATM com movimentos por políticas universitárias afirmativas, à exemplo da influência na criação do Núcleo de Consciência Trans (NCT), anos mais tarde em 2022, coletivo que mobiliza pelas cotas de admissão para pessoas trans na graduação.

Nesse coletivo ATM, as pessoas se encontravam com o propósito de ressignificar as normas vigentes, transgredir padrões de gênero e, de quebra, vender algumas oficinas de costura e rodas de conversa nas unidades do Sesc São Paulo em troca de uma centena de reais. Naquele contexto, a Teoria Queer era emergente, e esses conhecimentos oxigenavam a pauta ativista e artística próxima da academia da época. Esse momento foi a semente do ATM como uma “fábrica de travestis”, como costume dizer, e como um espaço de luta e geração de autonomia intelectual e financeira para as envolvidas. A primeira por posicionar o lugar não só como um espaço de acolhimento temporário, mas de produção de cultura, compartilhamento de saberes e criação de narrativas. Isso por si só já é bastante poderoso para processos identitários emergentes, como a autoidentificação enquanto uma pessoa não-binária, trans ou intersexo. A segunda, pois transformando as capacidades técnicas (em costura) e intelectuais (estudos da sexualidade e de gênero) em produtos para o capitalismo, era possível começar a sonhar em viver do que se fazia.

Eu entrei no ATM nessa fase coletivo, em meados de 2018, logo após a conclusão do meu curso em Publicidade e Propaganda na Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-Campinas), instituição privada, católica e confessional, que por meio de uma bolsa de estudos federal me permitiu adentrar suas premissas como aluna, sem nunca me deixar esquecer das minhas origens pobres e me fazendo reconhecer, por seu racismo tão declarado, em minha negritude. Após a conclusão do curso, me engajei em ter experiências profissionais, uma vez que a indústria de comunicação me excluía. Foi aí que entrou o ATM na minha vida, combinando uma necessidade profissional e pessoal, ao passo que me desenvolvi enquanto publicitária/comunicóloga, criando posicionamento, discurso e estratégias para o coletivo criar e alcançar mais pessoas, e como travesti, pois com elas foi como me olhar no espelho e realmente me ver pela primeira vez. Ali, eu pude nomear desconfortos que eu sabia que existiam, mas não podia expressá-los pela linguagem. Já na faculdade eu experimentava, quando podia, escapar ao gênero masculino, seja por saias, perucas ou sutiãs, sobretudo em momentos festivos, como festas, eventos ou no carnaval. Mas foi somente quando conheci o ATM que possibilitei transformar meu corpo, meu nome e tudo a minha volta. Começava ali, já no primeiro dia que as conheci, meu processo de transição – que nunca acabou, e provavelmente nunca acabará. Da mesma forma, diversas outras pessoas que passavam por aquele espaço também começavam a ter linguagem e referências para se nomear e reconhecer, embora nem todas – a minoria na verdade – ficava para colaborar com a construção a longo-prazo do coletivo, assim como eu fiz.

Esse espaço pode ser entendido de diversas formas, mas em todas elas precisa ficar claro o caráter único de se criar uma ocupação no seio de uma universidade pública, com pessoas não universitárias, produzindo conhecimentos marginais, precários, da rua, logo ali no centro do



conhecimento acadêmico-científico tradicional. Conhecimento este muito próximo da minha própria vida, e por isso este artigo é escrito em primeira pessoa, pois não posso manter uma falsa pretensão de neutralidade quando este tema e os assuntos a ele correlacionados estão intrinsecamente ligados a mim. Sendo assim, estou implicada como ativista/pessoa e agora como pesquisadora, construindo um conhecimento situado (HARAWAY, 1992, p. 22), onde não tenho medo da minha aproximação com uma experiência singular como esta. O conhecimento produzido no ATM vai muito além de processos identitários, embora estes sejam importantes. São práticas artísticas que nascem da moda, a raiz do trabalho de Vicenta, que questionam as formas de estar no mundo, produzindo e consumindo. O trabalho de Vicenta começou com joias a base de frutos e sementes secas.

Não somos as mesmas pessoas, e os retalhos me proporcionaram perceber como são construídas as corpas e suas subjetividades, observando que não somos seres homogêneos como o capitalismo nos coloca, e, sim, indivíduos formados por partes, elementos diferentes. Na busca de construção de minha identidade enquanto artista independente, e nessa busca de trabalho que não seja genocida, do indivíduo e do coletivo, tive contato com comunidades e coletivos de pessoas ditas corpos dissidentes que me acolheram e me proporcionaram uma outra visão, a de que existem outras possibilidades de vida e existência. (Vicenta Perrotta em entrevista a Jurandy Valença, 2021).

Posteriormente, a artista desenvolveu *upcycling*, que é o ato de pegar materiais descartados e dar uma nova vida a eles. Ela o fez principalmente com materiais têxteis, criando novas vestimentas. Avançando em sua pesquisa, desenvolveu a transmutação têxtil, tecnologia social de uso do que é considerado lixo como matéria prima. A transmutação têxtil se opõe ao *upcycling*, pois este último – um anglicismo – não dá conta de uma produção travesti *sudaca*¹ (AMORIM, 2017), que usa materiais descartados não só para dar uma nova vida a um material não circular perpetrado por uma indústria nociva, mas sim para produzir vida a quem costura, formas de renda, e usando da moda, do têxtil, para questionar padrões de gênero, lugares dados – a noção de que é possível “jogar fora” dentro do nosso sistema chamado Terra – e, até mesmo, padrões do que é considerado esteticamente agradável ou não.

A proposta de Vicenta Perrotta perpassa a ressignificação do conceito de *upcycling* ao criar a partir daquilo que já existe enquanto matéria, flertando com a precariedade e a desconstrução, denominado por ela como “transmutação têxtil”. Transitando por espaços coletivos, a artista reitera a ideia de colaboração e coletividade em suas criações, atravessadas pela potência existente nas vivências de cada pessoa que se encontra em parceria (EPAMINONDAS; JUNIOR, 2023, p. 12).

¹ Como utilizado por Suzy Shock. “Susy Shock é uma artista de nacionalidade argentina que se autodefine como artista trans trava sudaca: os primeiros adjetivos correspondem a sua identidade travesti e o último é uma palavra da língua espanhola que, por muito tempo, foi usada de maneira pejorativa por nativos da Espanha para se referir à população sul americana”. (Amorim, 2017, p. 90).

Figura 1



Vicenta Perrotta e sua transmutação têxtil. Foto de Rafaela Kennedy (2019).

O compromisso da escola feita por Vicenta no Ateliê TRANSMoras é com a criação de outros lugares, com a vida, labirintos dentro desse CISTema. Menos preocupadas em desconstruir, e sim em criar. A partir de 2019, o coletivo se prepara para transmutar-se novamente, muito em influência no contato com outras organizações já formalizadas do movimento LGBTIA+ nacionais e internacionais. Começa-se a pensar no processo de formalização jurídica, que inscreve o ATM dentro dos marcos do Terceiro Setor como uma associação sem fins lucrativos. Encerra-se a fase informal, e inaugura-se uma versão aberta a dialogar até mesmo com a instituição que a perseguia e considerava o coletivo uma ocupação irregular de risco à universidade.

Conexões com o Movimento de Travestis e Transexuais

O contexto histórico é extremamente relevante para entender a ocupação ATM e seus desdobramentos na universidade pública. Um caminho possível para essa análise é por meio da história do movimento social de pessoas trans e travestis, especialmente o de travestis e mulheres transexuais. Na obra "Pedagogias da Travestilidade", Maria Clara Araújo dos Passos (2022), escritora, pedagoga e travesti negra, discute a trajetória do Movimento de Travestis e Transexuais no Brasil, destacando a práxis político-pedagógica que moldou um ativismo resiliente e autônomo. Para a

autora, o ativismo travesti e transexual no Brasil é marcado por sua atuação coletiva e indagações às instituições, oferecendo caminhos críticos-reflexivos para a educação. Como movimento, funcionaria num “emaranhado” ou “teias”, enfatizando seu caráter em múltiplas camadas e laços:

As teias do Movimento de Travestis e Mulheres Transexuais no Brasil se constituíram nacionalmente a partir da revisão e da deliberação dos interesses coletivos das travestis organizadas através de um espaço público. A experiência do I encontro [*Entlaid*] impulsionou outras travestis a também se organizarem em movimentos ou ONGS em seu respectivo estado. (PASSOS, 2022, p. 65). – Grifos meus.

Como apontado pela citação, o movimento passou a organizar-se e constituir uma agenda política, formando novas sujeitas sociopolíticas (PASSOS, 2022, p. 74). Destaca-se, entre as ativistas, Jovanna Cardoso, fundadora da primeira organização registrada de pessoas trans e travestis, a Associação de Travestis e Liberados (ASTRAL) em 1992 (PASSOS, 2022, p. 62), bem como Keila Simpson, hoje ex-presidenta da ANTRA (Associação Nacional de Travestis e Transexuais), (HABIB, 2021). Entre as conquistas, devemos citar o processo transexualizador no Sistema Único de Saúde em 2008 (SANTOS, 2021, p. 5) e, mais recentemente, o direito ao reconhecimento legal de gênero, decisão do Supremo Tribunal Federal de 2018, que permite a pessoas trans e travestis alterarem seu nome e gênero de registro na certidão de nascimento e em documentos oficiais (CONJUR, 2018).

O Movimento de Travestis e Transexuais no Brasil é marcado por essa relação com o Estado brasileiro, mas não que essa interação não tenha passado por transformações significativas ao longo de mais de três décadas de atuação. Segundo Tiago Coacci (2018), em seu trabalho de historiografia sobre o movimento, podemos identificar o início, o auge e o declínio da aproximação e relações com o Estado brasileiro, bem como outras características, a partir de uma análise por ondas históricas do movimento, categorização historiográfica comum, que no geral utiliza-se da ordem cronológica e uma simplificação conceitual para demarcar períodos históricos.

Em sua primeira onda, entre os anos 1990 e os anos 2000, houve o surgimento das primeiras organizações e grupos locais, influenciados pela epidemia do HIV-Aids, que foi alvo de investimentos na saúde e, por meio de projetos, financiou diversas iniciativas voltadas à ISTs e ao HIV/Aids promovidas por esses grupos (COACCI, 2018, p. 125). Depois, em sua segunda onda, entre os anos 2000 e 2010, em governos democráticos mais abertos à pauta LGBTIA+, notadamente, os de Luiz Inácio Lula da Silva, o Movimento pôde experienciar um diálogo direto com o governo. Nesse momento, o ativismo trans consegue mais espaços em outras pautas como Direitos Humanos e Educação, e o modelo de organizações da sociedade civil formais se consolida, embora as formas de organização comecem a se pulverizar. Por sua vez, a terceira onda, iniciada nos anos 2010, tem uma influência das negociações com bancadas conservadoras na Câmara no governo de estreia de Dilma

Rouseff, e posteriormente o comando da nação por dois governantes contrários a políticas LGBTIA+, o que ocasionou um afastamento do Movimento de Travestis e Transexuais do Estado. Em paralelo, atritos políticos levavam o Movimento de Travestis e Transexuais a uma ruptura com o movimento LGB mais amplo. Nesta terceira onda, o ativismo que emerge é mais refratário aos formatos de Organização da Sociedade Civil (OSCs), ou as populares ONGs (Organizações Não Governamentais), com estatuto, regimentos e CNPJ próprios. Formas mais flexíveis, como os coletivos, e redes formadas na internet ganham proeminência e a principal forma de organização (COACCI, 2018, p. 126).

Nessa história, tensionamentos acontecem entre as gerações mais velhas e as mais novas, que passavam a reivindicar coisas que podiam até mesmo serem consideradas contraditórias à pauta das mais velhas, como o apelo das gerações mais novas pela despatologização da transexualidade, algo que poderia comprometer avanços importante de saúde conquistados pelas primeiras gerações. E a partir dos anos 2020? Poderíamos dizer que demos início a um novo modelo de organização trans? O Ateliê TRANSmoras, e sua trajetória como ocupação popular trans, em coletivo e baseado nas artes, um devir da terceira onda do Movimento de Travestis e Transexuais como identificado por Tiago Coacci, mas também, hoje, aproveitando-se dos conhecimentos das mais velhas, tornando-se OSC, negociando com uma universidade, propondo modelos de gestão, enfim, se aproximando do que é destaque das primeiras ondas. Seria esse um começo de uma quarta onda que assimila o que dá certo em cada uma dessas ondas? Essa seria uma heterotopia em transformação, diluída no tempo transformando uma ocupação em outra coisa, outro lugar? Para isso, podemos entender mais a fundo o conceito de heterotopia, e como ele possibilita uma análise desse contexto.

Travestitopia: outros lugares de existência

Michel Foucault (1926-1984) definiu as heterotopias em uma conferência urbanista que participou em 1967. Suas ideias, porém, só foram publicadas e circularam de fora do círculo do grupo que o chamou em 1984, com a publicação de "Outros Lugares". Para ele, podemos definir as heterotopias como "lugares reais, lugares efetivos, lugares que estão desenhados na própria instituição da sociedade, que são espécies de contraposicionamentos, espécies de utopias efetivamente realizadas" (FOUCAULT, 1984, p. 415). Como Foucault argumenta, "as heterotopias têm a capacidade de justapor em um único lugar vários espaços, vários locais que são em si mesmos incompatíveis" (FOUCAULT, 1984, p. 418).

As ideias do filósofo francês influenciaram profundamente diversos campos do conhecimento,



sobretudo as artes nas últimas décadas. Segundo o professor Ricardo Nascimento Fabbrini, em painel ao Sesc São Paulo (FABBRINI, 2017), as artes, a partir dos anos 1990, se debruçaram em uma “alteridade estética” onde, diferentemente da vanguarda artística (da histórica dos anos 1910 aos 1930, e da tardia nos anos 1970), não propunham mais uma utopia totalizante, baseada nos princípios da modernidade, onde a arte seria um veículo produtor de futuros, pelo contrário, passaram a propor uma arte como um experimento de habitação do mundo de outros modos. Assim, a ideia da heterotopia apresentada por Foucault se coloca como um instrumento analítico para pensar lugares que engendram outros modos de vida – nem bons nem ruins, por essência, mas reais, ressignificados e refuncionalizados, escamoteados das normas padrões. Sem a linearidade de estarmos construindo uma utopia em um “futuro melhor”, um lugar futuro que ainda não existe e precisa ser construído. A heterotopia não é o impossível num lugar outro, é o possível num lugar real, uma ação marginal de reserva da imaginação (FOUCAULT, 2013, p. 30).

E o que compõe esses espaços, segundo o filósofo? São cinco princípios: todas as sociedades constituem suas próprias utopias; ao longo da história, heterotopias podem ser diluídas, descontinuadas e reformuladas; as heterotopias justapõem em um lugar real vários espaços que deveriam ser incompatíveis; são ligadas a recortes singulares do tempo; possuem sempre um sistema de abertura e fechamento próprios. Esses espaços outros são lugares de experimentação daquilo ainda não imaginado. No campo das artes, então, podem contribuir com uma percepção da arte não como um fazer inerentemente revolucionário e criador de alternativas; mas sim um campo das tentativas, onde se pode criar aquilo que ainda nem temos palavras para se falar sobre. No ATM, a heterotopia se materializa em uma cultura marginal, a trans e travesti, uma sociedade própria, com sua língua e códigos. O ATM foi criado em um dado contexto histórico onde sua existência se fazia necessária, e está imbricado numa encruzilhada – real e fictícia – onde se justapõe um mundo altamente elitizado (a Universidade, Barão Geraldo onde se encontra o campus da Unicamp, etc.) – e, ao mesmo tempo, marginal, ocupado por bichas, travestis e trans masculinos indesejáveis, que fracassaram em suas tentativas de seguir a norma cisgênera que exclui determinados corpos dos espaços (VERGUEIRO, 2015, p. 42).

Coabitam ali conhecimentos precários (COACCI, 2018, p. 25), das esquinas, e teorias queer e *kuir sudacas*. O mais importante, talvez, seja o ritual de abertura e fechamento dessa heterotopia. Não se engane que para adentrar o ATM seja necessária uma senha, ou apenas entrar naquele ateliê. As chaves são guardadas entre *pajubás* e copos de cerveja. Entrar no ateliê é um processo de autodescoberta. Me lembro quando conheci Rafaela pela primeira vez, e como ela me levou a conhecer Vicenta Perrotta, que de peruca loura causava na Avenida Santa Isabel, em frente a moradia da Unicamp. Naquele tempo eu já sabia que não era um homem gay, mas ainda não tinha palavras



para me definir. Quando vi tantas travestis e não binárias, umas com peito outras sem, vi que existiam mais de uma forma de ser trans, e que algumas daquelas formas eram mais próximas do que eu vivia e do que eu poderia viver naquele momento. Ali, um portal se abriu e eu comecei uma passagem até me tornar quem sou.

O ATM é uma heterotopia entre paredes, mas que para sua completa abertura é necessária uma imersão externa, fora, nas ruas, para então, assim, você fazer parte desse outro lugar. As travestis já se movimentam assim há décadas, sejam em praças ou nos pensionatos. A criação de lugares únicos, outros lugares, é inerente a um grupo social que por muito tempo viveu nas noites, fora do olhar direto da sociedade, embora quem quisesse, sempre soubera onde nos encontrar. Eu fui muito *romântica* escrevendo sobre o ATM no começo, apaixonada pelo processo em que eu mergulhei, subjetivo, reflexivo e afetivo. Foi com esse coletivo que também me transformei em quem sou hoje. Hoje, menos romantizada, e mais crítica, reflito sobre as táticas empregadas por esse coletivo para ocupar e resistir em um espaço público, ao ponto de, em 2024, realizar um projeto junto da Reitoria, e ter aprovado um novo espaço e projeto com alunos bolsistas. A trajetória, certamente, não foi fácil. Se por anos fomos ignoradas nas premissas da Moradia, com um ou outro segurança nos perseguindo aqui e acolá, durante a pandemia a perseguição se tornou mais intensa. Não entendíamos o porquê, mas sabíamos que nos aproximávamos de um momento de ruptura, sobretudo pela relação ruim com a administradora da Moradia na época, um algoz declarado.

Residem aqui caminhos para decolonizar a universidade?

Em 2022, demos início a um processo de mediação de conflitos, estabelecido pela Unicamp em sua Câmara de Mediação. Nessa oportunidade, pudemos promover contranarrativas e mostrar à universidade o nosso trabalho, na presença de órgãos internos como a Diretoria Executiva de Direitos Humanos, Núcleo de Estudos de Gênero Pagu, Secretaria de Vivência nos Campi e outras. Hoje, a Unicamp é a primeira universidade estadual paulista a estudar as cotas de admissão para pessoas trans na graduação, e algumas das alunas trans que lutam por isso foram apoiadas por nós a entrar na universidade.

“Eu quem criou o grupo [do NCT], no dia 10 de fevereiro de 2022, ele surgiu depois da pandemia na reunião, nesse domingo à noite, presentes eu, Luara, Paris e Vicenta. No dia seguinte, a gente adicionou a Rafa Kennedy [...] e aí, surgiu a partir do sonho mesmo que a gente sempre conversava na Moradia Estudantil que a gente precisava de um grupo com o nome de pessoas trans que pensasse política para pessoas trans dentro da Universidade. O Ateliê já existia, mas ele atuava em diversas frentes e precisava de uma frente voltada para a universidade. E daí nisso surge o nosso sonho de lutar pelas cotas, pensando que dentro da universidade seria nossa principal luta mesmo. E quando nos reunimos nessa noite não

esperávamos o que está acontecendo aqui hoje. É muito emocionante, porque desde que se reuniu esse grupo pessoas, essas 4 travas, eu pelo menos tava em início de transição, transicionei na moradia. Carinhosamente chamo a Vicenta de mãe, a Rafa de irmã, a Antonia de irmã. Foi ali onde eu nasci.”

Nathí Cordeiro da Silva, aluna de graduação em Arquitetura e Urbanismo e co-fundadora do NCT em depoimento na Audiência Pública sobre as cotas trans na Unicamp (Unicamp, 2024).

O NCT merece uma pesquisa à parte, mas é importante salientar que a co-fundação se deu com a presença de Vicenta e de outras alunas da Unicamp, duas delas, Luara e Paris, apoiadas pelo ATM a adentrarem a Universidade, e integrantes do coletivo àquela altura. Dada a estrutura da universidade pública, que prioriza a relação com sua comunidade formal (aqueles que possuem um registro acadêmico), era necessário adentrar o espaço da universidade para mobilizar políticas afirmativas de dentro. O ATM, como ocupação popular, repleta de integrantes da sociedade civil, mas sem RA's, não poderia encabeçar essa frente. Assim, o NCT mobilizou novos estudantes trans nos anos posteriores a sua fundação em 2022. Muitas vezes, o espaço do ATM na moradia abrigou reuniões, uma conexão que permitiu alguma abertura do movimento estudantil universitário à realidade de travestis e pessoas trans residentes no município, mas sem ligação direta com a Unicamp. O espaço também foi importante na construção de um lastro histórico do movimento trans na universidade, onde o NCT se reconhecia dentro de uma jornada. Atualmente, a luta pelas cotas está em fase de espera de votação no Conselho Universitário (Consu), prevista para março de 2025, após a recomendação do grupo de trabalho responsável por estudar e propor uma política.

Se pensarmos de outra forma, a presença do ATM e suas membras na universidade de forma “irregular”, e o apoio à postulantes trans a entrarem na graduação ainda sem cotas (seja incentivando os estudos em cursinho ou oferecendo oportunidades de renda para que a pessoa se dedicasse aos estudos), foram componentes de uma estratégia de entrada pela porta da frente, mas de forma sorrateira e altamente contagiante. Quem tem medo de travestis acadêmicas?

As universidades latino-americanas são amplamente coniventes – e atuantes – no processo da colonialidade do saber desempenhando um papel de sustentar o projeto nórdico de conhecimento (WALSH, 2001, p. 65). Sendo assim, seriam incapazes de formular o futuro, de vislumbrá-lo (STENGGEN, 2019, p. 3). Como quebrar o paradigma colonial promovidos pelas instituições de ensino e pesquisas latino-americanas? Como a ocupação de um espaço nas premissas de uma universidade pública, feita por grupos à margem da sociedade, pode apresentar caminhos para uma universidade que trabalha sob novos valores, e não os valores empregados pela modernidade que nunca se concretizaram plenamente? Como construir uma universidade plural, diversa e que reconheça a ancestralidade, a intuição, os sentimentos, como caminhos para o conhecimento também? Uma universidade que comporte uma abertura ao outro, e que não funcione como uma raiz única, que mata

os conhecimentos a sua volta? (GLISSANT, 2005, p. 28).

E a partir do momento que o ATM, ou qualquer outra iniciativa surgida as margens, adentra as estruturas daquelas instituições que queriam eliminá-las, surgem novas perguntas que este artigo não pretende responder, pois as respostas estão sendo formuladas a cada nova interação, neste exato momento. Como manter-se autônomo, como é marcado o Movimento de Travestis e Transexuais? Como ser perene e um legado, assim como são hoje as casas de acolhimento que surgiram durante a epidemia de HIV-Aids na mão de uma travesti chamada Brenda Lee? A heterotopia já está em transformação. Parte da negociação com a Unicamp envolvia a desocupação do ateliê enquanto moradia, tornando-se “apenas” um espaço cultural, de pesquisa, memória etc. Em construção...

O que um grupo que utiliza das artes e está na academia pode produzir de relevante para um grupo social que quiçá pode ser chamado de comunidade, com todas as suas diferenças, contradições e problemáticas? Como iniciativas independentes e à margem como essa podem ser integradas como políticas públicas sem perder seu caráter transgressor? Isso seria possível, ou esta heterotopia está fadada a ser diluída em relação a como começou?

Abrindo conversas: notas finais do artigo

Certamente, é impossível esgotar a questão dos desdobramentos de ocupações de pessoas trans no espaço público, mesmo dentro desse recorte na Unicamp, somente com este artigo. Novas questões se colocam e merecem a atenção de futuros e futuras pesquisadores e pesquisadoras. Contudo, algo é realmente relevante: as ocupações trans transformam o ambiente a sua volta. O impacto da presença existe, e novas perguntas e problemas são colocados quando estamos nos espaços.

Se o ATM é uma heterotopia em franca transformação, é verdade também que a partir delas novas heterotopias surgem: novos coletivos, coalizações, espaços criativos e contra hegemônicos. Sendo assim, se porta não como um fim em si mesmo, mas um portal. Isso não é exclusivo das novas gerações. Se estamos formando uma quarta onda ou não do Movimento de Travestis e Transexuais este artigo não o declara, mas faz seu prenúncio. As conexões entre passado e presente existem, e que as formas de organização ao invés de serem excludentes – ou uma ou outra – demonstram-se complementares, de acordo com táticas, estratégias e objetivos diferentes. Ou seja, existe um acúmulo histórico que se desdobra geração após geração. Uma memória em constante construção.

Para essa conclusão, mais do que um conjunto de léxicos a resumir tudo o que foi dito, apresento um monólogo escrito com base nos arquivos de Keila Simpson, especificamente, seu filme



“Atentado Violento ao Pudor” com direção de Gilson Goulart e Keila Simpson (2017), e sua entrevista oral ao Museu de História e Arte Transgênero (HABIB, 2021). Nos relatos, Simpson, uma travesti que já compõe a ancestralidade do movimento de Travestis e Transsexuais brasileiro, conta de um espaço público que transformou sua vida. Se você apenas ouvir a entrevista ao MUTHA, ou assistir ao documentário, a história não estará completa. É no texto abaixo que podemos pegar dois lados de uma mesma história, transcritos por mim. A intenção aqui é, por meio da literatura, mostrar como os espaços heterotópicos vem sendo construído por gerações, algo que aproxima seja as integrantes da primeira, segunda, terceira, ou até mesmo da possível quarta onda do movimento de travestis e transexuais, e para além deste, todas as nossas que compõem a dissidência sexual e de gênero. Espaços únicos que criamos para construir outras realidades, mesmo que momentâneas, efêmeras e precárias. Apesar das diferenças entre as gerações, há mais coisas que nos aproximam do que nos distanciam. As estratégias do passado são renovadas no presente, mas nunca podemos perder de vista a ligação histórica que nos fizeram chegar até aqui da forma como chegamos.

MONÓLOGO SOBRE UM LABORATÓRIO DE TRAVESTIS A CÉU LIVRE

Transcrição de depoimentos de Keila Simpson.

A Praça Pedro Segundo, em Teresina era, e ainda hoje é, um espaço muito frequentado pela comunidade LGBTQIA+. Lá nos anos oitenta, oitenta e três ela me dava a dimensão exata da minha liberdade: era só esse espaço, era só a dimensão dessa praça. Eu já tinha em casa. Liberdade. Mas naquela praça eu acabei experimentando mais, porque ali tinham pessoas como eu.

Tinha muitas pessoas nessa praça. Era uma praça que tinha um cinema. Tinha um Teatro, o 4 de setembro, que também fica na mesma praça. Era muito frequentado. Então, o pessoal ia para o cinema, ia pro teatro, e a praça ficava mesmo na frente desses dois espaços. Era uma praça só, que tinha esses dois espaços públicos. Tinha uma banca de revista, tinha uma farmácia na esquina, que ficava aberta também. Então, era uma praça de trânsito comum.

Mas um casal de um homem e de uma mulher, quando chegava, a gente se aproximava e começava a falar de práticas sexuais, mas aquela prática mais... escrachada possível. A gente conversando, o casal se beijando ali, namorando na praça, e a gente conversando ao lado deles. Eles se incomodavam tanto que acabavam saindo da praça. Acho que aquilo, mesmo no nosso subconsciente estava dizendo: 'Esse reduto é nosso. Esse reduto não é dessas pessoas aqui'. Então, a gente vai acabar fazendo com que elas se afastem.

Não tinha essa violência que temos hoje. Não tínhamos, de fato. A gente ficava a noite toda na rua, andando pra cima e para baixo. Era nessa praça onde se encontravam todas as pessoas daquele período, que estavam começando a viver esse mundo, viver nosso desejo afetivo. E foi também nessa praça, que eu pela primeira vez consegui fazer um programa. Essa praça tinha tudo isso, a dimensão exata da minha liberdade.

Referências Bibliográficas

AMORIM, Frederico Levi. Gestos Performativos como atos de resistência: corpos-monstro na cena contemporânea. Universidade Federal de Ouro Preto, 2019.

COACCI, Thiago. Conhecimento precário e conhecimento contra-público: a coprodução dos conhecimentos e dos movimentos sociais de pessoas trans no Brasil. Belo Horizonte, Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 2018.

CONJUR. STF autoriza pessoa trans a mudar nome mesmo sem cirurgia ou decisão judicial. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2018-mar-01/stf-autoriza-trans-mudar-nome-cirurgia-ou-decisao-judicial/>. Acesso em 03 de ago. de 2024.

EPAMINONDAS, Natalia. JUNIOR, Paulo de Oliveira Rodrigues. Notas para queerizar os estudos sobre modas não binárias. REAMD, Florianópolis, v. 7, n. 2, p. 01-20, jun, 2023. Disponível em: <https://www.revistas.udesc.br/index.php/ensinarmode/article/view/23546>. Acesso em: 28 de jul. de 2024.

FABBRINI, Ricardo Nascimento. A arte depois das vanguardas: utopia e heterotopia com Ricardo Nascimento Fabbrini. Sesc São Paulo, 2017. Disponível: <https://www.youtube.com/watch?v=mIqKM6LMF5k>. Acesso em 3 de ago. de 2024.

FOUCAULT, Michel. O Corpo utópico, as Heterotopias. São Paulo, N-1 edições, 2013.

FOUCAULT, Michel. Outros Espaços. Em: Ética, sexualidade e política. Rio de Janeiro, Forense universitária, p. 411-422, 1984.

GLISSANT, Edouard. Introdução a uma poética da diversidade. Juiz de Fora, Editora UFJF, 2005.

GOULART, Gilson; SIMPSON, Keila. Atentado violento ao pudor. 2017. Disponível: <https://www.youtube.com/watch?v=idrUxKJ5IzI&t=1446s>. Acesso em 11 de novembro de 2024.

HABIB, Ian Guimarães. Corpos Transformacionais: a transformação corporal nas artes da cena. São Paulo, Ed. Hucitec, 2021.

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. Campinas, Cadernos Pagu, 1995.

KENNEDY, Rafaela. RIBEIRO, Bruno Nzinga. Alegria negra é guerreira: o dia que a Unicamp aprovou as cotas. São Paulo, Cadernos de Campo (USP), vol. 31, n. 2, p.1-15, 2022. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/cadernosdecampo/article/view/203641>. Acesso em 30 de jul. de 2024.

PASSOS, Maria Clara Araújo dos. Pedagogias da travestilidade. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2022.

PUDOR, Atentado Violento ao. Gilson Goulard e Keila Simpson. 2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=idrUxKJ5IzI&t=1445s>. Acesso em: 04 de ago. de 2024.

SANTOS, Raquel da Silva. Cartilha nacional de serviços públicos de saúde para a pessoa trans: rede de serviços ambulatoriais e hospitalares especializados. Itabuna, Universidade Federal do Sul da

Bahia (UFSB), 2021.

STENGERS, Isabelle. 'Outra Ciência é possível!' Um apelo à Slow Science. Cadernos do Ateliê. Vol.1, n.5, fascículo 1, 2019.

UNICAMP. Audiência pública para discussão a implantação de cotas para pessoas transgênero no Vestibular. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=hm6l4UszfaI>. Acesso em 02 de novembro de 2024.

VERGUEIRO, Viviane. Por inflexões decoloniais de corpos e identidades de gênero inconformes: uma análise autoetnográfica da cisgeneridade como normatividade. Salvador, 2015.

WALSH, Catherine. ¿Qué conocimiento(s)? Reflexiones sobre las políticas del conocimiento, el campo académico y el movimiento indígena ecuatoriano. Revista del Centro Andino de Estudios Internacionales, 2001.

VALENÇA, Jurandir. Vicenta Perrotta: Ativismo, moda e autonomia 'trans'. Revista Continente, 2021. Disponível em: <https://revistacontinente.com.br/edicoes/247/vicenta-perrotta--ativismo--moda-e-autonomia-rtransr>. Acesso em: 03 de ago. de 2024.

Antonia do Nascimento Moreira

Mestranda em Mudança Social e Participação Política na Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo (EACH-USP). Bacharel em Publicidade e Propaganda pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-Campinas). E-mail: antoniamoreira@usp.br.

Patriarcalismo, violência, religião e ocupação do espaço público pela comunidade LGBTQIA+: Da Casa à Rua

- Maria Clara Ramos Nery
- Rodrigo Amarante
- Berenice Falconi Baptista
- Vitoria Vizzoto

RESUMO

O presente trabalho discute o patriarcalismo, a violência contra mulheres e a comunidade LGBTQIA+, além dos valores morais religiosos que moldaram historicamente a sociedade brasileira. Também explora a ocupação do espaço público pela comunidade LGBTQIA+, desde o ambiente doméstico até o espaço público, com base nas teorias de Axel Honneth, sobre o reconhecimento social, e de Roberto DaMatta sobre a relação entre o espaço da casa e da rua. O objetivo é estabelecer a ligação entre a violência contra mulheres e a comunidade LGBTQIA+, em especial contra pessoas transexuais, no contexto brasileiro. Metodologicamente, trata-se de um estudo qualitativo, de revisão da literatura, complementada por pesquisa bibliográfica, análise de vídeos, de filmes, notícias veiculadas pela mídia, documentários e discussões dentro de um grupo de pesquisa vinculado ao CNPQ, intitulado “Danos Colaterais do Universal Heterossexual”, do qual os autores fazem parte. A questão central do estudo é como o patriarcalismo e a violência, muitas vezes legitimados por discursos religiosos, influenciam a ocupação do espaço público pela comunidade LGBTQIA+ e como essa ocupação transforma as dinâmicas sociais e culturais. O trabalho busca compreender como a presença da comunidade LGBTQIA+ no espaço público desafia e modifica normas tradicionais e quais são as implicações para a luta por direitos e reconhecimento social. Conclui-se que práticas como a Parada do Orgulho LGBTQIA+ desencadeiam desafios que reconfiguram normas sociais e culturais no contexto conservador da sociedade brasileira, em busca de reconhecimento social.

Palavras-chave

Patriarcalismo. Violência. Comunidade LGBTQIA+ Reconhecimento. A casa e a rua.

PATRIARCHY, VIOLENCE, RELIGION AND THE OCCUPATION OF PUBLIC SPACE BY THE LGBTQIA+ COMMUNITY: FROM THE HOME TO THE STREET

ABSTRACT

This paper discusses patriarchy, violence against women and the LGBTQIA+ community, as well as the religious moral values that have historically shaped Brazilian society. It also explores the occupation of public space by the LGBTQIA+ community, from the domestic environment to public spaces, based on Axel Honneth's theories of social recognition and Roberto DaMatta's concept of the relationship between the space of the home and the street. The objective is to establish the link between violence against women and the LGBTQIA+ community, especially transgender individuals, within the Brazilian context. Methodologically,

it is a qualitative study, involving a literature review complemented by bibliographic research, analysis of videos, films, media news, documentaries, and discussions within a research group affiliated with CNPQ, titled “Collateral Damages of the Heterosexual Universal,” of which the authors are members. The central question of the study is how patriarchy and violence, often legitimized by religious discourses, influence the occupation of public space by the LGBTQIA+ community and how this occupation transforms social and cultural dynamics. The paper seeks to understand how the presence of the LGBTQIA+ community in public space challenges and modifies traditional norms, and what the implications are for the fight for rights and social recognition. The conclusion is that practices such as the LGBTQIA+ Pride Parade trigger challenges that reconfigure social and cultural norms within the conservative context of Brazilian society, in pursuit of social recognition.

Keywords

Patriarchy. Violence. LGBTQIA+ Community. Recognition. The home and the street.

Introdução

A ocupação do espaço público, entendendo-se aqui a ocupação da rua¹ pela comunidade LGBTQIA+², é uma questão central para entender as dinâmicas sociais, culturais e políticas no Brasil contemporâneo. Este estudo busca investigar, interpretar e analisar o impacto da "tomada das ruas" pela Parada do Orgulho LGBTQIA +, considerando elementos históricos constitutivos da cultura nacional e da identidade brasileira. Nosso país é marcado por profundas desigualdades sociais, pelo patriarcalismo³ e patrimonialismo⁴ em sua constituição, pelo conservadorismo⁵, pelo sincretismo religioso⁶ e pela diversidade cultural⁷. A presença da Parada do Orgulho LGBTQIA + se constitui na

¹ Estamos utilizando aqui como referência a obra de Roberto Da Matta *A Casa e a Rua: Espaço, Cidadania, Mulher e Morte no Brasil*.

² **L:** Lésbicas; **G:** Gays; **B:** Bissexuais; **T:** Transexuais ou Transgêneros; **Q:** Queer ou Questionando (quem não se identifica dentro das normas de gênero e sexualidade); **I:** Intersexuais; **A:** Assexuais (ou Aliados, dependendo do contexto). O "+" representa outras identidades de gênero e orientações sexuais que não estão explicitamente incluídas nas letras anteriores, como pansexuais, agêneros, demissexuais, entre outras.

³ **Patriarcalismo:** Refere-se a uma organização social ou sistema de poder em que os homens têm autoridade predominante, especialmente dentro da família, onde o pai ou o homem mais velho exerce controle sobre as mulheres e os filhos. O patriarcalismo também se estende a esferas políticas e culturais, onde os homens dominam posições de poder e decisão, mantendo uma hierarquia baseada no gênero.

⁴ **Patrimonialismo:** É um sistema de governança em que o governante trata o Estado como sua propriedade privada, distribuindo cargos, favores e privilégios de acordo com sua vontade pessoal. No patrimonialismo, não há separação clara entre os recursos públicos e os interesses privados, e a administração pública se mistura com o domínio familiar ou pessoal do líder.

⁵ **Conservadorismo:** Ideologia política e social que busca preservar as tradições, valores e instituições estabelecidas, resistindo a mudanças abruptas ou radicais. Os conservadores defendem a manutenção da ordem social, da moral tradicional, e geralmente têm uma abordagem cética ou cautelosa em relação a reformas políticas ou culturais que alterem significativamente a estrutura vigente da sociedade.

⁶ **Sincretismo religioso:** Processo de fusão ou mistura de diferentes crenças e práticas religiosas, resultando em uma nova tradição que incorpora elementos de várias religiões. No Brasil, o sincretismo é visível em práticas que combinam religiões africanas, catolicismo e espiritismo, como no caso do candomblé e da umbanda.

⁷ **Diversidade cultural:** Refere-se à existência de uma variedade de culturas, tradições, línguas, religiões e expressões artísticas dentro de uma sociedade ou em todo o mundo. A diversidade cultural valoriza a coexistência pacífica e o respeito mútuo entre diferentes grupos culturais, promovendo o reconhecimento e a proteção das identidades culturais distintas.

expressão da visibilidade de uma comunidade que reivindica seu direito de ser quem é, seu direito de amar como deseja e seu simples direito de existir. Este ato, a Parada do Orgulho LGBTQIA +, em seu conteúdo de sentido, significa resistência. Resistência à opressão que impede o ser o que se é.

Historicamente, os espaços públicos foram e em certa medida continuam sendo, arenas de exclusão e violência para pessoas LGBTQIA +. No entanto, nas últimas décadas, tem havido uma crescente ocupação desses espaços como forma de protesto, celebração e demanda por reconhecimento, pertencimento e reivindicação de direitos iguais, ou seja, conquistar a cidadania, que envolve o direito de ter direitos (Arendt, 2021). Este movimento é simbolizado pela Parada do Orgulho LGBTQIA +, um evento que se consolidou como um dos maiores atos públicos em defesa dos direitos dessa comunidade no Brasil, dos direitos humanos em sentido amplo no âmbito de uma sociedade alicerçada na desigualdade social como a brasileira.

Cabe destacar que, na contemporaneidade, estamos vivenciando novas formas de sociabilidade e consideramos que essa mudança permitiu a abertura à comunidade LGBTQIA + na busca por seus direitos de reconhecimento e pertencimento, embora no contexto da sociedade brasileira ainda tenhamos raízes fortes de caráter conservador. A Parada do Orgulho LGBTQIA + no Brasil, especialmente a de São Paulo, é uma das maiores do mundo conforme publicação constante na revista Exame, publicada em 30 de maio de 2024, pelo repórter Gilson Garrett Junior. Em 2023, a parada de São Paulo reuniu aproximadamente 4 milhões de pessoas, de acordo com os organizadores⁸. Este evento não apenas celebra a diversidade e a resistência da comunidade LGBTQIA+, mas também destaca questões políticas e sociais urgentes, como a luta contra a discriminação, a violência e a necessidade de políticas públicas inclusivas. A cada ano que passa a Parada do Orgulho LGBTQIA + vai angariando adeptos e também, não podemos deixar de dizer, críticos ferozes que a consideram um acinte aos valores morais e éticos da família brasileira.

Este trabalho apresenta resultados de pesquisa que englobam reflexões, investigações, interpretações e análises realizadas pelos membros do grupo de pesquisa vinculado ao CNPQ, denominado “Danos Colaterais do Universal Heterossexual⁹”. O processo investigativo tem como enfoque a comunidade LGBTQIA+, considerando o universo multifacetado e complexo da forma como a sociedade brasileira, com seu traço característico típico no âmbito sociocultural conservador e heteronormativo, exerce a discriminação, o estigma, a atribuição de rótulos e busca relegar os

⁸ A estimativa de que a Parada do Orgulho LGBTQIA+ de São Paulo reuniu cerca de 4 milhões de pessoas em 2023 foi amplamente divulgada por veículos de mídia brasileiros. Fontes como o **G1** e o **UOL** publicaram artigos que mencionam esses números, com base nas informações fornecidas pelos organizadores do evento.

⁹ O conceito de “universal heterossexual” refere-se à ideia de que a heterossexualidade é a norma padrão e dominante em uma sociedade, muitas vezes considerada como a única orientação sexual “natural” ou “aceitável”¹. Essa normatividade pode ter vários impactos negativos, ou “danos colaterais”, especialmente para aqueles que não se enquadram nessa norma.

denominados “diferentes” da norma vigente à invisibilidade social e ao não reconhecimento. A violência praticada, por consequência, resulta da ausência de reconhecimento social recíproco (Honneth,2009), negando-se a existência de toda uma comunidade que busca, em sua luta, o reconhecimento como pessoa, como grupo e pelo direito de ser quem é.

De outra parte, consideramos não menos importante enquanto grupo de pesquisa e análises investigativas realizadas, ter um olhar atento acerca da violência contra a mulher, na medida em que, deve-se levar em conta a existência de uma relação de interdependência entre essa violência e a violência contra a comunidade LGBTQIA+. No contexto da sociedade brasileira, que em sua matriz histórica está alicerçada no que pode ser definido como poder e autoridade masculinos, essa interdependência se revela de forma ainda mais complexa, pois o patriarca é visto como a figura que detém o poder máximo sobre toda a família e aqueles que a circundam. Diante disso, é fundamental compreender como essas dinâmicas se perpetuam e buscar formas de combatê-las, visando à construção de uma sociedade mais justa e equitativa para todos¹⁰.

A questão do reconhecimento social recíproco é de fundamental importância. Nossa ferramenta teórica baseia-se na concepção de Axel Honneth, para quem o reconhecimento social recíproco envolve os valores que a sociedade atribui às capacidades e contribuições do indivíduo, incluindo o reconhecimento no âmbito profissional, cultural e comunitário. Nessas esferas, as realizações e características pessoais são apreciadas e valorizadas, contribuindo para um sentido de autorrealização e pertencimento, elementos essenciais para a identidade individual e cultural (Honneth,2009).

No contexto de sociedades fundamentadas em relações sociais e redes digitais, a consideração do sentimento de pertencimento por parte de indivíduos e grupos é fundamental para a construção de um repertório de ações individuais e coletivas que contribuam para a autoestima social e a promoção da força moral, por meio da busca de reconhecimento através da luta política (Honneth,2009). A ausência da sensação de pertencimento implica estar à deriva, sem saber quem se é e qual é o seu lugar, o que coloca os seres humanos à mercê do acaso, sendo o acaso inimigo de nossa humanidade.

Podemos dizer que: a teoria do reconhecimento de Honneth (2009) tem sido amplamente aplicada em diversos campos, incluindo a política, a ética, a psicologia e os estudos culturais. Ela oferece um quadro analítico útil para entender as dinâmicas de poder e exclusão em contextos sociais

¹⁰ Podemos determinar de forma simples os três traços marcantes do patriarcalismo: **Hierarquia Familiar:** O chefe da família, geralmente o pai ou marido, detém o poder e a autoridade máxima, tomando decisões importantes que afetam todos os membros da família. **Papéis de Gênero Rígidos:** Os papéis de gênero são claramente definidos, com homens responsáveis pelo sustento e decisões externas, enquanto as mulheres são associadas ao cuidado do lar e dos filhos. **Restrição de Direitos:** Mulheres e filhos frequentemente têm suas liberdades e decisões limitadas para preservar a unidade familiar e a autoridade masculina

diversos, incluindo as questões de gênero, raça, orientação sexual e classe social. No contexto da ocupação do espaço público pela comunidade LGBTQIA+ no Brasil, a teoria de Honneth (2009) pode ser utilizada para analisar como as demandas por reconhecimento (afetivo, jurídico e social) são articuladas e quais são os impactos dessas demandas na sociedade e na identidade dos indivíduos LGBTQIA+.

Para Honneth (2009), a luta pelo reconhecimento é força motriz central nas sociedades contemporâneas. A ausência de reconhecimento ou o reconhecimento inadequado podem levar à alienação, ao ressentimento e ao conflito social. O reconhecimento, por outro lado, promove a coesão social, a solidariedade e o desenvolvimento pessoal, por isso, se torna importante e significativo o trabalho com esta categoria conceitual de Honneth (2009), para explicar a questão do indivíduo em relação de interdependência com a sociedade, com o espaço social.

Neste trabalho, refletir acerca do espaço público hoje se torna essencial, pois ele se encontra de alguma forma ressignificado, na medida em que, como nos diz Bauman (2001), há nestes tempos de modernidade líquida a transformação do privado enquanto público e do público enquanto privado. O que envolve uma série de reflexões acerca da ocupação do espaço público na contemporaneidade. Portanto, nossa questão investigativa é: De que maneira o patriarcalismo e a violência, muitas vezes legitimados por discursos religiosos, influenciam a ocupação do espaço público pela comunidade LGBTQIA+ e como essa ocupação pode transformar as dinâmicas sociais e culturais desde o ambiente privado até o espaço público? Buscamos então investigar e analisar a forma como a ocupação do espaço público pela comunidade LGBTQIA+ no Brasil, desafia e transforma as normas sociais e culturais tradicionais, e quais são as implicações dessa ocupação para a luta por direitos e reconhecimento social no contexto da sociedade brasileira contemporânea.

A questão investigativa nos permite explorar a relação do público e privado, o conteúdo de sentido da casa e da rua, a interseção entre a visibilidade da comunidade LGBTQIA+ em espaços públicos e a busca de transformação das normas e valores sociais. Ela incita a reflexão sobre como a presença LGBTQIA+ em espaços públicos, desde eventos como a Parada do Orgulho LGBTQIA+ até outras formas de manifestação pode questionar e potencialmente reconfigurar as concepções tradicionais de gênero, sexualidade e cidadania. Além disso, a questão direciona a análise para as consequências dessas ocupações na luta por direitos e reconhecimento, examinando tanto os avanços obtidos quanto os desafios enfrentados pela comunidade LGBTQIA+ no Brasil.

DaMatta (1985), em sua obra “A Casa e a Rua: Espaço, Cidadania, Mulher e Morte no Brasil”, é um teórico significativo para as reflexões neste trabalho, pois o dualismo entre o público e o privado no contexto da sociedade brasileira, com seu traço cultural marcante e sua estrutura cultural, deve ser analisado. Segundo o autor, esses representam dois universos distintos. Esta abordagem pode nos

ajudar a compreender, de forma mais aprofundada, a força ou a falta de força do movimento da Parada do Orgulho LGBTQIA+ no âmbito de nossa sociedade. Além disso, há um conteúdo de sentido relevante na análise da casa e da rua em suas diversas significações quando consideramos a comunidade LGBTQIA+, especialmente em sua "luta por reconhecimento". Outros autores se constituem como nossa caixa de ferramentas para a investigação e análise da questão investigativa. Michel Foucault, é fundamental para compreender como as relações de poder se manifestam nos espaços públicos e como a vigilância e a normalização influenciam o comportamento e a identidade. Sua noção de "biopolítica"¹¹ e a ideia de "heterotopia"¹² podem ser aplicadas para analisar como a Parada do Orgulho LGBTQIA + enquanto alternativa de resistência às normas sociais dominantes, hegemônicas.

Metodologia

Metodologicamente, utilizamos a pesquisa documental, com foco em mídias e registros jornalísticos dos periódicos mais renomados do país, como *Veja* e *Isto É*, além de reportagens e do documentário *Transbrazil*, que retrata a luta da comunidade trans por seus direitos. Também consideramos registros jornalísticos de publicações como *Folha de São Paulo*, *Zero Hora* e *Correio do Povo*, bem como palestras do programa *Café Filosófico*, da TV Cultura. Dentre essas palestras, destacam-se: "Reflexão sobre a Era da Diversidade Sexual", proferida por Giancarlo Spizzirri (disponível em [YouTube](#)); e "Gênero e Sexualidade", com Laerte Coutinho e Benilton Bezerra Júnior (também disponível em [YouTube](#)).

Em relação aos filmes, analisamos *Priscila: A Rainha do Deserto*, *A Garota Dinamarquesa*, *Me Chame pelo Seu Nome*, *A Gaiola das Loucas* (nas duas versões) e *Carol*. Nem todos esses filmes abordam a ocupação do espaço público pelo movimento LGBTQIA+, mas *Priscila: A Rainha do Deserto* se destaca como um marco, iniciando a busca por efetiva visibilidade social da comunidade LGBTQIA+ contemporânea. *A Gaiola das Loucas* também se apresenta como um importante marco

¹¹ O conceito de *biopolítica* é desenvolvido por Michel Foucault para descrever um conjunto de práticas e técnicas de poder voltadas para a gestão da vida e dos corpos das populações. Foucault argumenta que, a partir do século XVIII, o poder deixou de se concentrar apenas no controle do território e da soberania estatal e passou a focar na administração dos corpos e na regulação dos fenômenos biológicos, como natalidade, mortalidade, saúde, higiene, e outros aspectos que envolvem a vida coletiva dos indivíduos. Esse controle é exercido por meio de instituições e mecanismos que visam otimizar a vida e aumentar a produtividade das populações, ao mesmo tempo que normalizam e disciplinam os comportamentos.

¹² O conceito de *heterotopia* foi desenvolvido por Michel Foucault para descrever espaços que são diferentes ou "outros" em relação aos espaços comuns e cotidianos. *Heterotopias* são lugares que existem fisicamente, mas que funcionam de forma distinta, com regras e significados próprios, que podem tanto espelhar quanto subverter a ordem social dominante. Elas são espaços reais que acumulam significados múltiplos, funcionando como uma espécie de contraponto às *utopias*, que são espaços idealizados e inexistentes.

na discussão sobre diversidade sexual. Os demais filmes evidenciam os desafios da orientação sexual não heteronormativa, apontando para os conflitos presentes na descoberta da identidade em relação aos padrões de normalidade e aceitação social.

No primeiro momento deste trabalho vamos abordar alguns dos elementos do patriarcalismo e sua influência no contexto da sociedade brasileira, pois compreendemos que este se constitui enquanto uma raiz de desvalorização da mulher e também das pessoas transexuais e de forma mais abrangente da comunidade LGBTQIA+.

No segmento abordaremos elementos atinentes ao universo de representações simbólico religiosas, que no contexto brasileiro é fonte de valores morais de caráter conservador e fonte de determinação do papel social da mulher enquanto cuidadora. Podemos ilustrar como o universo religioso sustenta o conservadorismo brasileiro, alicerçado em valores tradicionais (relacionados ao religioso), utilizando como exemplo o governo anterior do presidente Jair Bolsonaro, no período de 2019-2022, cujo lema era: “Pátria, Família e Liberdade.”

Vale destacar também a “Marcha da Família com Deus pela Liberdade”, um movimento ocorrido no Brasil em 1964, organizado por setores conservadores da sociedade brasileira, incluindo a participação da Igreja Católica. Essa manifestação expressava total apoio ao golpe militar que destituiu João Goulart do poder. A Igreja Católica, junto a outras entidades civis, como associações femininas, clubes sociais e grupos empresariais, desempenhou um papel crucial na promoção da marcha, mobilizando uma grande quantidade de pessoas em diversas cidades do país. A maior delas ocorreu em São Paulo, em 19 de março de 1964 (Azevedo, 2014). Destaca-se o dogma como um “comando” para a obediência internalizada, à medida que se constitui como um regime de verdade (Foucault, 2018), formador de indivíduos e grupos a partir do contexto religioso. Também abordamos nesta parte do trabalho a relação do religioso enquanto expressão do social, conforme Durkheim (1989).

No terceiro momento, realizaremos uma abordagem analítica mais específica sobre a Parada do Orgulho LGBTQIA+, a ocupação do espaço público da rua, como busca de visibilidade, reconhecimento e pertencimento, pois o conteúdo de sentido deste movimento deve devidamente ser compreendido para que possamos identificar aos contrários ao movimento a violência presente em nossa sociedade contra o diferente, que é um traço característico típico em nossa esfera sociocultural, advindo de uma cultura transplantada, eurocêntrica que não aceita a diferença, por fim, nossas considerações finais.

Esperamos que a compreensão reflexiva sobre a ocupação do espaço público pela comunidade LGBTQIA+ no Brasil, desde a intimidade da casa até a visibilidade nas ruas, não seja apenas uma questão de presença física, mas uma reivindicação de direitos, reconhecimento e pertencimento. Ao analisar esse fenômeno social, especialmente a Parada do Orgulho LGBTQIA+, buscamos entender



como essas práticas de ocupação dos espaços, particularmente o espaço público das ruas, desafiam e reconfiguram as normas sociais e culturais em uma sociedade conservadora que recusa a diferença. Este estudo, ao examinar a trajetória e o impacto dessas ocupações com as ferramentas teóricas adequadas, busca revelar as dinâmicas de resistência, afirmação e luta política pelo reconhecimento e valorização social da comunidade LGBTQIA+. Tal análise pode contribuir para o questionamento dos valores conservadores e para a ressignificação da esfera sociocultural brasileira, valorizando o ato político praticado pela comunidade LGBTQIA+.

A violência contra a mulher e contra a comunidade LGBTQIA+: a presença da raiz do patriarcalismo no contexto da sociedade brasileira.

Tem se observado ampla divulgação acerca das mortes de transexuais no Brasil. Em reportagem do UOL, em reportagem do ano de 2022, consta que: “Pelo 14º Ano o Brasil é o país que mais mata pessoas trans.¹³” Por quê? Qual o nexos causal desse processo? Será que a violência contra a mulher, ainda alicerçada no patriarcalismo brasileiro que persiste enquanto traço característico típico da cultura brasileira, não funciona como força motriz para tal processo de violência, especialmente contra pessoas transfemininas.

Não é novidade os índices elevados de violências contra as mulheres e contra pessoas da comunidade LGBTQIA+, em nossa sociedade. Portanto, a violência contra a mulher e a comunidade LGBTQIA+ no Brasil é uma realidade alarmante que se reflete nas raízes profundas do patriarcalismo historicamente constituído. Apesar dos avanços legislativos e sociais, as mulheres brasileiras e a comunidade LGBTQIA+, enfrentam desafios significativos, devido a uma estrutura sociocultural que possui como traço característico típico o privilegiar o gênero masculino e a heteronormatividade. Destaque-se que a violência contra as mulheres tem referência no patriarcado (Aguiar, 2000).

Importante enfatizar que a civilização ocidental se assenta nos determinantes de uma concepção de mundo judaico-cristã, onde as influências culturais e religiosas, bem como os valores morais determinados pelo judaísmo e pelo cristianismo, enquanto tradições religiosas históricas inter-relacionadas, exerceram um papel significativo no desenvolvimento das sociedades ocidentais. Nesse contexto, observa-se que o papel da mulher é frequentemente secundarizado, sendo considerada como a principal cuidadora. São lapidares as palavras de Lerner (2020) quando aponta que: "Afirmar que, de todas as atividades humanas, apenas os cuidados fornecidos por mulheres são imutáveis e eternos

¹³ Pelo 14º ano, Brasil é país que mais mata pessoas trans (uol.com.br)

é, de fato, destinar metade da raça humana a uma existência inferior, à natureza em detrimento da cultura" (Lerner, 2020, p. 47). Essa assertiva de Lerner retrata a herança comum e o valor compartilhado acerca do papel da mulher no contexto ocidental, que moldaram e ainda moldam muitas das estruturas sociais, legais e morais no Brasil.

Em nosso país, podemos constatar um dado alarmante no aspecto jurídico que está a cargo do Estado. É o Estado que tem o poder irrestrito sobre o corpo da mulher, determinando se ela pode realizar o aborto ou não. Esse processo reflete a vigilância masculina sobre o corpo da mulher.

Nos sites Congresso em Foco e Portal da Câmara dos Deputados, temos a seguinte notícia de fato:

Recentemente, um projeto de lei no Brasil tem gerado grande polêmica ao propor penalizações severas para mulheres que optarem pelo aborto após cinco semanas de gestação, mesmo em casos de estupro. Este projeto, identificado como PL 1904/2024, estabelece penas que variam de seis a 20 anos de prisão para mulheres que realizarem abortos após o período estipulado, e sua aplicação também se estende a quem realizar o procedimento sem o consentimento da gestante.

Atualmente, a legislação brasileira não prevê um limite gestacional específico para a interrupção da gravidez em casos de estupro, mas o novo projeto propõe considerar viável a vida fetal a partir de 22 semanas, ponto em que o aborto não seria mais permitido mesmo em casos de estupro ([CONJUR](#)) ([Congresso em Foco](#)) Críticos do projeto, incluindo especialistas em direito e saúde reprodutiva, apontam que essa proposta representa um retrocesso significativo para os direitos das mulheres, agravando ainda mais a situação de vítimas de violência sexual. Além disso, o projeto contraria o entendimento recente do Supremo Tribunal Federal (STF), que suspendeu uma resolução do Conselho Federal de Medicina que proibia o aborto em gestações resultantes de estupros após 22 semanas ([CONJUR](#)) ([Portal da Câmara dos Deputados](#)).

A controvérsia se intensifica com o fato de que a pena prevista para o aborto pode ser mais severa do que a aplicada ao estuprador, o que tem sido amplamente criticado como uma medida desproporcional e injusta ([Congresso em Foco](#)).

O que um fato como este acima representa no contexto de uma sociedade com relação a consideração para com a mulher? Pois tal concepção no âmbito das relações de gênero representa uma concepção do outro, enquanto um ser sobre o qual se tem o domínio como detentor da força do império do masculino. Força essa autorizada socialmente e envolve também este império do masculino, tudo que contém formas de ser diferente do imperativo universal heterossexual. De onde vem a “autorização” para matar as mulheres, as pessoas LGBTQIA+ no contexto da sociedade brasileira? Consideramos que se não abordarmos os elementos fundantes de nossa realidade histórica, não conseguiremos chegar a uma compreensão mais profunda e transformadora da realidade presente. E, aqui para nós, enquanto resultado de nossas investigações, a raiz da violência contra a mulher e as pessoas LGBTQIA+ está na estrutura patriarcal da sociedade brasileira, fonte geradora também, do machismo. Aguiar (2000) cita a definição de Weber acerca do patriarcado quando aponta que:

De fato, o poder patriarcal é caracterizado por Max Weber (1946 p. 346) como sendo um sistema de norma baseado na tradição. Assim, as decisões são tomadas sempre de um mesmo modo. Outro elemento básico da autoridade patriarcal é a obediência ao senhor, além da que é devotada à tradição. A modalidade, por excelência da relação de dominação inquestionável é a do poder patriarcal, uma vez que não há possibilidade de que a autoridade paterna seja questionada por intermédio da justiça (AGUIAR, 2000, p. 313-314).

A assertiva de Aguiar (2000), aborda a concepção do poder patriarcal weberiana, destacando as características do poder patriarcal, características estas que o fundamentam, tais como: um sistema de normas baseado na tradição; as decisões são tomadas sempre do mesmo modo, sendo sempre previsíveis, o que não abre espaço para mudanças; obediência ao patriarca e a tradição. Neste sentido este aspecto envolve a tradição que o patriarca representa. Esta é uma característica típica do patriarcado importante, na medida que, nos permite compreender que o respeito e a submissão exercidos são dirigidos tanto à pessoa que exerce o poder quanto ao sistema de normas que encarna.

Outra característica é a dominação inquestionável, ou seja, a autoridade patriarcal é absoluta; o patriarca possui uma espécie de imunidade legal, ou seja, podemos dizer que o patriarca “está acima da Lei.” Esses elementos característicos típicos do patriarcalismo demonstram a estrutura de poder do masculino sobre o feminino autorizado e ratificado socialmente.

Se temos em nossa estrutura sociocultural uma raiz patriarcal estabelecida desde o início de nossa sociedade, com traços culturais típicos transplantados de Portugal, podemos afirmar que essa estrutura permanece, de alguma forma, ressignificada no contexto da sociedade brasileira atual, possibilitando o machismo e a intolerância à diferença. Compreendemos que o que é estrutural também é estruturante (Bourdieu, 2020). Considerando que nossa formação social e histórica possui suas bases nos dispositivos de controle e opressão, portanto, podemos afirmar que, mesmo com as mudanças existentes, nas relações de gênero na sociedade brasileira, os elementos estruturantes do domínio do masculino, da presença do heteronormativo, ainda estão vigendo em nossa realidade social e cultural. Por isso, ainda enfrentamos, de forma mais acentuada, a violência doméstica e o feminicídio bem como o aumento dos assassinatos de pessoas transexuais.

Tanto para as mulheres, como para com a comunidade LGBTQIA+, os desafios são significativos. Não se mata ou se agride somente na materialidade do uso da arma, do soco, do tapa ou do pontapé, mas também, na submissão. A violência psicológica, física e sexual contra mulheres e pessoas LGBTQIA+ não é apenas um ato de agressão individual, mas também uma manifestação de poder e controle enraizados em normas de gênero desiguais e discriminatórias, alicerçadas no processo de subjetivação, que segundo Foucault (2018)), é o processo pelo qual indivíduos e grupos se tornam sujeitos, no sentido de assujeitados¹⁴, através de práticas de poder e saber que moldam suas

¹⁴ O conceito de *assujeitamento* em Michel Foucault refere-se ao processo pelo qual os indivíduos se tornam sujeitos por meio de práticas de poder e conhecimento. Para Foucault, o poder não é apenas uma força repressiva, mas também

identidades, formas de compreender o mundo da vida, seus comportamentos e a construções de seus repertórios de ações individuais e coletivas. É um processo de opressão que se realiza sob vários dispositivos de poder, inclusive sobre o dispositivo de poder das práticas discursivas internalizadas, religiosas, científicas, jurídicas, etc. (Foucault, 2018)

Devemos considerar no cenário da cultura brasileira em seus traços estruturais marcantes, que o patriarcalismo foi elemento fundante das relações de gênero, do universal heterossexual, onde o poder masculino era exercido em sentido máximo e a mulher socialmente tinha não apenas um papel secundário da sociedade mas um papel social inferior, apenas cuidadora “presa aos afazeres domésticos e dos deveres de esposa,” bem como no tempo da Casa Grande, “alguém para gerar o filho herdeiro do senhor.” Beauvoir escreve que: Na esquina da cisgeneridade¹⁵e, heteronormativa não existe “um palmo de percepção histórica e factual para além do seu próprio terreno umbilical (Beavouir, 2023, p.29).”

Recorrendo a Honneth (2009), podemos afirmar que, na esfera das relações sociais mais amplas, incluindo a participação em comunidades, onde podemos “situar” pessoas LGBTQIA+, o reconhecimento deveria basear-se na valorização das capacidades e contribuições individuais, em reciprocidade, para o bem comum. No entanto, como isso é possível se a sociedade brasileira patriarcal recusa a diferença? A reciprocidade aqui envolve o reconhecimento mútuo das qualidades e realizações de cada indivíduo, fomentando um senso de pertencimento e respeito coletivo. Esse tipo de reconhecimento é essencial para o desenvolvimento da autorrealização, permitindo que as pessoas se sintam valorizadas por suas contribuições únicas à sociedade.

Para Honneth (2009), a reciprocidade no reconhecimento é crucial, pois é justamente esse reconhecimento mútuo que permite aos indivíduos desenvolverem uma autorrealização positiva. Sem essa reciprocidade, as pessoas podem sofrer sentimentos de inferioridade, desrespeito ou marginalização, o que pode levar a conflitos sociais e à desintegração das relações comunitárias.

Assim, a teoria de Honneth (2009) sublinha a importância de estruturas sociais que promovam e sustentem formas recíprocas de reconhecimento, como meio de fomentar tanto o bem-estar individual quanto a coesão social. A questão que devemos fazer em se considerando a violência contra a mulher e o movimento LGBTQIA+ é: com relação a estes há a reciprocidade do reconhecimento social? Se houvesse essa reciprocidade social, em que nível estaria neste país a violência contra e

produtiva, pois é através dele que os indivíduos são moldados e se constituem como sujeitos. Em sua obra *Do governo dos Vivos* (2028), deixa clara a definição do assujeitamento como dispositivo de molde inclusive pela internalização de práticas discursivas

¹⁵ Cisgeneridade é a condição de uma pessoa cuja identidade de gênero corresponde ao sexo que lhe foi atribuído ao nascer¹². Em outras palavras, uma pessoa cisgênera se identifica com o gênero que lhe foi designado no nascimento. Por exemplo, alguém que foi designado como mulher ao nascer e se identifica como mulher é uma mulher cisgênera.

mulher e a comunidade LGBTQIA+?

Como dissemos anteriormente, intercalando com o contexto histórico do patriarcalismo na sociedade brasileira, é importante destacar que, ao longo dos últimos quarenta anos, a atenção crescente em relação às questões de gênero e sexualidade tem sido uma constante e tem fornecido múltiplas compreensões acerca de como, no passado, elementos estruturantes do presente, como o patriarcado, o racismo e outras formas de opressão, foram vivenciados moldando relações, num processo de subjetivação (Foucault, 2018). A teoria do reconhecimento de Honneth (2009) pode nos permitir compreender essa subjetivação como um encontro dos elementos causais que, no contexto da sociedade brasileira, geraram o não reconhecimento social significativo da mulher e da comunidade LGBTQIA+.

Podemos ilustrar a ausência do reconhecimento recíproco (HONETH, 2009), quando temos a mulher profissionalmente percebendo um salário 25% menor que o salário do homem no exercício da mesma função e muitas vezes com maior qualificação. Quando vemos na dramaturgia brasileira a caracterização caricatural de pessoas LGBTQIA+ no cinema ou na televisão, ou nas séries cômicas de streaming, não estamos diante do reconhecimento social. E esta ausência de reconhecimento é em si mesma um ato de violência. A violência caricatural com relação as pessoas LGBTQIA+ é a violência de uma das principais dores humanas segundo a psicanálise freudiana – a rejeição.

A caricatura do outro como ofensa é uma manifestação de violência simbólica que reforça estereótipos negativos e perpetua relações desiguais de poder. A violência contra a mulher e a violência contra a comunidade LGBTQIA+ no Brasil estão profundamente interligadas pela mesma raiz: o machismo fundado pelo patriarcalismo. Esse sistema patriarcal perpetua a opressão e a marginalização, não apenas das mulheres, mas também das pessoas LGBTQIA+, que desafiam normas tradicionais de gênero e sexualidade.

O machismo que subjuga as mulheres, relegando-as a posições de inferioridade e coisificação é o mesmo que marginaliza e agride pessoas LGBTQIA+, especialmente transgêneros, que frequentemente enfrentam altos níveis de violência. No Brasil, onde o número de assassinatos de pessoas transexuais é alarmante, fica evidente que o patriarcado não só sustenta a violência de gênero, mas também alimenta o ódio e a intolerância contra qualquer identidade que desafie as expectativas heteronormativas e cisnormativas. Assim, combater o machismo, consequência do patriarcado, que é estrutural e estruturante no contexto da sociedade brasileira, é uma condição *sine qua non* para a conquista do reconhecimento pleno das mulheres no campo das relações de gênero e da comunidade LGBTQIA+.

Representações Simbólico-Religiosas e Seus Impactos nos Valores Morais, na Visão do Papel da Mulher e na Sexualidade na Sociedade Brasileira

Toda religião, por ser religião, é plena de historicidade e é essencialmente marcada pelo seu contexto social, político e cultural. Expressões de religiosidade são demarcadas pelas múltiplas determinações dos contextos nos quais se encontram inseridos indivíduos e/ou grupos. A religião é sempre discurso internalizado (Camargo, 1961). Concebemos que não podemos pensar a sociedade, sem que devamos refletir sobre o universo de representações simbólico-religiosas nela sempre existentes. De certa forma, devemos pensar ser o universo religioso um fenômeno intrínseco à nossa humanidade, ao nosso “ser humanos”. Inicialmente, questões se fazem necessárias: podemos pensar a sociedade a partir do religioso? É possível pensar o religioso a partir da sociedade? Quando se colocam estas questões, é porque compreendemos a relação de interdependência que se encontra presente entre sociedade e religião. Este é o ponto de partida que entendemos ser necessário a todo aquele que se propõe estudar todo e qualquer fenômeno religioso no âmbito da Sociologia da Religião e dos Estudos Culturais.

Tendo como referência a relação de interdependência presente entre sociedade e religião, há também que se considerar ser todo e qualquer fenômeno religioso, então, um fenômeno de caráter psicossociológico, uma vez que devemos, da mesma forma, levar em conta ser a religião portadora de uma dupla função: uma função social, que é atinente à realidade objetiva (externa) na qual se encontram inseridos indivíduos e grupos e uma função psicológica (realidade subjetiva-interna), pois que, o religioso se constitui, com suas narrativas e metanarrativas, com seus símbolos, ritos e mitos uma forma de expressão do humano, ao mesmo tempo em que é uma estrutura de plausibilidade do mundo, que acrescenta sentido à existência do homem e se expressa por ser uma dimensão de representação do mundo vivido. Sendo assim, podemos verificar a complexidade que envolve uma análise sociológica do religioso, que não se pode restringir a dicotomias, a polarizações, porque envolve o trabalho com dimensões ricas do social e do humano.

Refletir sobre a sociedade e a religião na relação proposta envolve conceber que a sociedade estabelece formas e dimensões ao religioso e que o religioso, pelos padrões comportamentais que origina, estabelece formas e traduz a sociedade. Além disso, toda e qualquer experiência religiosa, que é uma experiência de caráter subjetivo, se manifesta como uma verdade que se traduz como verdade objetiva, determinante de padrões comportamentais e repertórios específicos de ações individuais e coletivas por parte de indivíduos e grupos.

A sociedade é fruto das relações que se estabelecem entre os grupos humanos, que objetivam

sobreviver em seu sentido imediato e histórico. Reafirmamos: é a partir da necessidade de sobrevivência imediata e histórica que cerca todos os seres humanos que se constituem universos de representações simbólico-religiosas, os quais, por sua vez, geram formas de normatização do social, assegurando a coesão entre indivíduos e grupos e a própria sobrevivência da sociedade em sua totalidade, pois “o que une os indivíduos não é cimento” (Elias, 1994, p. 20).

Devemos, portanto, considerar que, no contexto da sociedade brasileira no âmbito das representações simbólico-religiosas que estas desempenham um papel fundamental na formação dos valores morais e na definição das normas sociais, especialmente no que diz respeito ao papel da mulher e à questão da sexualidade. As diversas tradições religiosas presentes no Brasil, incluindo o catolicismo, o protestantismo, as religiões afro-brasileiras e o espiritismo, contribuem de maneiras distintas para essa configuração.

De outra parte, não podemos considerar o universo de representações simbólico-religiosas sem reconhecer que ele contém em si relações de poder e dispositivos de poder, notadamente estabelecidos através de práticas discursivas. Essas práticas, quando internalizadas, geram ações e comportamentos específicos. Camargo (1961), no contexto da Sociologia da Religião brasileira, chamava a atenção para o religioso enquanto discurso internalizado, conforme citado acima. Este é um ponto fundamental, porque a prática discursiva religiosa estabelece verdades construídas que são internalizadas e acabam por ditar os comportamentos de indivíduos e grupos (Foucault, 2018).

As religiões têm sido uma fonte primordial de orientação moral para muitos brasileiros. Doutrinas religiosas fornecem um conjunto de princípios éticos que guiam comportamentos e decisões pessoais. Por exemplo, a moral judaico-cristã, predominante no Brasil, enfatiza valores como honestidade, caridade, humildade e família. Essas crenças são transmitidas e reforçadas por meio de práticas religiosas, educação moral e rituais comunitários, moldando a percepção coletiva do que é considerado moralmente correto ou aceitável.

No contexto da moral religiosa judaico-cristã presente em nossa sociedade, constata-se que a mulher não ocupa um papel diretivo socialmente, não possui poder de “mando”, estando, portanto, em uma posição subalterna em relação ao homem. É por meio do discurso religioso que se consolida a concepção da mulher como cuidadora. Determinar a imutabilidade desse papel social é decretar que a mulher seja um ser inferior (Lerner, 2020). A sociedade brasileira é fortemente influenciada pelas representações simbólico-religiosas. Em muitas tradições religiosas, a mulher é vista como a guardiã do lar e da moralidade familiar. No catolicismo, por exemplo, a figura de Maria, mãe de Jesus, é frequentemente exaltada como um modelo de pureza, obediência e sacrifício. Essa representação simbólica impacta as expectativas sociais sobre as mulheres, frequentemente relegando-as a papéis subordinados e valorizando-as principalmente em funções domésticas e maternas. Esse é um ponto



derivado da prática discursiva religiosa, que legitima o domínio masculino sobre o feminino, ou seja, o império do heteronormativo.

Recuperando Foucault (2018), podemos dizer que o cristianismo, por exemplo criou verdades, verdades sobre como deveria ser o comportamento da mulher, verdades com relação a sexualidade, em conformidade com a interpretação religiosa. O universo simbólico-religioso judaico-cristão estabelece normas rígidas sobre comportamento sexual, frequentemente associando a sexualidade a contextos específicos, como o casamento heterossexual. A condenação de práticas consideradas "desviantes", como a homossexualidade e, de forma mais abrangente, a comunidade LGBTQIA+, é corrente no contexto das religiões, pois a homossexualidade não é vista como reprodutiva.

A concepção acerca do sexo no contexto do campo religioso é reprodutivista. Esses valores são construções de verdades formadas por práticas discursivas relativas aos textos sagrados e ensinamentos religiosos, que influenciam os comportamentos e concepções de mundo. Afirma Foucault (2018), o seguinte, com relação ao regime de verdade construído no universo de representações simbólico-religiosas:

Regimes bem diferentes esses, da fé e da confissão, pois no caso da fé se trata da adesão a uma verdade intangível e revelada, na qual o papel do indivíduo, logo o ato de verdade, o ponto de subjetivação está essencialmente na aceitação desse conteúdo e na aceitação de manifestar que se aceita esse conteúdo – é esse o sentido da profissão de fé, do ato da profissão de fé, enquanto no outro caso, no caso da confissão, não se trata de modo algum de aderir a um conteúdo de verdade mas de explorar, e explorar indefinidamente, os segredos individuais. Pode-se dizer que o cristianismo, em todo caso do ponto de vista que me interessa aqui, foi perpetuamente permeado por essa extraordinária tensão entre os dois regimes de verdade, o regime da fé e o regime da confissão (FOUCAULT, 2018, p. 77-78)

A afirmação de Michel Foucault apresenta uma distinção clara entre dois "regimes de verdade" dentro do cristianismo: o regime da profissão de fé e o regime da confissão. Foucault (2018) destaca que esses regimes são diferentes em sua natureza e em suas expectativas sobre o indivíduo. No regime da fé, o foco está na adesão a uma verdade intangível e revelada. Essa verdade transcende a experiência cotidiana e é considerada sagrada e inquestionável. O papel do indivíduo nesse regime é aceitar essa verdade revelada e manifestar publicamente essa aceitação. Isso é exemplificado pela profissão de fé, um ato em que o indivíduo declara sua crença e aliança com os princípios e dogmas da religião. A subjetivação, ou seja, a formação da identidade do indivíduo, está centralmente vinculada à aceitação e expressão dessa verdade.

Esses pontos constantes na assertiva de Foucault (2018) são explicativos para compreendermos a influência da prática discursiva religiosa no indivíduo. Ao considerar o papel destinado à mulher e a questão da sexualidade através do universo religioso de representações simbólicas, podemos compreender sua força moral repressiva à liberdade da mulher, ao domínio da

mulher sobre seu próprio corpo e ao direito de exercer livremente a sexualidade.

Podemos dizer que estamos diante da matriz ideológica que legitima, de alguma forma, a violência contra a mulher e contra a comunidade LGBTQIA+ no comportamento dos homens no contexto da sociedade brasileira. Podemos dizer que o império do heteronormativo tem sua determinação no âmbito dos dogmas do universo cristão de representações simbólicas. Consequentemente, a heteronormatividade tende a marginalizar, discriminar ou legar à invisibilidade outras orientações sexuais e identidades de gênero, como a homossexualidade, a bissexualidade e as identidades transexuais e não-binárias.

Por outro lado, o regime da confissão não se preocupa com a adesão a um conteúdo específico de verdade revelada. Em vez disso, está centrado na exploração dos segredos individuais. A confissão é um processo em que o indivíduo revela seus pensamentos, sentimentos e ações mais íntimos, frequentemente em um contexto de supervisão religiosa, como a confissão sacramental no catolicismo. Este regime se dedica a desvendar e explorar indefinidamente o interior do indivíduo, trazendo à tona aspectos pessoais que devem ser examinados e, eventualmente, corrigidos ou redimidos. É importante termos a compreensão de que os regimes de verdade são construções discursivas as quais são interiorizadas, ou internalizadas em se considerando Camargo (1961).

No universo simbólico-religioso há a presença do dogma, que se constitui enquanto uma verdade inquestionável, a qual é internalizada pelo crente e/ou adepto, estamos no campo então de uma verdade revelada, característica do regime da fé, muitas vezes inclui dogmas que sustentam a heteronormatividade e patriarcalismo, no cenário histórico-cultural brasileiro. No universo cristão, verdades reveladas frequentemente enfatizam a supremacia do homem sobre a mulher e a exclusividade das relações heterossexuais. Essas crenças são internalizadas pelos fiéis e manifestadas publicamente como parte de sua profissão de fé. A aceitação dessas verdades como normativas contribui para a marginalização e opressão das mulheres e da comunidade LGBTQIA+, justificando atitudes e comportamentos discriminatórios e violentos.

Assim a dualidade entre fé e confissão no cristianismo conforme argumentado por Foucault (2018), contribui para a violência contra a mulher e a comunidade LGBTQIA+ ao perpetuar normas patriarcais e heteronormativas. A aceitação passiva dessas normas como verdades reveladas e a introspecção contínua promovida pela confissão reforçam a marginalização, a opressão e a violência contra aqueles que não se conformam a essas expectativas sociais e religiosas.

Podemos dizer que o regime da fé e o regime da confissão (Foucault,2018) se constituem enquanto dispositivos de poder que regem a conduta dos indivíduos e grupos no contexto das sociedades, estabelecem um processo de dominação das mentes levando a uma “servidão voluntária,” elemento este que ratifica as relações de dominação e legitima as estruturas de poder, presentes na sociedade.



É importante, neste momento resgatarmos a definição de religião de Durkheim, quando este aponta que: [...]uma religião é um sistema solidário de crenças seguintes de práticas relativas a coisas sagradas, ou seja, separadas, proibidas; crenças e práticas que unem na mesma comunidade moral, chamada igreja, todos os que a ela aderem (DURKHEIM, 1989, p:79). Pela presente definição de religião, podemos verificar que a abordagem durkheimiana permite partir do princípio de que as estruturas objetivas da realidade social configuram representações simbólicas e religiosas, na medida em que a religião e todas as suas manifestações acabam por expressar a própria sociedade.

A questão do dogma é central quando abordamos o campo religioso. Em se considerando Foucault (2018), podemos dizer que ele é o regime de verdade que se constitui enquanto profissão de fé, discurso internalizado segundo Camargo (1961). Nessa profissão de fé, não há questionamento, há o império da obediência e há a determinação de ser obediente à ordem dada, a mensagem dada, sem qualquer questionamento, obediência sem questionamentos, porque diante de verdade absoluta, advinda da profissão de fé de indivíduos e grupos, ou seja, os membros da comunidade ou seguidores da religião são esperados a aceitar e professar esses dogmas como parte essencial de sua fé. Portanto, o dogma estabelece obediência irrestrita, serve como base moral, prática ritual e ensinamentos de uma comunidade. E, não devemos nos esquecer a definição de Durkheim (1989), sobre a religião enquanto reflexo das sociedades. Mais uma vez Foucault (2018) se torna essencial, quando trata da temática direção-obediência, para compreendermos os efeitos da obediência no indivíduo diante de uma verdade absoluta, diante da profissão de fé, diante de um a direção a partir do dogma, se assim, quando afirma o seguinte:

Mas o que é útil na relação de direção é a própria forma da relação de obediência. Uma ordem qualquer que seja, por mais absurda que seja, pelo simples fato de ser dada e de que se obedeça a essa ordem é isso que constituindo efeito útil da relação de direção. Mas útil em que? O que deve produzir essa obediência? Por que é necessário e por que basta que sejam dadas ordens, por mais absurdas que se possa imaginá-las, e que elas sejam cumpridas e obedecidas para que haja uma utilidade na relação de direção? O que a obediência produz? Não é difícil: a obediência produz a obediência. Quer dizer que, se devemos obedecer – e está aí a grande diferença -, não é por um objetivo posto no exterior, não é como no caso da direção antiga, para recobrar a saúde ou para atingir um estado de felicidade ou para superar uma dor ou uma tristeza. Você obedece para poder ser obediente, para produzir um estado de obediência, um estado de obediência tão permanente e definitivo que subsiste mesmo quando não há ninguém precisamente a quem obedecer e mesmo antes que alguém tenha formulado uma ordem. Devemos estar em estado de obediência. Quer dizer que a obediência não é uma maneira de reagir a uma ordem, a obediência não é uma resposta ao outro. A obediência é e deve ser uma maneira de ser, anterior a toda ordem, mais fundamental do que toda a situação de comando, por conseguinte, o estado de obediência se antecipa de certo modo às relações com outrem. Antes mesmo que outrem esteja presente e lhe dê uma ordem, você já está em estado de obediência e o que a direção deve produzir é a obediência. (FOUCAULT, 2018, p.245-246.)

Considerando o fato de que os dogmas são estabelecidos por uma autoridade religiosa ou institucional, sendo considerados infalíveis dentro do contexto dessa autoridade, podemos dizer que

essa autoridade é o comando que estabelece a obediência. Essa obediência acaba por estar internalizada no indivíduo na medida em que, no campo religioso, os dogmas estão baseados em textos sagrados, revelações divinas ou até mesmo tradições antigas. Trata-se de uma das formas, ou podemos dizer um dos dispositivos, que mantêm indivíduos e grupos em estado de obediência. Sendo assim, no contexto religioso nacional, os elementos marcadamente conservadores presentes em nossa sociedade em relação à mulher e à comunidade LGBTQIA+ advêm de uma visão dogmática, portanto, obediente do mundo. Portanto, o universo de representações simbólico-religiosas cristão é em nossa sociedade uma fonte poderosa de valores morais e normas sociais, estabelecendo o que considera como normal e anormal.

Novamente, resgatando Durkheim (1989), quando demonstra a significação do sistema de símbolos culturais na vida de indivíduos e grupos, necessária à existência humana em sua realidade objetiva e subjetiva e que podemos dizer que são fontes geradoras da obediência. São significativas as suas palavras:

Mas os crentes, isto é, os homens que vivendo a vida religiosa, têm a sensação direta do que a constitui, objetam que essa maneira de ver não corresponde à experiência cotidiana. Sentem com efeito, que a verdadeira função da religião não é nos fazer pensar, enriquecer nosso conhecimento, acrescentar às representações que devemos à ciência, representações de outra origem e de outro caráter, mas nos fazer agir, **nos ajudar a viver**. O fiel que comungou com o seu deus, não é apenas homem que vê verdades novas que o incrédulo ignora: é homem que pode mais. Ele sente em si força maior para suportar as dificuldades da existência e para vencê-las. Está como que elevado acima das misérias humanas, porque está elevado acima de sua condição de homem; acredita-se a salvo do mal, aliás, sob qualquer forma que se conceba o mal. O primeiro artigo de qualquer fé é a crença na salvação pela fé. Ora, não se vê como uma simples ideia poderia ter essa eficácia. Uma ideia, com efeito, é apenas um elemento de nós mesmos: como poderia conferir poderes superiores que temos por nossa própria natureza? Por mais rica que ela seja em virtudes afetivas não poderia acrescentar nada à nossa vitalidade natural; porque ela não pode senão desencadear as forças emotivas que estão em nós, não pode criá-las nem aumentá-las. Do fato, de representarmos um objeto como digno de ser amado e procurado não segue que nos sintamos mais fortes; mas é preciso que desse objeto emanem energias superiores àquelas de que dispomos e, além disso, que tenhamos algum meio de fazê-las penetrar em nós e de integrá-las à nossa vida interior (DURKHEIM, 1989, p: 493-494) [grifo nosso].

Para Durkheim (1989), o crente parece ser possuído de um poder que lhe dá sustentação no contexto de sua vida, principalmente em sua vida cotidiana. Um certo grau de posse do sagrado lhe garante uma estrutura plausível de mundo a qual uma vez internalizada lhe permite encontrar sentidos objetivos e subjetivos para o seu estar no mundo. Quando Durkheim (1989) afirma que o crente é aquele “que pode mais”, podemos verificar a efetiva posse de um poder que desencadeia ações que o autor de referência estabelece como, emotivas, que estão na pessoa que é o crente, mas a posse do sagrado a potencializa.

A prática discursiva e não discursiva (simbólica) internalizada ou interiorizada permite a

aquisição de uma forma de “verdade”, que assegura um sentido e um arcabouço moral que estabelece repertórios específicos de ações individuais e coletivas, pois a leitura religiosa do mundo permite solucionar, elucidar as próprias contradições que se encontram presentes no âmbito da realidade objetiva. Pergunta-se então como não ser obediente? Não estamos no campo de uma “servidão voluntária? Como novos papéis sociais para a mulher a partir de seu reconhecimento social e novas formas de amar, novas formas de ver a sexualidade poderão romper com o conservadorismo presente na sociedade brasileira, em se considerando o que está presente no universo de representações simbólico-religiosas nacional?

A Parada do Orgulho LGBTQIA+: da casa à visibilidade em busca do reconhecimento social recíproco.

Historicamente, os espaços públicos foram arenas de exclusão e violência para pessoas LGBTQIA +. No entanto, nas últimas décadas, tem havido uma crescente ocupação desses espaços como forma de protesto, celebração e demanda por reconhecimento, pertencimento e reivindicação de direitos iguais. Este movimento é simbolizado pela Parada do Orgulho LGBTQIA +, um evento que se consolidou como um dos maiores atos públicos em defesa dos direitos dessa comunidade no Brasil. Cabe destacar que, na contemporaneidade, estamos vivenciando novas formas de sociabilidade, e consideramos que essa mudança permitiu a abertura à comunidade LGBTQIA + na busca por seus direitos de reconhecimento e pertencimento.

A Parada do Orgulho LGBTQIA + no Brasil, especialmente a de São Paulo, é uma das maiores do mundo. Em 2024, a parada de São Paulo reuniu mais de 3 milhões de pessoas, de acordo com a imprensa¹⁶. Este evento não apenas celebra a diversidade e a resistência da comunidade LGBTQIA+, mas também destaca questões políticas e sociais urgentes, como a luta contra a discriminação, a violência e a necessidade de políticas públicas inclusivas. A cada ano que passa a Parada do Orgulho LGBTQIA + vai angariando adeptos e também, não podemos deixar de dizer, críticos ferozes que a consideram um acinte aos valores morais e éticos da família brasileira.

Neste ano a parada foi marcada pelo *dress code*¹⁷ definido, onde os participantes foram incentivados a vestirem roupas nas cores da bandeira do Brasil, em verde e amarelo, uma expressão política de assunção de pertencimento e resistência, marcada por gritos de "a bandeira é nossa", com o objetivo de retomar os símbolos nacionais, como caracteriza-se o uso das cores da bandeira brasileira, cuja nos últimos anos ficaram associadas aos atos contra a esquerda e em apoio à extrema direita.

¹⁶ <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2024/06/02/parada-lgbt-2024-sp.ghtml>

¹⁷ Significa código de vestimenta.

Podemos perguntar: qual o conteúdo de sentido que a notícia diante do que anteriormente analisamos no contexto do presente trabalho vem nos trazer? Em se considerando a sociedade conservadora em seus aspectos morais ainda vigentes em nossa cultura, podemos dizer que a Parada do Orgulho LGBTQIA+, se configura num momento de resistência ao patriarcalismo, ao conservadorismo, à violência e também a uma busca na ocupação do espaço da rua, enquanto demonstração de visibilidade e busca de um reconhecimento social recíproco que é a fonte do equilíbrio social, segundo Honneth, quando afirma que:

O ponto de partida dessa teoria da sociedade deve ser constituído pelo princípio no qual o pragmatista Mead coincidiria fundamentalmente com o primeiro Hegel: a reprodução da vida social se efetua sob o imperativo de um reconhecimento recíproco porque os sujeitos só podem chegar a uma auto relação prática quando aprendem a se conceber, da perspectiva normativa de seus parceiros de interação, como seus destinatários sociais. No entanto, uma tese relevante para a explicação disso só resulta dessa premissa geral se nela é incluído um elemento dinâmico: aquele imperativo ancorado no processo da vida social opera como uma coerção normativa, obrigando os indivíduos a delimitação gradual do conteúdo do reconhecimento recíproco, visto que só por esse meio eles podem conferir uma expressão social as pretensões de sua subjetividade, que sempre se regeneram. Nesse sentido, o processo da individuação, discorrendo no plano da história da espécie, está ligado ao pressuposto de uma ampliação simultânea das relações de reconhecimento mútuo. **A hipótese evolutiva assim traçada, porém, só pode se tornar a pedra angular de uma teoria da sociedade na medida em que ela é remetida de maneira sistemática a processos no interior da práxis da vida social: são as lutas moralmente motivadas de grupos sociais, sua tentativa coletiva de estabelecer institucional e culturalmente formas ampliadas de reconhecimento recíproco, agudo por meio do qual vem a se realizar a transformação normativamente gerida das sociedades** (HONNETH, 2009, p 154-155). [Grifo nosso]

Seguindo a assertiva de Honneth (2009), a Parada do Orgulho LGBTQIA+, diante dos elementos fundantes da realidade sociocultural brasileira vai para além de uma simples demonstração de visibilidade, de um simples” eu estou aqui”, mas envolve, um querer na ocupação do espaço da rua ser reconhecido em reciprocidade, caso, contrário mantém-se os elementos heteronormativos, alicerçados no campo religioso, no patriarcalismo e conseqüentemente no conservadorismo presente em nossa sociedade. A ocupação do espaço da rua, onde tem a aderência de famílias heterossexuais, num ambiente festivo, mas um festivo que busca conscientização para os problemas do não reconhecimento presente no contexto da sociedade brasileira, o não reconhecimento da diferença, dos diferentes o que é em si mesmo uma exclusão.

DaMatta (1985), ao trabalhar com a dualidade entre o espaço da rua e o espaço da casa no contexto da sociedade brasileira, constata em sua análise que a casa é atinente ao domínio do feminino, do privado, do íntimo, onde as regras e os papéis sociais são claramente definidos e respeitados. Podemos dizer o espaço do “está posto.” A casa é hierárquica, ela tem sobrenome e é do campo das relações pessoais privadas. Mas a rua, possui uma outra dimensão, um outro conteúdo de sentido, pois se constitui enquanto espaço de uma forma de liberdade, de uma igualdade formal e do

anonimato. E, sendo o espaço do anonimato a identidade individual segundo DaMatta (1985), pode ser reinventada, ressignificada. Na rua, todos são iguais e qualquer um pode ser um outro qualquer. É, para DaMatta (1985), um espaço de potencialidades. Um vir a ser outro, sempre é possível no espaço da rua. De outra parte, DaMatta (1985), concebe a complementariedade, a relação dialética entre a casa e a rua, pois são complementares e ao mesmo tempo antagônicos, sendo a casa a representação da ordem e da estabilidade e a rua a representação da desordem e da mudança. Mas o referido autor também afirma que com relação entre a casa e a rua, há a tensão entre o público e o privado, o tradicional e o moderno o familiar e o desconhecido.

Consideramos que podemos unir a concepção de Axel Honneth (2009) sobre o reconhecimento, com a concepção de Roberto DaMatta (1985), sobre a casa e a rua. Honneth, em sua teoria do reconhecimento, argumenta que o desenvolvimento da identidade individual depende de três formas de reconhecimento: amor, respeito e estima social. Já DaMatta, em sua análise antropológica e sociológica, explora como os espaços da casa e da rua representam e moldam as relações sociais no Brasil.

A casa, como descrita por DaMatta (1985), é um espaço onde as relações íntimas e familiares se desenvolvem, alinhando-se com a forma de reconhecimento do amor (reconhecimento emocional em relações íntimas como as relações familiares) de Honneth (2009). Na casa, as relações são baseadas em afeto e cuidado, proporcionando um ambiente onde o indivíduo pode desenvolver sua identidade emocionalmente.

Um elemento muito importante é a questão em Honneth (2009) do respeito enquanto reconhecimento jurídico, onde todos são vistos como iguais perante a lei e estima social, reconhecimento das contribuições individuais perante a sociedade, compreendemos que estes dois elementos apontados por Honneth (2009), são fundamentais no contexto da ocupação do espaço da rua (DaMatta, 1985), pois é neste espaço diante destes dois elementos que podemos ter na ocupação do espaço da rua o reconhecimento recíproco, gerado pela estima social enquanto contribuições individuais para a sociedade.

A estima social (Honneth, 2009) e a interação entre a casa e a rua (DaMatta, 1985), podem ser consideradas da seguinte forma: A estima social pode ser vista na forma como os indivíduos são valorizados por suas contribuições tanto na esfera privada quanto na pública. Na casa, uma pessoa pode ser reconhecida por seu papel dentro da família, enquanto na rua, pode ser reconhecida por suas realizações e participação na sociedade. A interação entre casa e rua permite que o reconhecimento ocorra em múltiplos níveis, abrangendo tanto o espaço íntimo quanto o espaço público.

Podemos dizer que a concepção de Honneth (2009) sobre o reconhecimento e a concepção de DaMatta (1985) sobre a casa e a rua se complementam ao descrever como os indivíduos desenvolvem

sua identidade e são reconhecidos em diferentes esferas da vida. Na casa, o reconhecimento emocional e íntimo (amor) é fundamental para a formação da identidade pessoal. Na rua, o respeito jurídico e a igualdade formal são essenciais para o reconhecimento público. A interação entre esses espaços permite que os indivíduos sejam valorizados por suas contribuições em ambos os contextos, promovendo um senso completo de identidade e estima social.

Considerando os aspectos citados e a força da Parada do Orgulho LGBTQIA+ como uma busca por reconhecimento social recíproco, o ato de ocupar o espaço público, ao sair do privado da casa, também envolve a geração de uma transformação em relação ao nosso traço cultural típico, que se origina de nosso elemento fundante advindo da colonização. Esse processo de subjetivação nos privou da capacidade de lidar com a diferença, de aceitar as diversidades e de reconhecer, nas diferenças, construções de saberes e de identidades. Por isso, em nossa sociedade, temos o império da homogeneidade, uma forma de pensar homogeneizante que rechaça tudo o que é diferente, resultando em violência. Ocupar o espaço público e permitir-se ser visível em sua diferença, assim como reivindicar o direito de ser e buscar o reconhecimento recíproco (Honneth, 2009), envolve o conteúdo essencial do movimento da Parada do Orgulho LGBTQIA+.

Considerações finais

No campo das ciências humanas, e mais especificamente nas Ciências Sociais, os resultados não podem ser considerados definitivos. Esses resultados traduzem-se em fontes de reflexão futura e em uma reflexão sempre necessária. Ao nosso grupo buscar trabalhar com a Parada do Orgulho LGBTQIA+ no contexto da sociedade brasileira, tornou-se imprescindível abordar a intersecção entre LGBTQIA+, paternalismo, violência contra a mulher e representações religiosas. Esses elementos são, em nossa compreensão, estruturais e estruturantes para a realização de uma análise reflexivo-crítica dos traços característicos historicamente presentes na cultura brasileira.

Essa análise tem como matriz a violência da exclusão, a violência da posse exclusiva, a violência da humilhação, a violência do machismo e a violência da marginalização, perpetradas por segmentos dominantes da sociedade, que tornam invisíveis aqueles que desejam resistir na luta pela conquista do reconhecimento social recíproco (Honneth, 2009). Portanto, essa intersecção revela uma complexa teia de desigualdades em condições de possibilidade e tensões que afetam profundamente a vida de muitos indivíduos. Esta realidade cultural, marcada por um histórico de opressão e resistência, apresenta pontos de encontro significativos que podem ser explorados para compreender a dinâmica social contemporânea, pois, encontramos nesta intersecção a violência como base das ações



manifesta na recusa ao reconhecimento social recíproco do outro.

Buscando explicitar a resposta à questão investigativa, constatamos que a presença do patriarcalismo em nossa estrutura sociocultural é a fonte originária da não prioridade do papel social da mulher. Secundarização essa que possui como alicerce ideológico o dogma cristão de Maria, Mãe de Jesus, a eterna cuidadora da família, da casa. Nesta secundarização diante de uma sociedade patriarcal decreta-se a inferioridade do feminino, portanto, uma forma de marginalização do feminino diante da autoridade do masculino determinada pelo patriarcalismo brasileiro, o qual ainda manifesta suas raízes. Portanto, tanto a violência pela subordinação e não reconhecimento do papel social das mulheres quanto a violência contra a comunidade LGBTQIA+ são perpetuados por normas de gênero de caráter demasiado rígidos e por uma estrutura patriarcal que valoriza, repetimos, a masculinidade tradicional e desvaloriza a feminilidade, a diversidade de gênero e o diferente.

Podemos afirmar que o universo religioso de representações simbólico-religiosas se constitui como uma sustentação ideológica do patriarcalismo e, portanto, da opressão e violência contra a mulher e contra o movimento LGBTQIA+. O machismo, uma consequência do patriarcalismo, é também uma ideologia que sustenta a superioridade do homem em relação à mulher. Assim, ele se manifesta como uma ação sexista, na qual os comportamentos masculinos são valorizados enquanto os femininos são desvalorizados.

Em ambos os casos, há a ausência do reconhecimento social recíproco e do reconhecimento do outro como um significante (Honneth, 2009), fator que propicia a violência. Na falta desse reconhecimento, ocorre o processo de coisificação do outro, permitindo que toda a violência se realize contra aquele que não possui significação alguma. Esse contexto se aplica tanto à violência doméstica quanto à violência contra a comunidade LGBTQIA+. Por essa razão, Honneth (2009) é fundamental para compreendermos os aspectos da violência na sociedade brasileira em relação à questão do reconhecimento. A inexistência do reconhecimento social, que implica a valorização social de indivíduos e grupos de forma recíproca, é, resumidamente, uma fonte de coisificação e, por consequência, de violência. Outro ponto a ser considerado é a relação de interdependência entre patriarcalismo e machismo, assim como entre patriarcalismo e dominação masculina, resultando na subjetivação do feminino. Isso cria um ambiente social em que a violência contra a mulher é normalizada e até mesmo desejada para manter a ordem social. Da mesma forma, ocorre com a comunidade LGBTQIA+. Quando esses dois segmentos questionam os papéis de gênero tradicionais presentes em nossa sociedade, geralmente são alvo de violências para que “voltem ao seu devido lugar.”

Daí a importância da Parada do Orgulho LGBTQIA+, que desafia a ordem vigente e os valores morais estabelecidos, denunciando os processos de opressão e subjetivação e buscando igualdade de direitos, reconhecimento e efetivo respeito para todas as identidades de gênero e orientações sexuais.



Esse movimento, em busca de reciprocidade, constitui um desafio e um confronto à heteronormatividade e à cisnormatividade, sendo, portanto, uma luta política por reconhecimento social recíproco.

Diante do que apontamos no presente trabalho, enquanto considerações finais, cremos que uma questão fundamental a ser considerada ao trabalharmos com a Parada do Orgulho LGBTQIA+ é: quem tem voz em um contexto de sociedade estruturalmente desigual, marcada por características socioculturais alicerçadas no patriarcalismo, no machismo e na ausência de reconhecimento social? Em uma sociedade onde o outro não é reconhecido como um ser significativo e que é sustentada pelos dogmas judaico-cristãos presentes no Ocidente, podemos afirmar que aquele que detém o poder é quem define o que é normal e o que é anormal. Assim, a normalidade e a anormalidade tornam-se relativas, dependendo do campo das relações de poder e força presentes nos contextos sociais e históricos.

Este trabalho envolveu o estudo do poder e da força do masculino em relação ao feminino e à comunidade LGBTQIA+. Também consideramos um elemento significativo: a vulnerabilidade das mulheres LGBTQIA+, que enfrentam forte discriminação tanto por causa de seu gênero quanto por causa de sua orientação sexual ou identidade de gênero.

Pudemos verificar que, em múltiplas dimensões da sociedade brasileira, inclusive no campo educacional, encontramos práticas sociais e valores morais conservadores. Isso está relacionado a uma cultura transplantada que recusa o diferente, priorizando a homogeneização das condutas, das mentalidades, das formas de pensamento e das maneiras de ver o mundo, conforme a ideologia dominante. Essa ideologia é permeada pela prática discursiva existente, por exemplo, no campo religioso, onde se reafirma o papel da mulher como cuidadora. Nesse processo, que podemos denominar, à luz do marxismo, de "dominação ideológica", a qual interpela e atravessa a esfera sociocultural, não há espaço para o diferente, para aqueles que manifestam sua maneira de ser e que buscam reconhecimento social e reciprocidade desse reconhecimento em sua diferença, como ocorre na ocupação do espaço público durante a Parada do Orgulho LGBTQIA+.

A Parada do Orgulho LGBTQIA+, com seus participantes transformando o espaço público em um ambiente de visibilidade e afirmação de existência, envolve uma luta política por reconhecimento, não apenas do movimento LGBTQIA+, mas também das mulheres, dos excluídos sociais e dos marginalizados. Essa luta política consiste em sair do espaço privado da casa e ocupar o espaço público, mostrando-se como realmente são e reivindicando o direito de ser como são. Trata-se de uma luta política contra os dispositivos de poder que moldam, sujeitam e "matam" a identidade social e individual.

Constata-se que, mesmo diante das críticas ferrenhas dos setores conservadores da sociedade



brasileira — em nome da família, da moral, da pátria e da liberdade —, e também de setores religiosos, o movimento da Parada do Orgulho LGBTQIA+ construiu sua própria historicidade. Afirmou-se ao ocupar a Avenida Paulista em um dia determinado, tomando conta de todos os espaços da rua e saindo de casa — essa casa que também pode ser entendida como o armário — para ocupar o espaço público, onde ocorre a revelação do ser.

O patriarcalismo, a violência e as práticas discursivas religiosas internalizadas são constitutivos dos sujeitos, moldam-nos e estão contidos no espaço da casa, no espaço privado, onde a herança cultural e social é transmitida. Quando, no desenvolvimento da sociedade, temos um movimento que transmuta o espaço da rua, impessoal, em um espaço comunitário, como a Parada do Orgulho LGBTQIA+, observamos sinais fortes da busca pelo reconhecimento social enquanto luta política, que poderá gerar frutos não apenas para a comunidade LGBTQIA+, mas também para as mulheres que sofrem violência, para os negros perseguidos por policiais apenas por estarem correndo para pegar um ônibus e para todos aqueles que enfrentam os dispositivos de poder que negam o reconhecimento social e não aceitam a diferença.

Espera-se que a compreensão reflexiva acerca da ocupação do espaço público pela comunidade LGBTQIA+ no Brasil, desde a intimidade do lar até a visibilidade nas ruas, não seja apenas uma questão de presença física, mas também uma reivindicação de direitos, reconhecimento e pertencimento. Ao analisar esse fenômeno, buscamos entender como essas práticas de ocupação desafiam e reconfiguram as normas sociais e culturais em um contexto de uma sociedade conservadora que recusa a valorização da diferença e das singularidades, incluindo, nesse processo, o reconhecimento recíproco da cidadania. Isso significa o direito de ter direitos, segundo Hannah Arendt, em sua formulação de cidadania, pois, desde o processo de nossa colonização, o elemento fundante se constituiu na homogeneização das condutas e das maneiras de ver o mundo.

Este estudo, originário das reflexões e relações dialógicas de um grupo de pesquisa partiu dos elementos de nossa história sociocultural e procurou demonstrar as relações e os nexos causais que podem ser considerados fundadores da violência contra a mulher, contra pessoas LGBTQIA+ e contra os diferentes. Essas violências são vistas como traços característicos de uma cultura eurocêntrica transplantada que, quer queiramos ou não, ainda mantém seus tentáculos em nossa sociedade até os dias de hoje.

Referências

- AZEVEDO, Cecília. **A Marcha da Família com Deus pela Liberdade: o Brasil entre o golpe e a Guerra Fria**. São Paulo: Editora Contexto. 2014.
- ARENDDT, Hannah. **A condição humana**. Tradução de Roberto Raposo. 13. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2021.
- BAUMAN, Z. **Modernidade Líquida**. Rio de Janeiro. Jorge Zahar Editores. 2001
- BEAUVOIR, Atena. **Pão, Sol & Travesti**. Coletivo Antropologia Urbana, 2023.
- BOURDIEU, P. **A Economia das Trocas Simbólicas**. São Paulo. Editora Perspectiva. 2020.
- BOURDIEU, P. **A Distinção. Crítica Social do Julgamento**. Porto Alegre. Editora Zouk. 2007.
- CAMARGO, Candido Procópio Ferreira de **Kardecismo e Umbanda. Uma interpretação sociológica**. São Paulo, Editora Pioneira, 1961.
- DaMATTA, R. **A Casa e a Rua: Espaço, Cidadania, Mulher e Morte no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Rocco, 1985.
- DURKHEIM, E. **As formas elementares da vida religiosa**. Petrópolis. Editora Vozes. 1989.
- ELIAS, N. **A Sociedade dos Indivíduos**. Rio de Janeiro. Jorge Zahar Editores.1994.
- FOUCAULT, M. **Do Governo dos Vivos**. São Paulo. Editora Martins Fontes. 2018.
- FOUCAULT, M. *Outros Espaços*. In: **Ditos e Escritos IV: Estratégia, Poder-Saber** (pp. 411-422). Rio de Janeiro: Forense Universitária. 2013.
- FOUCAULT, M. **História da Sexualidade I: A Vontade de Saber**. São Paulo: Paz e Terra. 2014
- HONNETH, A. **A Luta por Reconhecimento: A gramática Moral dos Conflitos Sociais**. São -- Paulo. Editora 34. 2009.
- LERNER, Gerda, **A Criação do Patriarcado: História da Opressão das Mulheres pelos Homens**. São Paulo. Editora Cultrix. 2020.

Maria Clara Ramos Nery

É doutora em Ciências Sociais, pela UNISINOS, Mestre em Sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Especialista em Estudos Culturais, pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Especialista em Educação Popular, pela UNISINOS, e Especialista em Educação Transformadora, pela PUC/RS. É professora adjunta da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul UERGS, Curso de Pedagogia – da Unidade de Cruz Alta/RS. Líder do Grupo do CNPQ – “Danos Colaterais do Universal Heterossexual”. <https://orcid.org/0000-0001-5662-3897>

Rodrigo Amarante

Possui graduação em Pedagogia pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (2021) e Especialização em Educação e Culturas pela Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (2024). Membro do grupo de pesquisa Danos Colaterais do Universal Heterossexual, cadastrado no CNPQ com o propósito de investigar e analisar os potenciais impactos associados à normatividade heterossexual na sociedade brasileira em relação com pessoas LGBTQIA+. Atualmente atua como Soldado QPM-1 no Departamento de Ensino da Brigada Militar do Governo do Estado do Rio Grande do Sul. Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Educação, atuando principalmente nos seguintes temas: educação, diferença, diversidade e prática pedagógica. <https://orcid.org/0009-0009-2775-771X>

Berenice Falconi Baptista

Possui graduação em Direito pela Universidade de Cruz Alta (2012). Graduanda em Licenciatura de Pedagogia pela UerGS Cruz Alta (2020) Tem experiência na área de Direito, com ênfase em Direito. Possui formação de Corretora de Imóveis pela Escola Técnica Eduq Santa Maria onde atuou como professora nas disciplinas de Noções de Relações Humanas e Ética, Direito e Legislação (2015). Trabalhou como Auxiliar de Ensino na Escola Municipal de Educação Infantil Nadir Ardenghi em 2019. Trabalha como atendente de Cartório de Registro de Imóveis. Especialista em Direito Notarial e Registral pela Unopar Anhanguera. <https://orcid.org/0009-0003-6520-6261>

Vitoria Vizzoto

Graduanda em Pedagogia-Licenciatura, na Universidade Estadual do Rio Grande do Sul-UERGS, na Unidade de Cruz Alta, Estado do Rio Grande do Sul. Bolsista de projeto de pesquisa de Iniciação Científica, da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul.

Ocupar sem pertencer: refletindo sobre a experiência trans e travesti nos serviços da Atenção Primária à Saúde

- Gabriela dos Santos Melo Bomfim
- Daniel de Souza Campos

RESUMO

O presente ensaio tem o intuito de analisar o acesso à saúde pela população trans e travesti na atenção primária, assim como as dificuldades e entraves para a promoção da saúde nesta população, problematizando as políticas de saúde sob a luz dos princípios do Sistema Único de Saúde (SUS) e o conceito ampliado de saúde. Adotamos como metodologia, para evidenciar a transfobia e travestifobia enfrentadas cotidianamente no âmbito do SUS, a análise descritiva de três reportagens publicadas em veículos de comunicação. A partir da ideia de transparentalidade de resistência, observa-se que quando o sistema de saúde não abrange a diversidade, a conexão e a interdependência entre os pares torna-se uma forma de resistir e existir em uma sociedade de organização familiar excludente. Por fim, reflete-se sobre as possibilidades de produzir saúde de maneira efetiva e interseccional.

Palavras-chave

Acesso à saúde; Travesti; Trans; Transparentalidade

OCCUPY WITHOUT BELONGING: REFLECTING ON THE TRANS AND TRANSVESTITE EXPERIENCE IN PRIMARY HEALTH CARE SERVICES

ABSTRACT

This essay aims to analyze the access to health by the trans and transvestite population in primary care, as well as the difficulties and obstacles to promoting health in this population, problematizing health policies in light of the principles of the Unified Health System (SUS) and the expanded concept of health. We adopted as a methodology, to highlight the transphobia and transvestitephobia faced daily within the SUS, a descriptive analysis of three reports published in media outlets. Based on the idea of resistance transparency, it was observed that when the health system does not encompass diversity, the connection and interdependence between peers becomes a way of resisting and existing in a society with an exclusionary family organization. Finally, it reflects on the possibilities of producing health in an effective and intersectional way.

Keywords

Access to healthcare; Transvestite; Trans; Transparenting

Introdução

Para abriremos essa discussão, mencionamos as palavras de uma médica da unidade básica de saúde do município de Aracaju, procurada por um usuário trans gestante e sua companheira travesti: "na cabeça de vocês é uma coisa, na nossa cabeça é outra" (Rodrigues, 2021). Justifica-se, pois, a escolha deste trecho, considerando que a busca por atenção à saúde foi mediada por um contexto transfóbico, de desrespeito ao nome social e com violência obstétrica. Paralelamente, é importante pontuar que a busca pelo atendimento se deu após a constatação de sangramentos durante uma semana (Mendonça, 2021).

Nesse sentido, falar sobre a expectativa média de vida de uma pessoa trans no Brasil é reconhecer que se trata de um grupo altamente vulnerável à morte violenta e desassistida, sobretudo quando estudos apontam uma média de 35 anos de vida, enquanto a da população geral é de 74,9 anos (Lucca, Valinhos, 2023; Benevides, Nogueira, 2021).

O caso mencionado ilustra as violências vivenciadas cotidianamente nas unidades de saúde, bem como a negação do direito à saúde através da dificuldade para acesso à assistência. No entanto, está longe de ser um caso isolado da transfobia no sistema de saúde. Segundo informações do site *GI*, o estado de Rondônia foi condenado pela 2ª vara da Fazenda Pública a indenizar uma paciente vítima de transfobia no hospital de base Dr. Ary Pinheiro. Em 2019, a paciente não teve seu direito de ser internada na ala feminina respeitado, ainda que tenha apresentado seu cartão do Sistema Único de Saúde (SUS) em que constava seu nome social, sob o argumento de não ter realizado a cirurgia de readequação de sexo e retificado seus documentos, além de ter sido chamada pelo nome masculino. Após intervenção da Comissão da Diversidade de Gênero da OAB de Rondônia, a paciente foi transferida para a ala feminina, porém mantendo-se o uso do nome masculino no leito e nas refeições. A comissão ainda realizou uma segunda intervenção após a psicóloga da unidade ter exigido a retirada da paciente da ala feminina, sob argumento de que estaria constrengendo outras internas. Assim, iniciou-se a ação indenizatória contra o Estado, que alegou não ter havido conduta discriminatória violadora de honra e imagem passível de danos morais.

A conduta do hospital revela a dissonância com a Carta dos Direitos dos Usuários da Saúde (Brasil, 2009) e com o decreto 8.727 (Brasil, 2016), que abordam o reconhecimento da identidade de gênero de pessoas travestis e transexuais por meio do uso do nome social nos serviços de saúde, ilustrando as constantes violações de direitos às quais a população trans e travesti é submetida. Tal tratamento constitui não apenas a negação da identidade de gênero dos pacientes, mas também compõe o cenário de destituição do direito à saúde, uma vez que as discriminações e violências



vivenciadas no sistema afastam os usuários da rede pública, conduzindo à busca por alternativas - por vezes perigosas - de acesso aos cuidados e tratamentos necessários.

A partir do exposto, fica evidente que se por um lado, o acesso às demandas de saúde não relacionadas diretamente ao processo de transição apresenta impedimentos e é acompanhado do medo de sofrer violências, por outro, o acesso às cirurgias como a mastectomia e a hormonização na rede pública segue sendo um campo de disputa para um acompanhamento que deve ser contínuo e integralizado.

O Processo Transexualizador pode ser definido como o conjunto de estratégias de atenção à saúde que inclui procedimentos de diferentes graus de complexidade para realização de modificações corporais de indivíduos transexuais (Santos, 2022). A urgência de iniciá-lo, somada à burocracia e tensões para sua obtenção na rede pública, leva a população trans e travesti a buscá-lo por outros meios. Todavia, isso pode conduzir a histórias como a do fotógrafo Jenyssis Chaves, cuja autoaplicação de testosterona sem receita médica acarretou uma trombose (Lucca; Valinhos, 2023). Dentre os motivos para realização da hormonização sem orientação médica, cita a necessidade de que o indivíduo seja acompanhado por um psicólogo da rede pública previamente, que pode se apresentar como um processo difícil.

Ao resgatarmos reportagens veiculadas em sites de notícias sobre transfobia e travestifobia e o acesso aos serviços de saúde, sem nenhum critério de exclusão relacionado ao período de publicação da reportagem, nos deparamos com estes três casos que, embora tenham ocorrido em estados diferentes com usuárias e usuários distintos dos serviços, denunciam um mesmo sintoma enraizado no Brasil: a não garantia do acesso à saúde para a população trans e travesti.

De acordo com Snelgrove et al. (2012), essa discriminação, baseada na identidade de gênero ou expressão de gênero diferente daquela que foi definida no nascimento, é denominada transfobia e travestifobia. Nessa esteira, Santos, Shimizu e Merchan-Hamann (2014) alertam que uma de suas consequências é o distanciamento dessa população dos serviços de saúde, principalmente daqueles oferecidos pelo SUS, no caso do Brasil, devido à falta de estratégias que tornem seu acesso mais fácil e confortável.

Em contrapartida, o SUS preconiza a integralidade do cuidado enquanto princípio, convocando à compreensão do sujeito de maneira integral, em oposição à ideia de que o objetivo do sistema de saúde é curar doenças, que desconsidera a totalidade do usuário. Assim, compreende-se que o sujeito é atravessado por questões históricas, raciais, sociais, de gênero e sexualidade, de maneira que não é possível ofertar o cuidado integral sem abranger as necessidades relativas à sua identidade de gênero.

A discriminação de gênero deve ser considerada na determinação social de sofrimento e de

doença, isto é, deve ser reconhecida como fator que interfere diretamente na qualidade de vida e na saúde (Brasil, 2013). Dentro de uma perspectiva interseccional, na qual é compreendida a imbricação de diferentes formas de opressão, a discriminação LGBTfóbica corrobora, inclusive, para o agravamento da vulnerabilidade social e outras manifestações opressivas, como o racismo, e vice-versa.

É neste contexto que a Atenção Primária possui um papel de destaque na garantia do entendimento da saúde não restrita à doença, visando a prevenção e promoção da saúde (Brasil, 2011). Reconhecer que as pessoas não são restritas às queixas de saúde que apresentam evidencia o quão limitada é a prática clínica voltada para a doença (Brasil, 2009). Portanto, mais do que acolher a demanda, é preciso acolher o sofrimento coletivo do sujeito que busca o sistema de saúde.

Nesse sentido, o presente ensaio visa analisar o acesso à saúde pela população trans e travesti na atenção primária e as dificuldades e entraves para a promoção da saúde deste grupo, tendo em vista a continuidade da visão cisheteronormativa na atenção à saúde. Visando compreender de que forma o corpo trans e travesti é colocado no campo da abjeção dos corpos (Butler, 2021) e do não lugar a partir da negação do direito à saúde, constata-se que a busca pelo cuidado e a construção de uma rede de apoio em um contexto em que não se parece pertencer a lugar algum se dá entre pares, expressa através do conceito de transparentalidade de resistência.

É importante ressaltar que a ausência de dados sobre essa população se apresenta enquanto o sintoma de uma concepção binária engessada, que anula indivíduos que não correspondem à rigidez da correlação sexo-gênero cisheteronormativa. Tendo em vista o não acesso e suas consequências para a saúde integral da população trans e travesti, aponta-se por fim possibilidades para a Atenção Primária efetivamente promover equidade no acesso aos serviços, diante do cenário de restrição das possibilidades de existência.

Notas sobre a política de saúde no Brasil: entre apagamentos e resistências

O governo Bolsonaro e as políticas anti-gênero e sexualidade promovidas durante seu mandato fortaleceram a reação conservadora em diversos âmbitos, incluindo a saúde. O desmonte das políticas públicas voltadas à população LGBTQIAP+ foi expresso tanto através da ausência desta população no Orçamento Anual quanto a extinção de setores voltados para a garantia de seus direitos, como o Departamento de Promoção de Direitos LGBT, em decreto posteriormente revogado.

Ainda que tenha sido produzido um recrudescimento das pautas de gênero durante o governo Bolsonaro, é fundamental apontar os avanços conquistados através da luta e resistência trans e travesti. A elaboração e implementação de políticas públicas para a população LGBTQIAP+ se deve

em grande parte às reivindicações de movimentos sociais, e à resistência empreendida na conquista de direitos e espaço no âmbito político, proporcionando visibilidade às violências LGBTfóbicas.

Nesta linha, Medeiros, Castro e Siqueira (2022) retomam o surgimento do ativismo trans e travesti na década de 90, que inclui diversas formas de organização política e de resistência, como a militância em coletivos, a participação em associações e organizações não-governamentais e o ciberativismo trans. Em momentos de ascensão das agendas conservadoras e declínio no financiamento de programas acerca da diversidade sexual e de gênero, a ação política se intensificou, resultando em novas organizações políticas não institucionais, na emergência do ciberativismo trans e proliferação das temáticas trans e travesti no meio acadêmico. Os autores destacam ainda que os poucos avanços jurídicos se dão majoritariamente devido à pressão exercida pelo movimento LGBTQIAP+ diante dos poderes Executivo e Judiciário, além da conquista de cargos políticos para assegurar a promoção da cidadania e barrar ofensivas aos direitos conquistados.

No que tange o campo da saúde, o acesso a cirurgias como a mastectomia, ao uso de hormônios, a tratamentos como Profilaxia Pré-Exposição ao HIV (PrEP) e Profilaxia Pós-Exposição (PEP) ou até mesmo a cuidados mais gerais sempre foi dificultado pela discriminação. Tendo isso em vista, o Ministério da Saúde elaborou a Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (Brasil, 2013) instituída no âmbito do SUS pela portaria nº 2.836 (Brasil, 2011), reconhecendo as repercussões da violência LGBTfóbica na saúde da população LGBT e trazendo diretrizes para um cuidado a partir do compromisso ético-político com a luta contra a discriminação nos serviços públicos de saúde. Isso se dá pelo reconhecimento de que o respeito e a ausência de preconceito e discriminação são fundamentos para a humanização na promoção, proteção, atenção e cuidado à saúde.

De maneira específica, a política citada tem como prerrogativa a garantia do acesso ao Processo Transsexualizador através do SUS; a redução de riscos e atenção aos problemas decorrentes do uso prolongado de hormônios para travestis e transexuais; a redução de danos à saúde da população LGBT em relação ao abuso de medicamentos, drogas e fármacos; a garantia da atenção integral nas Infecções Sexualmente Transmissíveis (ISTs); o uso do nome social de travestis e transexuais; além do monitoramento, avaliação e difusão de indicadores de saúde e de serviços para a população LGBT, incluindo recortes étnico-raciais e de território (Brasil, 2013)

Entretanto, a falta de dados acerca das questões de saúde que afligem a população LGBT, e particularmente a população trans, associada às constantes denúncias de violação de direitos e privação de acesso aos serviços de saúde, bem como as lacunas na educação permanente dos profissionais do SUS, indicam que a política segue encontrando entraves para sua efetiva implementação.

Embora os dados sobre a população assistida sejam essenciais para o mapeamento das

principais necessidades em saúde e para a construção de ações voltadas para o segmento em questão, a produção e divulgação de dados sobre a população trans e travesti é um problema endêmico. Em 2022, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística divulgou pela primeira vez dados sobre a orientação sexual da população brasileira, após determinação judicial em decorrência do questionamento do Ministério Público Federal sobre a ausência de perguntas sobre a população LGBTQIA+ no Censo Demográfico de 2022 (Silveira, 2022). Vale ressaltar que a população trans não é mencionada nos números divulgados, uma vez que a estimativa populacional deste grupo foi realizada em um estudo pioneiro na América Latina, apontando para quase três milhões de indivíduos transgêneros ou não-binários na população adulta brasileira (Spizzirri *et al.*, 2021). A falta de informações contribui não apenas para encobrir a lacuna de estratégias para promoção e prevenção para pessoas trans e travestis, mas também para seu apagamento enquanto sujeitos não reconhecidos em suas existências e necessidades de saúde.

Souza *et al.* (2021) apontam a escassez de estudos nacionais que investiguem o acesso à PrEP por transgêneros e transexuais, apesar do contexto de vulnerabilidade em que essa população está inserida ser conhecido, assim como o maior risco de adquirir o HIV em comparação à população geral da mesma faixa etária. Dentre as barreiras no acesso ao PrEP, constrangimentos devido aos estigmas sociais, condutas inadequadas e preconceituosas, e falta de recursos e de orientação adequada são fatores que contribuem para a menor busca pelo tratamento.

Nesta linha, Rocon *et al.* (2023) indicam que, dentre os desafios enfrentados no acesso à saúde pela população trans no Brasil, estão a discriminação nos serviços e equipamentos de saúde, a patologização da transexualidade, o acolhimento inadequado, a falta de qualificação de profissionais, escassez de recursos, dificuldade na troca de nome e sexo em documentos e foco em tecnologias duras e leve-duras. Os autores apontam que as violências e discriminações vivenciadas repercutem no abandono dos tratamentos em andamento e na resistência a buscar cuidados quando necessário, em consonância com os casos apresentados introdutoriamente. Quanto a isto, nos cabe questionar: quantas vezes tais violências são reproduzidas no interior dos espaços de saúde, sem, no entanto, obter visibilidade midiática para garantir os direitos violados? Novamente, a ausência de dados se faz fundamental em um contexto de apagamento e reforço do não acesso.

Embora os estudos apontem para os efeitos das práticas discriminatórias no afastamento de usuários trans e travestis do sistema de saúde, a carência de dados oficiais reforça o não cumprimento de princípios ético-políticos do SUS, como a integralidade e equidade do cuidado. Isso porque o apagamento desses corpos permeia todas as políticas públicas, em uma trama de invisibilidade que se traduz na falta de perguntas - ou na sua não obrigatoriedade - acerca da identidade de gênero nos documentos institucionais.

Nesse cenário de ocupar sem pertencer, os corpos trans e travestis são corpos visíveis no campo da violência, enquanto alvos, corroborando com os dados da Associação Nacional de Travestis e Transexuais, que apontam o Brasil como o país que mais assassinou pessoas trans pelo 14º ano consecutivo (Benevides, 2023) Em análise do perfil das notificações de violências contra a população LGBT registradas no Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN), Pinto *et al.* (2020) observaram que os maiores números de notificações foram verificados entre lésbicas e mulheres transexuais, tendo as notificações de violência contra pessoas trans e travestis somado mais de 10.000 no período de 2015 a 2017.

Tendo em vista tais iniquidades no acesso à saúde impostas pelas vulnerabilidades da população trans e travesti, isto é, compreendendo que desigualdades no estado de saúde podem expressar desigualdades sociais, o princípio da equidade no SUS adquire particular relevância. A equidade demanda serviços e prioridades estabelecidas de acordo com as necessidades de saúde (Brasil, 2011), constituindo-se como estratégia para atingir igualdade de oportunidades e acesso aos serviços de promoção, prevenção e recuperação, abrangendo as disparidades sociais, étnicas, econômicas e culturais (Barros, Sousa, 2016). Portanto, compreender o que dificulta o acesso é essencial para a elaboração de estratégias específicas que permitam a vinculação dessa população com as unidades de saúde, o que perpassa necessariamente mudanças na postura dos profissionais responsáveis pelo cuidado.

Com isso, pensar o papel do profissional no acolhimento e na criação de vínculo com os usuários recai na problemática da formação profissional, pois a criação de políticas públicas não garante que estas sejam efetivamente implementadas. A alta rotatividade de profissionais nas unidades básicas de saúde, decorrente do modelo de contratação privada a cargo das organizações sociais (OS), exige que as capacitações sejam constantemente realizadas. O reconhecimento da formação universitária e escolar deficitária em temáticas de gênero torna a educação em saúde ainda mais necessária, visando atingir tanto os profissionais de nível superior quanto os de nível médio. Entretanto, ainda que a educação permanente esteja prevista na Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais, encontra-se uma visão majoritariamente patologizante sobre a transexualidade nas práticas clínicas, decorrente das concepções normativas ancoradas no binarismo regulador dos gêneros e sexualidades (Rocon *et al.*, 2020).

Na encruzilhada da patologização e da concessão de direitos: corpos abjetos e acesso às políticas públicas

O "Transtorno de Identidade de Gênero" surge frequentemente como condição dos profissionais para permitir o acesso à saúde e ao Processo Transexualizador pela população trans, reforçando a exclusão social e a marginalização através do viés patológico que não leva em conta aspectos históricos, políticos e subjetivos da transexualidade. Porém, a construção e os processos de identificação se mostram cada vez mais complexos, irredutíveis à cirurgia de redesignação sexual enquanto determinação da expressão do gênero (Nery, Filho, 2015) Deste modo, os autores apontam que a obrigatoriedade do laudo psiquiátrico se constitui como uma deslegitimação da autonomia trans de autoafirmação, obrigando à representação do que o profissional espera encontrar para se tornar possível acessar os procedimentos desejados.

A patologização como barganha para concessão de direitos, para além de paradoxal com o conceito ampliado de saúde, é uma das muitas formas pela qual a transfobia e a travestifobia se encontram disseminadas no sistema de saúde, retornando ao ideal de que determinados corpos não deveriam existir fora dos espaços aos que são circunscritos. No caso da população trans e travesti, observa-se que o espaço de possibilidade de existência não está nos serviços de saúde e assistência social, tampouco no meio familiar. Pinto *et al.* (2020) apontam o uso de práticas coercitivas, punitivas e violadoras de direitos no âmbito familiar contra pessoas LGBT, inclusive podendo levar ao óbito, sendo a fuga do contexto familiar uma saída comum entre essa população para buscar manter a saúde mental e física. Os altos níveis de deserção escolar devido aos processos de exclusão familiar e social geram números preocupantes no âmbito da escolarização: 0,02% das travestis e mulheres transexuais estão nas universidades, 72% não possuem o ensino médio e 56% não concluíram o ensino fundamental, além da média estimada de 13 anos de idade para expulsão de casa pelos pais (Benevides, Nogueira, 2021) Sendo assim, quais possibilidades sobram aos corpos trans e travestis?

Convocando a matriz de inteligibilidade de gênero (Butler, 2021) em que a definição do gênero se dá anatomicamente, os corpos se tornam inteligíveis ou ininteligíveis conforme a compatibilidade entre suas formas biológicas e o gênero estabelecido como correspondente. A transgressão trans e travesti à binaridade da existência, resumida em homens e mulheres anatomicamente determinados, é expressa na abjeção das corporeidades trans. A estes corpos, ininteligíveis, não são reservados espaços na sociedade.

Tagliamento (2015) demarca que os corpos trans têm na marginalidade o único destino possível, sendo nas ruas que mulheres trans e travestis seriam "benditas", isto é, é nestes espaços que estão autorizadas a transitar. No caso de homens trans, a prostituição não é tida como um local de

subsistência, não havendo espaços onde seriam "benditos". Historicamente, aos corpos transgêneros, a tolerância a sua transgressão por vezes seria concedida através da cirurgia de redesignação sexual, por meio da disciplinarização do bisturi (Guimarães, 2015). Em um contexto no qual o principal destino das travestis é a morte, conforme expresso nos altos índices de transfeminicídio brasileiros, o autor aponta que o envelhecimento seria a maior das transgressões, posto que não é dado que resistiriam até a maturidade.

Diante da violência que não permite a existência em escolas, família, espaços públicos e equipamentos de saúde, é preciso encontrar meios de resistir ao aniquilamento físico e subjetivo. Dentro da lógica cisheteronormativa, é possível identificar pontos de ruptura que escapam a sua rigidez, na forma de vínculos que constroem uma rede de apoio entre pares. Selles *et al.* (2022) localizam as redes de apoio construídas a partir da convivência e amizade com outras pessoas trans como fator crucial no processo de transição e autodefinição do gênero.

Embora as ruas sejam palco de riscos e violências, também oferecem uma liberdade da qual muitas vezes não podiam desfrutar no contexto familiar, possibilitando o exercício da afetividade, sexualidade e o contato com pares que carregam vivências semelhantes. Na convivência com outras travestis em salões, bares, boates, praças e habitações coletivas aprendem-se as alterações corporais mais valorizadas e como efetivá-las, técnicas de maquiagem, como relacionar-se sexualmente, o uso de drogas, a linguagem própria utilizada, dentre outras práticas culturais (Benedetti, 2005)

O uso de hormônios e de silicone industrial para transformação dos corpos, por exemplo, é feito sob orientação de pares mais velhos, que adquiriram conhecimento sobre seus efeitos (Guimarães, 2015, Benedetti, 2005, Simpson, 2015). De maneira semelhante, o pouco acesso às informações sobre os tratamentos necessários, como a PrEP, também são propagados pelos próprios usuários dos serviços (Souza *et al.*, 2021) que encorajam a adesão ao cuidado valendo-se de suas próprias experiências nas unidades. Delimitam-se contornos de relações afetivas próprias em resposta a um contexto particular de discriminação e dissolução de vínculos, que marcam as trajetórias da população trans e travesti. Ao mesmo tempo que esse novo momento é marcado por incertezas e novos obstáculos, também são criados mecanismos para contorná-los, experienciando a construção coletiva de outros possíveis.

Silva Junior, Brigadeiro e Monteiro (2022) trazem a ideia de irmandade travesti, uma solidariedade política entre travestis e mulheres trans como forma de resistência ao poder dos sistemas oficiais de saúde, visando contornar as barreiras impostas pelos processos de exclusão social e estigmatização que agravam a vulnerabilidade aos adoecimentos e afastam essa população do cuidado. Essa irmandade é caracterizada pela mobilização da rede de apoio entre pares, em processos sociais de identificação e solidariedade que incluem a propagação de informações sobre HIV, uso da



PrEP e outros cuidados em saúde; e o acesso aos serviços entre pares, como forma de proteção à possível discriminação dos serviços e enfrentamento ao estigma.

Outro aspecto singular da irmandade travesti é sua mobilização por ações programáticas, como na educação de pares (Silva Junior, Brigadeiro, Monteiro, 2022). Ao participarem de projetos de saúde ou pesquisa, as travestis líderes em seus territórios recebem novas funções e categorias, constituindo-se como figuras "mães", "sementes" e "educadoras de par". Enquanto figura privilegiada de identificação, o/a educador/a de par possui um lugar de mediação na qualificação dos serviços e profissionais de saúde, bem como da adesão da população-alvo aos referidos serviços. A todo momento, os interesses da população trans e travesti estão em jogo na negociação de suas demandas, como a ampliação de serviços voltados para prevenção e tratamento ao HIV, além do cuidado integral específico da população trans, expresso através do uso de hormônios e da retificação de documentos de registro a partir do contato com o setor da saúde, por exemplo.

Diante de uma violência que não permite a existência e da ausência das redes de apoio familiares e do próprio sistema de saúde, cria-se uma organização de resistência para afirmação de si por meio do coletivo, que visa propiciar a si mesmos o acesso ao cuidado e apoio negados. Nessa esteira, compreendemos que a transparentalidade de resistência se refere à relação que se dá entre pares, de natureza afetiva-relacional, imposta pelas condições geradas pela violência transfóbica e travestifóbica. A conexão e interdependência entre os pares torna-se uma forma de resistir e existir em uma sociedade de organização familiar e social excludente, produzindo acolhimento por meio da identificação e da criação de vínculos com semelhantes.

Zambrano (2006), ao discorrer sobre parentalidades impensáveis, em referência às configurações familiares marginalizadas em um contexto social cisheteronormativo, aponta a insuficiência do conceito de homoparentalidade para abarcar as diferentes formações familiares contemporâneas, incluindo parentalidades trans e travestis. O termo homoparentalidade faz referência à orientação sexual e não à identidade de gênero, sendo as especificidades das construções identitárias homossexuais, trans e travestis importantes diferenciadores. Destacamos que a transparentalidade de resistência seria uma formação particular dentro do campo da transparentalidade, à medida que ultrapassa relações de natureza afetiva-sexual.

As figuras das "madrinhas" e das "filhas" encarnam de maneira particular a transparentalidade de resistência. No ingresso no universo da prostituição, é quase indispensável que a nova travesti tenha uma madrinha. Em situações sociais, é comum que as travestis compartilhem histórias de gafes ou "acertadas" das filhas, em uma relação que não se encerra quando a nova travesti está formada e construída, mantendo-se os vínculos de confiança, respeito e proteção entre ambas (Benedetti, 2005).

De acordo com Neto, Ramos e Silveira (2016), as formações familiares contemporâneas exigem



um olhar ampliado para sua compreensão, constituindo-se como uma combinação de diferentes papéis e padrões relacionais, baseados em solidariedade, fraternidade, ajuda mútua e laços afetivos. Dentre as diferentes formações abarcadas na família ampliada, encontram-se grupos não consanguíneos. Destaca-se ainda a centralidade da família enquanto espaço de socialização e aquisição de habilidades, comportamentos e valores, independentemente de sua configuração (Neto, Ramos, Silveira, 2016) Aqui, a transparentalidade de resistência parece surgir como uma configuração de família ampliada no contemporâneo, cuja especificidade repousa sobre a formação de vínculos através do compartilhamento de perdas e sofrimentos semelhantes. Entre pares, é possível construir uma rede de proteção e afeto que, conforme apresentado, baseia-se na solidariedade, ajuda mútua e afetividade, constituindo-se como espaço de socialização e formação de valores e comportamentos próprios, que muitas vezes não encontram outros espaços para ecoar, senão entre semelhantes.

Considerações finais

Diante do cenário de destituição do direito à saúde, marcado pela exclusão e não acesso perpetuados no próprio sistema, é fundamental retomar como se dá o acolhimento, o cuidado e a escuta dos corpos que transgridem a diversidade de gênero. O acesso oportuno de usuários às tecnologias adequadas às suas necessidades, capaz de ampliar a efetividade das práticas de saúde, perpassa a escuta qualificada dos profissionais. De acordo com a Política Nacional de Humanização (Brasil, 2013) acolher é reconhecer aquilo que o outro traz como legítima e singular necessidade de saúde, devendo ser o pilar da relação entre profissionais e usuários, objetivando a construção de relações de confiança e vínculo.

Silva Junior *et al.* (2022) trazem o transbordamento da relação afetiva política entre pares para a relação com profissionais da saúde, a partir da utilização do termo "meninas". Usualmente utilizado para se referir às amigas trans e travestis, quando aplicado às profissionais de saúde dos serviços, aponta para o reconhecimento destas como pessoas de referência, com autorização para integrar os cuidados em saúde dentro da rede de irmandade travesti. Esses laços de solidariedade estabelecidos com profissionais de serviços de saúde indicam bom acolhimento, maior vinculação e, por consequência, maior adesão aos tratamentos. A possibilidade de reprodução da lógica da irmandade travesti nos serviços de saúde pode potencializar a percepção de acolhimento dessa população dentro dos dispositivos de cuidado.

Para além do acolhimento e da escuta qualificada, a ampliação da clínica também aponta possibilidades para a promoção da equidade nos serviços de saúde. Ampliar a clínica é, sobretudo,

vincular a população aos serviços, mais do que apenas deslocar-se para o território. A clínica ampliada requer a mudança da postura profissional, de modo a acessar o usuário compreendendo elementos territoriais, culturais, das políticas públicas, dos serviços, das equipes e do trabalho, ampliando os elementos que compõem a análise do profissional sobre a situação.

Apesar das diferentes temporalidades atuando em termos de avanços e retrocessos de direitos, à medida que se trata de um campo em constante disputa, enquanto não forem produzidos indicadores sobre a saúde da população trans e travesti, os dados analisados permanecerão refletindo as iniquidades sociais. A visibilidade das demandas e queixas de saúde desta população é essencial para pensar uma agenda pública de compromisso com a transexualidade e a travestilidade nas políticas de saúde.

Referências

BARROS, F. P. C. de; SOUSA, M. F. de. Equidade: seus conceitos, significações e implicações para o SUS. **Saúde e Sociedade**, v. 25, n. 1, p. 9–18, jan. 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sausoc/a/Kdc66VGB5mXkMnHThYkzVPv/?lang=pt#>. Acesso em: 5 set. 2023.

BENEDETTI, M. R. **Toda feita**: o corpo e o gênero das travestis. Rio de Janeiro, Garamond, 2005.

BENEVIDES, B. G.; NOGUEIRA S. N. B. **Dossiê dos assassinatos e da violência contra travestis e transexuais brasileiras em São Paulo**. Expressão Popular, ANTRA, IBTE, 2021.

BENEVIDES, B. G. **Dossiê assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2022**. Brasília, DF, Distrito Drag, ANTRA, 2023.

BRASIL. Portaria nº1.820, de agosto de 2009. Dispõe sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde. Diário Oficial da União. Brasília, p. 80, 14 ago. 2009. Disponível em: <https://bit.ly/1LMfQJJ>. Acesso em: 5 set. 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Documento orientador para os debates**. Conferência Nacional de Saúde. Brasília, DF: 2011. Disponível em: http://conselho.saude.gov.br/14cns/doc_orientador.html. Acesso em: 5 set. 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Política Nacional de Humanização – HUMANIZASUS**. Documento de base para gestores e trabalhadores do SUS. Brasília, DF: 2013.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de Apoio à Gestão Participativa. **Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais**. Ministério da Saúde, Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa, Departamento de Apoio à Gestão Participativa. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2013.

BRASIL. Decreto nº8.727, de 28 de abril de 2016. Dispõe sobre o uso do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero de pessoas travestis e transexuais no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional. Diário Oficial da União 2016.



Disponível em: <https://bit.ly/1LMfQJJ>. Acesso em: 5 set. 2023.

BUTLER, J. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. 21ª ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2021.

GUIMARÃES, A. Todas as mulheres do mundo: a construção do corpo travesti no Brasil das décadas de 1960 e 1970. BRASIL; MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Transexualidade e Travestilidade na Saúde**. Brasília, Ministério da Saúde, 2015, p. 39-63.

LUCCA, B.; VALINHOS, H. Homens trans relatam exclusão e dificuldades no acesso à saúde. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 31 mar. 2023. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2023/03/homens-trans-relatam-exclusao-e-dificuldades-no-acesso-a-saude.shtml>. Acesso em: 5 set. 2023.

MEDEIROS, B. N., CASTRO, G. H. C., SIQUEIRA, M. V. S. Ativismo trans e reconhecimento: por uma "transcis-reexistência" na política brasileira. **Rev. Bras. Ciênc. Polít.**, n. 37, p. 1-29, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcpol/a/j8pTKbKVMQ6tkHBYmfCMdRr/>. Acesso em: 4 set. 2023.

MENDONÇA, J. Casal denuncia transfobia em atendimento médico em Sergipe. **Ponte**, 22 jun. 2021. Disponível em: <https://ponte.org/casal-denuncia-transfobia-em-atendimento-medico-em-sergipe/>. Acesso em: 26 ago. 2023.

NERY, J. W.; FILHO, E. M. A. M. Trans-homens: a distopia nos tecno-homens. BRASIL; MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Transexualidade e Travestilidade na Saúde**. Brasília, Ministério da Saúde, 2015, p. 25-35.

NETO, E. F. P.; RAMOS, M. Z.; SILVIERA, E. M. C. Configurações familiares e implicações para o trabalho em saúde da criança em nível hospitalar. **Physis**, v. 26, n. 3, p. 916-979, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-73312016000300013>. Acesso em: 15 out. 2023.

PINTO, I. V.; ANDRADE, S. S. de A.; RODRIGUES, L. L.; SANTOS, M. A. S.; MARINHO, M. M. A.; BENÍCIO, L. A.; CORREIA, R. S. de B.; POLIDORO, M.; CANAVESE, D. Perfil das notificações de violências em lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais registradas no Sistema de Informação de Agravos de Notificação, Brasil. 2015 a 2017. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, v. 23, p. e200006.SUPL.1, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbepid/a/YV7VvNY5WYLwx4636Hq9Z5r/#>. Acesso em: 5 set. 2023.

ROCON, P. C.; WANDEKOKEN, K. D.; BARROS, M. E. B. de; DUARTE, M. J. O.; SODRÉ, F. Acesso à saúde pela população trans no Brasil: nas entrelinhas da revisão integrativa. **Trabalho, Educação e Saúde**, v. 18, n. 1, p. e0023469, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tes/a/NGpjbDZLqR78J8Hw4SRsHwL/#>. Acesso em: 5 set. 2023.

RODRIGUES, H. Transfobia: Casal é tratado de forma hostil por médica de Aracaju. **G1 Revista Fórum**, 9 ago. 2021. Disponível em: <https://revistaforum.com.br/brasil/2021/8/9/transfobia-casal-tratado-de-forma-hostil-por-medica-de-aracaju-veja-videos-101635.html>. Acesso em: 26 ago. 2023.

SANTOS, E. J. V. **O processo transexualizador no Sistema Único de Saúde: um estudo de caso no serviço de referência em Pernambuco**. 2022. Tese (Doutorado em Saúde Pública) - Instituto Aggeu Magalhães, Fundação Oswaldo Cruz, Recife, 2022.

SANTOS, A. B. D; SHIMIZU, H.E.; MERCHAN-HAMANN, E. Processo de formação das representações sociais sobre transexualidade dos profissionais de saúde: possíveis caminhos para superação do preconceito. **Ciênc Saúde Colet**, v. 19, n. 11, p. 4545-54, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-812320141911.15702013>. Acesso em: 25 out. 2023.

SELLES, B. R. S.; ALMEIDA, P. F. de; AHMAD, A. F.; LEMOS, A.; RIBEIRO, C. R. Redes sociais de apoio às pessoas trans: ampliando a produção de cuidado. **Saúde em Debate**, v. 46, n. spe6, p. 148–161, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sdeb/a/DW6XdZ75vKb5mX5HzNSHQFn/#>. Acesso em: 5 set. 2023.

SILVA JUNIOR A. L.; BRIGEIRO, M.; MONTEIRO, S. 'Irmandade travesti é a nossa cura': solidariedade política entre travestis e mulheres trans no acesso ao cuidado em saúde e à prevenção ao HIV. **Saúde em Debate**, v. 46, n. esp7, p. 103-116, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sdeb/a/YRvhmcnfG5snyzRzQwP6zrC/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 7 out. 2023.

SILVEIRA, D. Diversidade sexual: 2,9 milhões de brasileiros se declaram homossexuais ou bissexuais, aponta IBGE. **G1**, 25 mai. 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/saude/sexualidade/noticia/2022/05/25/diversidade-sexual-29-milhoes-de-brasileiros-se-declaram-homossexuais-ou-bissexuais-aponta-ibge.ghtml>. Acesso em: 5 set. 2023.

SIMPSON, K. Transexualidade e travestilidade na Saúde. BRASIL; MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Transexualidade e Travestilidade na Saúde**. Brasília, Ministério da Saúde, 2015, p. 9-15.

SNELGROVE, J.W.; JASUDAVISIUS, A.M.; ROWE, B. W.; HEAD, E. M.; BAUER, G. R. Completely out-at-sea with two-gender medicine: a qualitative analysis of physician-side barriers to providing healthcare for transgender patients. **BMC Health Serv Res**, v. 15, n. 2, p. 45-64, 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.1186/1472-6963-12-110>. Acesso em: 24 out. 2023

SOUZA, M. V. L. de; SILVA, R. R. da; OLIVEIRA, M. C. P. de; SILVA, L. A. da; SILVA, M. V. G. da; VARGAS, D. de; HIPÓLITO, R. L.; SOUZA, M. das G. G.; SILVEIRA, M. L. F. G. da; MESQUITA, L. M. F. de; ARAÚJO, M. S.; IGNÁCIO, L. P.; FONTES, T. V.; ALENCAR, I. F. de; SOUZA, D. A. C.; OLIVEIRA, J. V. E.; NEVES, M. P. das; PEREIRA, A. V.; FILHO, M. O. S.; DUTRA, V. de C. de A. Acesso a PrEP por homens cisgênero e transexuais: Um estudo de abordagem qualitativa. **Res Soc Dev**, v. 10, n. 1, p. 1-9, 2021. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v10i1.11843>. Acesso em: 3 out. 2023.

SPIZZIRRI G.; EUFRASIO R.; LIMA, M. C. P.; NUNES, H. R. C. de; KREUKELS, B. P. C.; STEENSMA, T. D.; ABDO, C. H. N. Proportion of people identified as transgender and non-binary gender in Brazil. **Scientific Reports**, v. 11, n. 1, p.111-135, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1038/s41598-021-81411-4>. Acesso em: 27 set. 2023.

TAGLIAMENTO, G. Direitos humanos e a saúde: a efetivação de políticas públicas voltadas à saúde integral da população trans. BRASIL; MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Transexualidade e Travestilidade na Saúde**. Brasília, Ministério da Saúde, 2015, p. 65-79.

ZAMBRANO, E. Parentalidades "impensáveis": pais/mães homossexuais, travestis e transexuais. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, n. 26, jul/dez. 2006. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-71832006000200006>. Acesso em: 8 out. 2023.

Gabriela dos Santos Melo Bomfim

Graduada em Psicologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. – gabriela.santos.bf@gmail.com

Orcid: <https://orcid.org/0009-0009-2638-2207>

Daniel de Souza Campos

Docente adjunto da Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro. É doutor em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Coordenador do Grupo de Pesquisa e Extensão Prevenção da Violência Sexual. – daniel.ufano@gmail.com

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-8937-7474>

Vozes Insurgentes: das experiências de gênero vividas por travestis e transexuais

- Samira de Moraes Maia Viganó
- Gabriela da Silva
- Maria Hermínia Lage Fernandes Laffin

RESUMO

Neste artigo buscamos problematizar as (trans)trajetórias de vida e escolarização com base nas experiências vividas de travestis e transexuais. O objetivo é compreender os significados na vida cotidiana de travestis e transexuais com base em suas experiências vividas. Circunscreve-se em relatos diversos que em um movimento do pensar se inflexiona ao processo dialético de reflexão-ação crítica das estruturas opressivas, desiguais e injustas. Dialoga-se com Berenice Bento, Conceição Evaristo, Judith Butler e Patrícia Hill Collins. Trata-se de uma pesquisa de perspectiva qualitativa, com foco nas análises de contextos expressos nas produções escritas - entendidas como escrituras das partícipes. Como resultados as autoras-pesquisadoras situam que tiveram que enfrentar o (CIS)tema de subordinação, de inferiorização e de indiferença e buscam no cotidiano estratégias de transgressão, de resistência e de empoderamento.

Palavras-chave

Pertencimento. Travestis e Transexuais. Experiência vivida. Escrituras.

INSURGENT VOICES: GENDER EXPERIENCES LIVED BY TRANVESTITES AND TRANSSEXUALS

ABSTRACT

In this production of knowledge, we seek to problematize the (trans)trajectories of life and schooling based on the lived experiences of transvestites and transsexuals. The objective is to understand the meanings in the daily lives of transvestites and transsexuals based on their lived experiences. It is circumscribed in different reports that, in a movement of thinking, are influenced by the dialectical process of critical reflection-action of oppressive, unequal and unjust structures. Dialogue with Berenice Bento, Conceição Evaristo, Judith Butler and Patrícia Hill Collins. This is research from a qualitative perspective, focusing on the analysis of contexts expressed in written productions - understood as the participants' writings. As a result, the author-researchers state that they had to face the (CIS) theme of subordination, inferiorization and indifference and seek strategies of transgression, resistance and empowerment in their daily lives.

Keywords

Belonging. Transvestites and Transsexuals. Lived experience. Writings.

Introdução

Procuramos dialogar com leitores a partir de uma experiência de cosmopercepção de mundo e das múltiplas vivências da travestilidade, considerando trajetórias de vida e escolarização, que emergem da partilha de uma coletividade marginalizada e violentada. Descrever histórias sobre a vida, as experiências, os sentimentos, os sonhos, as esperanças e as indignações constituem um ato político transgressivo de emancipação e libertação, uma ação-reflexão que implica uma transformação.

Vivenciar as diferenças identitárias é algo que está cada vez mais em discussão, por diversos fatores, seja pela criação de políticas públicas, seja pelo respeito que cada ser humano necessita para viver com dignidade e seja pelo debate político e filosófico que se incorpora a tais conceitos. Assim, é mister trazeremos esse enfoque para o meio acadêmico, incorporando como conceito mediador a experiência de gênero vivida por pessoas que se autodefinem travestis e transexuais. Tais experiências são consideradas como uma das possibilidades de autodefinição da identidade de si, e que constituem os múltiplos saberes experienciados a partir de cada sujeito, pouco reconhecidos, em que denominamos como vozes insurgentes.

Esse artigo baseia-se em uma pesquisa de doutoramento em Educação, em que se unem as experiências vividas pelas autoras, juntamente com o levantamento de dados dimensionada nas análises junto a quatro participantes-autoras¹. Desse modo, procuramos dialogar com leitores a partir da cosmopercepção² de mundo e das múltiplas vivências transitadas, ao considerar as trajetórias de vida, de escolarização, e demais experiências individuais, as quais transbordam a partir de uma partilha identitária, coletividade, marginalizada e violentada. Em relação à autodefinição relacionada com as sujeitas da pesquisa, destacamos o que observa Patrícia Hill Collins (2021, p. 16) “a responsabilidade para definição da realidade de cada um cabe, sobretudo a quem vive essa realidade, a quem realmente passa por essas experiências”, nesse mesmo viés, emerge o conceito de autodeterminação.

O conceito de autodeterminação nos coloca como protagonistas de nossas experiências subjetivas, retirando a autoridade que, na sociedade vigente, ainda está tutelada por instituições médicas, jurídicas, religiosas e estatais, que nos delimitam em uma condição subalterna, patológica, criminosa e imoral. Quando os corpos trans assumem processos de produções discursivas sobre suas subjetividades, passam a rechaçar o pensamento colonizador e os processos de patologização (Nascimento, 2021, p. 107).

¹ A pesquisa foi apresentada ao Comitê de Ética com parecer de autorização da realização da pesquisa em dezembro de 2020.

² Tomamos de empréstimo esse termo, pensado pelo feminismo decolonial, para ressignificar uma maneira mais inclusiva de descrever a concepção de mundo por diferentes grupos culturais, nesse caso específico, os de travestis e transexuais. Que constrói sua cultura com base em suas experiências vividas de resistências sobrevivências.

Assim sendo, partimos de um processo de escrita que se embasa nas histórias sobre a vida, as experiências, os sentimentos, os sonhos, as esperanças e as indignações das partícipes, constituindo em um ato político transgressivo de emancipação, libertação e empoderamento. Essa ação-reflexão implica em uma transformação de que:

[...] a noção binária de masculinidade/feminilidade pode ser reconhecida, mas de todo modo a “especificidade” do feminino é mais uma vez totalmente descontextualizada, analítica e politicamente separada da constituição de classe, raça, etnia e outros eixos de relações de poder, os quais tanto constituem a “identidade” como tornam equívoca a noção singular de identidade (Butler, 2016, p. 22).

Destarte, cabe-nos considerar que o objetivo aqui se empreende em compreender os significados na vida cotidiana de travestis e transexuais com base em suas experiências. Consideramos, assim, as inflexões teóricas, políticas e de vivências que contribuíram para uma transleitura³ de mundo, entendemos que são mais que palavras escritas, são expressões de experiências vividas na prática, teorias vivas, que transitam nas travestilidades. Retratamos, nesse viés, como uma intersecção mergulhada nas experiências políticas e práticas advindas do pensamento feminista, transfeminista, que reflete e marcam epistemologias, saberes que se atravessam, oferecendo ferramentas analíticas. Tais olhares nos permite assumir a identidade na qual produzimos um pensamento investigativo crítico sobre experiências de opressão, dominação e subalternidade de pessoas travestis e transexuais, que historicamente vem reexistindo e sobrevivendo a este (CIS)⁴tema de violências e inferiorização.

Nessa perspectiva o conhecimento situado com base nas experiências vividas possibilita questionar e teorizar os saberes a partir do reconhecimento da própria identidade de gênero, e que não correspondem ao pensamento dominante (CIS)heteronormativo⁵ sobre gênero. Contudo, propomo-nos a revisitar saberes de uma abordagem decolonial, que rompe com os pressupostos ontológicos binários de sexo/gênero. Sendo assim, compreendemos que as contribuições do pensamento decolonial transfeminista não somente questionam as estruturas sociais e as epistemologias dominantes do que é ser homem e mulher na sociedade, mas transformam os saberes que legitimados hegemonicamente sobre eles.

³ Usamos o sufixo Trans como ideia de transitarmos em espaços de pessoas trans, que se emergem por meio de lutas e se colocam em performances de vidas diversas.

⁴ Utilizaremos o CIS como forma de demarcar os sistemas heteronormatizadores, que enquadram todas as pessoas dentro de uma lógica binária de homem e mulher.

⁵ Parte da norma biológica sexo/gênero e de que há uma essência do ser homem e mulher. Assim, naturalizam essas identidades dentro de uma sistematização histórica e social. Termo utilizado para se referir a homens e mulheres que se autodeclaram a partir do sexo biológico de nascimento.

Intersecções metodológicas

Do ponto de vista metodológico, a construção desse saber situado tem como objetivo compreender os significados que se expressam na vida cotidiana de travestis e transexuais com base em suas experiências em contexto sobre-vivência⁶ enquanto uma identidade divergente. Trata-se de recortes, baseados em uma primeira aproximação, com três das autoras-participantes da pesquisa, que trazem relatos, neles procuramos coletar algumas informações iniciais das dimensões sociais, culturais e identitárias que contribuem para analisar como pensam sobre determinado conceito e como se auto reconhecem e se afirmam.

Através do investimento na conscientização das pessoas e de um trabalho de formação política, é possível considerar as transformações e mudanças que a escolarização pode proporcionar às pessoas.

No caso específico desta produção, olhamos para práticas cotidianas de experiências vividas, trajetórias de vida de travestis e transexuais, bem como suas intersecções de gênero, raça, classe e sexualidade, para a “[...] interseccionalidade que valoriza a riqueza as múltiplas identidades que tornam cada indivíduo único” (Collins, 2021, p. 188). Trata-se de um olhar para as identidades nem sempre reconhecidas e visibilizadas nos discursos oficiais, nas epistemologias e ontologias do saber, viver, ser e poder.

Dentro desse contexto, a decolonialidade e as contribuições do pensamento interseccional como ferramenta analítica teórico-metodológica se conectam à compreensão das experiências vividas, tanto os particulares, quanto as de um grupo subalternizado, inferiorizado, marginalizado, patologizado e oprimido socialmente que se organiza para transgredir, subverter e resistir as classificações, abjeções e estereótipos de gênero. Nesse viés, compartilhamos do pensamento de Ribeiro (2017, p. 14), de que “[...] o propósito aqui não é impor uma epistemologia de verdade, mas contribuir para o debate e mostrar diferentes perspectivas”.

Para tanto, nos cabe como necessário retratar como os procedimentos metodológicos se inserem nessa escrita.

Para a segunda aproximação com as partícipes da pesquisa, proporcionamos uma atividade a partir da construção de escrita de uma carta-corpo, a qual, não apresentaremos na íntegra, mas retrataremos por meio de descrições e análises. Esse procedimento se refere a uma solicitação às autoras-participantes para escrever uma carta endereçada a elas mesmas, ao seu corpo. Nessa carta-corpo tomamos como emprestado a *Escrevivência* (Evaristo, 2017). Nesse sentido, a *Escrevivência*

⁶ Ao usarmos o termo sobre-vivências, nos aportamos em contextos negligenciados de experiências do viver, considerando quase que heroico o ato de viver e sobreviver sendo LGBTQIA+ no Brasil.

surge como uma alternativa de registro, um documento a ser lido e interpretado. Utilizamos essa proposta de escrita em intersecção com o pensamento de Conceição Evaristo (2017, p. 11), em que, “[...] as histórias são inventadas, mesmo as reais, quando são contadas. Entre o acontecimento e a narração do fato, há um espaço em profundidade, é ali que explode a invenção”.

Por fim, descrevemos que essa pesquisa é de cunho qualitativo, em que sugerimos que as partícipes da pesquisa narrassem as experiências que perpassaram a construção de sua identidade de gênero como única e singular. Ressaltamos a importância dos acontecimentos vividos na infância, na adolescência, nos momentos escolares, na família e em seu círculo de amigas/os.

Práticas e estratégias de sobre(vivências)

[...] A noção binária de masculinidade/feminilidade pode ser reconhecida, mas de todo modo a “especificidade” do feminino é mais uma vez totalmente descontextualizada, analítica e politicamente separada da constituição de classe, raça, etnia e outros eixos de relações de poder, os quais tanto constituem a “identidade” como tornam equivocada a noção singular de identidade.

(Judith Butler, 2016)

Essa noção binária violenta os corpos que divergem dessa normatização. Ao reconhecerem-se na identidade divergente, inserem-se em um contexto não categorizável pelas epistemologias (CIS)heteronormativas hegemônicas e dominantes, que, na maioria das vezes, invisibilizam corporalidades, identidades e subjetividades outras ao negá-las, silenciá-las, patologizando ou marginalizando as existências. Reafirmar tais identidades de gênero implica não na busca absoluta por uma verdade que as assemelhem, mas por uma concepção de que o outro é diferente de nós. Nesse contexto,

[...] o gênero nem sempre se constitui de maneira coerente ou consistente nos diferentes contextos históricos, e porque o gênero estabelece intersecções com modalidades raciais, classistas, étnicas, sexuais e regionais de identidades discursivamente constituídas. Resulta que se torna impossível separar a noção de gênero das intersecções políticas e culturais em que invariavelmente ela é produzida e mantida (Butler, 2016, p. 21).

A reafirmação identitária significa não procurar a origem da identidade de gênero universal, homogênea e dominante, mas as singularidades e particularidades que constituem cada identidade, como processo singular, individual e particular. Em relação à identidade de gênero, que se intersecciona com a identidade de raça, T-Megg Rayara⁷ Gomes de Oliveira (2018, p. 155) afirma que compreende “que a raça, além da identidade de gênero, contribui de maneira efetiva para estruturar as experiências de travestis e mulheres transexuais, já que o racismo acaba sendo um

⁷ Lançaremos mão do uso da letra T maiúscula como forma de demonstrar as teóricas transexuais utilizadas na escrita.

elemento adicional que opera para hierarquizar existências e definir os papéis sociais”. Portanto, há também o marcador de raça, assim como o de identidade de gênero das travestis e transexuais, que possibilita mais desigualdades e discriminações. A identidade de gênero se constitui pelo processo de identificação e de diferenciação em que as normas sociais de gênero que regulam os corpos sexuais, e a identidade de raça constituem-se como determinante para ações de exclusão.

Nesse devir de saber/ser/viver, os percursos históricos da existência e vivência demarcam o quanto os conhecimentos, que vêm de muitos lugares, de muitos encontros, de leituras, diálogos e de ensino e aprendizagem, são importantes para o processo de fortalecimento da identidade por meio do reconhecimento do ser político. Ao refletirmos sobre esse devir de saberes, epistemologias e encontros, dialogamos com Paulo Freire (2011, p. 08), que nos diz que isso:

[...] significa reconhecer o caráter histórico de minha certeza. A historicidade do conhecimento, a sua natureza de processo em permanente devir. Significa reconhecer o conhecimento como uma produção social, que resulta da ação e reflexão, da curiosidade em constante movimento de procura. Curiosidade que terminou por se inscrever historicamente na natureza humana e cujos objetos se dão na História como na prática histórica se gestam e se aperfeiçoam os métodos de aproximação aos objetos de que resulta a maior ou menor exatidão dos achados. Métodos sem os quais a curiosidade, tornada epistemológica, não ganharia eficácia.

Enquanto curiosidade epistêmica, o artigo apresenta um estudo em que se propôs a pesquisar e problematizar questões de pertencimento, mas não com a pretensão de ser uma verdade ou mesmo um referencial teórico dogmático, mas sim, reconhecendo que o todo faz parte de um todo social e está que colonizado por conhecimentos estruturados historicamente, sendo um desafio descolonizar e sulear⁸ saberes. Trata-se de uma das estratégias pedagógicas se constitui na possibilidade de intervir na consciência crítica em relação ao mundo, por intermédio do investimento na conscientização das pessoas, de um trabalho de formação política, considerando as transformações e mudanças que a escolarização pode possibilitar. Tornamo-nos, assim, conscientes da função social que desempenhamos enquanto pesquisadoras e docentes, na afirmação de nossa posição ética para com os desiguais e os que são deixados à margem.

Contudo, repensar o papel do posicionamento político educativo nos leva a pensar que cada demanda nos constituiu e nos faz ocupar diferentes espaços sociais de luta, organização e engajamento político. Isso se mostra na inserção de cada um de nós nos movimentos, na construção de saberes, nas reflexões da práxis pedagógica, e em um movimento dialético do pensar e agir no mundo em vivências de in/exclusão. As próprias experiências constituem um método de

⁸ Em geral, sempre buscamos nortear nossas pesquisas, mas aqui vamos sulear, o que implica em contrapor o caráter ideológico do termo nortear, dando visibilidade à ótica do sul como uma forma de contrariar a lógica eurocêntrica.

investigação crítica que historiciza a compreensão e interpretação de mundo, interseccionada pelas experiências.

Não há como negarmos de que historicamente os saberes apreendidos culturalmente sobre as travestis e transexuais, as colocaram em lugares de subalternidades, e isso refletiu em ações excludentes, que, na maioria das vezes, impossibilitou-as de exercerem seus direitos, no caso aqui dessa escrita, o direito de estudar. Sobre isso, a participante Juliana nos fala que:

Fiquei mais uns anos fora da escola. Ai com algumas pessoas pedindo para eu voltar e eu mesma comecei a pensar no futuro, pensei quem seria de mim aos 35 anos, 40 anos ou 50 anos aí resolvi voltar a estudar. Nesse meio tempo fazia faxina na casa de uma mulher eu trabalhava no CEJA eu hoje eu a tenho como uma “mãe” ou uma super amiga porque ela sempre está no meu lado e sempre me dando conselhos para o bem uma pessoa maravilhosa que eu conheci esses anos atrás, desde que eu voltei a estudar lá em 2010 ou 2011 no CEJA (Juliana, 2023).

As exclusões se perfizeram em vários âmbitos: família, escola e relações sociais, repercutindo em buscas alternativas para sobrevivência. A prostituição acaba por ser uma dessas alternativas. Diante dos muitos trânsitos percorridos nas pistas sobre os saberes do viver nas esquinas, elas se reorganizaram socialmente.

Para muitas travestis e transexuais, a prostituição, colocou a rua como uma pista de empoderamento, possibilitou que elas pudessem realizar muitos trânsitos. A experiência vivida com a prostituição veio se construído historicamente nas identidades como lugar de sobre-vivências e, em uma corporalidade transgressora.

Todo cenário colocado pela imagem de um corpo violentado tem sentidos de acordo com quem observa e é observado. Pode até não significar nada efetivamente relevante para quem despreza aquela identidade social e considera justo, senão natural, a sua marginalização ou extermínio. As populações trans, como as populações negras, passam muito por isso (Jesus, 2014, p. 9).

Assim, uma sociabilidade transvestigênera⁹ é forjada, na qual as sujeitas se acolhem e se reconhecem como pertencentes a um movimento transgressor de corporalidades, identidades e de saberes outros marginais. O termo transvestigênera une, em uma única palavra, as identificações trans, travesti e transgênero, é um neologismo que propõe substituir os termos e ser mais inclusivo.

A resistência e a existência começam muito cedo, como nos lembra a autora participante Bruna A, quando afirma que desde muito cedo já se percebia diferente: aos 10 anos, seu jeito afeminado era visível, inclusive em sua voz que era mais fina, e, como ela afirma: “algo que parecia ser estranho”.

⁹ Termo conduz no reconhecimento de todas as identidades de homens e mulheres transexuais, travestis, pessoas transgêneras, não binárias, pessoas que fogem do CISTema.



Ainda existem no contexto escolar, práticas educativas (trans)excludentes e que são escritas nas páginas de nossas histórias. Mas, há quem subverta o (CIS)tema binário de gênero e transpomos as barreiras estruturais normativas, povoando os espaços colonizadores “normativos” com corpos, histórias, resistências, compreendendo que:

[...] as experiências de trânsito entre gêneros demonstram que não somos predestinados a cumprir os desejos de nossas estruturas corpóreas. O sistema não consegue a unidade desejada. Há corpos que escapam ao processo de produção dos gêneros inteligíveis e, ao fazê-lo, se põem em risco porque desobedeceram às normas de gênero, ao mesmo tempo revelam as possibilidades de transformação dessas mesmas normas. Esse processo de fuga do cárcere dos corpos-sexuados é marcado por dores, conflitos e medos. As dúvidas por que eu não gosto dessas roupas? Por que odeio tudo que é de menina? Por que tenho esse corpo?” levam os sujeitos que vivem em conflito com as normas de gênero a localizar em si a explicação para suas dores, a sentir-se uma aberração, uma coisa impossível de existir (Bento, 2011, p. 551).

Porém elas resistem, como relembra Bruna B, cujas experiências vividas na prostituição foram significativas para sua sobre-vivência, uma experiência vivida de descoberta de si mesma para o mundo, essencial para sua autodefinição de gênero, sexualidade e pertencimento, ao situar que: “comecei minha transição quando passei a tomar hormônios femininos e a fazer sexo por dinheiro” (Bruna B, 2023). Em seu relato nos revela que a ingestão de hormônios foi uma condição para a afirmação de sua identidade de gênero, e, pela prostituição, conseguiu atingir o objetivo de alcançar o corpo desejado e reconhecido.

Tive poucas amizades e acabei saindo da escola. Comecei minha transição quando passei a tomar hormônio feminino e fazer sexo por dinheiro. Logo estava vestida da mulher. Nasci em uma família católica. Continuei morando com minha mãe e meus irmãos. Frequentei a religião evangélica, briguei e saí. Continuei fazendo programa na rua e conheci pessoas que trabalhavam em boates noturnas. Logo vim a trabalhar e viajei. Trabalhei em boates por um tempo. Um dia resolvi voltar a morar com minha mãe depois de retornar de Blumenau onde comecei a viver de aluguel. Na prostituição conheci um amigo gay e relatei a ele que tinha muita vontade de voltar a estudar. Daí entrei na EJA à noite nesse colégio da cidade terminei o ensino fundamental e depois voltei para Tubarão. E logo dei início no CEJA para fazer o ensino médio. Tive uma boa aceitação com os colegas e me tratavam bem. Não sentia que tinha preconceito na época (Bruna B, 2023).

A partícipe traz as memórias ainda da rede de amigos que construiu nesse seu transitar pelos diferentes espaços sociais LGBTQIA+, bem como as viagens que realizou nesse percurso e o quanto isso fortaleceu sua existência como travesti em sua trajetória de vida. Suas andanças nos remetem ao que afirma Berenice Bento (2017, p. 166), de que “[...] a memória não está condicionada aos espaços sociais em que o sujeito transita, mas aos espaços em que transita no momento em que essa memória é evocada”.

A participante Bruna A, também, descreve um pouco do que vivenciou:

Nos meus 15 anos vim a Tubarão e com o meu primo passei pela famosa (Jucasa) onde vi uma figura feminina achando que fosse uma mulher. Mas meu primo disse que era travesti. Foi aonde que vi a primeira vez uma e me encantei. Fui pra casa com aquela imagem na cabeça de um homem com corpo de mulher, seios e cabelo grandes, bunda grande, mas com órgão genital masculino. Já estudando no CEJA, foi uma coisa mais bem tranquila na minha fase de transição. Eram pessoas mais velhas um pouco, de pessoas com as mentes mais abertas, de pessoas também do meio transgêneras e tinha as pessoas que falavam por trás de nós, porque sempre tinha. Comecei a ter mais amigas travestis e numa dessa acabei indo no ramo da prostituição com 19 anos. Nessa experiência foi um flash com dinheiros gastos, violência e entre outros. Depois vi que era um pouco de ilusão. Mas era necessário porque o mercado de trabalho não está acostumado com essa trajetória de vida dos travesti (Bruna A, 2023).

A travestilidade não perpassa somente pelo desejo de pertencer ao gênero feminino, mas à necessidade de ser reconhecida numa identidade de gênero. Esta necessidade se constituirá também pelo padrão estético e normativo daquilo que os clientes exigem e reconhecem como sendo características de uma travesti profissional do sexo (T-Zanela, 2019).

A cena vivida e documentada por Bruna A evidencia a constituição estilizada do corpo sexuado, pois “[...] o corpo-sexuado fala através das roupas, dos acessórios, das cores. Se o corpo é plástico, manipulável, operável, transformável, o que irá estabilizá-lo na ordem dicotomizada dos gêneros é sua aparência de gênero” (Bento, 2017, p. 160). E, nesse caso, assemelha-se à estilização do que socialmente classificamos como mulher. Ambas reconhecem a importância da rede de amigos que se constrói no universo LGBTQIA+, e isso contribui também para a construção positiva da imagem.

Com a narrativa de Bruna A, podemos perceber que a performatividade de gênero não tem nada de natural, mas é um aprendizado constante; ela se percebe como outro(a) com aqueles que a cercam como imagens - mulheres e homens - e com suas vivências, e a partir disso se vê na possibilidade de se construir e pertencer a um determinado lugar. Ou seja, outras travestis e transexuais lhe mostram a possibilidade de viver o gênero desejado no contexto de emancipação social.

Essa construção social em relação a essa performatização do gênero descrito por Bruna A se ampara no que afirma T-Luma Nogueira de Andrade (2012, p. 104):

[...] essa identificação, que se baseia ao mesmo tempo na ideia de ser e de não ser, na afirmação e na negação, faz questão de se aproximar das representações feministas para criar uma definição de travesti, no sentido de traje e de trajetória, afirmando assim sua outra parte feminina, que é social e culturalmente construída.

Ao mesmo tempo, Bruna A destaca que percebe a experiência que vivenciou na prostituição como uma ilusão. Obviamente, há corporalidades e identidades em disputa nas esquinas, mas outras preferem seguir outros trânsitos e, assim, a escolarização e um projeto de vida a ser sonhado. Além disso, descreve que foram as amigas travestis e transexuais profissionais do sexo que lhe abriram as portas para exercer o trabalho sexual da prostituição. Considera a prática da prostituição como um lugar em que se pode vivenciar muitas experiências positivas, mas, ao mesmo tempo, considera essa uma realidade difícil e ilusória.

O trânsito que se dá na prostituição é um fenômeno da experiência de ancestral-vestilidade¹⁰, evocada na memória no movimento social de travestis e transexuais. Por isso, é fundamental relembremos as re-existências vividas no contexto das esquinas e as inserções sociais que ficaram apagadas na história, pois, como nos lembra T-Leticia Carolina Pereira do Nascimento (2021, p. 88), “[...] as disputas de gênero, rupturas e violências sofridas pelas mulheres transexuais e travestis estão presentes no decorrer da história brasileira, no entanto, apagadas, vozes esquecidas, poucos registros históricos e escasso reconhecimento”.

Foi através da prostituição que também se originou o movimento de travestis e transexuais. Desse modo, não podemos negar que a prostituição se constitui como uma prática e estratégia de re-existências e tem um potencial pedagógico decolonial de saberes advindos de lugares marginalizados, subalternizados e inferiorizados.

A história do movimento tem lugar de fala, como nos conta T-Jovanna Baby Cardoso da Silva (2021, p.17): “[...] “das ruas para todo o Brasil, o movimento social de travestis e transexuais, no nosso Bajubá, nasce nas ruas, nasce na prostituição, mas, o que foi feito no passado permite que hoje, nós, travestis e transexuais possamos ocupar mais a mais lugares”.

Em relação à categoria social que adotamos para pensarmos os saberes de re-existências, sobre-vivências e con-vivências construídos historicamente por travestis ou ancestralidades travestis. Como podemos visualizar nas histórias de T-Jovanna Baby, há muitos saberes envolvidos no contexto da prostituição para todas e todos que vivenciam essas experiências, desde os que as consomem aos que são consumidores.

Nessa dimensão, T-Maria Zanela (2019) situa que aprendeu, nas trocas mais íntimas, a descobrir sua sexualidade e o valor do seu corpo/corporalidade, através dos prazeres, perigos e de assumir a sexualidade como trabalho, o qual dá forma à existência travesti e à sobrevivência para uma vida precária. Principalmente por essa precariedade, ela transforma sua experiência vivida em prática de resistência, pois, o fato de saírem da rota, de mudarem de caminho faz as travestis

¹⁰ Ancestralidade travesti.

pagarem um preço muito alto; são perseguidas por parte da sociedade, são estigmatizadas como corredoras incapazes, como homens que substituíram o pênis e o tênis pelo salto alto, trocando a pista de corrida pela pista de dança ou por uma esquina qualquer. Elas não aceitaram o trajeto oficial, sonharam, inclusive, com seus próprios caminhos e com seus pódios, mas foram violentamente cooptadas para outras pistas que foram e que são oficializadas como “espaço travesti”, as pistas de dança, as pistas do teatro, as pistas do desfile, as pistas da rua, as pistas da prostituição (T- Luma Nogueira de Andrade, 2012, p. 112).

Para além do discurso vitimista que insiste em higienizar corporalidades travestis e transexuais no contexto da prostituição, há prazeres vivenciados possíveis de serem contados, como o fato de se realizar num gênero que é socialmente violentado ou re-existir, sobre-viver e con-viver para o sustento e a luta.

Como o trabalho necessita de qualificação profissional, nossa população precisa ser atendida em suas especificidades. Ainda persiste no imaginário social a relação entre prostituição e vadiagem. É salutar reconhecermos que a prostituição não é uma escolha ou algo indigno, pois, segundo as estatísticas da Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA)¹¹, a maioria da população trans e travesti que exerce o trabalho sexual foi expulsa cedo de casa e da escola.

Figura 1: Ciclo das exclusões/violências transfóbicas



Fonte: BENEVIDES, Bruna, 2021, p. 39¹².

A realidade de uma travesti ou transexual é estar constantemente exposta a atos de violências cotidianas. Para essa população, que em grande maioria sobrevive como trabalhadora sexual, a vulnerabilidade às violências, opressões e desigualdades é ainda maior. Com pouca

¹¹ Trata-se de uma instituição brasileira voltada a suprir as necessidades da população de travestis e transexuais, assim como combater a transfobia e gerar pesquisas que informem a situação dessa população.

¹²Disponível em: <https://antrabrazil.files.wordpress.com/2021/01/dossie-trans-2021-29jan2021.pdf>. Acesso em 11 jan. 24.

escolarização, as relações de trabalho, geralmente são marcadas por processos exploratórios, exercidos às vezes nas esquinas, sem proteção às intempéries climáticas e humanas, deixando as trans à mercê constante de reprovação, escárnio e abjeção.

Precisamos alertar para os possíveis efeitos desse pânico moral e da retirada dos temas gênero e sexualidade das escolas. Tais efeitos reforçam a estigmatização e a discriminação das identidades de gênero e sexuais que escapam da norma, assim como o aumento da homofobia, da lesbofobia e da transfobia e outras formas de violências físicas ou simbólicas. Ocorre, também, um aumento da evasão escolar e, conseqüentemente, da exclusão social desses sujeitos. Portanto, as violências acabam por criar uma demanda potencial de jovens e adultos que não completaram o direito mínimo à escolarização. No entanto, ainda faltam dados sobre a escolaridade de nossa população trans e travesti, assim como suas intersecções em relação à classe, gênero, raça e questões intergeracionais.

Cabe-nos aqui trazer como importante que há intersecções entre a experiência vivida e a prostituição, o racismo e a transfobia e o lugar que ocupam as travestis e transexuais na história. Conforme destaca T-Megg Rayara Gomes de Oliveira (2020, p. 176), “[...] a existência de travestis e/ou mulheres transexuais começava a ser anunciada em espaços específicos de cidades populosas como São Paulo, Rio de Janeiro e Salvador, em bares, portos, praças e bordéis”. São experiências vividas de violências que remetem à marginalização, muitas vezes derivadas de visões preconceituosas relacionadas a saberes da racionalidade que inferioriza e criminaliza corporalidades e identidades não (CIS)heterossexuais brancas.

Destacamos que a prostituição, historicamente, se estrutura como um trabalho precarizado, mas que a partir dela há, ainda uma classe que se movimenta para sobre-viver e re-existir. As travestis e transexuais, no contexto da prostituição, resistem às injustiças e desigualdades e apontam outros trânsitos. Portanto, seja nos Programas de Prostituição, seja nos Programas de Pós-Graduação, precisamos romper barreiras para dialogar e decolonizar saberes ainda colonizadores sobre nossas vidas.

Em síntese, a localização de travestis e transexuais no contexto da prostituição produziu e ainda produz saberes outros. Ao mesmo tempo, as experiências das autoras-participantes demarcam consciências de luta de um grupo distinto, e algumas carregam em suas corporalidades e identidades outros trânsitos. Isso é expresso nas experiências vividas pelas autoras-participantes que não partilham da mesma cosmopercepção.

Considerações Finais

Os estudos trans, um campo de saber voltado a compreensão das corporalidade, identidades, subjetividade e experiências vividas emergem a partir da crescente visibilidade de pessoas travestis e transexuais na sociedade, bem como nossa luta por reconhecimento, afirmação e autodefinição; de uma compreensão sociocultural mais humanizadora em relação a identidade de gênero. Distanciamos dos saberes (CIS)heteronormativos hegemônicos e na construção das experiências vividas de nossa própria realidade em oposição aos padrões hegemônicos binários construídos pelas ciências sociais e humanas. Percebemos, que a prostituição faz parte da consolidação de um pertencimento enquanto pessoa que necessita sobre-viver. Ao reconhecermos tal questão, vemos o quanto a escola negligencia corpos abjetos ao impor padrões hegemônicos, que retiram de todas aquelas pessoas a sua possibilidade de pertencer àquele lugar.

Em consonância com Collins (2021, p. 16), de “[...] que, em determinada sociedade, em determinado período, as relações de poder que envolvem raça, classe e gênero, por exemplo, não se manifestam como entidades distintas e mutuamente excludentes”. É por meio dessas sobreposições de relações de poder que a (trans)exclusão é praticada. Dessa forma, é negado o agenciamento político quando classificam como seres inferiores em termos de raça, gênero e sexualidade.

Nessa perspectiva, reconhecer-se como travesti é se inserir em um contexto no qual a pessoa se torna uma sujeita, muitas vezes, não categorizável pelas epistemologias cisheteronormativas hegemônicas e dominantes, que, na maioria das vezes, invisibilizam as sujeitas, ao negá-las, silenciá-las e patologizar sua existência, marginalizando-as. Portanto, é preciso reafirmar tais identidades, o que não implica a busca absoluta por uma verdade que as assemelhem, mas por uma concepção de que o outro é diferente de nós.

Constatamos que a vulnerabilidade social, falta de escolarização e a consequente dificuldade de absorção pelo mercado de trabalho formal, faz com que as pessoas trans (sobre)vivam da prostituição, colocando a população como alvo de assassinatos motivados por transfobia. Percebemos que, essa expulsão e estudantes travestis e transexuais das escolas ocorre porque são questionadas em relação à identidade de gênero, que é divergente do determinismo biológico, sendo que, esse mesmo questionamento não se aplica as mulheres cisgêneras.

Assim, vamos ressignificando nossas existências e a imagem que temos de nós como possibilidade de nos reconhecer em uma identidade de gênero. As experiências vividas por outras travestis e transexuais possibilitam a presença na sociedade, mostrando o caminho de viver o gênero desejado num processo de emancipação social ou, ainda, em busca de uma identidade de gênero



como exercício transformador de si. Reafirmamos, com este estudo, que há uma multiplicidade de ações de re-existir e de sobre-viver produzidas pelo movimento de travestis e transexuais brasileiras. Esse movimento de viver tem se constituído num desafio para muitas.

Em síntese, o que se pode analisar em relação às vozes que insurgem de pessoas trans é de que as experiências vividas são múltiplas e que há trânsito coletivos adivinhos das trajetórias individuais.

Referências

ANDRADE, Luma Nogueira de. **Travestis na escola: assujeitamentos e resistências à ordem normativa**. Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Fortaleza, 2012. Disponível em: <http://www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/7600/1/2012-TESE-LNANDRADE.pdf>. Acesso em: 09 ago. 2022.

BENTO, Berenice. Na escola se aprende que a diferença faz a diferença. **Estudos Feministas**, Florianópolis, 19(2): maio-agosto/2011. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2011000200016/19404>. Acesso: 11 ago. 2022.

BENTO, Berenice. **Transviad@s: gênero, sexualidade e direitos humanos**. Salvador: EDUFBA, 2017.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Tradução: Renato Aguiar, - 11ª ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

COLLINS, Patricia Hill. **Interseccionalidade**. tradução: Rane Souza. – 1. Ed. – São Paulo: Boitempo, 2021.

EVARISTO, Conceição. **Becos de memória**. 3. Ed. – Rio de Janeiro: Pallas, 2017.

FRANCO, Maria Laura Puglisi Barbosa. **Análise de conteúdo** [livro eletrônico]. – 1. ed.-Campinas, SP: Editora Autores Associados, 2021.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da esperança: um encontro com a pedagogia do oprimido**. 23ª ed. São Paulo/Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

JESUS, Jaqueline Gomes de (org.). **Transfeminismo: teorias e práticas**. Rio de Janeiro: Metanoia, 2014.

NASCIMENTO, Letícia Carolina Pereira do. **Transfeminismo**. São Paulo: Jandaira, 2021.

OLIVEIRA, Megg Rayara Gomes de. **Nem ao centro nem a margem: corpos que escapam às normas de raça e gênero**. Salvador: Devires, 2020.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?** Coleção Feminismos Plurais. Belo Horizonte:

Letramento, 2017.

SILVA, Jovanna Baby Cardoso da. **Bajubá Odara**: resumo histórico do nascimento do movimento de travestis no Brasil. Piauí: Picos, 2021.

ZANELA, Maria. Travestis em contexto de prostituição de rua: sexualidade como trabalho, dimensões estéticas e códigos de conduta. **Dissertação (Mestrado em Serviço Social)** – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Socioeconômico. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social: Florianópolis, 2019.

Samira de Moraes Maia Vigano

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4508924876401721>

Instituição: UDESC/FAED

E-mail: samirammvigano@gmail.com

Gabriela da Silva

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3414833882479547>

Instituição: UFSC

E-mail: geduca@hotmail.com

Maria Hermínia Lage Fernandes Laffin

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8076122422477570>

Instituição: UFSC

E-mail: herminialaffin@gmail.com

O direito de ser: A repressão da transgeneridade infantil como controle das infâncias

• Rivih Oliveira da Silva

RESUMO

A cisnormatividade pode ser conceituada como normas tidas como naturais que padronizam as subjetividades de gênero. Esse processo age principalmente nas infâncias, impondo violentamente a lógica cisnormativa. Partindo do pressuposto de que toda pessoa trans foi uma criança e adolescente trans, este artigo possui como objetivo principal identificar os impactos da repressão da transgeneridade infantil nas juventudes trans da Baixada Santista(SP), problematizando a efetivação dos direitos à infância e à adolescência. Para consecução de tal propósito foram utilizadas a pesquisa bibliográfica em conjunto com a coleta de narrativas de histórias de vida de três jovens transgêneros de diversas identidades de gênero da Baixada Santista (SP). A partir da metodologia executada, pôde-se evidenciar o controle e policiamento sobre as infâncias, gerando experiências de melancolia, relações conflituosas na família e escola e extrema patologização de suas identidades para os jovens trans.

Palavras-Chave

Transgeneridade; Juventudes; Infâncias; Direitos Humanos; Cisnormatividade.

THE RIGHT TO BE: THE REPRESSION OF CHILD TRANSGENDERNESS AS A CONTROL OVER CHILDHOOD

ABSTRACT

Cisnormativity can be conceptualized as norms taken as natural that standardize gender subjectivities. This process of normalization acts mainly in childhood, violently imposing cisnormative logic. Based on the assumption that every trans person was a trans child and adolescent, this article's main objective is to identify the impacts of the repression of transgender children and adolescents on trans youth in Baixada Santista(SP), also problematizing the implementation of rights to childhood and adolescence. To achieve this purpose, bibliographical research was used in conjunction with the collection of narratives of life stories from three young transgender people of different gender identities from Baixada Santista (SP). Based on the methodology carried out, it was possible to highlight the control and policing over childhoods producing experiences of melancholy, conflicting relationships in the family and school and extreme pathologization of their identities for trans young people.

Keywords

Transgenderness; Youth; Childhoods; Human rights; Cisnormativity.

Introdução

Compreende-se que transgeneridade e transsexualidade não são sinônimos. O termo transgeneridade expressa tanto a “[...] a incongruência da identidade de gênero com o sexo genital da pessoa, quanto tem o propósito de cobrir um amplo espectro de comportamentos considerados transgressivos ao dispositivo binário de gêneros” (LANZ, 2014, p. 74), dessa forma, transgeneridade não é somente a não identificação com o gênero designado ao nascer, mas é naturalmente uma oposição a cisnormatividade.

No Brasil, não há muitos dados específicos e levantamentos acerca da população transgênero, entretanto, estima-se, pela Universidade Estadual Paulista (UNESP), que 2% da população brasileira seja transgênero (AGÊNCIA BRASIL, 2021). Dessa forma, pode-se afirmar que 2% da população brasileira um dia foram crianças e adolescentes transgêneros. Questões acerca da transgeneridade infanto juvenil são permeadas pela farsa da “ideologia de gênero”, que veem a tentativa de debates acerca da diversidade de gênero como um atentado à integridade das crianças e à família. Entretanto, não discutir acerca da diversidade de gênero e transgeneridade infanto juvenil ignora a existência de crianças trans e a necessidade de sua proteção frente à sociedade cisnormativa.

Viviane Vergueiro conceitua cisnormatividade como “[...] um posicionamento, uma perspectiva subjetiva que é tida como natural, como essencial, como padrão” (VERGUEIRO apud GUZMÁN, 2014). A sociedade cisnormativa transfigura as subjetividades de gênero em uma única subjetividade, universal, natural e inquestionável. Essa normatização das subjetividades de gênero tem foco, principalmente, na infância. Quaisquer ações determinadas fora da lógica cisnormativa de ser são vistas como anormais e devem ser coibidas.

O presente artigo possui como tema a repressão à transgeneridade infanto juvenil e seus reflexos nas juventudes trans da Baixada Santista (SP) e problematiza a efetivação dos direitos à infância e adolescência, questionando se as juventudes trans, em uma sociedade cisnormativa que violentamente normatiza as subjetividades de gênero, acessa os mesmos direitos que as juventudes cisgêneras. Tendo como hipótese de que a falta de acesso da população trans aos seus direitos na juventude pode estar relacionada à repressão das possibilidades de variabilidade de gênero na infância.

A pesquisa possui como objetivo geral identificar os impactos da repressão da transgeneridade infanto juvenil nas juventudes trans da Baixada Santista. Para alcançar tal objetivo, foi realizada uma pesquisa bibliográfica e de campo, com a coleta de narrativas de memórias de vida de três jovens transgêneros residentes da Baixada Santista e participantes dos coletivos: Juventudes Trans 013 e Coletivo LGBTQIA+ “Brenda Lee”. Para realizar a pesquisa com seres humanos, o projeto de pesquisa foi

devidamente submetido e aprovado pelo Comitê de Ética e pela Plataforma Brasil¹ e, ao executar a pesquisa de campo, seguiu todas as normativas e regulamentações éticas necessárias para tal.

O artigo é dividido em três itens. Sendo o primeiro fruto de uma pesquisa essencialmente bibliográfica para esmiuçar as relações de gênero na infância Seguindo, no segundo item, introduz-se as narrativas de memórias de vida coletadas em pesquisa de campo e seguindo para a análise dos dados coletados, destrinchando os assuntos em comum às três narrativas coletadas. O artigo finda-se com uma análise da efetivação do acesso aos direitos por crianças trans.

O brincar de gênero na infância

Uma categoria fundamental na infância², enquanto período de desenvolvimento físico e social, é o gênero. Joan Scott define gênero como “um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos” e “uma forma primária de dar significado às relações de poder” (SCOTT, 1995). O gênero categoriza os indivíduos com base nas diferenças entre os sexos para validar a submissão de um sexo-gênero sobre outro, significando as relações sociais entre os gêneros na sociedade patriarcal.

Ao observar este fato, percebe-se a importância do gênero na infância, na perspectiva da reprodução social no sistema capitalista. Sabe-se que o sistema capitalista se apropria de outros sistemas de opressão e discriminação que o beneficie. A perpetuação do patriarcado deve-se ao fato de que a ordem deste sistema é benéfica na consolidação da propriedade privada, característica principal e necessidade do capitalismo. Como Engels apresenta em sua obra “A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado” (2007), a família nuclear, cisheterossexual e monogâmica surge da necessidade de reconhecer os pais dos filhos, portanto determinar sua linhagem e herança, para isso, necessita-se controlar o corpo e liberdade sexual das mulheres.

A monogamia não aparece na história, portanto, absolutamente, como uma reconciliação entre o homem e a mulher e, menos ainda, como a forma mais elevada de matrimônio. Pelo contrário, ela surge sob a forma de escravização de um sexo pelo outro, como proclamação de um conflito entre os sexos, ignorado, até então, na pré-história (ENGELS, 1984, p. 70).

O gênero, sendo o conceito base das relações de poder no patriarcado, tem grande impacto nas relações sociais das crianças entre si, em especial no ambiente escolar, seu principal espaço de sociabilidade. Buss-Simão afirma que “o gênero é uma categoria útil para classificar, dividir, seriar e

¹ CAAE: 70453523.1.0000.5505

² Emprega-se a concepção de infância, criança e crianças com base em Allison James e Adrian L. James.

juntar as crianças, e por isso passa a ser central no âmbito das creches, pré-escolas e escolas, mais do que a estratificação social ou pertencimento racial” (2013, p. 181) e que suas fronteiras, do que é ser menino ou menina, não são fixas, mas trabalhadas nas práticas sociais e culturais, especialmente no brincar.

O brincar, para além de uma atividade lúdica, é o modo de aprendizado e socialização das crianças. O brincar, como traz Rivero e Rocha (2019, p. 1), pode ser visto “[...]como uma atividade de confronto intercultural, em que as crianças constroem enredos complexos, misturam e combinam elementos diversos, provenientes das relações que estabelecem no contexto familiar e de educação infantil”. Dessa forma, a brincadeira é constituída com aqueles aspectos e elementos sociais que são trazidos pelos seus núcleos de sociabilidade, sendo um produto de matéria e fim social. Percebe-se que os principais elementos trazidos ao mundo lúdico do brincar infantil são oriundos das relações sociais de gênero.

Na pesquisa realizada por Caikoski e Moto (2021, p. 59) foi observado as percepções de crianças entre 9 e 11 anos, residentes da cidade de Rio Negrinho em Santa Catarina, sobre a temática “brinquedos infantis e a construção dos papéis de homem e mulher”, foi constatado que os meninos preferem brinquedos socialmente associados ao sexo masculino, como carros, bolas, skates, armas, bicicletas, dentre outros, enquanto o favoritismo das meninas foram em relação à bonecas, casinha, ursinho e utensílios de cozinha, de acordo ao esteriótipo de gênero.

É ingenuidade pensar que tal favoritismo, que condiz com os padrões e papéis de gênero da sociedade patriarcal, seja pura coincidência ou que naturalmente crianças possuem maior afeição por esses brinquedos. Como traz Nascimento (2016, p. 304), “os brinquedos oferecidos pelos adultos às crianças possuem uma carga ideológica de significados de uma cultura que separa hierarquicamente homens e mulheres”, dessa forma, o brincar com os brinquedos generificados faz parte do processo de apropriação das crianças sobre as normas de gênero. O brincar com os brinquedos se torna palco das primeiras formas de performance de gênero, a repetição dos papéis sociais de gênero, que é “[...] a um só tempo reencenação e nova experiência de um conjunto de significados já estabelecidos socialmente; e também é a forma mundana e ritualizada de sua legitimação” (BUTLER, 2018, p. 187).

Enquanto os brinquedos considerados de meninos estimulam ação e independência, os brinquedos considerados de menina relegam a mulher a afazeres domésticos e cuidado com os filhos (CAIKOSKI; MOTO, 2021, p. 63).

Todavia, o processo de aplicação da performance de gênero binário sob as crianças antecede o brincar, acometendo, primeiramente, o existir. Já na gestação o espectro do gênero ronda a futura existência de toda criança com a pergunta: “é menino ou menina?”. Como afirma Monteiro e Ribeiro,

“[...] sua formação enquanto sujeito bebê, menino ou menina, emerge como o evento organizado antes de sua concepção e continua após o nascimento mediante as operações cotidianas com a alçada no virtualizado (MONTEIRO; RIBEIRO, 2019, p. 162-163). Os autores mostram como o sexo do recém-nascido torna-se uma grande problemática, no fenômeno social e cultural de chás revelação, se torna um acontecimento e um objeto, um problema cuja solução é simples: a revelação do sexo e manutenção do status quo.

Pode-se concluir que, em uma ordem societária na qual se faz necessário a existência de forças opressoras estruturais para se manter a ordem vigente, as crianças se tornam principal alvo dos processos de normatização. Desde seu nascimento, o gênero é impregnado no universo infantil e acompanha-as durante a infância, no seu brincar, no seu socializar, no seu existir em sociedade enquanto um sujeito em desenvolvimento com o objetivo de controlar sua socialização. Limitar as possibilidades além do gênero binário se torna, então, um projeto de infância única, uma limitação das singularidades de cada criança individualmente e delas como um todo. Como afirma James e James (2004, p. 6, trad. livre):

O que é certo, entretanto, é que não importa o quanto adultos procurem controlar as infâncias e as crianças, cada criança possui a capacidade desde que nasceu de exercitar um nível de ação. É essa a capacidade que pais, e adultos no geral, procuram controlar pela inserção de tipos particulares de políticas sociais e educacionais com o objetivo de não só proteger crianças, mas de socializá-las e moldar o padrão de suas infâncias.

Não existe a criança sem o adulto, sendo conceitos codependentes. “A criança... não pode ser imaginada em exceção da sua relação à concepção de adulto, mas essencialmente se torna impossível gerar um senso bem definido de adulto, e de sociedade adulta, sem primeiramente posicionar a criança” (JENKS, 1996, p. 3, trad. livre). Dessa forma, se formos pensar nas questões de gênero na infância, elas são, apenas, reflexos da “sociedade adulta” e sua ordem social. Se a cisnormatividade faz parte do universo adulto, se expressando no cotidiano das relações sociais e nas estruturas da sociedade adulta, essencialmente capitalista e patriarcal, como foi previamente apresentado, isso será espelhado nas infâncias. A produção e reprodução social na sociedade capitalista não poderia deixar de incluir o controle das infâncias como forma de controle social e perpetuação da ordem vigente, quando um de seus pilares é a família nuclear.

Essa política capitalista de controle das infâncias em relação ao seu gênero para a perpetuação da cisnormatividade pode ser expressada pelo termo de Judith Butler “to be framed”. Para a autora, as pessoas, desde o seu nascimento, são “enquadradas” nas normas tidas como normais e naturais, são forçados a viver nesse quadro limitado de subjetividades de gênero, existência, possibilidades, etc.

To be framed (ser enquadrado) é uma expressão complexa em inglês; um quadro pode ser emoldurado (framed), da mesma forma que um criminoso pode ser incriminado pela polícia (framed), ou uma pessoa inocente (por alguém corrupto, com frequência a polícia), de modo que cair em uma armadilha ou ser incriminado falsa ou fraudulentamente com base em provas plantadas que, no fim das contas, “provam” a culpa da pessoa, podem significar framed. Quando um quadro é emoldurado, diversas maneiras de intervir ou ampliar a imagem podem estar em jogo. Mas a moldura tende a funcionar, mesmo de uma forma minimalista, com um embelezamento editorial da imagem, se não como um autocomentário sobre a história da própria moldura (BUTLER, 2017, p. 23).

As crianças, possuindo a singularidade de pessoa em desenvolvimento, nascem “inocentes” e são “enquadradas” em um crime que não cometeram. O crime em questão é o crime do gênero, que acomete todas as pessoas na sociedade cisnormativa. Como Butler apresenta em “Problemas de Gênero” (2017, p. 89), o gênero é uma categoria melancólica, pois “o melancólico recusa a perda do objeto, e a internalização se torna uma estratégia de ressuscitação mágica do objeto perdido”. Em uma sociedade cisnormativa essencialmente punitiva, a perda do gênero é iminente, uma perda no sentido da negação (da emasculinização dos “homens” e desfeminilização das “mulheres”), dessa forma, o gênero, então, seria a recusa da perda. Sobre o conceito de melancolia de Butler, a autora Larissa Hupalo de Oliveira (2020) afirma que a categoria melancólica do gênero explicita a máscara, uma estratégia da melancolia com o intuito de “criar uma identificação com o objeto perdido”, de modo que tal recusa aproprie o que foi recusado, “produzindo uma identidade da qual a estrutura se pauta por essa dupla negação”. Nas palavras de Butler (2017, p.80):

Em outras palavras, a máscara é parte da estratégia incorporadora da melancolia, a assunção de atributos do objeto/Outro perdido, na qual a perda é uma consequência de uma recusa amorosa. O fato de a máscara “dominar” e “resolver” essas recusas sugere que a apropriação é a estratégia mediante a qual essas recusas são elas mesmas recusadas, numa dupla negação que reproduz a estrutura da identidade através da absorção melancólica daquele que é, com efeito, duas vezes perdido.

Sendo a infância o espaço de apreensão das normas sociais pelos processos de socialização na interação, em especial, com as instituições família e escola e outras crianças, nas ações do brincar, como foi anteriormente abordado no capítulo, este período essencial do desenvolvimento humano se torna palco da extrema melancolia das possibilidades de gênero constantemente policiadas e aprisionadas. A “emolduração” das possibilidades de subjetividades de gênero, encarceradas compulsoriamente, incriminam àqueles acometidos pela “perda” que, como será demonstrado nos próximos capítulos, se expande para o campo material das experiências, sociabilidades, relações sociais e a própria existência enquanto ser humano.

(Cis)normalizando as infâncias

Ao coletar as narrativas de vida de jovens transgêneros no período de Agosto a Setembro de 2023, foram percebidos assuntos e experiências em comum entre os três entrevistados, sendo elas: a perda do gênero, a relação conflituosa com a família e a escola e, por último, a patologização da transgeneridade.

No decorrer de suas obras, Judith Butler traz como o gênero é uma categoria essencialmente melancólica, pois sua perda é iminente em uma sociedade cisnormativa. A perda do gênero é temida, pois é a perda da identidade e, nesta sociedade, a negação do gênero é a negação de sua existência e humanidade.

Leandro³, jovem não-binário de 21 anos residente de Itanhaém, ao compartilhar suas memórias de vida na entrevista, relata a presença de tal melancolia ao expressar uma feminilidade não conforme na infância e a impossibilidade de alcançar a “feminilidade tradicional”, sentimento este compartilhado por outro entrevistado, André, homem trans de 18 anos residente de Santos, que, mesmo que tenha se descoberto trans de forma “tardia”, em sua percepção, aos 12 anos, reconhece esta melancolia presente desde os 8 anos quando começou a “odiar o próprio corpo” (SOUZA, 2023, informações verbais). O sentimento melancólico da perda se intensifica frente à inevitável comparação interna e externa com as pessoas ao redor, especialmente proveniente da família.

Ao analisarmos as categorias sexo, gênero e sexualidade, percebe-se que, mesmo que na atualidade seja investido um esforço em individualizá-las teoricamente, no contexto biopolítico do capitalismo e patriarcado, as tais são indissociáveis. Não somente, mas no imaginário social, gênero e sexualidade são sinônimos, o desejo e a identidade se fundem em uma só compreensão, sendo assim, aqueles que sentem desejo pelo feminino, essencialmente pertencem ao masculino e vice-versa. Por isso, a experiência da comparação perpassa a vivência dos entrevistados com as pessoas de identidades transmasculinas sendo comparadas às mulheres cis lésbicas e pessoas de identidades transfemininas sendo comparada aos homens cis gays.

Em muitos casos, a perda do gênero também é a perda da vida. Segundo o levantamento do Trans Murder Monitoring (TRANSGENDER EUROPE, 2023), 95% das vítimas de assassinatos contra pessoas trans no Brasil foram mulheres trans ou pessoas transfemininas. Quando pensamos na perda do gênero na perspectiva de mulheres trans e transfemininas, a melancolia as acomete mais profundamente ao advir consequências enfáticas que ferem o seu direito à vida. Por conta disto, a passabilidade se torna uma necessidade e estratégia de sobrevivência para jovens como Jéssica,

³ Foram utilizados nomes fictícios para se referir aos entrevistados.

mulher trans de 19 anos residente do Guarujá.

Outro tema visto como comum entre as memórias coletadas é a relação conflituosa entre a criança, sua família e o ambiente escolar. Segundo Oliveira e Marinho-Araújo (2010, p. 107), a “escola e família são instituições diferentes e que apresentam objetivos distintos; todavia, compartilham a importante tarefa de preparar crianças e adolescentes para a inserção na sociedade, a qual deve ter uma característica crítica, participativa e produtiva”. Estes dois ambientes são os principais contextos do desenvolvimento humano e possuem um papel fundamental na formação das crianças como sujeitos em desenvolvimento.

“A família é considerada a primeira agência educacional do ser humano e é responsável, principalmente, pela forma com que o sujeito se relaciona com o mundo, a partir de sua localização na estrutura social”, tendo como responsabilidade a chamada educação primária, orientando o desenvolvimento e aquisição dos comportamentos adequados aos padrões sociais e morais, enquanto a escola tem como função a promoção da “socialização do saber sistematizado” (OLIVEIRA; MARINHO-ARAÚJO, 2010, p. 101). Dessa forma, ambas as instituições possuem a responsabilidade de moldar a criança e carregam consigo o caráter da doutrina, a moral inquestionável de perpetuar somente aquilo que é certo, acentuando as sequelas da repreensão das ações divergentes nas crianças.

É inegável a generalidade da rejeição em ambientes familiares e escolares vivenciada pela comunidade LGBTQIA+. Como Braga aponta em sua pesquisa ao coletar narrativas de jovens sobre a experiência de “sair do armário” (2018, p. 1301), “[...] as reações dos familiares ao se depararem com a ‘saída do armário’ dos adolescentes e jovens foram violentas, com o controle, a vigilância, perseguição e até expulsão de casa, além da repressão das expressões das vivências homoeróticas, muitas vezes silenciando-se frente a elas”. As vivências de Leandro e André se assemelham pela reação negativa dos familiares frente à sua transgeneridade.

Todavia, mesmo sendo a maioria das histórias sobre a não aceitação da família, não se deve reduzir a experiência da transgeneridade à uma única possibilidade. Chimamanda Ngozi Adichie alerta sobre os perigos da história única e a necessidade de sua rejeição: “quando rejeitamos a história única, quando percebemos que nunca existe uma história única sobre lugar nenhum, reavemos uma espécie de paraíso” (2019, p. 16). Histórias como a de Jéssica, que recebeu todo o apoio e incentivo da família, mesmo sendo exceções numa sociedade cisnormativa, não são menos importantes.

A rejeição nas escolas se materializa em casos de bullying que, segundo os dados do 17º Anuário Brasileiro de Segurança Pública, estão em constante crescimento, chegando a afetar 38% das escolas brasileiras no ano de 2021 (ABRACE, 2023). Como conceitualiza Oliveira (2018, p. 752), “bullying é entendido como um problema nas relações entre pares, caracterizado pelo desequilíbrio de poder entre as partes, pela intencionalidade e pela repetitividade dos atos de agressão”.

Indispensável ressaltar que a perpetuação do bullying não se resume aos alunos, pois como relata Leandro, professores constantemente implicam com jovens trans na rede de ensino, utilizando da sua posição de poder para constranger esses alunos.

Caminhando para a finalização deste subitem, será discutido o último assunto em comum nas narrativas: a patologização da transgeneridade. A história da transgeneridade é permeada pela patologização, medicalização e intervenções médico-cirúrgicas, fazendo da experiência do ‘ser trans’, um objeto de estudo da medicina. Recapitulando a longa e antagônica relação da transgeneridade e saúde, essa história não poderia começar de outra forma senão com uma Classificação Internacional da Doença: F64, os ditos “transtornos da identidade sexual”. Apenas em 2018 que a Organização Mundial da Saúde - OMS retira a transgeneridade da categoria de transtornos mentais... realocando-a para a ala de saúde sexual, agora sendo intitulada “incongruência de gênero”.

Entre os critérios de diagnóstico da intitulada “disforia de gênero infantil” do DSM-5, destacam-se: “forte preferência por papéis transgêneros em brincadeiras de faz de conta ou de fantasias; e, forte preferência por brinquedos, jogos ou atividades tipicamente usados ou preferidos por outro gênero forte preferência por brincar com pares do outro gênero”. Esses critérios são um claro exemplo do movimento de patologização da vida e da própria experiência de ser criança.

A patologização de uma experiência que deveria ser natural da humanidade como a variabilidade de gênero, reduz a vivência da população trans aos consultórios, aos centros cirúrgicos e aos divãs. No caso de crianças, na especificidade de sujeitos em desenvolvimento e processo de apreensão das normas sociais, quais vivências da infância são possibilitadas frente a extrema fiscalização?

[...] Como afirmar que existe um referente natural, original, para se vivenciar o gênero, se ao nascermos já encontramos as estruturas funcionando e determinando o certo e o errado, o normal e o patológico? O original já nasce “contaminado” pela cultura. Antes de nascer, o corpo já está inscrito em um campo discursivo. O gênero, portanto, é o resultado de tecnologias sofisticadas que produzem corpos-sexuais (Bento, 2008, p.55).

O direito de ser criança

A história da humanidade é a história das crianças, parafraseando Marx. Todavia, o protagonismo das crianças na história se mostra demasiadamente recente. A visão sobre as crianças como sujeitos de direitos no Brasil surge com os frutos do processo de redemocratização do Brasil após os cruéis anos de ditadura militar recheados de denúncias de violações de direitos civis, políticos e sociais. O período de redemocratização foi marcado pela mobilização da sociedade civil e movimentos sociais em prol da garantia dos direitos humanos fundamentais, resultando na construção

da considerada Constituição Cidadã, a Constituição Federal de 1988, onde foi destacada a importância de assegurar os direitos das crianças e dos adolescentes como prioridade absoluta. O artigo 227 da Constituição estabeleceu que é dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.

Em 1990, dois anos após a criação da nova constituição, promulga-se a Lei nº 8.069, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, materializando as extensas lutas e reivindicações sobre a proteção dos direitos das crianças e adolescentes no Brasil, sendo um marco desta luta por considerá-los sujeitos de direitos e determinar sua proteção integral como prioritária, como demonstra o seu artigo 4º:

É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária (BRASIL, 1990).

A criança e adolescente, como sujeito de direitos, possui todos os direitos sociais de um cidadão brasileiro, porém levando em conta a sua singularidade de pessoa em desenvolvimento (BRASIL, 1990). Entretanto, os caminhos da efetivação destes direitos dispostos no Estatuto da Criança e do Adolescente são atravessados pelas especificidades de cada criança e adolescente, seus marcadores sociais e sua realidade vivida. Sendo os marcadores sociais características que classificam e dividem os indivíduos na sociedade de acordo com suas diferenças, estando diretamente ligados às relações de poder e opressão, dessa forma é cabível questionar se crianças marcadas pela variabilidade de gênero possuem acesso aos seus direitos tal qual crianças que não a vivenciam.

A priori, necessita-se determinar a existência da “criança trans” como conceito. Deve ser salientado que tal determinação não possui o intuito de questionar a transgeneridade das próprias crianças, na medida em que isso é inegável visto que, mesmo não existindo levantamentos específicos que busquem quantificar o número de crianças trans no Brasil, parte-se do pressuposto que os 2% da população brasileira adulta que é transgênero fora um dia uma criança, sendo assim possível afirmar que 2% da população brasileira um dia foram crianças e adolescentes transgêneros. Questiona-se, o uso do termo “criança trans” e, especialmente, o contexto na qual é utilizado. Seria a “criança trans” uma terminologia científica utilizada para elucidar as experiências da transgeneridade na infância? Ou seria mais um termo vinculado ao histórico de patologização da transgeneridade e reafirmação desta experiência como “anormal”? E que conotação ou contexto este termo está atrelado?

“Crianças trans não existem” é uma frase comumente usada para contrariar o movimento

LGBTQIA+ e seus debates no âmbito das infâncias. O neoconservadorismo vem crescendo na sociedade brasileira e figuras políticas constantemente utilizam-se do campo dos direitos das crianças para disseminar seus ideais e comover a sociedade civil a defendê-los tornando as crianças como escudo humano de comoção. O movimento conservador “em defesa das crianças e da família” mascara a defesa de seu projeto de sociedade capitalista, patriarcal e cisheteronormativa e, com esse intuito, é imprescindível se opor avidamente ao avanço dos debates de gênero e sexualidade.

Como elucidada Leite, esses debates ganharam visibilidade no período eleitoral de 2018, onde o ex-presidente da república, atualmente tri-inelegível, Jair Bolsonaro foi eleito com o discursos de ódio intensamente homofóbicos, em especial o que pode ser considerado o pivô de sua eleição: a ressuscitação da polêmica envolvendo o Escola sem Homofobia de 2011 que transfigurou-se no pânico moral do “kit gay” (2019, p. 123). Com os avanços no campo dos direitos e democracia, o liberalismo e conservadorismo se unem em defesa do seu projeto de sociedade, não somente na moralidade, mas ampliando para a esfera econômica, evocando a “família” e a necessidade de sua proteção. “A cruzada moral se articula a um projeto de sociedade que não tem a garantia de direitos humanos no seu horizonte” (LEITE, 2019, p. 128).

O questionamento dos ideários fundados em noções de direitos humanos e sociais que informaram as lutas recentes pela reconfiguração de direitos ultrapassam o Brasil e mesmo a América Latina. A reação conservadora tem elementos transnacionais, não apenas porque a Igreja Católica tem capitaneado a ofensiva contra a agenda da igualdade de gênero e da diversidade sexual, mas também porque a insegurança decorrente da fragilização dos sistemas conhecidos de proteção parece abrir oportunidades para que, mais uma vez, se convoque “a família” contra o fantasma da subversão moral (BIROLI, 2018, p. 87).

O curioso, mas não surpreendente, deste movimento é que, mais uma vez, pintam o quadro da infância com a passividade infantil, a não-agência e alta influenciabilidade das crianças. Crianças são seres inertes e dependentes, sendo assim o mundo adulto necessita vigiá-las para protegê-las da promiscuidade, da corrupção e de tudo aquilo que as podem influenciar. Retoma-se a teoria de James e James, apresentada no capítulo predecessor, que aponta o controle das infâncias como forma de controlar a perpetuação da ordem social vigente.

Tendo isso em mente, quem são as “crianças trans” que, aparentemente, “não existem”? Favero, ao debater o conceito de “crianças trans”, afirma que o caminho não é responder o não com o sim, pois “[...] não se trata de uma política de convencimento” (2021, p. 158). Percebe-se que o termo vem sendo utilizado para demarcar a diferença de gênero na infância, contudo isso determina a cisgeneridade como o normal e típico de toda criança que, na sua categoria passiva de criança, não deve ser determinada precocemente, tornando defini-las como trans algo ameaçador e precoce. Essa precaução:

Trata-se de uma tradição psi que impõe aos sujeitos trans determinados períodos de tempo para garantir a veracidade daquela experiência, seja através de seis meses, como traz o DSM-5, ou dois anos, de acordo com a CID-10, de acompanhamento com profissionais especialistas (FAVERO, 2021, p. 159).

Favero ainda traz que existem dois tipos de “crianças trans”, as discutidas pelo ativismo trans e pela saúde. O ativismo pauta o tema não na perspectiva da infância, mas da retomada das violências contra a população transgênero que não faz distinção de idade, enquanto a saúde preocupa-se com o possível adoecimento e como evitá-lo. “Resumidamente: a criança trans do ativismo merece ser protegida em termos de direitos humanos, enquanto a mesma categoria, em relação ao campo da saúde, merece ser atendida para que não venha a adoecer” (FAVERO, 2021, p. 163).

Mas, no campo dos direitos e do serviço social, deve-se preocupar em como assegurar os direitos dessa categoria que é colocada entre a violação e adoecimento. Retomando os direitos documentados no Estatuto da Criança e do Adolescente, questiona-se como assegurar o direito à vida no país que mais mata pessoas transgêneros? Como assegurar à saúde se, constantemente, crianças com variabilidade de gênero se tornam bens da clínica com suas experiências sendo patologizadas? Como possibilitar o acesso à educação e à convivência familiar se as instituições família e escola trabalham para manter o status quo, violentando de diversas formas essas crianças?

Sobretudo, questiona-se quem tem o direito de ser criança se as experiências naturais e centrais da infância como período do desenvolvimento e produto social e cultural são vistoriadas e, se não conformes, patologizadas e reprimidas? A patologização da transgeneridade infantil é a patologização da própria infância, é o despir da agência e autonomia das crianças sobre a sua própria história, é impedir que sejam crianças. Defender e proteger as “crianças trans” é defender e proteger o direito de ser criança. De brincar, de se vestir, de socializar, criar conexões e vivenciar a longa e vasta experiência de existir enquanto ser humano.

Considerações

Partindo do que foi apresentado ao longo da monografia, pode-se afirmar que a hipótese proposta está correta. Devido às especificidades das infâncias divergentes no contexto de uma sociedade cisheteronormativa, as possibilidades de variabilidade de gênero são visivelmente limitadas, resultando na repressão da transgeneridade infantil viabilizado pela patologização da tal.

Essa análise da totalidade só é possível com a ampliação da teoria marxista e do Materialismo Histórico-dialético ao incorporar aspectos das teorias de gênero pós-estruturalistas, como a de Judith Butler. Com o desenvolvimento dos “novos movimentos sociais”, como afirma Toitio (2018, p. 64),

em 1960, o marxismo foi surpreendido com novos desafios teóricos na medida que tais movimentos se diferenciam do Movimento Operário. Tendo como resposta imediata dos marxistas a taxação dos tais como produto liberal e identitário, Judith Butler critica ao questionar “por que um movimento interessado em criticar e transformar os modos em que a sexualidade é regulada socialmente não pode ser entendido como central para o funcionamento da economia política?” (2000, p. 115; tradução livre). É um equívoco marxista de apenas considerar a esfera econômica como central para a apreensão da totalidade, pois a regulação da sexualidade humana possui como propósito a continuação da espécie, da classe trabalhadora hábil à exploração de seu trabalho. Portanto, questões acerca da sexualidade e gênero não estão fora da esfera econômica e estudos aprofundados sobre essas questões não destoam do Materialismo Histórico-dialético, mas promovem uma melhor análise da sociedade contemporânea.

Ao analisar as infâncias, percebe-se que esta vai além de uma mera etapa do desenvolvimento humano, sendo fruto de uma construção social e cultural, ademais de um objeto de controle do “mundo adulto”. Reduzir as infâncias à apenas um momento da vida contribui para a ideia de passividade das crianças que, ao longo da história, “[...] foram muito mais tratadas como agentes passivos e como receptores do que como actores ou mesmo consumidores ou participantes numa variedade de sistemas” (AMBERT apud. PINTO, 1997, p. 54). Essa ideia de passividade imposta às crianças é uma forma de controlar e regular as infâncias para a perpetuação da ordem vigente e da reprodução das relações sociais capitalistas. Como afirma James e James (2004, p. 25), “[...] se crianças não são agentes sociais [...] então claramente a “necessidade” de tais formas de controle ideológico e intervenções iriam desaparecer”.

O gênero atua nas infâncias como parte deste controle ideológico, pois sendo ele “uma forma primária de dar significado às relações de poder” da sociedade patriarcal, como afirma Scott (1995), percebe-se a importância do gênero na infância, na perspectiva da reprodução social na ordem capitalista. A brincadeira é a principal forma de aprendizado das crianças, constituída por aspectos e elementos sociais trazidos pelos seus núcleos de sociabilidade. Sendo a infância o espaço de apreensão das normas sociais pelos processos de socialização na interação, em especial, com as instituições família e escola e outras crianças, nas ações do brincar, este período essencial do desenvolvimento humano se torna palco da extrema melancolia das possibilidades de gênero constantemente policiadas e aprisionadas.

Com a coleta das narrativas pôde-se evidenciar os frutos deste projeto de controle e policiamento sobre as crianças. Ao analisar as histórias de vida dos três jovens transgêneros entrevistados, percebe-se que há três pontos em comum nas vivências dos tais: a perda do gênero, a relação conflituosa entre sujeito, família e escola e a patologização da transgeneridade. Judith Butler

discorre sobre como o gênero é uma categoria essencialmente melancólica, pois sua perda é iminente em uma sociedade cisnormativa, dessa forma, tal perda é experienciada por jovens trans pelas constantes comparações com a cisgeneridade, a não conformidade com a norma e, no caso de muitos, em especial mulheres trans e travestis, a morte.

Sendo a família e a escola os principais ambientes de socialização das crianças na infância, os tais absorvem da ordem social o dever de socializar as crianças na medida em que elas perpetuem a tal. Isso produz, na perspectiva das crianças trans, relações conflituosas com a família que, geralmente, mas não sempre, não aceita a identidade de gênero dos sujeitos. Na escola, a sociedade cisnormativa gera as altas ocorrências de bullying contra pessoas LGBTQIA+.

Todavia, o principal problema observado ao compreender as múltiplas e singulares experiências de ser trans, é a histórica patologização da transgeneridade. Ao recapitular a longa e antagônica relação da transgeneridade e saúde, sua história começa com uma Classificação Internacional da Doença: F64, os ditos “transtornos da identidade sexual”. Apenas em 2018 que a Organização Mundial da Saúde (OMS) retira a transgeneridade da categoria de transtornos mentais... realocando-a para a ala de saúde sexual, agora sendo intitulada “incongruência de gênero”. Mesmo com o novo nome, a transsexualidade continua sob a ótica de doença mental mesmo fora do CID de transtornos mentais, sendo categorizada e discutida por manuais como o DSM-5 da Associação Americana de Psiquiatria (APA). Este mesmo manual determina os critérios diagnósticos da “disforia de gênero infantil” que incluem o brincar e o socializar, os principais aspectos da própria infância. Na especificidade de sujeitos em desenvolvimento e processo de apreensão das normas sociais, quais vivências da infância são possibilitadas para as crianças frente a extrema fiscalização?

Dessa forma, deve-se questionar: “quem tem o direito de ser criança?”. A quem é dado as possibilidades de experimentar a própria infância e o estado singular de ser criança em uma sociedade que constantemente regula suas subjetividades? Ademais, como assegurar os direitos das crianças e dos adolescentes, dispostos no Estatuto da Criança e do Adolescente, se não é universalmente e igualitariamente efetivado o direito de ser criança? Dispõe-se, então, o desafio para o serviço social e todo o sistema de garantia de direitos: pensar e desenvolver, dentro e além dos limites e possibilidades da sociedade democrática de direitos, como defender as crianças trans para que elas possam ser crianças.

Referências

ABRACE. 38% das escolas brasileiras relatam problemas com bullying. Abrace Programas Preventivos 2023. Disponível em: <<https://abraceprogramaspreventivos.com.br/38-das-escolas-brasileiras-relatam-problemas-com-bullying>>. Acesso em: 23 nov. 2023.

ADICHIE, C. N. O perigo de uma história única. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

AGÊNCIA BRASIL. Transgêneros e não binários são 2% dos brasileiros, revela estudo. 2021. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/saude/noticia/2021-11/transgeneros-e-nao-binarios-sao-2-dos-brasileiros-revela-pesquisa>>. Acesso em: 30 set. 2024.

ASSOCIAÇÃO NORTE-AMERICANA DE PSIQUIATRIA. Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais. DSM-5.5 Ed. Washington, DC: APA, 2013.

BENEVIDES, B. Dossiê dos assassinatos e da violência contra travestis e transexuais brasileiras em 2022. São Paulo, 2023. Disponível em: <<https://antrabrazil.files.wordpress.com/2023/01/dossieantra2023.pdf>>. Acesso em: 22 de novembro de 2023.

BENTO, B. O que é transexualidade São Paulo: Brasiliense, 2008.

BRAGA, I. F. et al. Family violence against gay and lesbian adolescents and young people: a qualitative study. Revista Brasileira de Enfermagem, v. 71, n. suppl 3, p. 1220–1227, 2018.

BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 1990.

BRASIL. Lei 8.069 de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e Adolescente e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm>. Acesso em: 18 set. 2023.

BUTLER, J. P. Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018. Ed. 1.

CAIKOSKI, J. B.; DAL MORO, R. A. Gênero, Brinquedos Infantis e Divisão de Papéis Sociais. PsicoFAE: Pluralidades em Saúde Mental. 2021. V. 10. P. 53 - 64.

Children's Rights International. 2005. Newsletter 18 (march). Sydney: Children's Rights International.

DA SILVA, L. S. Entrevista I. [out. 2023]. Entrevistador: Rivih Oliveira da Silva, Santos, 2023.

DELORY-MOMBERGER, C. A pesquisa biográfica ou a construção compartilhada de um saber do singular. Revista Brasileira de Pesquisa (Auto) Biográfica, Salvador, v. 01, n. 01, p. 133-147, jan./abr. 2016.

ENGELS, F. A origem da família, do Estado e da propriedade privada. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984. Ed. 9.

FAVERO, S. Crianças Trans: Infâncias possíveis. 1ª ed. Editora Devires, 2021.

GUZMÁN, B. R. Colonialidade e cisnormatividade. Entrevista com Viviane Vergueiro. 2015. Disponível em: <<https://iberoamericasocial.com/wp-content/uploads/2015/01/Vergueiro>>. Acesso em 23 de abril de 2022.

JAMES, A.; JAMES, A. L. Constructing childhood: theory, policy and social practice. New York: Palgrave Mcmillan, 2004.

JENKS, C. *Childhood*. Londres: Routledge, 1996.

JUZWIAK, V. R.; JUZWIAK, C. R. Jogo de Cena. In: GOULART, P. M.; PEZZATO, L. M. (Org.) *Narrativas de si: práticas em educação em saúde*. Porto Alegre: Rede Unida, 2020.

LANZ, L. O corpo da roupa: a pessoa transgênera entre a transgressão e a conformidade com as normas de gênero. Uma introdução aos estudos transgêneros. Curitiba: Transgente, 2015. 446 p.

LEITE, V. “Em defesa das crianças e da família”: Refletindo sobre discursos acionados por atores religiosos “conservadores” em controvérsias públicas envolvendo gênero e sexualidade. *Sexualidad, Salud y Sociedad* (Rio de Janeiro), n. 32, p. 119–142, ago. 2019.

MARX, K.; ENGELS, F. *A ideologia alemã: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas (1845-1846)*. São Paulo: Boitempo, 2007.

MARX, K.; ENGELS, F. *Obras escolhidas em três volumes*. Rio de Janeiro: Vitória, 1963. v. 3.

MELLO, J. B. Entrevista III. [out. 2023]. Entrevistador: Rivih Oliveira da Silva, Santos, 2023.

NETTO, J. P. Notas introdutórias ao estudo do método de Marx. Disponível em: <<https://www.cressrn.org.br/files/arquivos/50RJ5W8gL69H4A2o122W.pdf>>. Acesso em: 25 set, 2023.

OLIVEIRA, C. B. E. de; MARINHO-ARAÚJO, C. M. A relação família-escola: intersecções e desafios. *Estudos de Psicologia* (Campinas), v. 27, n. 1, p. 99–108, mar. 2010.

OLIVEIRA, L. H. D. *Melancolia e Heterossexualidade em Judith Butler*. Dissertação (Mestrado). Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas - Universidade Federal de São Paulo. São Paulo, 2020.

PINTO, M. A infância como construção social. In: PINTO, M. SARMENTO, M. J. (Org.). *As Crianças: contextos e identidades*. Braga: Centro de Estudos da Criança, Universidade do Minho, 1997.

RIVERO, A. S.; ROCHA, E. A. C. A brincadeira e a constituição social das crianças em um contexto de educação infantil. *Revista Brasileira de Educação*, vol. 24, 2019.

RODRIGUES, E. G. *Visibilidade Trans na Produção Científica Brasileira: contextos, temas, desafios e tendências*. 2018. 110 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Ciências, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2018.

RODRIGUES, V. *Relato da mãe de uma criança trans*. s.d. Superintendência de inclusão, políticas afirmativas e diversidade - SIPAD. Disponível em: <<http://www.sipad.ufpr.br/portal/relato-da-mae-de-uma-crianca-trans>>. Acesso em: 02 de junho de 2022.

SALGADO, R. G.; SOUZA, L. L.; WILLMS, E. E. Infância, arte, gênero, sexualidade e educação. *Revista de estudos interdisciplinares em gêneros e sexualidades*, Salvador, n. 9, v. 1, maio-out, 2018.

SCOTT, J. W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez., 1995.

SOUZA, A. Z. de P. Entrevista II. [out. 2023]. Entrevistador: Rivih Oliveira da Silva, Santos, 2023.

TOITIO, R. D. Um marxismo transviado. Cadernos Cemarx, Campinas, SP, n. 10, p. 61–82, 2018. Disponível em: <<https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/cemarx/article/view/10921>>. Acesso em: 6 out. 2023.

Rivih Oliveira da Silva

Assistente Social e Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Políticas Sociais - PPGSSPS UNIFESP. E-mail: rivih.oliveira@unifesp.br





Monstruosidade e educação: alguns rabiscos sobre a Pedagogia do Esquisito ou a Pedagogia das Aberrações

• T. Angel

RESUMO

O presente texto será em primeira ~~pessoa~~ ~~monstra~~. Desobediente e aberrante. Sujo e marginal. Borrando as fronteiras do artigo e do ensaio visual. É um recorte do que tem sido desenvolvido na minha pesquisa de mestrado ou como prefiro chamar e faz mais sentido invocar e instaurar: monstrado. A pesquisa intitulada “Travessias de Monstruosidades: corpos docentes e discentes na educação” foi iniciada em 2021, no programa de mestrado da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo na área da Educação e Ciências Sociais: Desigualdades e Diferenças. Aqui, vamos articular o recorte de monstruosidade que tenho acionado e uma reflexão sobre a “Pedagogia do Esquisito ou a Pedagogia das Aberrações” que eu, enquanto professora e monstra, venho instaurando. Estou há poucos passos da defesa. Um não fim. Um ritual de passagem. Mais uma metamorfose.

Palavras-chave

Educação; Corpo; Monstruosidade; Freak; Dissidência.

MONSTROSITY AND EDUCATION: SOME SCRAWLS ABOUT THE PEDAGOGY OF THE WEIRD OR THE PEDAGOGY OF THE FREAKS

ABSTRACT

This text will be in first ~~person~~ ~~monster~~. Disobedient and aberrant. Dirty and marginal. Blurring the boundaries of the article and the visual essay. It is an excerpt from what has been developed in my master's research or as I prefer to call it and makes more sense to invoke and to put into place: monster's degree. The research entitled “Crossings of Monstrosities: docents and discents bodies in education” was initiated in 2021, in the master's program at the Faculty of Education of the University of São Paulo in the area of Education and Social Sciences: Inequalities and Differences. Here, we will articulate the monstrosity that I have been working on and a reflection on the “Pedagogy of the Weird or the Pedagogy of the Freaks” that I, as a teacher and monster, have been putting into place. I'm just a few steps away from the defense. A non-end. A rite of passage. Another metamorphosis.

Keywords

Education; Body; Monstrosity; Freak; Dissident.



Monstrologia e monstruosidade: um recorte

“Ball: Qual a sensação (...) Isso de mudar de forma. Dói ou... Perdão. Pergunta besta. Nimona: Sinceramente? Eu me sinto pior quando não mudo. É como se me desse um comichão. Sabe o segundo logo antes de espirrar? É tipo isso. Daí eu me metamorfoseio e me liberto. Ball: E se você resistir? Se não se metamorfosear? Nimona: Eu morreria. Ball: Santa Gloréth, que horror! Nimona: Deixa de ser ingênuo. Não é que eu morreria, mas eu também não estaria vivendo.” Nimona, 2023

É na obra *“Breve história do corpo e de seus monstros”* de Ieda Tucherman que encontro pela primeira vez e sempre entre aspas a palavra monstrologia. Utilizamos aqui monstrologia, Teoria dos Monstros, ou ainda, Estudos Monstros (*Monster Studies*) enquanto marcação pelas vias em que a travessia no monstrado se fez e se faz.

Tento escapar de algumas repetições (TUCHERMAN, 1999, p. 75) das explanações sobre monstruosidades, todavia, não terei receio em me repetir em alguns momentos. Por exemplo, considerando a sua importância, trazendo pontos da possível etimologia da palavra monstro e, principalmente, delineando qual recorte de monstruosidade estou a falar.

Percebo também, em razão da presente pesquisa, que no campo da monstrologia sempre se fala sobre um outro: o monstro. São recentes e ainda poucas as publicações dos monstros, monstres e monstras em primeira ~~pessoa~~ voz. Chamo a atenção aqui para as importantes contribuições epistemológicas de Suzy Shock, Paul Preciado, Jota Mombaça e Leticia Nascimento que foram fiéis companheiros de travessia na pós-graduação (e vida). Perceba que menciono quatro monstruosidades que estão relacionadas com a dissidência sexo-gênero-corpo. A tônica está servida.

Então, aqui é o momento que me volto e re-volto para escrever sobre corporalidades e subjetividades monstruosas. Contemplando as metamorfoses, mutações, transformações que se manifestam e se comunicam através do corpo. Pensando o corpo não enquanto assunto mas como objeto de desenho (STELARC, 1997). O corpo enquanto um meio como propõe José Gil em *“Metamorfoses do corpo”*:

“Sempre que falamos de “comunicar” com a natureza; sempre que o xamane pretende compreender a linguagem dos animais; sempre que as técnicas artesanais primitivas se referem aos materiais (à madeira, aos metais) como se se tratasse de seres vivos que é preciso “entender” - encontramos-nos perante um tipo de comunicação diferente da linguagem articulada e de qualquer código explícito. E qual é o médium utilizado? É o corpo, mas o corpo que abarca e atravessa todos os corpos individuais, é um corpo que contém em si a herança dos mortos e a marca social dos ritos”. (GIL, 1994, p. 43)

Esse corpo que contém e carrega a herança dos mortos e a marca social dos ritos é o meio e é por onde a travessia se inicia. Vamos caminhando. Pedindo a benção e celebrando quem veio antes de nós e *“para que nós possamos fazer sentido de nossas histórias e ensiná-las para nós mesmas e para aquelas que chegam depois de nós”* (ANZALDÚA, 2021, p. 189-190).

Quando falamos da categoria monstro/monstra/monstre precisamos definir de que lugar e em qual perspectiva estamos falando, considerando os seus variados significados e sentidos. Assim, iniciamos aqui o nosso recorte. Bisturi. Falo do lugar da monstra que reivindiquei para mim. Sutura.

Pensando em uma possível etimologia da palavra, segundo Jorge Leite Junior (LEITE, 2007), o termo monstro parece não possuir uma origem muito definida, o autor coloca que:

“Para Rosemarie Garland Thomson, tal palavra vem do latim monstra e significa “mostrar, apresentar”. Jeffrey J. Cohen afirma que monstro deriva do latim monstrum, com significado de “aquele que revela, aquele que adverte”. Também originando da língua latina, Claude Kappler informa que a essência de tal palavra estaria na raiz men, que indica os movimentos mentais. Dela surgiram as famílias de termos como monere, com o sentido de advertência divina, que com o tempo originou primeiro monistrum e depois monstrum e monstrare. José Gil conclui que monstro originou da palavra monstrare e que essa possui a ideia de “ensinar um comportamento, prescrever a via a seguir”.” (LEITE, 2012, p. 561)

Dentro dessas elucubrações sobre uma etimologia e genealogia do termo, podemos entender então a monstra/monstro/monstre como quem mostra ou revela algo (IEDA, 1999; COHEN, 2000; LEITE, 2007) ou como uma caricatura da natureza (GIL, 1997, p. 49). Enquanto uma manifestação daquilo que é fora do comum, que gera estranheza e produz sismos, precisamos compreendê-la e reconhecê-la, antes de tudo, como uma categoria do pensamento (LEITE, 2012, p. 562). O pensamento também está no corpo.

Cada época histórica tem suas monstras/monstros/monstres e, em consequência, propõe para este campo suas teorias, suas explicações, seus motivos e suas origens (TUCHERMAN, 1998, p. 6).

Se as monstruosidades variam de acordo com a sua época, assim também é o corpo. Na história humana o corpo sempre sofreu alguma espécie de manipulação (ANGEL, 2023). Não podemos perder de vista que o corpo – esse híbrido entre biologia e cultura – é uma construção que varia de acordo com o seu momento histórico. Como afirma Denise Bernuzzi de Sant’Anna na introdução do livro *“Políticas do Corpo”*:

“Memória mutante das leis e dos códigos de cada cultura, registro das soluções e dos limites científicos e tecnológicos de cada época, o corpo não cessa de ser (re)fabricado ao longo do tempo.” (SANT’ANNA, 1995, p. 12)

Ao longo do tempo o corpo é (re)fabricado e, assim também, são as monstruosidades. Nesse sentido, corpa e monstra são mais resultados das culturas que variam no tempo-espaco do que da biologia em si.

Monstras, monstros e monstres... Sendo crias das rupturas e do contexto de cada período,

caminhantes das fissuras, bailarinas monstruosas das brechas, habitam, transgridem e borram os limites das terras, dos corpos, do humano, inumano, animal, vegetal, mineral, anjo, demônio, alien, homem, mulher, homo, hétero, bissexual, *cyborg*, conhecido, desconhecido (LEITE, 2012, p. 562). Criaturas da limiaridade.

Aqui, estamos operando com a perspectiva da categoria monstra enquanto uma manifestação possível de existência e afirmação política da diferença. Então, por monstruosidade, isto é, aquilo que nos torna monstras, como um conjunto de marcadores sociais da diferença e intersecções (AKOTIRENE, 2018; DAVIS, 2016), que nos atravessam a carne por nossa forma de ser e estar no mundo (NASCIMENTO, 2021, p. 291), transgredindo o limite do natural e a lei civil, religiosa ou divina (FOUCAULT, 2002, p. 79). Pelo embaralhamento interseccionado - também conhecido como babado *feat.* confusão - de marcadores sociais, extrapolamos as noções de identidade como algo seguro e estável, instaurando estranhezas. Escapando da assimilação e captura pela elaboração de códigos complexos de compreensão. Problemas.

Marcas e intersecções, que por sua vez, são manifestas em nossas corpas e corpos e geram destabilizações: monstra é quem mostra algo, é quem sempre escapa e é quem sempre volta. Nascemos e nos deslocamos em travessia nos limites e nas encruzilhadas dos tempos e espaços (COHEN, 2000, p. 26-27).

Sexualidades não hétero, gêneros-diversos, modificações corporais não hegemônicas, classe, origem, crença e raça são alguns marcadores que se atravessavam e interseccionaram tanto em mim, quanto no grupo focal com quem realizei a pesquisa de campo do monstrado e que colaboraram generosa e imensamente com a construção da pesquisa, como também nas epistemologias insurgentes que foram a base de tudo. Multidões monstras estiveram comigo o tempo todo espantando a solidão da pesquisa acadêmica. É como se eu ouvisse Maria Bethânia sussurando em melodia no meu ouvido: “*não mexe comigo, eu não ando só, eu não ando só*”.

Há também que se considerar o processo de reapropriação e resignificação da palavra. Monstra foi e é usualmente um adjetivo utilizado enquanto uma ofensa, uma desqualificação e uma negação ou um não reconhecimento de humanidade (NASCIMENTO, 2021, p. 291). Reapropriação e resignificação da palavra assim como aconteceu antes com as palavras *queer* (bixa) pelas pessoas sexo-gênero dissidentes (LOURO, 2020), *crip* (aleijado) pelas pessoas com deficiência (MCCRUER, 2006) e *freak* (aberração) pelas pessoas da comunidade da modificação corporal (ANGEL, 2023). Considera-se ainda a importância da *Teoria Queer* para que esses processos e saberes aberrantes (LAPOUJADE, 2015) fossem possíveis. As teorias são feitas por pessoas, vidas corporais e por lutas coletivas: multidões, imensidões.

Se o poeta francês Alfred Jarry definiu que monstro é “*toda beleza de origem inesgotável*”

(apud MORAES, 2002, p. 123) é importante lembrar, como nos provocou o escritor, também francês, Georges Bataille ao dizer que “quanto maior a beleza, maior a ignomínia”. E nunca esquecer, como propõe Jorge Leite Junior, que a “monstruosidade é a infinita e possível mixagem, união e ou borramento entre as categorias socioculturais” (LEITE, 2012, p. 562).

Pensando a mixagem e hibridismo, é fundamental considerarmos que existem e florescem diversos modos e formas de monstruosidades. Quando falamos monstro, monstre ou monstra não estamos trabalhando na perspectiva generalizante, universal, estereotipada e cristalizada sobre essas possibilidades de manifestação. Com o cruzamento da minha biografia/necrografia, com a bibliografia selecionada, o trabalho de campo e essas múltiplas biografias, esse dado fica evidente e explícito. É um grão de areia.

Por fim, e não menos importante, é compreender esse nosso recorte de monstruosidade enquanto uma eufórica exploração da potência do próprio corpo, transformando-o em um campo de batalha como nos convidou a fazer a artista Barbara Kruger, transformando-o em um fervo e uma festa como propôs Eduardo Galeano (GALEANO, 2007, p.138). Uma reivindicação de si. É compreender o nosso recorte como a vida e a sua radical e poética expansão.

Como *Nimona*¹ diz, sem poder se metamorfosear ela não morreria no sentido literal, mas também não estaria vivendo. Não é sobreviver. É sobre viver. Nós já nascemos.

Recorte aqui ✂-----

Esquisita. Monstra. Viado. Sapata. Bixa. Preta. Gorda. Aberração. Monstro. Trava. Baitola. Monstro. Boiola. Anormal. Def. Endiabradas. Marginal. Vagabundo. Gorda. Mona. Transvestigenerere. Monstre. Freak. Preto. Sapatona. Maldita. Travesti. Endemoniadas. Translesbichas. Bicho. Alienígena. Esquisitona. Sapa. Diaba. Monstrona. Grandona. Esquisita. Monstra. Viado. Sapata. Bixa. Preta. Gorda. Aberração. Monstro. Trava. Baitola. Monstro. Boiola. Anormal. Def. Endiabradas. Marginal. Vagabundo. Gorda. Mona. Transvestigenerere. Monstre. Freak. Preto. Sapatona. Maldita. Travesti. Endemoniadas. Translesbichas. Bicho. Alienígena. Esquisitona. Sapa. Diaba. Monstrona. Grandona. Esquisita. Monstra. Viado. Sapata. Bixa. Preta. Gorda. Aberração. Monstro. Trava. Baitola. Monstro. Boiola. Anormal. Def. Endiabradas. Marginal. Vagabundo. Gorda. Mona. Transvestigenerere. Monstre. Freak. Preto. Sapatona. Maldita. Travesti. Endemoniadas. Translesbixas. Bicho. Alienígena. Esquisitona. Sapa. Diaba. Monstrona. Grandona. Esquisita. Monstra. Viado. Sapata. Bixa. Preta. Gorda. Aberração. Monstro. Trava. Baitola. Monstro. Boiola. Anormal. Def. Endiabradas. Marginal. Vagabundo. Gorda. Mona.

¹ Nimona é a personagem protagonista de uma animação baseada em um quadrinho de mesmo nome. Indicada ao Oscar em 2024 na categoria melhor animação. Abordaremos a obra mais adiante.

Transvestigenero. Monstre. Freak. Preto. Sapatoná. Maldita. Travesti.

Recorte aqui ✂

Pedagogia do esquisito ou a Pedagogia das Aberrações

“Não olhe nos seus olhos
Não creia no seu coração
Não beba do seu copo
Não tenha compaixão
Diga não à aberração.”

Caio Prado, Não Recomendado

Gosto da parte da pesquisa que é um revirar de acervo e víscera. Gosto ainda mais de perceber como as coisas não estão dadas, mas vão gradativamente sendo construídas. Talvez isso venha pelo fato de ter sido filha de uma mãe costureira e um pai pedreiro. Com ela e com ele aprendi a beleza da magia acontecer: tijolo depois de tijolo, retalho depois de retalho. Assim tem sido a *“Pedagogia do Esquisito ou a Pedagogia das Aberrações”*. Ao iniciar esse capítulo do monstrado, mergulhei em meu acervo e própria travessia na educação e as vísceras todas se reviraram, dançando em festa.

Em Outubro de 2017 eu escrevia no FRRRKguys o texto *“Notas sobre a pedagogia do esquisito e sobre as pessoas que não seria alguém”*². Antes disso, em Julho do mesmo ano, quando comecei os trabalhos com a segunda temporada de *Sauntering*, uma websérie documental sobre corpos modificados e dissidências, propus o episódio *“Pedagogia do Esquisito”*³. A sua sinopse diz:

“O segundo episódio da temporada dois de Sauntering vai para a sala de aula conversar com diferentes profissionais da educação que têm modificações corporais. Estivemos em três escolas de diferentes regiões, Osasco, Barueri e Extremo Leste de São Paulo. Fomos ouvir as histórias e experiências de três professores, que em comum carregam um corpo tatuado e com variados adornos. Buscamos entender sobre as relações complexas e dinâmicas que surgem dentro e fora das escolas partindo dessas falas. Em tempos em que a educação – principalmente a pública – enfrenta projetos de lei de intenção duvidosa e sofre ameaças não só de um sucateamento massificado como também censura, ouvir essas vozes é fundamental.”

(SAUNTERING, 2017)

A chamada *“Pedagogia do Esquisito ou a Pedagogia das Aberrações”* estava sobrevoando muito fortemente a minha cabeça nesse período, justamente porque é nele que eu havia feito o meu retorno para educação institucional para trabalhar como professora de educação básica na periferia

² “Notas sobre a pedagogia do esquisito e sobre as pessoas que não seria alguém” foi publicado em Outubro de 2017. Disponível em: <<http://www.frrrkguys.com.br/notas-sobre-a-pedagogia-do-esquisito-e-sobre-as-pessoas-que-nao-seriam-alguem/>>. Acesso em: 05 mai 2024.

³ O episódio foi filmado em Julho de 2017 e publicado no Youtube em Abril de 2018. Está dividido em três partes. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=504CZ42jXOM>>. Acesso em: 05 mai 2024.

de onde vivo e na escola em que estudei. A Revista Piauí noticiou na época o caso como “A volta”⁴, eu gosto de pensar enquanto uma re-volta. Fragmentos da travessia.

Percebia naquele momento, em sala de aula, no chão da escola e no território, o impacto que o meu corpo monstruoso gerava. Muitas nuances e tantas camadas. O desconforto, a curiosidade, o medo, o incomodo, o encantamento, o nojo, o espanto me atravessando com olhares, gestos e palavras. A mostra aterroriza, gera repulsa mas também atrai e desperta desejo (COHEN, 2020, p.48). Havia algo de esquisito e pedagógico acontecendo naquele espaço que fiz a minha travessia na educação básica. Sem teorizar ou sistematizar, era apenas outra sujeita vivendo e construindo outra pedagogia. Tateando e percebendo esse sismo.

Entendendo que, se todo corpo tem potencial para ser pedagógico, ou em outras palavras, que não se faz pedagogia e educação sem corpo, pude ir observando os deslocamentos que a minha presença mostra gerava, despertava e aflorava em sala de aula: tanto pelo corpo que eu sou e tenho, mas como também pelo que esse corpo carrega enquanto repertório e episteme. São outros movimentos e saberes. Há o que está fora e há um universo dentro.

Passei a ministrar palestras e aulas com esse título “*Pedagogia do Esquisito*” e dizia sempre, “*é algo que estou vivendo nesse momento*”. Abrindo brechas dizendo também que ela poderia se transformar em outra coisa em algum outro momento. Virar texto, vídeo, livro, pesquisa... ou talvez não virar nada, porque a experiência em si já estava sendo “a coisa”. E pensando essa pedagogia pela perspectiva mostra, ela sempre escapa. Faz parte, faz parte...

Entendo que grande parte dos convites que tenho recebido para falar da “*Pedagogia do Esquisito ou a Pedagogia das Aberrações*” não é pelo que ela era mas pelo potencial provocativo que ela tem enquanto proposta e de onde ela partia. Assim, ela também foi sendo construída durante essas falas e compartilhamentos generosos que pude vivenciar. Prática, reflexão e pesquisa. Bloco por bloco. Retalho por retalho.

Outro ponto que é importante registrar é que os convites chegaram também porque a minha presença mostra dentro da educação institucional – propondo uma pedagogia esquisita – rompia e rompe com a expectativa depositada sobre mim e, manifestações e instaurações de estranhezas, como eu. Os estereótipos são reais, assim como seus efeitos práticos e materiais. É comum que as pessoas me vejam e tenham algumas impressões não muito agradáveis de primeira vista e é curioso porque quem consegue passar do primeiro contato, acaba confessando o pavor ou desconforto que

⁴ Eu havia escrito um texto que viralizou no Facebook sobre esse retorno. Acabei recebendo o convite para falar sobre para revista. “A volta” é um texto escrito pelo jornalista Armando Antenore publicado em Junho de 2017 em versões impressa e digital. Na matéria sou tratada no masculino e na divulgação fui chamada de andrógino. Embora já me entendesse enquanto uma pessoa trans não-binária, estava no processo de elaboração e afirmação de como gostaria de ser tratada. É certo que ali o masculino não me ofendia, embora já não fizesse sentido algum para mim. Disponível em: <<https://piaui.folha.uol.com.br/materia/a-volta/>>. Acesso em: 05 maio 2024.

sentiu ao me ver pela primeira vez como um pedido de desculpa e reparação.

Então, ao me verem, as pessoas mais reacionárias imaginam que eu não trabalho e, as que são um pouco menos *reaças* pensam que, se trabalho, obrigatoriamente precisaria ser com tatuagem e *piercing* como uma espécie de destino único e fechado. Quando eu falo que sou professora, que trabalho em escola pública, há um tipo de espanto quase sempre impossível de conter. Eu percebo, mona. Eu percebo.

Sei que muitos convites que recebo para falar sobre educação partem dessa relação: impacto, espanto, repulsa, ruptura, provocação e desejo que a proposta e a proponente monstruosas geram em espaços institucionais marcados profundamente pela normatividade. Eu sou uma vagabunda eficaz (DELIGNY, 2018) e tenho feito bom uso dessas experiências.

Em 2018, quando utilizei esse título de “*Pedagogia do Esquisito*” pela primeira vez em uma palestra na “1ª Semana Acadêmica Integrada da Faculdade de Caieiras”, convite de uma amiga professora universitária e também mostra, preparei alguns *slides* que me acompanharia na fala. Era um auditório lotado. Eu tinha a experiência daquela pedagogia que estava sendo toda construída em meu corpo para ser compartilhada e um total de cinco laminas de *slides*: uma capa com o título; um sobre a definição da palavra *esquisito*; um sobre educação com imagens minhas em sala; um sobre diversidade com a imagem de um casal *freak* e *queer*; um último sobre inclusão citando a Declaração de Salamanca de 1994.

Falei sobre o revirar das vísceras, que dançam em festa, pois daquela primeira palestra, com seus cinco slides, a “*Pedagogia do Esquisito*” se tornou um curso em 2020 e 2021 de dois dias em cada ano, dentro da programação do *Transversalidades Poéticas*⁵ no eixo Pedagogias que aconteceu no Centro de Referência da Dança da cidade de São Paulo - CRDSP. A ementa do curso intitulada como “*(De)Formação: Pedagogia do Esquisito*” dizia:

“Isso não é uma formação: é uma deformação. É uma destruição. É uma fricção. É uma ficção. É uma fruição. É uma transformação. É uma revolução.

A deformação parte da biografia da T. Angel enquanto uma pessoa dissidente e seus diferentes atravessamentos na educação para se pensar sobre as relações que envolvem o ato de (des)ensinar e (des)aprender. Seja como discente. Seja como docente.

A deformação se desorganiza da seguinte maneira:

- 1) Aula teórica apresentando a biografia da T. Angel;
- 2) Aula teoria apresentando a pedagogia do *esquisito*;
- 3) Partilha de experiências no campo da educação pública;
- 4) Construção de um esqueleto monstruoso de um plano de aula que pode ser hipotético;
- 5) Partilha das monstruosidades construídas dentro ou fora da deformação.

Em tempos de sucateamento da educação enquanto projeto político e de poder

⁵ O *Transversalidades Poéticas* foi um projeto artístico pedagógico que aconteceu no Centro de Referência da Dança da Cidade de São Paulo – CRDSP em 2020/2021 proposto e coordenado por Solange Borelli, Vanessa Macedo e a Yaskara Manzini. Sua ação principal estava em fomentar e qualificar a dança investindo em sua pluralidade e singularidade. Foi pensado para ser realizado presencialmente e precisou ser adaptado para o virtual por conta da pandemia da COVID-19. Uma realização da Secretaria Municipal da Cultura e Cooperativa Paulista de Dança.

obscurantista, é urgente demarcar outros novos e estranhos territórios. Dinamitar. Apontar para o que está para além da fronteira. Fazer arder em chamas a normatividade compulsória. Chamas!” (ANGEL, 2020)

Revisitar esse material me toma de emoção, sobretudo porque agora enquanto organizo esse Frankenstein de monstrado, vou me reapropriando do próprio processo de construção da coisa toda. Você sente o movimento comigo?

A última aula que dei sobre essa pedagogia, que aconteceu em novembro de 2023 para uma turma da “Educação escolar inclusiva” no Instituto de Psicologia da USP – IPUSP eu carregava 60 laminas de slides e um corpo mais monstruoso pelas experiências, vivendo a “Pedagogia do Esquisito” e refletindo sobre ela no monstrado. Conto isso enquanto registro e testemunho do processo de sistematização e práxis que ela vem passando e, sobretudo, para não esquecer das etapas, dos degraus e dos tropeços. Ah! Os tropeços...

A consciência histórica de que uma corpa como a minha ocupando aquela posição de professora ou palestrante não era comum hoje e impossível no passado me fazia encher o pulmão para dizer, “estamos aqui e agora, vivendo a *Pedagogia do Esquisito ou a Pedagogia das Aberrações*”. Estamos rabiscando linhas e imaginando possibilidades. Caminhando. Caminhantes. Sonhando.

A “*Pedagogia do Esquisito ou a Pedagogia das Aberrações*” tem como inspiração o “*Manifesto Freak*”⁶ e está sendo articulada com dois pontos fundamentais:

1. A chegada e permanência de corpos dissidentes ocupando espaços/posições que historicamente foram negados, por exemplo, a educação institucional. Não apenas disputando narrativas, mas trazendo novas possibilidades e outras epistemologias. Movendo outros afetos e sensibilidades. Aproximando os movimentos sociais da educação e, ao contrário também.

2. Práticas pedagógicas emancipadoras e libertadoras que rompam com a normatividade compulsória na relação do ensino e aprendizagem. Reconhecemos obviamente que a representatividade é importante, todavia, reconhecemos também que há um perigo que a acompanha feito cavalo de Tróia. É preciso malícia para que não caiamos na armadilha da representatividade esvaziada, isto é, de nos aproximarmos de pessoas que supostamente deveriam nos representar – por compartilharmos alguma causa ou comunidade – e elas trabalharem contra a nossa população. Sobram exemplos.

“*A Pedagogia do Esquisito ou a Pedagogia das Aberrações*” busca atuar no sentido de produzir marcas de afeto e resignificar as marcas de outras dores, para docentes e discentes, para

⁶ O *Manifesto Freak* é um texto de 2015 e que publiquei em 2016 no FRRRKguys. É um chamamento para pessoas dissidentes, freaks e monstras diante do cenário que vinha de construindo com a ascensão da extrema-direita e do fascismo no Brasil. Disponível em: < <https://www.frrrkguys.com.br/manifesto-freak/>>. Acesso em: 05 maio 2024.

que transformados, possam transtornar o mundo e intervir na normatividade compulsória. Pois se o poder requer corpos tristes para que possa nos dominar, nós buscaremos ser corpos que conscientes de si e de suas potências dançam furiosamente, metralhando o tempo e espaço com sorrisos vibrantes e barulhentos que preencham a imensidão. Buscar com essa pedagogia gerar pulção e expansão da vida, “*ensinar a viver, não a morrer*” (DELIGNY, 2018, p.114). Somos imensas, rimos diante do perigo enquanto negação da dominação. Beijamos a beira do abismo, sem cair, e lambemos o fundo do poço, sem afundar. Nossa boca é vulcão em erupção. Lavas. Labaredas. Línguas bipartidas.

“O Poder requer corpos tristes. O Poder necessita de tristeza porque consegue dominá-la. A alegria, portanto, é resistência porque ela não se rende. A Alegria como potência de vida nos leva a lugares onde a tristeza nunca levaria.” Gilles Deleuze

“Não podemos fazer a luta contra o machismo, contra o racismo, contra o neoliberalismo, contra a pandemia, contra tudo que cotidianamente vivemos com corpos adoecidos, com corpos entristecidos, com corpos deprimidos. Porque uma das intencionalidades do sistema patriarcal é que as mulheres tenhamos corpos infelizes. E infelizes não podemos lutar” Lorena Cabnal, Derechos humanos de las humanas







Todas as imagens que ilustram o presente artigo foram compostas por mim durante a realização do monstrado, partindo da afetação do trabalho de campo. Elas integram a obra “*Encouraçado de T. Angel*”. Sangue humano e monstro congelado em uma forma de coração, com palavras coletadas no campo em tiras de papel. O tempo se encaminhou do resto: ocultar, mostrar e se transformar. Poética e livremente se transformar. *Monstrificar*.

Referências

ANGEL, T. **A história da modificação corporal no Brasil – 1980-1990 – 2ª Edição**. Curitiba: Editora CRV, 2023.

ANZALDÚA, Glória. **A vulva é uma ferida aberta & outros ensaios**. Tradução Tatiana Nascimento. Rio de Janeiro: A Bolha Editora, 2021.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia**. Rio de Janeiro: Editora 34, 1997.

DELIGNY, Fernand. **Os Vagabundos Eficazes: operários, artistas, revolucionários: educadores**. São Paulo: N-1 Edições, 2018.

_____. **Semente de crápula: conselho aos educadores que gostam de cultivá-la**. São Paulo: N-1 Edições, 2023.

FOUCAULT, Michel. **Os anormais: curso no Collège de France (1974-1975)**. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

_____. **História da Sexualidade. v.1: A vontade do saber**. 11a ed. Rio de Janeiro: Graal, 1987.

_____. **Uma estética da existência**. In M. Foucault (Ed.), *Ética, sexualidade, política* (pp. 288-293). Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.

_____. **O poder psiquiátrico: O poder psiquiátrico: curso dado no Collège de France (1973-1974)**. São Paulo: Martins Fonte, 2006.

_____. **Em defesa da Sociedade: Curso no Collège de France (1975-1976)**. São Paulo, Martins Fontes: 1999.

_____. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão – 42ª edição**. Petrópolis: Vozes, 2014.

FREIRE, PAULO; NOGUEIRA, Adriano. **Que fazer: teoria e prática em educação popular – 2ª edição**. Petrópolis: Vozes, 1989.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa – 26ª edição**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

_____. **Pedagogia da Esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido – 10ª edição**. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

_____. **Pedagogia da Indignação: cartas pedagógicas e outros escritos**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2022.

_____. **Pedagogia do Oprimido – 86ª edição**. São Paulo: Paz e Terra, 2023.

GIL, José. **Monstros**. Lisboa, Quetzal Editora, 1994.

GREINER, Christine. **Corpos Crip: instaurar estranhezas para existir**. São Paulo: N-1 Edições, 2023

GROS, Frédéric. **Caminhar, uma filosofia**. São Paulo: Ubu Editora, 2021.

HALBERSTAM, Jack. **A arte queer do fracasso**. Pernambuco: Cepe Editora, 2000.

_____. **In a queer time and place: transgender bodies, subcultural lives**. Nova Iorque, Londres: New York University Press, 2005.

HOOKS, bell. **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade**. São Paulo: Martins Fontes, 2017.

LAPOUJADE, David. **Deleuze, os movimentos aberrantes**. São Paulo: n-1 edições, 2015.

LE BRETON, David. **Adeus ao corpo**. São Paulo: Papirus, 2003.

LEITE JR, J. **Monstros usam roupas? A veste nos monstros e a monstruosidade nas vestes**. *dObra[s] – revista da Associação Brasileira de Estudos de Pesquisas em Moda, [S. l.]*, n. 36, p. 271–298, 2022. DOI: 10.26563/dobras.i36.1616. Disponível em: <<https://dobras.emnuvens.com.br/dobras/article/view/1616>>. Acesso em: 17 fev. 2023.

_____. **Transitar para onde? Monstruosidade, (des)patologização, (in)segurança social e identidade transgêneras**. Ref – Revista Estudos Feministas, v. 20, n. 2, 2012. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/issue/view/1905>>. Acesso em: 17 fev. 2023.

_____. **Monstros, bufões e freaks: riso, medo e a exclusão dos anormais**. Caderno dos doutores da alegria. n. 2, 2006.

_____. **O que é um Monstro?** Portal da Secretaria da Educação do Estado do Paraná. 2007. Disponível em: <[O que é um monstro? - Filosofia & Ciências - Disciplina - Filosofia \(seed.pr.gov.br\)](http://O%20que%20%C3%A9%20um%20monstro%20-%20Filosofia%20&%20Ci%C3%AAncias%20-%20Disciplina%20-%20Filosofia%20(seed.pr.gov.br))>. Acesso em 10 fev. de 2023.

LOURO, Guacira Lopes. **Um Corpo Estranho – Ensaios sobre sexualidade e teoria queer – 3ª edição**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2020.

_____. **Teoria queer: uma política pós-identitária para a educação**. Rev. Estud. Fem., Florianópolis, v. 9, n. 2, p. 541-553, 2001.

_____. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. 6. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

_____. **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. 2.ed. Tradução dos artigos: Tomaz Tadeu da Silva. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

LOURO, Guacira Lopes.; NECKEL, Jane Felipe.; GOELLNER, Silvana Vilodre (Orgs.). **Corpo,**

gênero e sexualidade: um debate contemporâneo na educação. Petrópolis: Vozes, 2003.

MCRUER, Robert. **Crip Theory: cultural signs of queerness and disability.** Nova Iorque: New York University Press, 2006.

MOMBAÇA, Jota. **Não vão nos matar agora.** Rio de Janeiro: Cobogó, 2021.

_____. **Rastros de uma Submetologia Indisciplinada.** Concinnitas. ano 17, volume 01, número 28, 2016. p. 334-354.

_____. **Pode um cu mestiço falar?** [S.I.]: Medium, 2015. Disponível em: <<https://medium.com/@jotamombaca/pode-um-cu-mestico-falar-e915ed9c61ee>>. Acesso em: 30 jan. 2024.

NASCIMENTO, Letícia C. P. **Transfeminismo.** São Paulo: Editora Jandaíra, 2021.

_____. **Eu não vou morrer: solidão, autocuidado e resistência de uma travesti negra e gorda para além da pandemia.** Inter-Legere, Natal, v.3, n.28, p.1-22, 2020.

_____. **Monstra-Florescer: Feminilizando práticas educativas.** In: ADAD, S.J.H.; LIMA, J.D.S.; BRITO, A.E. (Org.). Práticas educativas: múltiplas experiências em educação. Fortaleza: EdUECE, 2021, p.286-306.

PERRA, Hija de. **Interpretações imundas de como a Teoria Queer coloniza nosso contexto sudaca, pobre de aspirações e terceiro-mundista, perturbando com novas construções de gênero aos humanos encantados com a heteronorma.** Revista Periódicus, 2a edição, novembro 2014 - abril 2015.

PRECIADO, Paul B. **Um apartamento em Urano: Crônicas da travessia.** Zahar. São Paulo. 2020.

_____. **Multidões queer: notas para uma política dos anormais.** In Rev. Estud. Fem. vol.19 no.1 Florianópolis Jan./Apr. 2011.

_____. **Eu sou o monstro que vos fala.** Rio de Janeiro: Zahar, 2022.

SANT'ANNA, Denise Bernuzzi. **Políticas do Corpo.** SP: Estação Liberdade, 1995.

SILVA, Tomaz Tadeu da (org.), **Pedagogia dos Monstros: os prazeres e os perigos da confusão de fronteiras.** Belo Horizonte, Autêntica, 2000.

STELARC. **From Psycho to Cyber Strategies: Prosthetics, Robotics and Remote Existence, Cultural Values.** October, vol. 1, no. 2, pp. 241-249, 1997.

TUCHERMAN, Ieda. **Breve história do corpo e de seus monstros.** Lisboa: Veja, 1999.

Manifestos

ANGEL, T. **Manifesto Freak**. 2015. Disponível em: <<https://www.frrrkguys.com.br/manifesto-freak/>>. Acesso em: 30 jan 2024.

HARAWAY, Donna. **Manifesto Ciborgue: ciência, tecnologia e feminismo-socialista no final do século XX**. Ponta Grossa: Editora Monstro dos Mares, 2022.

KOYAMA, Emi. **The transfeminist manifesto**. In: DICKER, Rory; PIEPMEIER, Alison (orgs.). *Catching a wave: reclaiming feminism for the 21st century*. Líbano: Northeastern University Press, 2003. P. 244-259.

LAPPONI, Estela. **Anti-inclusão Manifesto**. 2012. Disponível em: <<https://estelapponi.blogspot.com/2012/05/anti-inclusao-manifesto.html>>. Acesso em: 30 jan 2024.

LUSTOSA, Tertuliana. **Manifesto traveco-terrorista**. *Revista Concinnitas*, v. 1, n. 28, p. 384-409, 2016.

PRECIADO, Paul. **Manifesto Contrassexual. Políticas subversivas de identidade sexual**. São Paulo: n-1 edições, 2014.

YORK, Sara Wagner, OLIVEIRA, Megg Rayara Gomes, & BENEVIDES, Bruna. (2020). **Manifestações textuais (insubmissas) travesti**. *Revista Estudos Feministas*, 28(3).

ZPIRA, Lukas. **Body Hacking Manifesto 2.0**. 2004. Disponível em: <<https://www.frrrkguys.com.br/body-hacking-manifesto-2-0-de-lukas-zpira/>>. Acesso em: 30 jan 2024.

T. Angel

É Professora de Educação Básica II – PEB II na rede estadual de São Paulo. É mestranda em educação pela Faculdade de Educação da Universidade São Paulo - FEUSP. – t.angel@usp.br
Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-2624-413X>

Pela nomeação da transmasculinofobia: uma análise transfeminista

- Cello Latini Pfeil
- Bruno Latini Pfeil
- Cauê Assis de Moura

RESUMO

Desde os anos de 1970, percebemos uma maior projeção do transfeminismo nos estudos de gênero e em espaços feministas. Primeiramente nos Estados Unidos, e seguindo para a América Latina nos anos 2000, o transfeminismo cresceu como importante movimento para a visibilização de pautas de pessoas trans e gênero-dissidentes, rompendo com a cisnormatividade dos feminismos. Todavia, como buscamos demonstrar, as transmasculinidades enfrentam apagamento e invisibilização no interior de tais movimentos, se deparando com uma lacuna epistemológica em relação à nomeação – como nomear as violências direcionadas contra as transmasculinidades? Como combater violências específicas que, no entanto, não possuem um nome para identificá-las? Neste artigo, temos como objetivo averiguar os obstáculos que pessoas transmasculinas enfrentam dentro e fora de movimentos feministas, observando posteriormente a necessidade de nomear o substrato desses obstáculos: a transmasculinofobia.

Palavras-chave

Transmasculinofobia; Transfeminismo; Transmasculinidades; Nomeação; Cisgeneridade.

NAMING TRANSMASCULINOPHOBIA: A TRANSFEMINIST ANALYSIS

ABSTRACT

Since the 1970s, transfeminism has become more prominent in gender studies and feminist spaces. First in the United States, and then in Latin America in the 2000s, transfeminism has grown as an important movement for making the agendas of trans and gender-dissident people visible, breaking with the cisnormativity of feminisms. However, as we demonstrate, transmasculinities face erasure and invisibilization within these movements, facing an epistemological gap in relation to naming - how to name the violence directed against transmasculinities? How can we combat specific forms of violence which, however, do not have a name to identify them? In this article, we aim to investigate the obstacles that transmasculine people face inside and outside feminist movements, and then look at the need to name the substratum of these obstacles: transmasculinophobia.

Keywords

Transmasculinophobia; Transfeminism; Transmasculinities; Naming; Cisgenderity.

Introdução

Diferentes concepções de patriarcado podem ser traçadas de acordo com a perspectiva adotada. Se, por exemplo, feministas socialistas compreendem que o combustível da opressão é o capitalismo, as feministas radicais atribuem a responsabilidade sobre a violência de gênero à dominação “masculina” (ROGUE, 2012). Ao pensarmos no caráter masculino dessa dominação, nos questionamos - como pensar as transmasculinidades? Ao considerarmos fatores de classe, raça, territorialidade, sexualidade, deficiência e expressão de gênero, quais corporalidades são levadas em consideração na definição de “patriarcado” ou no direcionamento de movimentos feministas? Em nossas trajetórias acadêmicas, percebemos que as transmasculinidades se deparam com uma profunda invisibilização, tanto dentro de espaços feministas e de estudos de gênero, como em outros campos. Diante desse apagamento, escrevemos com o intuito de pontuar a nomeação das violências que atravessam as transmasculinidades no patriarcado.

Para tanto, iniciamos nosso estudo apresentando um sucinto histórico do transfeminismo que marcou os estudos de gênero no início dos anos 2000. Como o transfeminismo pautou fortemente a identificação de violências e a nomeação da cisgeneridade, caracterizando os movimentos por despatologização da transexualidade, adotamos uma perspectiva transfeminista para direcionar nossas argumentações. Posteriormente, escrevemos sobre a presença de transmasculinidades no movimento transfeminista, para demonstrar como as narrativas, pesquisas e lutas transmasculinas contribuíram para o desenrolar de uma vertente feminista plural. Por fim, em relação à nomeação das violências, dissertamos sobre o conceito de “transmasculinofobia” de forma propositiva. Longe de encerrar debates e elaborações teóricas, pretendemos trazer, à teoria, aquilo que nos une na experiência empírica, em nosso cotidiano enquanto corpos transmasculinos no mundo. Daí, a nomeação das violências se torna fundamental para que possamos combatê-las, e o termo “transmasculinofobia” nos é apresentado como uma sugestão.

Um breve histórico dos estudos transfeministas: o marco dos anos 2000

Uma disputa que está longe de ser superada é a definição de quem pode falar pelos feminismos. Este debate foi impulsionado principalmente a partir de meados dos anos ‘70, através das críticas realizadas por feministas negras e lésbicas. Nessa mesma esfera, pessoas trans* passaram a tecer suas colaborações e a disputar espaço no movimento feminista (SARMENTO, 2016). Vejamos, então, como os debates trans* dentro e fora de movimentos feministas se desenvolveram.



O caso de Beth Elliot - uma cantora trans que participou do cenário musical folk hippie durante a década de '70 e integrou ativamente o movimento lésbico estadunidense - pode ser considerado, dentro do contexto norte-americano, como um marco na discussão em torno da participação de pessoas trans* no movimento feminista. Dentro desse contexto, uma das leituras que melhor representa essa questão é o livro de Janice Raymond, *The Transsexual Empire: The Making of the She-Male*, publicado em 1979. A principal argumentação de Raymond se funda na afirmação do “perigo” de o patriarcado adentrar o feminismo na figura de mulheres trans* (KAAS, 2012). No entanto, como afirmam Susan Stryker e Stephen Whittle (2006), Raymond dá pouca atenção para a discussão em torno das transmasculinidades, pois não consegue facilmente encaixá-la em seu esquema argumentativo.

Neste cenário, pessoas trans passaram a tecer suas elaborações. O texto *A Travestite Answers a Feminist*, de Lou Sullivan - um dos fundadores da comunidade transmasculina que tomou forma nos Estados Unidos na década de '80 -, fornece uma das primeiras críticas publicadas a essa vertente feminista contrária a pessoas trans, que surgiu no início dos anos 1970. Referindo-se diretamente ao livro de Janice Raymond, o manifesto *The Empire Strikes Back: a Posttranssexual Manifesto*, escrito em 1987 e apresentado em uma conferência na Universidade da Califórnia pela acadêmica e performer norte-americana Sandy Stone (2023), é uma das obras tidas como referência dos estudos trans* dentro da perspectiva norte-americana (STRYKER, WHITTLE, 2006; STRYKER, 2008; STRYKER, BLACKSTON, 2022; NASCIMENTO, 2022).

O texto de Raymond atacou pessoalmente Stone por ela ser uma mulher trans e trabalhar como engenheira de som na Olivia Records, um coletivo musical feminista exclusivo para mulheres. Stone, mais de uma década depois, construiu sua argumentação teórica de forma a não exercer uma resposta antifeminista contra Raymond, mas minando os pressupostos fundacionalistas que sustentam a visão restrita de Raymond sobre feminilidade, e reivindicando uma posição de fala para pessoas trans (STRYKER, WHITTLE, 2006). Através da análise de autobiografias de mulheres trans e da literatura médica, Stone examina e desafia a forma como o conhecimento médico historicamente investigou e elaborou concepções normativas sobre a transexualidade. A autora não se aprofunda na discussão em torno das transmasculinidades, pontuando que o faria em um ensaio aparte.

Nessa esteira, em 1992, Leslie Feinberg publica, em formato de panfleto, o manifesto político *Libertação Transgênera: um movimento que se torna urgente*. Nessa publicação, Feinberg posiciona a palavra “transgênero” enquanto categoria política organizativa, posteriormente desenvolvendo em *Transgender Warriors* (1997) a noção de transgênero enquanto um termo guarda-chuva, aglutinador de identidades que, de maneiras diversas, divergem da norma binária de gênero (LANZ, 2014). No prefácio da tradução - realizada por Leona Wolf (2021, p. 4) - do panfleto de Feinberg, o coletivo



apresenta Leslie Feinberg como: “ativista lésbica, transgênera e comunista ligada ao Workers World Party, que possui imprescindível importância no debate sobre marginalidades de gênero”. O Coletivo LGBT PRISMA, ao contextualizar a utilização de Leslie Feinberg do termo transgênero, traz como nota de rodapé a seguinte descrição:

O termo aqui não designa uma identificação oposta ou além do gênero designado ao nascimento, mas a ruptura com padrões de gênero. Feinberg foi designada mulher ao nascimento, se identificava como uma mulher lésbica e transgênera por não estar dentro de uma expressão feminina imposta às mulheres. O que volta à ela uma violência à parte da simples discriminação por orientação sexual, mas que se inscreve em como expressa seu gênero [...] O Relatório sobre lesbocídio no Brasil (PERES; SOARES; DIAS, 2018) reforça essa realidade ao demonstrar uma maior incidência de assassinatos de lésbicas “não feminilizadas”. [...] o traço que une mulheres cis gênero-dissidentes e as transmasculinidades é o de estarem “fora” dos padrões de gênero impostos às mulheres, Feinberg denomina essa relação de “transgênero”, pois está “fora” de uma normatividade de gênero. (FEINBERG, 2021, p. 4).

Letícia Lanz (2014) aponta que, nos anos seguintes à publicação de Leslie Feinberg, o termo “transgênero” progressivamente se fez presente em organizações comunitárias, movimentos políticos de base identitária, discursos internacionais de direitos humanos, debates acadêmicos e mídias. Foi ainda durante a década de ‘90 que se utilizou pela primeira vez, de forma impressa, a palavra “transfeminismo”, no livro *Sex Changes: the Politics of Transgenderism*, do norte-americano Patrick Califia (KAAS, 2012). Além dos já citados Sullivan (2006), Stone (2023), Feinberg (1992; 1997) e Califia (1997), consideramos como precursoras dos estudos trans e da construção do pensamento transfeminista Sylvia Rivera (2007), Kate Bornstein (2012), Julia Serano (2012) e Emi Koyama (2003).

O ensaio *The Transfeminist Manifesto*, da ativista e acadêmica nipo-estadunidense Emy Koyama, foi publicado pela primeira vez em 2001. Nele, a autora conceituou o transfeminismo como “[...] principalmente um movimento de e para mulheres trans que vêem sua libertação como intrinsecamente ligada à libertação de todas as mulheres e além” (KOYAMA, 2003, p. 245, tradução nossa). Em uma republicação do texto, no livro *Catching a Wave: Reclaiming Feminism for the 21st Century*, Emi Koyama (2003) anexa um posfácio no qual escreve que seu foco inicial em mulheridades trans foi uma estratégia para não abrir espaço para homens “não-trans” se utilizarem erroneamente do feminismo a seu favor. Koyama reconhece, posteriormente, que este foi um erro e que negligenciou as lutas de pessoas transmasculinas e demais identidades trans*. Por fim, complementa que um de seus motivos residiu também no medo da crítica de diluir o feminismo.

Em países de língua espanhola e portuguesa, o termo “transfeminismo” começou a despontar com a obra de Kim Perez Fígares em 2004, intitulada *¿Mujer o Trans? La inserción de las transexuales en el movimiento feminista*. Posteriormente, em 2009, Paul B. Preciado publicou o texto

Transfeminismo y Micropolíticas del género en la era farmacopornográfica . No desfecho daquele ano, durante as Jornadas Feministas Estatais do Estado Espanhol, realizadas em Granada, ocorreu a elaboração do manifesto da Rede PutaBolloNegraTransFeminista, consolidando ainda mais o surgimento e a visibilidade do termo transfeminismo (COACCI, 2014).

No contexto brasileiro, considera-se como texto inaugural do transfeminismo o Ensaio de Construção do Pensamento Transfeminista, de Aline Freitas, publicado em 2005 (apud JESUS, 2014a; COACCI 2014). No ensaio, Aline escreve que

O transfeminismo é a exigência ao direito universal pela auto-determinação, pela auto-definição, pela auto-identidade, pela livre orientação sexual e pela livre expressão de gênero. Não precisamos de autorizações ou concessões para sermos mulheres ou homens. Não precisamos de aprovações em assembléias para sermos feministas. O transfeminismo é a auto-expressão de homens e mulheres trans e cissexuais. O transfeminismo é a auto-expressão das pessoas andrógenas em seu legítimo direito de não serem nem homens nem mulheres. Propõe o fim da mutilação genital das pessoas intersexuais e luta pela autonomia corporal de todos os seres humanos. O transfeminismo é para todxs que acreditam e lutam por uma sociedade onde caibam todos os gêneros e todos os sexos. (FREITAS, 2005, p. 1 apud JESUS, 2014a, p. 249).

Jesus aponta que essa é uma concepção embrionária do transfeminismo, estruturando-se gradualmente na segunda década do século XXI. Ainda em 2005, juntamente à publicação do ensaio de Aline Freitas, ocorre um evento importante para a história do transfeminismo: o 10º Encontro Feminista Latino-Americano e do Caribe, na cidade de Serra Negra, a cerca de 150 quilômetros de São Paulo (Brasil). Um pouco antes do evento, movimentos de mulheres trans e travestis enviaram uma carta à organização solicitando participação, e a organização do evento, embora não tivesse respondido à carta, discutiu a provocação na plenária final. A discussão da plenária se voltou ao questionamento sobre a mulheridade de mulheres trans, indagando se estas seriam ou não mulheres e se poderiam ou não fazer parte do movimento feminista (ADRIÃO, TONEL, MALUF, 2011; COACCI, 2014). Tanto o texto de Aline Freitas como a carta dos movimentos trans ao Encontro Feminista configuram-se como pontos fortes da história do transfeminismo no Brasil.

Ao abrir diálogo com os outros feminismos, Aline Freitas se volta a todas as pessoas trans. Nessa perspectiva, questionamos, para fomentar a reflexão: e se essa carta tivesse sido enviada por algum coletivo ou organização de pessoas transmasculinas? Quais seriam os argumentos usados pelas feministas presentes no encontro?

Ainda na primeira década do século XXI, a Internet sofreu mudanças principalmente em relação à característica de produzir e consumir conteúdo de forma concomitante em meio digital. Essas mudanças podem ser descritas como a passagem da Web 1.0 para o formato 2.0, sendo esta a alteração de uma rede estática para uma Web dinâmica que possibilita a publicação e o

compartilhamento de informações (AMARAL, 2012; RIBEIRO, 2013). A Web 2.0 inaugurou diversas redes colaborativas, como Facebook e Twitter, os serviços de compartilhamento de vídeos, YouTube e Vimeo, e os blogs (ZENHA, 2018). As discussões transfeministas foram bastante movimentadas por essa produção de conteúdo e interatividade.

Ao citar o ensaio de Aline Freitas, Thiago Coacci (2014) destaca que a sua primeira publicação ocorreu no blog intitulado “transfeminismo”, que Freitas havia criado no início dos anos 2000. O autor pontua que este não deve ser confundido com outro blog homônimo criado por Hailey Kaas no início dos anos ‘10. Desde de 2011, o coletivo composto por Hailey Kaas, Bia Bagagli, Viviane Vergueiro, Nicholas Athayde-Rizzaro e Luc Athayde-Rizzaro administrou tanto o site/blog Transfeminismo como o grupo de Facebook com a mesma nomenclatura. Ao longo dos anos, essas plataformas virtuais contaram com a contribuição de diversas outras pessoas (BAGAGLI, 2019).

Em 2014, nos deparamos com a publicação do livro *Transfeminismos: teorias e práticas*, organizado por Jaqueline Gomes de Jesus (2014b) e agregando capítulos de diversas autorias. A contracapa é escrita por João Nery, que nos ajuda a pensar como o transfeminismo discute as transmasculinidades. Nery (2014, s.p., grifo nosso) assim escreve:

O transfeminismo é um feminismo “ousado”. Contribui também na luta contra o sexismo e a transfobia. Reconhece os direitos das pessoas transgêneras de poderem ser cidadãs e terem autonomia, tanto para dizerem quem são quanto para produzirem seu próprio corpo - valores estes ainda negados por uma cultura que acredita que anatomia é destino. Excluir, discriminar, silenciar ou assassinar pessoas que desafiam as fronteiras do gênero são violências (simbólicas ou físicas), advindas de uma sociedade que não é verdadeiramente democrática e igualitária. Recomendo este livro para qualquer leitor que se interesse pela pluralidade da dimensão do que é o humano; por conter artigos que são instigantes e polêmicos, desconstruindo uma visão religiosa e biomédica universal que exerceu sua preponderância por séculos, negando, culpando, pervertendo e tentando curar, aqueles que não estão “encaixados” no “top” da norma social. Este é um livro para fazer o leitor questionar os produtores de “poder-saber” e ampliar sua visão sobre os direitos humanos, em se tratando de sociedades multiculturais como as que vivemos hoje.

O debate sobre a participação de pessoas transmasculinas no movimento transfeminista tem sido delineado e fortificado, porém de maneira sutil. Thiago Coacci traz essa discussão em uma nota de rodapé, ao justificar o fato de não ter entrevistado, em sua pesquisa, pessoas transmasculinas:

É importante explicitar que a corrente transfeminista não exclui a participação de homens trans*. Infelizmente para a presente pesquisa, devido a restrições no tempo de execução, não foi possível entrevistar nenhum homem trans*, o que pode implicar em uma subrepresentação da perspectiva desses sujeitos e de suas questões específicas. No entanto alguns homens trans* se fizeram presentes nos debates do grupo Transfeminismo do facebook que foram analisados [...] Seria perfeitamente plausível escutar da boca de um homem trans* que o (trans)feminismo daria a inspiração para dizer que se pode ser homem, independente do corpo, ou seja, independente da submissão a processos cirúrgicos e hormonais de (re)construção corporal. (COACCI, 2014, p. 153)

Ilustrando uma proximidade temporal semelhante à mencionada por Coacci, Leonardo Peçanha, Jaqueline Gomes de Jesus e Anne Monteiro (2023) iniciam o artigo Transfeminismo das transmasculinidades: diálogos sobre direitos sexuais e reprodutivos de homens trans brasileiros com a seguinte afirmação:

Em meados do ano de 2014, aqui no Brasil, alguns homens trans e transmasculines começaram um diálogo que em 2015 originou no grupo do Facebook intitulado: “Construindo o Transfeminismo das Transmasculinidades” [...] Nesse grupo era discutido, entre vários temas, o lugar que os homens trans e pessoas transmasculinas poderiam ocupar no transfeminismo e como, epistemologicamente, as transmasculinidades poderiam demandar o reconhecimento de suas particularidades no campo social e político. (PEÇANHA, JESUS, MONTEIRO, 2023, p. 91)

Nessa mesma dimensão temporal, ainda no ano de 2015, mais especificamente entre os dias 20 e 23 de fevereiro, foi realizado em São Paulo o I ENAHT – Encontro Nacional de Homens Trans. Atualmente, o evento é intitulado ENAT - Encontro Nacional de Transmasculinidades. Em sua primeira edição, o evento reuniu mais de 100 participantes das cinco regiões do país para discutir especificidades da população transmasculina, articular demandas e fomentar políticas públicas (SÁ, 2015; PALHANO, 2015). Ao lembrar sua participação no evento, Léo Moreira Sá (2015) relata que compôs a mesa “Homens trans e o transfeminismo: reivindicando masculinidades em corpos oprimidos pelo machismo”. Fazendo um apanhado da discussão, o autor aponta o transfeminismo como bandeira de luta das transmasculinidades, uma vez que o transfeminismo, se posicionando contra o machismo e tecendo críticas à normatividade cisgênera, desafia a cultura cisheteronormativa e possibilita às pessoas transmasculinas a elaboração de uma desconstrução do modelo de homem “ideal” - cisgênero, heterossexual, endossexo, branco, sem deficiências, normativo, patriarcal.

No contexto atual, Peçanha, Jesus e Monteiro ressaltam que o diálogo sobre pessoas transmasculinas no movimento transfeminista brasileiro está emergindo novamente e se fortalecendo. Este ressurgimento é notável, especialmente por meio de plataformas virtuais, assim como em produções textuais. Uma multiplicidade de vozes tem contribuído significativamente para a construção de uma agenda transfeminista das transmasculinidades no país, com coletivos como Instituto Brasileiro de Transmasculinidades (IBRAT), a Revista Estudos Transviades, o Coletivo de Artistas Transmasculines (CATS), dentre outros. É nesse momento que podemos pensar em um transfeminismo das transmasculinidades. Peçanha, Jesus e Monteiro (2023, p. 101, grifo nosso) definem o transfeminismo como uma “[...] linha de pensamento e ação feminista protagonizada por todas as pessoas trans, [que] também abarca as masculinidades trans [...]”. E é fundamental, em nossa percepção, que essa observação se integre às discussões transfeministas sobre masculinidades.

Sobre o transfeminismo das transmasculinidades

João W. Nery pontua a importância de pensar as transmasculinidades dentro do transfeminismo, de pensar o transfeminismo como algo ousado. Ao tratarmos de um transfeminismo para todas as pessoas trans, somos ousados por rompermos com a barreira que se configurou historicamente como o elo principal do feminismo: a figura da mulher - ainda que uma mulher idealizada, posta em discussão pelos movimentos negros e lésbicos nas segunda e terceira ondas feministas. As primeiras discussões sobre transfeminismo estão nesta perspectiva dos anos ‘70 a ‘90, e acreditamos que a ousadia seja exatamente essa: de mostrar a importância do diálogo.

Há uma descrição de Jaqueline Gomes de Jesus que consideramos fundamental, inclusive para refletir sobre as transmasculinidades de modo geral. Devemos pontuar os processos de violência que nos atravessam. Assim escreve Jesus (2014b, p. 6, grifo nosso):

O transfeminismo não é nada sozinho, precisa de pessoas hábeis a manejá-lo. Habilidade essa que se desenvolve com o treino, aprendendo-se algo com o sofrimento de cada dia ou com o reconhecimento das realidades sofridas. O transfeminismo não é aprendido apenas com leituras, se as palavras não pulsam nas veias de quem as lê.

No campo das transmasculinidades, o reconhecimento das realidades sofridas é algo bastante particular. O ato de nomear as violências que sofremos, sendo corpos transmasculinos, é um movimento transfeminista, uma vez que concordamos com Hailey Kaas (2012, s.p.) ao entendermos que a proposta do transfeminismo inclui: “a desconstrução dos modelos binário de gênero, empoderamento e agência das pessoas trans* no geral, combate à violência cissexista/transfóbica, livre exercício de sua(s) sexualidade(s), direitos reprodutivos inclusivos e terminologia anti-essencialista/biologizante”.

A discussão sobre a participação de pessoas trans, especialmente de pessoas transmasculinas, no feminismo é impulsionada a partir de 2021. Há pautas do “transfeminismo das transmasculinidades” que não devem ser ignoradas, tais como a gestação paterna, os direitos sexuais e reprodutivos, a exclusão do mercado de trabalho formal, a alta incidência de estupros corretivos (PEÇANHA, JESUS, MONTEIRO, 2023). Com a emergência de demandas transmasculinas - emergência no sentido de visibilização, e não de insurgência -, o transfeminismo das transmasculinidades se complexifica, de modo que não se possa insistir em um debate transfeminista sem pensar sobre e a partir das transmasculinidades. Se, no momento de origem dos estudos transfeministas o foco das discussões se concentrava em mulheridades trans, realizamos uma crítica construtiva a esse enviesamento, no sentido de que os pesquisadores transmasculinos presentes nesse período sofreram um apagamento histórico, e de que as transmasculinidades são elemento

fundamental dos saberes transfeministas.

Estudos sobre ginecologia, saúde sexual e direitos reprodutivos evidenciam a invisibilização das transmasculinidades sobre questões concernentes a nossos próprios corpos. Espaços de saúde ginecológica operam por uma lógica cisheteronormativa endosso, que somente considera as necessidades de mulheres cisgêneras endosso. Casos de violência obstétrica sofridos por pessoas transmasculinas estão sujeitos a apagamento, e se agravam com transfobia e racismo. Evidência disso é o dossiê Gravidez, Aborto e Parentalidades nas Transmasculinidades, publicado em 2023 entre uma parceria da Revista Estudos Transviades com a Revista Brasileira de Estudos da Homocultura. Neste dossiê, se disponibilizou o primeiro mapeamento nacional sobre transmasculinidades, aborto, gravidez e parentalidades, intitulado Um estudo de caso das políticas, práticas e experiências discursivas. De acordo com os dados apresentados no mapeamento, em espaços de saúde, 27,8% de transmasculinos não possuem seu nome social respeitado; 29,4% não possuem sua identidade de gênero respeitada (PFEIL et al., 2023). A violência obstétrica se expressa, dentre outras formas, pelo desrespeito ao nome social da pessoa gestante, pelo desrespeito de pronomes, por comentários sobre seu corpo e identidade.

Assim, somos suscitados a questionar: é possível haver um transfeminismo transmasculino? É possível que exista um transfeminismo sem as transmasculinidades? Decerto que não. Não se pode insistir em um debate transfeminista que exclua as transmasculinidades. A invisibilização das transmasculinidades, no entanto, ainda se faz presente em espaços transfeministas.

Em 2021, ocorreu o lançamento do livro *Transfeminismo*, de Letícia Nascimento, que publiciza a história do transfeminismo de maneira didática e fluida. Ao lermos suas importantes contribuições, percebemos que, assim como Emi Koyama, Nascimento conceitua o transfeminismo como um movimento exclusivamente voltado para mulheres trans e travestis. Em sua teorização, o conceito de mulher é ampliado para “mulheridades” e “feminilidades”, e o gênero é pensado a partir da noção de performances. Manteve-se, portanto, o fator convencionado como central dos feminismos - a questão da mulher (ROGUE, 2012). Entendemos como imprescindível a pluralização do transfeminismo, como nos colocam Peçanha, Jesus e Monteiro (2023, p. 93): “[...] vemos o transfeminismo como plural, com “s” - transfeminismos”. Apesar dos fundamentais diálogos com o feminismo interseccional, a obra de Nascimento nos faz indagar: como podemos construir um diálogo entre os feminismos e os transfeminismos de maneira geral, sem que se apaguem as demandas transmasculinas?

A partir desse questionamento, Cauê Assis de Moura (2021) publicou, na Revista Estudos Transviades, o ensaio *E não posso eu ser um transfeminista?*. O título do ensaio é uma pergunta retórica que parafraseia a introdução *E não posso ser eu uma mulher?* do livro *Tranfeminismo de*



Nascimento. Nascimento, por sua vez, insere o verbo “poder” na famosa frase proferida por Sojourner Truth em 1851, “E não sou uma mulher?”. Nascimento justifica sua escolha linguística para “[...] enfatizar a existência de discursos que circulam socialmente, inclusive dentro do próprio feminismo, que pretendem determinar quem pode e quem não pode ser uma mulher” (NASCIMENTO, 2021, p. 20). Provocativamente, com esse trocadilho, Cauê Assis de Moura aponta para a existência de discursos dentro do transfeminismo que invisibilizam pessoas transmasculinas enquanto sujeitas de ação. E não podemos nós, transmasculinos, ser transfeministas?

No ensaio, Moura tece uma discussão - a partir dos estudos de Paul B. Preciado (2009) - acerca de quem seria o ‘homem’ no feminismo: quais homens o feminismo se recusa a reconhecer como sujeitos políticos das lutas feministas? Ao tratar de masculinidades, as teorias feministas não abarcam transmasculinidades, mas somente cismasculinidades, advindas de lugares que se constituem a uma distância considerável das masculinidades trans.

A partir da discussão que Luck Palhano faz no texto *Homens trans*, da invisibilidade à luta, publicado em 2015 na revista virtual Geni, chegamos a um conceito fundamental: o de entre-lugar das transmasculinidades. Como escreve o autor,

Por um lado, ao reivindicarmos e ressignificarmos masculinidades, somos com alguma frequência entendidos como aspirantes a privilégios machistas. Por outro, muito mais frequentemente, não temos nossas masculinidades reconhecidas e sofremos diretamente a opressão machista: nossos corpos são lidos como estupráveis e seguem marcados pela tutela e controle que caracterizam a relação da sociedade com os corpos das mulheres. Isso impacta diretamente tanto a construção da identidade de gênero e modificações corporais quanto a vivência da sexualidade, desejo e vida social. (PALHANO, 2015, s.p.)

Palhano escreve sobre as dificuldades que enfrentamos no entre-lugar das transmasculinidades, nos possibilitando aprofundar a discussão sobre os processos de violência, sobre a ideia de que “se é homem, então aguenta”, sobre a invisibilização de nossas identidades, demandas e desejos. Retomamos a crença de que pessoas transmasculinas estariam, por meio de sua transição de gênero, buscando ocupar lugares de poder, abdicando da categoria de ‘mulheridade’, como se a transição transmasculina estivesse embebida de privilégios. Além de não reconhecer a existência de masculinidades não-hegemônicas, esse discurso nega que a cultura do estupro, a vulnerabilização de corpos trans, a exclusão do mercado de trabalho formal e demais violências estruturais e institucionais atravessam as transmasculinidades cotidianamente.

Se pensamos em corpos vulnerabilizados, importa-nos trazer à tona as discussões acerca do assédio sexual contra pessoas transmasculinas. Os movimentos de denúncia contra o assédio, apesar de sistematicamente silenciados, incorporam uma dinâmica de correnteza: quanto mais falamos sobre isso, maior é nossa capacidade de mobilização para combate ao assédio. É nomeando a violência que



adquirimos aporte para extingui-la. No caso das transmasculinidades não percebemos somente o silenciamento histórico em torno do assédio sexual – silêncio que afeta a todas as pessoas vítimas dessa violência –, como também o silêncio que permeia as transmasculinidades enquanto categoria política e identitária. As transmasculinidades enfrentam invisibilizações constantes (PFEIL, PFEIL, 2021), de modo que, concomitantemente à nomeação do assédio, precisamos nos nomear enquanto sujeitos de nós mesmos.

As leituras sociais das transmasculinidades costumam ser empurradas para a cisgeneridade, aos dois pólos do binário: ou se é lido como mulher cis, ou como homem cis. Ou é cis de um lado, ou é cis do outro. A partir dessa encurralagem, percebemos dois caminhos de ação na denúncia do assédio sexual. De um lado, falamos do assédio sendo lidos como pessoas cisfemininas, sofrendo silenciamento tal como mulheres cisgêneras ao serem vítimas de violência sexual. Resquícios de apoio ou sororidade não cabem nessa situação, pois, para além de sermos lidos como mulheres cisgêneras - o que, por si só, já é uma violência transfóbica -, comumente somos lidos como mulheres lésbicas ou que negam sua feminilidade. Mesmo sendo inteligibilizados nas cisfeminilidades, ocupamos lugares marginalizados dentro do feminismo cisgênero.

De outro lado, ao sermos lidos como pessoas cismasculinas, não encontramos espaço para falar de assédio sexual, tendo como base a ideia de que homens, por serem opressores e violentadores, seriam incapazes de ocupar uma posição de vítima. De um lado ou de outro, ou somos culpabilizados pelas violências que sofremos, tal como ocorre com mulheres cisgêneras, especialmente mulheres não-brancas e que não performam a feminilidade normativa, ou somos deslegitimados enquanto corpos que enfrentam essas violências, de modo que não conseguimos exercer a denúncia. O movimento de nomear as violências que sofremos, sexual ou de outras ordens, ultrapassa a denúncia contra o ato, pois se expande à afirmação de nossas identidades transmasculinas. Com o transfeminismo, conseguimos pensar em produções de masculinidades que não tenham as masculinidades cisgêneras como único referencial; conseguimos pensar na nomeação das violências que acometem as transmasculinidades, pois a nomeação é, em nossa perspectiva, um processo transfeminista, tal como se deu a nomeação da cisgeneridade no início dos anos 2000 - algo que contribuiu para a consolidação dos estudos transfeministas no Brasil.

Nesse viés, consideramos que, para elaborarmos sobre transmasculinidades no transfeminismo, é fundamental nos empenharmos em um movimento não somente de identificação e mapeamento de violências e demandas, como também de nomeação das violências.

Em relação ao mapeamento de violências e demandas, desde 2017 a Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA) organiza, em parceria com outras organizações, dossiês que sistematizam as violências e demandas de pessoas trans anualmente. Os dossiês são fundamentais por



oferecerem dados sobre assassinatos, violências em geral e demandas da população trans no Brasil, ano após ano. Há algo em comum em todos esses dossiês. Em virtude da subnotificação de dados, identificamos uma lacuna no mapeamento de violências contra a população transmasculina. Nos dossiês da ANTRA, tal subnotificação é reconhecida e criticada. Não há respeito no modo como representam nossos corpos linguisticamente nos veículos midiáticos que noticiam nossas mortes. Assim, nos mapeamentos sobre nossa população, enfrentamos uma dificuldade enorme de identificar quantitativamente a incidência das violências que nos acometem - embora saibamos, por nossas próprias experiências, que tais violências acontecem, e como acontecem.

Diante disso, em 2021, foi criado o Observatório Anderson Herzer: das violências, mortes e suicídios contra as transmasculinidades como aporte do núcleo de pesquisa do Instituto Brasileiro de Transmasculinidades. Em parceria com a Revista Estudos Transviades e com a Red Centroamericana del Caribe de Hombres Trans+ (REDCAHT+), o Observatório organiza relatórios de violências, mapeamentos de saúde e de educação relativos à população transmasculina brasileira. Lendo os mapeamentos, compreendemos haver um fio condutor das violências que acometem as transmasculinidades de modo geral. Todavia, como podemos escrever sobre o que nos atravessa se não há um nome específico para designar esses processos? Não há um termo - ao menos em contexto brasileiro - que, de maneira consolidada, sirva para identificar e conceituar as violências direcionadas especificamente contra corpos transmasculinos, em seus diversos marcadores raciais, territoriais, religiosos, de sexualidade etc. Nomear a violência é uma estratégia para extirpá-la, para que detenhamos os instrumentos para mitigá-la.

O ato de nomear se depara, frequentemente, com uma postura de recusa, tal como testemunhamos desde a conceituação do termo “cisgeneridade”. A universalização da categoria “mulher” somente poderia ser interrompida pelo reconhecimento da cisgeneridade; pelo reconhecimento de que corpos transmasculinos e não-binários demandam direitos sexuais e reprodutivos, políticas de inclusão, de respeito ao nome social e acesso à saúde, de permanência em escolas e universidades. Em relação à nomeação da cisgeneridade, nos deparamos com a recusa cisnormativa em reconhecer sua própria diferença, em reconhecer o conceito de “cisgeneridade” como válido.

Nomeamos esse fenômeno de recusa cisgênera como “ofensa da nomeação” (PFEIL, PFEIL, 2022). A ofensa é uma via de mão dupla: se a cisgeneridade nomeia a transgeneridade como patológica, como desvio e incongruência, nos ofendemos, pois somos destituídos de nosso direito à autodeterminação, somos transformados em Outro; por outro lado, ao nomearmos a cisgeneridade, apontando-a como tão construída quanto identidades de gênero não-normativas, é comum que a cisgeneridade se ofenda, como se estivéssemos atentando contra sua integridade. A reação

cisnormativa à nomeação da cisgeneridade se assemelha à reação contra uma ofensa. Os esforços transfeministas de conceituar a cisgeneridade e nomear as violências se deparou com a ofensa da nomeação - pois quando o Outro resolve falar, o Eu se sente ameaçado. Assim, inspirando-nos em movimentos transfeministas iniciais em que as pautas principais concentravam-se na desnaturalização da cisgeneridade, no combate às violências e na garantia de direitos, passamos a discorrer sobre a nomeação de violências específicas contra as transmasculinidades. Adotamos, portanto, uma perspectiva transfeminista e transmasculina de análise.

A nomeação da transmasculinofobia

Em espaços cisfeministas, ao apontarmos que as transmasculinidades são sujeitos do feminismo, que somos atravessados por transmasculinofobia, ou por formas específicas de misoginia e ódio ao que se designa enquanto feminino, observamos frequentemente a ofensa da nomeação, em outras roupagens: é a recusa em reconhecer que transmasculinidades e não-binariedades se encontram atravessadas por formas particulares de violência.

Assim,

A configuração de espaços cisfeministas, cujo ativismo em defesa de liberdades sexuais e direitos reprodutivos enxerga a existência somente de corpos ‘de mulheres’, impede que pensemos com profundidade na constituição de masculinidades dissidentes. (PFEIL, PFEIL, 2023, p. 60)

Entre nós, podemos produzir saberes que dêem conta de nossas existências; que não necessariamente representem as transmasculinidades, mas que reflitam sua pluralidade. A partir do movimento de mobilização de pessoas transmasculinas, o que buscamos fazer é nomear a violência. De início, como pontuado, o conceito de ofensa de nomeação se voltou à cisgeneridade, à recusa de pessoas cisgêneras em reconhecerem a si mesmas enquanto pertencentes a estruturas de gênero historicamente construídas. Almejamos, aqui, não somente nomear a cisgeneridade, como também nomear aquilo que nos atravessa enquanto corpos transmasculinos. Tal como o termo transfobia surge para designar violências específicas contra pessoas trans; tal como travestifobia surge para designar as violências transfóbicas específicas que atravessam as travestilidades e transfeminilidades, o termo transmasculinofobia surge para designar as violências transfóbicas que atravessam as transmasculinidades, incluindo as violências sexuais, tão invisibilizadas fora e dentro da comunidade trans. Vejamos quais são os efeitos da nomeação da transmasculinofobia.

Nomeando as violências que nos atravessam, descentralizamos o feminismo de uma noção

universalizada de “mulher”. Reiterar o feminino como único elemento vulnerabilizado acaba por perpetuar a invisibilização das transmasculinidades. A nomeação da violência busca precisamente desuniversalizar categorias que se colocam como o centro. Desse modo, o objetivo da nomeação da transmasculinofobia é a descentralização da ideia hegemônica de feminino das lutas feministas, o que provoca alguns incômodos. Descentralizando o feminino, reconhecemos como as violências se distribuem e se direcionam, e ampliamos nossa compreensão da limitada dicotomia homem-opressor/mulher-oprimida ao percebermos que há outras interseções - raciais, de gênero, de sexualidade - a serem consideradas. Inserem-se, com isso, as não-binariedades nas discussões sobre violências.

O fenômeno que identificamos nas posturas cisfeministas e cisnormativas em relação à autoafirmação das transmasculinidades é frequentemente de negação, pois, perpetrando a dicotomia acima referida, mantém-se uma unidade contra um inimigo comum - o homem; mas qual homem seria esse?; quais marcadores raciais, de classe, de sexualidade, de normatividade esse homem possuiria? Quando estes mecanismos de negação se direcionam às nossas tentativas de nomear a violência e elaborar sobre nossas subjetividades, estas estratégias adquirem teor destrutivo, pois concebem apenas uma versão de masculinidade: a cisgênera, branca, endossexo, heterossexual, sem deficiências; em suma, corponormativa (MELLO, NUERNBERG, 2012).

Se enfrentamos tamanha dificuldade para nomear a opressão, talvez o arcabouço discursivo de que dispomos seja fruto de relações violentas, tornando-se bastante interessante a elaboração e/ou ressignificação da língua. Assumir que corpos transmasculinos se tornam alvo de violências patriarcais por serem lidos ainda como mulheres, ou por ocuparem ainda um lugar de feminilidade, é interessante, mas pode ser uma noção irreduzível. Caso contrário, nossa identificação das violências patriarcais que nos acometem no interior de movimentos feministas e LGBTIAP+ não se verificaria. É necessário nos desgarrarmos dessa premissa inicial e ampliarmos nossa percepção sobre patriarcado.

Ao centralizarmos o alvo de violência patriarcal em feminilidades, desconsideramos as violências que nos atravessam. Como tentativa de centralizar o feminino, pode-se argumentar, talvez, que pessoas transmasculinas somente se deparam com opressões patriarcais quando são colocadas em posição de feminilidade. O silenciamento de nossas narrativas, as transfobias em espaços de saúde e educacionais, violências institucionais e demais processos ocorreriam em virtude de nossa feminilidade?

Identificamos uma reprodução sistemática de mecanismos de silenciamento no interior de nossos próprios movimentos e organizações. Acompanhando tal reprodução – cuja identificação se dá a partir de nossas experiências -, há a negação de assumir sua ocorrência. Somente a partir do

reconhecimento podemos nos organizar para compreender, educar e pedagogizar. Ampliar os conceitos significa, também, a criação de outros que dialoguem com aquilo que já conhecemos.

É nesse sentido que afirmamos que “se a estrutura teórica utilizada para designar um sistema opressor acaba por não enxergar a existência de certos corpos, isso significa somente que a opressão é ainda mais profunda do que se imaginava” (PFEIL, PFEIL, 2021, p. 159). As violências patriarcais não se direcionam de maneira unilinear somente a corpos femininos cisgêneros brancos, mas se ampliam aos aniquilamentos de corpos trans, intersexo, negros, indígenas... A partir de nossas elaborações, compreendemos que a dominação patriarcal contém, em si mesma, um ódio específico direcionado às transmasculinidades, e encontramos no conceito de transmasculinofobia um primeiro passo para dar nome àquilo que vivenciamos cotidianamente. Eis a expressão de nova perspectiva transfeminista - por um transfeminismo que abarque todos os corpos trans, em sua pluralidade de narrativas e linguagens.

Considerações finais

Ao longo destas páginas, argumentamos sobre o caráter transfeminista de se nomear as violências direcionadas contra corpo transmasculinos, e delineamos brevemente a presença das transmasculinidades no transfeminismo. Apresentando sinteticamente a história do transfeminismo, percebemos que o ato linguístico de nomear o mundo pode ter caráter subversivo. Ao identificarmos os obstáculos que enfrentamos em diversas frentes, podemos, além de elaborar estratégias para combatê-los, compreender de que maneiras já os combatemos. Considerando a invisibilização histórica das transmasculinidade, devemos ter em mente que muitos vieram antes de nós, para além daqueles dos quais temos conhecimento. No transfeminismo das transmasculinidades, nos apoiamos em inúmeros autores que contribuem, a partir de suas perspectivas transmasculinas, para o desenvolvimento do transfeminismo.

A falta de arcabouço linguístico para nos referirmos às transmasculinidades é justamente o que nos motiva a nomear a transmasculinofobia. Pela falta, buscamos o preenchimento e criamos nossa linguagem. Criamos nossas próprias nomeações, tanto para nós, nos apropriando de terminologias outrora pejorativas e efetivamente criando palavras - tais como o termo *boyceta* -, como para aqueles que nos nomeiam, seja explicitando a cisgeneridade em sua normatividade, seja denunciando a transmasculinofobia que nos acomete cotidianamente.

Ao verificarmos a transmasculinofobia em suas dimensões estruturais e institucionais, identificamos violências em diversos campos, desde os direitos reprodutivos até o assédio sexual;



desde a invisibilização cisnormativa de nossa transgeneridade até as dinâmicas de movimentos cisfeministas na deslegitimação - e universalização - da masculinidade; desde as violências patriarcais que sofremos em instituições de ensino até os inúmeros obstáculos com os quais nos defrontamos em serviços de saúde, por não conceberem a possibilidade de corporalidades transmasculinas. Com isso, contribuimos, com uma perspectiva baseada na construção coletiva, para o desenvolvimento dos saberes transfeministas, pela nomeação da transmasculinofobia.

Referências

ADRIÃO, Karla; TONELI, Maria Juracy; MALUF, Sônia Weidner. O movimento feminista brasileiro na virada do século XX: reflexões sobre sujeitos políticos na interface com as noções de democracia e autonomia. *Revista Estudos Feministas*, v. 19, n. 3, p. 661-682, 2011.

AMARAL, Inês. Participação em rede: do utilizador ao “consumidor 2.0” e ao “Prosumer”. *Comunicação e Sociedade*, [S. l.], v. 22, p. 131–147, 2012.

BAGAGLI, Bia Pagliarini. Breve levantamento de questões transfeministas e o caso brasileiro. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de. (Org). **Explosão feminista - arte, cultura, política e universidade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019, p. 344-351.

BORNSTEIN, Kate. What God taught me about gender. **Kate Bornstein Is A Queer and Pleasant Danger—this is her blog**, 2012. Disponível em: http://katebornstein.typepad.com/kate_bornsteins_blog/2012/02/this-blog-is-part-of-a-series-im-writing-while-im-undating-the-fifteen-year-old-my-gender-workbook-for-routledge-press-im-as.html. Acesso em: 01/01/2024.

CALIFIA, Patrick. **Sex Changes: The Politics of Transgenderism**. São Francisco: Cleis Press, 1997.

COACCI, Thiago. Encontrando o transfeminismo brasileiro: um mapeamento preliminar de uma corrente em ascensão. *História Agora*, São Paulo, n. 15, p. 134-161, 2014.

FEINBERG, Leslie. **Transgender Liberation: A Movement whose Time has Come**. New York: World View Forum, 1992.

FEINBERG, Leslie. **Transgender Warriors: Making History from Joan of Arc to Dennis Rodman**. Boston: Beacon Press, 1997.

WOLF, Leona. Prefácio. In: FEINBERG, Leslie. **Libertação Transgênera: Um movimento que se torna urgente**. Santo André: Coletivo LGBT PRISMA Dandara dos Santos, 2021, p. 4-6.

JESUS, Jaqueline Gomes de. Gênero sem essencialismo: feminismo transgênero como crítica do sexo. *Universas Humanística*, Bogotá, n. 78, p. 241-258, 2014a.

JESUS, Jaqueline Gomes de. Interloquções teóricas do pensamento transfeminista. In: JESUS, Jaqueline Gomes de (org.). **Transfeminismo: teorias & práticas**. Rio de Janeiro: Editora Metanoia, 2014b, p. 3-18.



KAAS, Hailey. Introdução ao transfeminismo. **Blog Cidadania em Pauta: Questões de Gênero**, 2012. Disponível em: <<https://reconvexoegenero.blogspot.com/2014/08/o-que-e-transfeminismo.html>> Acesso em: 01/01/2024.

KOYAMA, Emi. The transfeminist manifesto. In: DICKER, Rory and PIEPMEIER, Alison (Org). **Catching a wave: Reclaiming feminism for the twenty-first century**. Boston: North Eastern University Press, 2003, p. 244-259.

LANZ, Letícia. **O corpo da roupa: a pessoa transgênera entre a transgressão e a conformidade com as normas de gênero**. 2014. 342 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2014.

MELLO, Anahi Guedes de; NUERNBERG, Adriano Henrique. Gênero e deficiência: interseções e perspectivas. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 20, 2012.

MOURA, Cauê Assis de. E não posso ser eu um transfeminista?. *Revista Estudos Transviades*, v. 2, n. 4, 2021.

NASCIMENTO, Leticia. **Transfeminismo**. São Paulo: Jandaíra, 2021.

NASCIMENTO, Sylvania de Souza. EPISTEMOLOGIAS TRANSFEMINISTAS NEGRAS: PERSPECTIVAS E DESAFIOS PARA MULHERIDADES MÚLTIPLAS. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 35, n. 77, p. 548–573, 2022.

NERY, João W. TRANSFEMINISMO. In: JESUS, Jaqueline Gomes de (org.). *Transfeminismo: teorias & práticas*. Rio de Janeiro: Editora Metanoia, 2014.

PALHANO, Luck. Homens trans, da invisibilidade à luta. *Revista Geni*, n. 24, jul. 2015. Disponível em: <<https://revistageni.org/07/homens-trans-da-invisibilidade-a-luta/>>. Acesso em 01/12/2023.

PEÇANHA, Leonardo Morjan Britto; JESUS, Jaqueline Gomes de; MONTEIRO, Anne Alencar. Transfeminismo das transmasculinidades: Diálogos sobre direitos sexuais e reprodutivos de homens trans brasileiros. *Revista Brasileira de Estudos da Homocultura*, v. 6, n. 19, 2023.

PÉREZ, Kim. ¿Mujer o trans? La inserción de las transexuales en el movimiento feminista. **Aldarte**, 2004. Disponível em: <<https://www.aldarte.org/comun/imagenes/documentos/Mujer%20o%20trans...kin%20perez.pdf>>. Acesso em: 01/01/2024.

PFEIL, Cello Latini; ALGARTE DA SILVA, Fabian. Gravidez, Aborto e Parentalidade nas Transmasculinidades: Um estudo de caso das políticas, práticas e experiências discursivas. *Revista Brasileira de Estudos da Homocultura*, v. 6, n. 19, p. 7–31, 2023.

PFEIL, Cello Latini; PFEIL, Bruno Latini. A cisgeneridade em negação: apresentando o conceito de ofensa da nomeação. *Revista de Estudos em Educação e Diversidade*, v. 3, n. 9, p. 1-24, 2022.

PFEIL, Bruno Latini; PFEIL, Cello Latini. Da sombra da cisgeneridade a subjetivações transmasculinas. In: PFEIL, Bruno Latini; PUSTILNICK, Nicolas; VICTORIANO, Nathan (Orgs.). **Corpos Transitório: Narrativas Transmasculinas**. Salvador: Editora Devires, 2021, p. 157-175.

PFEIL, Cello Latini; PFEIL, Bruno Latini. Em defesa de parentalidades transmasculinas: uma crítica transviada ao [cis]feminismo. *Revista Brasileira de Estudos da Homocultura*, v. 6, n. 19, 2023.

- PRECIADO, Paul B. Transfeminismo y micropolíticas del género en la era farmacopornográfica. **Blog Arte Nuevo**, 2009. Disponível em: <<https://arte-nuevo.blogspot.com/2009/05/transfeminismo-y-micropoliticas-del.html>>. Acesso em: 01/12/2023.
- RAYMOND, Janice. **The Transsexual Empire: The Making of the She-Male**. Boston: Beacon Press, 1979.
- RIBEIRO, A. **YouTube, a nova TV corporativa: o vídeo na web como estratégia de comunicação pública e empresarial**. Florianópolis: Combook, 2013.
- ROGUE, J. Dessentializing Anarchist Feminism: Lessons from the Transfeminist Movement. In: DARING, C. B.; ROGUE, J.; SHANNON, Deric.; VOLCANO, Abbey. (Orgs). **Queering Anarchism: Essays on Gender, Power, and Desire**. Baltimore (CA): AK Press, 2012, p. 25-32.
- RIVERA, Sylvia. Sylvia Rivera's talk at LGMNY, june 2001 – lesbian and gay community services center, New York City. *Centro Journal*, v. 19, n. 1, p. 116-123, 2007.
- SÁ, Leo Moreira. Direitos e militância trans em debate. **Ponte Jornalismo**, 2015. Disponível em: <<https://ponte.org/direitos-e-militancia-trans-em-debate/>>. Acesso em: 05/01/2024.
- SARMENTO, Rayza. Feminismo, reconhecimento e mulheres trans*: expressões online de tensões. *Pensamento Plural*, Pelotas, n. 17, p. 129-150, 2016.
- SERANO, Julia. Trans feminism: there's no conundrum about it. **MS.blogMagazine**, 2012. Disponível em: <<http://msmagazine.com/blog/2012/04/18/trans-feminism-theres-no-conundrum-about-it>>. Acesso em: 01/01/2024.
- STONE, Sandy. O Império contra-ataca: um manifesto pós-transexual. *Revista Periódicus*, v. 2, n. 19, p. 254–277, 2023. Disponível em: <<https://periodicos.ufba.br/index.php/revistaperiodicus/article/view/53117>>. Acesso em: 01/02/2024.
- STRYKER, Susan; WHITTLE, Stephen. **The Transgender Studies Reader**. New York: Routledge, 2006.
- STRYKER, Susan. **Transgender history**. Berkeley: Seal Press, 2008.
- STRYKER, Susan; BLACKSTON, Dylan McCarthy (Orgs.). **The Transgender Studies Reader Remix**. New York: Routledge, 2022.
- SULLIVAN, Lou. A Transvestite Answers a Feminist. In: STRYKER, Susan; WHITTLE, Stephen (Orgs.). **The transgender studies reader**. Nova York: Routledge, p. 159-164, 2006.
- ZENHA, Luciana. Redes sociais online: o que são as redes sociais e como se organizam? *Caderno de Educação*, v. 1, n. 49, p. 19-42, 2018.

Cello Latini Pfeil

Universidade Federal do Rio de Janeiro
Doutorando em Filosofia (PPGF/UFRJ). Professor do Preparatório Transviades.
mltpfeil@gmail.com

Bruno Latini Pfeil

Universidade Federal do Rio de Janeiro
Mestrando em Filosofia (PPGF/UFRJ)
brunopfeil8@gmail.com

Cauê Assis de Moura

Universidade Federal de Alagoas
Mestrando em psicologia (PPGP/UFAL)
caueassis15@gmail.com



Ações Afirmativas por meio do Processo Seletivo Específico para Estudantes Indígenas na Universidade Federal do Rio Grande - FURG

- Jaqueline Tedesco (*In memoriam*)
- Cassiane de Freitas Paixão

RESUMO

O artigo resulta de parte do Trabalho de Conclusão de Curso da Lider e ativista indígena Jaqueline Tedesco, do povo Kaingang, a qual é bacharela em Direito pela Universidade Federal de Rio Grande-FURG. Na busca de dados sobre o processo seletivo específico de indígenas em aludida Universidade, a autora realizou uma entrevista com um dos professores que reuniu as comunidades indígenas e iniciou o diálogo institucional sobre o processo seletivo. Após apresentar o material a partir da narrativa do professor Alfredo Gentini, ela estudou os dados sobre o ingresso de pessoas indígenas na Universidade Federal do Rio Grande - FURG, trazendo em suas análises os cursos e ingressos no recorte temporal de 2010 até o ano de 2023. Na conclusão, a autora destaca a importância de um processo seletivo específico, mas também destaca a necessidade da universidade pensar sobre as vivências indígenas nas aldeias.

Palavras-chave

Comunidades indígenas; Ação afirmativa; Processo seletivo específico.

AFFIRMATIVE ACTIONS THROUGH THE SPECIFIC SELECTION PROCESS FOR INDIGENOUS STUDENTS AT THE FEDERAL UNIVERSITY OF RIO GRANDE - FURG

ABSTRACT

The text presented here of the course conclusion work of the leader Jaqueline Tedesco, of the Kaingang people in Law at the Federal University of Rio Grande-FURG. In the search for data on the specific selection process for indigenous people at the University, the author conducted an interview with one of the professors who brought together the indigenous communities and started the institutional dialogue about the selection process, after presenting the material based on Professor Alfredo Gentini's narrative, she studies data on admission, bringing courses and admissions from 2010 to 2023. In conclusion, the author highlights the importance of a specific selection process, but highlights the need for the university to think about indigenous experiences in the villages.

Keywords

Indigenous communities; Affirmative action; Specific selection process.

Apresentação

O presente artigo é um recorte do trabalho desenvolvido pela Liderança indígena Jaqueline Tedesco, junto à graduação de Direito da Universidade Federal do Rio Grande- FURG. Nossa amiga ancestralizou em 2024, mas um dos seus últimos escritos foi referente a uma das causas mais importantes de sua jornada no plano terrestre. Segundo sua narrativa: “escolha do tema foi a forma que encontrou para dar um retorno a comunidade indígena Kaingang.”

Com a licença de sua mãe, essa publicação tem por objetivo trazer o estudo que ela desenvolveu sobre o processo seletivo indígena na Universidade Federal do Rio Grande – FURG, uma vez que seus questionamentos indicaram dados a serem pensados pela comunidade acadêmica e também pelas lideranças indígenas. Sendo então respeitados nesse recorte do texto, sua escrita, expressão e os dados por ela levantados ao longo de sua trajetória na universidade.

A pesquisa teve como foco analisar o processo seletivo para estudantes indígenas na Universidade Federal do Rio Grande - FURG, desde o início até o edital de 2023, sendo considerado um meio de política de ações afirmativas na Universidade, para chegar as informações foram necessárias muitas contribuições, como entrevista, dados, e aporte teórico, e através dessa busca se dá o resultado da pesquisa para que posteriormente fosse possível analisar a sua efetividade.

Num primeiro momento, ela apresenta as discussões ações afirmativas, respeitando os textos escritos por autoras negras da Universidade Federal do Rio Grande que acompanharam os processos seletivos em meados de 2010 e na sequência traz a narrativa de importantes nomes na implementação do processo seletivo junto à universidade, dúvidas e questionamentos sobre o ingresso e a permanência junto aos dez anos de implementação das políticas de ação afirmativa, fazendo um panorama do ingresso de estudantes indígenas.

Jaqueline ancestralizou no início de 2023, mas não deixou só saudades, o texto aqui também fez parte do seu trabalho de conclusão de curso e precisa ser publicado para lembrarmos que sua luta e força junto ao povo Kaingang continuará por muitas e muitas jornadas.

Ação Afirmativa e o contexto da Universidade

Por ser uma forma de reparação histórica, a desigualdade social no acesso à educação e a sua permanência são perceptíveis ao longo da história na educação escolarizada no Brasil. Conforme Munanga (2005), a legislação não é capaz de eliminar atitudes preconceituosas provenientes de sistemas culturais, mas a educação é capaz de desconstruir mitos da cultura racista.” (ÁVILA, 2016, p. 23)



Trata-se de um processo demorado, mas perdurando na continuidade, essas desigualdades podem vir a se tornar menores, pois ao longo da história evidências não faltam de como essa prática foi “dolorosamente” conduzida, e “[...] a miscigenação que largamente se praticou aqui corrigiu a distância social que de outro modo se teria conservado enorme entre a casa-grande e a mata tropical; entre a casa-grande e a senzala” (FREYRE 2003, p. 33).

Segundo Ávila (2016, p. 24): “essa concepção Freyreana de miscigenação colaborou para o imaginário de falsa democracia racial, na qual homens brancos ao casar e/ou procriar com mulheres negras e indígenas colaborariam para a democratização do Brasil.”

As ações afirmativas podem ser compreendidas como meio de equiparação para populações que são consideradas como excluídas, sendo utilizadas como uma forma de equidade no âmbito de ensino superior. Conforme Munanga: “[...] elas visam oferecer aos grupos discriminados e excluídos um tratamento diferenciado para compensar as desvantagens devidas à sua situação de vítimas do racismo e de outras formas de discriminação”. (2003, p. 17)

Para as comunidades indígenas, um marco importante foi a Constituição Federal de 1988, pois foi a primeira alteração do que se entendia até o momento em questões de Direitos indígenas, pois “[...] a Constituição deslocou o discurso tutelar e assimilacionista para o discurso de reconhecimento da diferença” (ÁVILA, 2016, p. 61), conforme previsão Constitucional do art. 210, § 2, art. 210. O ensino fundamental regular será ministrado em língua portuguesa, assegurada às comunidades indígenas também a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem. (Brasil, 1988). ”

Ávila (2016), em pesquisa sobre as ações afirmativas, encontrou outro marco importante para as populações indígenas que vão de encontro com a Constituição de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB, que foi aprovada na vigência do governo Fernando Henrique Cardoso -, em 1996.

A LDB estabelece novas dinâmicas para os processos educacionais indígenas e ratifica a utilização dos idiomas originários nos processos de aprendizagens, além disso, institui que para atuar na Educação Básica o/a profissional deve ter formação em nível superior. A partir dessa demanda para atuar nas escolas indígenas era necessário graduar-se. (ÁVILA, 2016, p. 64)

Essa demanda da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional foi essencial para que o ingresso de estudantes indígenas no Ensino Superior entrasse em pauta, é o que analisamos nas afirmações do indígena Wanderlei Dias Cardoso, da etnia Terena: “Em 1996, saiu a LDB, que orientava que o professor tivesse formação em nível superior. E os Secretários Municipais disseram então: “Se vocês quiserem continuar dando aula nas aldeias, vão ter que entrar na faculdade [...]” (SOUZA LIMA; HOFFMANN, 2007, p. 56).



Foi através desse cenário, que o ingresso dos estudantes indígenas no ensino superior passou a ficar em evidência, e para além do ingresso, começou a ser discutida a permanência desses estudantes, e conseqüentemente, as ações afirmativas começaram a ser estruturadas em prol dos estudantes indígenas.

Conforme Souza Lima e Hoffmann (2007), o Programa de Formação Superior e Licenciaturas Indígenas – PROLIND é um edital de apoio à formação da docência indígena e foi criado com recursos do Programa Diversidade na Universidade do governo FHC, mas instituído no primeiro mandato do governo Lula.

Não há referência específica na LDB de 1996 sobre o acesso da população indígena à Educação Superior. “Constatou-se que na transição do governo FHC para o de Lula não havia no MEC informações sobre os indígenas que cursam o Ensino Médio e o Ensino Superior.” (SOUZA LIMA; HOFFMANN, 2007, p. 96).

Essa falta de informações invisibiliza as populações originárias. Sem mensurar qual o acesso dessas populações à educação escolarizada é complexo elaborar políticas públicas efetivas. Nesse sentido, essa situação nos auxilia a problematizar o quanto o ideal civilizado de sujeito universal é uma continuidade do processo histórico para as populações indígenas em território nacional. (ÁVILA, 2016, p. 64)

Nesse sentido, o PROUNI (Programa Universidade para Todos), foi : “[...] criado em 2004, que visa conceder bolsa de estudos em instituições privadas para pessoas que tenham cursado o Ensino Médio em escolas públicas ou escolas particulares como bolsistas integrais, com reserva de vagas para negros/as e indígenas.” (ÁVILA, 2016, p. 68).

Mas de fato, em se tratando da primeira experiência voltada para as ações afirmativas que abordasse as populações indígenas, foi a Lei 13.134 de 18 de abril de 2001, que indicou:

(...) cada instituição de ensino deveria disponibilizar três vagas nos vestibulares de cada universidade estadual para integrantes das sociedades indígenas paranaense. Conforme a Lei nº 14.995 de 09 de janeiro de 2006, houve uma modificação na redação da lei anterior, tornando-se asseguradas seis vagas. A lei possui algumas características específicas, a primeira é o regionalismo, pois só podem participar dos processos indígenas pertencentes ao território do Paraná. O regulamento não utiliza o critério da autodeclaração, os/as candidatos/as precisam comprovar com diversos documentos seu pertencimento étnico e que realmente residem nessas comunidades. A Lei de cotas para os povos indígenas do Paraná foi à primeira política de ação afirmativa instituída a considerar a questão étnico-racial.” (ÁVILA, 2016, p. 69)

Foi no governo de Dilma Rousseff que esse assunto se intensificou:

“(...) em seu mandato foi promulgada a Lei 12.711/2012, conhecida como Lei de Cotas, “Não por acaso isto aconteceu meses depois do Supremo Tribunal Federal ter reconhecido a

constitucionalidade de políticas públicas e de formas de seleção vestibular de estudantes que levem em consideração a raça ou a cor dos candidatos” (GUIMARÃES, 2013, p.02). Muitas universidades, inclusive a FURG, já haviam utilizado sua autonomia para propor e executar alguma forma de política afirmativa antes de sancionada a Lei de Cotas pelo poder executivo. (ÁVILA, 2016, p. 69-70)

Dessa forma, destaco que o cenário atual ainda não é suficiente, e que as conquistas em relação à questão estudantil indígena se deram a “conta gotas”, ou seja, é preciso entender essa margem histórica, e ver o quanto os movimentos sociais foram fundamentais para a efetivação que temos atualmente.

O Processo Seletivo Específico Indígena na FURG: história e concepção

O Professor Alfredo Guilherme Martin Gentini foi uma figura essencial para a construção do presente artigo, pois foi uma pessoa que participou de todas as etapas de início do processo seletivo específico para indígenas, durante a sua aplicabilidade, participou de reivindicações importantes para o Coletivo de Estudantes Indígenas Universidade Federal do Rio Grande - FURG, contribuindo com a comunidade indígena e principalmente com os estudantes indígenas.

A entrevista realizada com o professor ocorreu em julho de 2023, em sua casa, em uma tarde gelada e com muito vento, como é de costume nessa época no bairro Cassino (Rio Grande/RS). Onde a escuta possibilitou o encontro do Professor Alfredo com indígenas da etnia kaingang que estavam na avenida do Cassino (Rio Grande/RS) vendendo seus artesanatos. Sendo nesse momento que ele, “*encantado pela beleza e as vivas cores de alguns colares, braceletes, penas, zarabatanas, flechas e arcos*”(Trecho de entrevista com professor Alfredo Gentini, 2023), questionou-se sobre como ele poderia organizar melhor a sua nova disciplina que iria ministrar no mês seguinte, a disciplina em questão era a de Psicologia Transcultural, sendo essa a primeira ofertada no curso de psicologia no Brasil. (GENTINI, 2016, p. 73).

Na sequência, o professor narrou as questões sobre os encontros e os compartilhamentos de questões relacionadas à permanência indígena na universidade, e no segundo bimestre letivo da Universidade, março de 2008, Pēró Kág se torna o primeiro indígena a *pisar* na Universidade, para compartilhar os seus ensinamentos culturais com a primeira turma de Psicologia Transcultural do Brasil. Entre curiosidades dos alunos e a sabedoria do Cacique, Pēró Kág evidencia a vontade de seu povo de ingressar na Universidade. E ao final da participação, o Cacique convida a turma para conhecer a sua aldeia indígena, que se localizava ao noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, em Iraí.

No ano seguinte, em abril de 2009, essa visita acontece, e entre meio a riqueza cultural que

os alunos e o Professor presenciaram, uma figura imponente ganhou destaque, ele era o Pajé Augusto Opê da Silva, um homem “baixo de estatura, moreno, de olhar claro e decidido, (...) relata-se que “Opê fala conosco em um ritmo singular que atrai a escuta” (GENTINI, 2016, p. 77).

Foi através dessas duas lideranças indígenas, que apresentando a sua terra ancestral e da antiga aldeia, fez com que os que estavam presentes pensassem sobre a questão humanitária e a educação dos povos indígenas, como segue o relato no livro “A Política de Ações Afirmativas na FURG um espaço de Formação Permanente”, no capítulo que aborda o tema “Abrindo Portas, Acolhendo Culturas, Construindo Perspectivas: notas sobre o ingresso de alunos indígenas e quilombolas na universidade:

estamos muito preocupados pelo aquecimento global, pela preservação da natureza, pela educação dos nossos filhos... Nas escolas só temos até 8ª. Série, mais de 260 alunos, agora podemos falar em Kaingang até a 4ª série, logo o português... Falar e escrever... Temos a educação familiar coletiva indígena e mais a branca... Alguns vão logo para a segundo grau e logo para UFRGS... Nossos professores indígenas fazem caminhadas na floresta para conhecer os nomes das plantas e das árvores... Nossas marcas são importantes, as redondas (kairú) não se podem misturar com as compridas (kamé), não podem casar entre si... temos que nos formar e viajar para fazer conhecer nossa cultura (...)” (GENTINI, 2016, p. 78)

Após a caminhada e muito saber compartilhado, Augusto Ópe e o Cacique Pêró Kág indagam Alfredo, “Professor, queremos que nossos filhos possam estudar na sua universidade, como fazemos para abrir as portas?” (GENTINI, 2016, p. 78-79).

Com o desafio a ele designado, o professor retorna à Universidade com o desejo de abrir as portas da FURG para a comunidade indígena. Em uma reunião no dia 10 de julho de 2009, com a Pró-Reitoria de Graduação, o assunto começava a ser discutido, a Universidade Federal do Rio Grande – FURG, seguindo padrões da Universidade Federal do Rio Grande do Sul- UFRGS, com a proposta em oferece abrir as vagas requeridas pelo Programa de Ações Afirmativas, em 14/08/2009. Na sequência, comunica-se a abertura de 5 vagas para indígenas, bem como a criação de uma comissão para pensar as atividades.

Em 2010 os primeiros estudantes indígenas chegam na Universidade Federal do Rio Grande - FURG, dois estudantes ingressam em cursos da área da saúde, Sheila no curso de enfermagem e Manoel em medicina. E dessa forma inicia-se o ingresso via Processo Seletivo Específico na Universidade, cheio de inseguranças e medos, mas também apoiado por grandes lideranças indígenas..

Mesmo com êxito da estruturação do Processo Seletiva Específico, algumas abordagens devem ser levadas em consideração, primeiro que a questão da legislação era escassa, uma vez que a própria Lei de Cotas foi publicada em 2012.

Na entrevista concedida pelo Professor Alfredo, ele nos relata um momento delicado na

abordagem de como o processo seletivo específico foi recepcionado pelos professores na época:

“(...) e não foi fácil porque além da precariedade digamos legislativa, pois estavam montando tudo isso, havia resistência de vários professores e várias autoridades da Universidade, nem todo mundo estava conformado, estava contente, eu ouvi da parte de alguns professores comentários como dizendo, “o que vamos fazer com os índios aqui dentro? A Universidade não está preparada para essas coisas, será que eles vão poder, vão saber vão se adaptar? Não. Bueno, atitudes mais ou menos racistas, preconceituosas.” (entrevistado)

Em contrapartida, ele relata, na mesma entrevista que “ [...]havia outros professores entusiastas, de boa vontade de querer acompanhar bem estes [...]” . Esse processo durou por dois anos, mas que entre apoios e divergências, o final foi com a implementação do Processo Seletivo Específico na Universidade Federal do Rio Grande. Lembrando também das preocupações por parte das lideranças indígenas, em saber em quais condições os seus estudantes iriam ficar, caso ingressarem na Universidade Federal do Rio Grande - FURG.

“(...) convidamos as lideranças, que vieram o Cacique Pedra e o Augusto vieram várias vezes, venho também um professor da escolada Aldeia, depois organizamos outro encontro, onde se convidou a 15 ou 20 Caciques de todo o Rio Grande do Sul, fizemos um encontro enorme com todos eles e o Vice-Reitor da época, e num local ali na FURG. Bom, estamos todos reunidos e a reunião tinha como objetivo conhecer as opiniões e as demandas dos distintos cacique das distintas aldeias, para ter uma realidade de quantos indígenas interessados poderíamos ter, para saber os interesses deles e também das possibilidades, e eles perguntavam muitas coisas, a gente tentava responder, estava Augusto também, ele foi por um momento assim muito duro, muito crítico nessa reunião. (Trecho de entrevista com professor Gentini, 2023)

Professor Alfredo ainda lembrou que os primeiros estudantes indígenas que chegaram até a Universidade Federal do Rio Grande – FURG estavam muito distantes de suas aldeias de origens, elas ficavam à aproximadamente 800 km, e isso tornava a permanência mais dificultosa, pois no começo do processo seletivo não haviam as bolsas em relação à permanência, as mesmas vieram ao longo dos anos. Os questionamentos também eram sobre a permanência depois do ingresso na universidade, como a moradia, alimentação e questões trazidas pelas lideranças, até o alinhamento de idéias em reuniões seguintes e a compreensão de que as questões sobre permanência precisam ser observadas pela instituição de ensino. (MOLINA, 2018, p. 75).

Também, questões como a língua foi um dos desafios, pois o falar em português é diferente da didática no português dos livros, e foi através dessa perspectiva que se teve a ideia de pensar sobre o auxílio de estudantes monitores: “(...) com professores Jaime e Darlene pensamos na possibilidade de organizar grupos de alunos voluntários que funcionam como monitores pedagógicos, seria de alunos mais estariam no mesmo curso, porém um ano antecipado (...)” (Trecho de entrevista com professor Gentini, 2023).

Essa entrevista foi essencial para a pesquisa, pois foi observada a narrativa de alguém que também liderou o processo para o ingresso de comunidades indígenas na FURG, sendo essencial trazer narrativas sobre essa história, uma vez que também poderá auxiliar outras Universidades e demais processos seletivos.

Desde o ano de 2010 a Universidade Federal do Rio Grande - FURG implementou processo seletivo específico para os estudantes indígenas, esse processo abrange os estudantes indígenas aldeados de todo o território nacional, conforme abordado no tópico destinados às vagas do edital do processo seletivo específico para estudantes indígenas 2022.

Segundo aludido edital: “[...] considera-se indígena aldeado, todo indivíduo pertencente a um grupo étnico cujas características culturais o distinguem da sociedade nacional, cuja caracterização é atestada mediante autodeclaração e confirmação das lideranças da comunidade inscrita junto à FUNAI.” (FURG, Processo Seletivo Específico Indígenas, 2022)

Foram ofertadas 10 vagas, às quais são escolhidas pela demanda das comunidades e votadas pelas lideranças indígenas:

O PROAAf considera candidato indígena aquele que pertença à comunidade indígena no território nacional e que apresente no ato de inscrição Declaração ou Certidão Administrativa de Nascimento expedida pela FUNAI e Declaração Original de Membro da Comunidade ou Aldeia Indígena, devidamente assinada pelo Cacique e reconhecida em cartório. O referido programa estabelece ainda que serão disponibilizadas, através de processo seletivo específico, 10 vagas a estudantes indígenas para ingresso em diferentes cursos de graduação, cuja distribuição será definida pelo COEPEA, ouvidas as comunidades indígenas, bem como as Coordenações dos Cursos demandados. (Molina, 2018, p. 94)

No ano de 2010, apenas 5 (cinco) vagas foram ofertadas, e dessas vagas 2 (duas) foram preenchidas nos cursos de medicina e enfermagem; em 2011 também foram ofertadas 5 (cinco) vagas, e dessas, 3 (três) foram preenchidas, sendo essas vagas as do curso de Direito-Diurno, Medicina e Enfermagem. Em 2012 continuaram a oferta de 5 vagas, sendo preenchidas todas elas. É válido ressaltar que a primeira indígena a concluir a graduação na FURG, foi a estudante Josiele Luana Moraes, em 2016, do curso de psicologia e que foi ingressante do Processo Seletivo de 2012.

Foi no ano de 2013 que as 10 vagas indígenas no processo seletivo específico começaram a ser ofertadas. Essa quantidade de vagas ainda são as mesmas ofertadas até o presente momento (2023), a modificação que acontece ocorre sobre quais cursos são escolhidos, sendo essas escolhas de critérios das lideranças indígenas, são consultadas ano a ano, sempre antes de ser lançado o edital do processo seletivo.

As informações sobre os cursos ofertados no processo seletivo específico para indígenas de 2010 até 2023 estão disponibilizados no quadro a seguir, a fim de observarmos cursos que sempre

fizeram parte das demandas das comunidades e outros que foram surgindo ao longo dos anos:

Quadro 1: Cursos ofertados e os respectivos anos no Processo Seletivo Específico para Estudantes Indígenas.

CURSOS OFERTADOS	ANO DAS OFERTAS
Administração	2015, 2018, 2019, 2020, 2021, 2022 e 2023
Agroecologia	2014
Arqueologia	2016 e 2017
Artes Visuais Licenciatura	2018, 2019 e 2020
Ciências Biológicas	2012 e 2015
Ciências Biológicas Licenciatura	2013, 2018, 2022 e 2023
Ciências Econômicas	2023
Direito – Diurno	2010, 2011, 2013, 2014, 2016, 2017, 2018, 2019, 2020, 2021, 2022 e 2023
Direito – Noturno	2018, 2019, 2020, 2021, 2022, 2023
Educação Física	2013, 2015, 2016, 2017, 2018, 2019, 2020, 2021, 2022 e 2023
Educação Física Licenciatura	2014
Enfermagem	2010, 2011, 2012, 2013, 2014, 2015, 2016, 2017, 2018, 2019, 2020, 2021, 2022 e 2023
Engenharia Civil	2013, 2014, 2016, 2017, 2018 e 2021
Engenharia de Alimentos	2021
Engenharia Mecânica	2015 e 2016
Geografia Licenciatura	2013
Gestão Ambiental	2015, 2016, 2017, 2020 e 2022
Gestão de Cooperativas	2017
História Licenciatura	2012, 2013, 2014, 2019, 2020, 2021, 2022 e 2023
Letras - Língua Portuguesa -	2015
Letras Português	2016
Letras Português/Inglês	2019
Licenciatura em Educação do Campo - ênfase em ciências da natureza e ciências agrárias -	2014
Medicina	2010, 2011, 2012, 2013, 2014, 2016, 2017, 2018, 2019, 2020, 2021, 2022 e 2023
Matemática Licenciatura	2015 e 2023
Pedagogia	2013 e 2017
Psicologia	2012, 2013, 2014, 2015, 2016, 2017, 2018, 2019, 2020, 2021, e 2022
Sistemas de Informações	2012
Tecnologia em Gestão Ambiental	2014

Fonte: Tabela elaborada por Jaqueline Tedesco, a partir de dados colhidos no site <https://coperse.furg.br/>

Conforme informações da tabela acima, evidencia-se que a Universidade Federal do Rio Grande - FURG ao longo desses 14 (quatorze) processos seletivos, do período de 2010 à 2023, disponibilizaram 125 (cento e vinte e cinco) vagas indígenas, divididos entre 29 (vinte e nove)



curso: Medicina, Direito (diurno e noturno), Enfermagem, Psicologia, Educação Física (Licenciatura), História – Licenciatura, Sistemas de Informação, Ciências Biológicas – Licenciatura, Engenharia Civil, Engenharia Mecânica, Engenharia de Alimentos, Geografia – Licenciatura, Pedagogia, Tecnologia em Gestão Ambiental, Licenciatura em Educação do Campo - ênfase em Ciências da Natureza e Ciências Agrárias, Agroecologia, Ciências Biológicas, Administração, Letras - Língua Portuguesa, Letras Português, Letras Português / Inglês, Gestão Ambiental (RG), Licenciatura em Matemática, Arqueologia, Gestão de Cooperativas, Artes Visuais – Licenciatura e Ciências Econômicas. Sendo que apenas um curso que foi ofertado em todos os processos seletivos específicos para estudantes indígenas Universidade Federal do Rio Grande - FURG, que foi o curso de enfermagem.

Processo Seletivo Específico para Estudantes Indígenas 2023 FURG: Considerações sobre o atual processo

Conforme o edital do Processo Seletivo Específico para Estudantes Indígenas 2023, ele destina-se, exclusivamente, “[...] a candidatos aldeados pertencentes a comunidades indígenas no território nacional que concluíram – ou concluirão até a data da solicitação da matrícula – o Ensino Médio (ou equivalente), que estudaram ou estudam integralmente em escolas públicas ou que comprovem o recebimento de bolsa integral em escola particular e que não possuam Ensino Superior completo.”

Sobre o trâmite previsto no referido edital, as fases são divididas em 4 etapas, primeira é a fase de inscrição, onde o candidato se inscreve através de um formulário online, o “[...] candidato deverá inscrever-se em 02 (dois) dos cursos relacionados [...]”, e também será nessa fase que o candidato deverá escolher em que município deseja realizar a prova, os municípios disponibilizados são: "Rio Grande, Mostardas, Passo Fundo ou São Lourenço do Sul - RS."

A segunda etapa se trata do envio dos documentos online, que são: o documento de identificação com foto e "Declaração de Pertencimento Étnico Indígena, expedida no ano vigente, assinada por três Lideranças da Comunidade Indígena (Cacique + duas Lideranças) e pelo candidato, na qual conste que o candidato é aldeado. A fase seguinte é a aplicação da prova, dividida entre Memorial Descritivo, que: "[...] deverá ser entregue durante a identificação do candidato para ingresso na sala da prova presencial de Redação [...] Prova de Redação em Língua Portuguesa e Entrevista. Todas as etapas são eliminatórias e a não realização de alguma das etapas supracitadas eliminará o candidato [...]"

Na fase de entrevistas, o Edital de 2023 também informa que ela será "[...] individual e será

realizada de forma virtual em data e horário a serem definidos pela COPERSE¹ [...]". O edital ainda informa que passarão para a fase de entrevistas

"[...] os candidatos que tiverem sido classificados (conforme item 4) em todas as etapas anteriores (Memorial Descritivo e Prova de Redação). [...] Ainda sobre a fase de entrevistas, é importante analisar o modelo de critério de avaliação, que se subdivide em: a) vínculo a uma comunidade Indígena (25 pontos); b) consciência sobre ser Indígena (25 pontos); c) conhecimentos sobre a cultura Indígena (25 pontos); d) expectativas sobre o ingresso no curso (25 pontos).

Sendo então os candidatos selecionados classificados para a vaga do curso a que estiverem concorrendo em primeira opção, desde que tenham alcançado um mínimo de 20% em cada uma das etapas, “[...] conforme a ordem decrescente do argumento final (escore bruto) que corresponderá ao somatório da pontuação das etapas de seleção [...]”

Uma modificação significativa para os povos indígenas, ocorreu no processo seletivo específico para estudantes indígenas de 2022, que continua no edital de 2023, as chamadas subsequentes. Essas chamadas abrangem “[...] as vagas não preenchidas nas diferentes etapas da matrícula serão ocupadas observando-se a ordem de classificação no Processo Seletivo, por meio de Chamadas Subsequentes, enquanto houver candidatos na fila, as quais serão divulgadas na página <http://coperse.furg.br>, que poderão ocorrer até limite de 25% do calendário letivo do primeiro semestre de 2023.

Essa mudança foi importante, pois até o ano de 2021 as vagas, quando não eram ocupadas, passavam a ser extintas, e a partir desse período elas passaram a ser seguidas a lista de candidatos, como chamadas subsequentes, e através disso possibilitou novos preenchimentos de vagas. Após terem sido chamados todos os candidatos de um curso, as vagas não ocupadas poderão ser novamente oferecidas a todos os candidatos inscritos no processo seletivo vigente, respeitando a ordem decrescente de classificação geral do processo e que o candidato não esteja matriculado em nenhum outro curso neste Processo Seletivo Específico.

É importante destacar que esse é o atual cenário do processo seletivo específico para estudantes indígenas da Universidade Federal do Rio Grande - FURG, mas ao longo dos 14 (quatorze) processos houve modificações, e que esta análise se trata apenas do aplicado atualmente.

Dessa forma, com dados fornecidos pela Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis, segue abaixo o quadro com a quantidade de alunos, o ano e o curso que concluíram a graduação:

¹ Comissão Permanente do Processo Seletivo Específico.

Quadro 2: Alunos Indígenas Concluintes De Graduação Furg - Pelo Ingresso De Processo Seletivo Específico Para Estudantes Indígenas

ANO	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
CURSO							
Direito-Diurno				1			2
Enfermagem	1			1			1
Ed. Física		1		1		1	
Psicologia	1		1				2
Medicina				2		2	
total: 17 concluintes de graduação							

Fonte: Tabela elaborada por Jaqueline Tedesco, a partir de dados coletados com a Pró Reitoria de Assuntos Estudantis

Sendo assim, fica evidente que das 129 vagas ofertadas até o presente momento (2023), 17 das vagas preenchidas foram concluídas. Sendo os cursos, em sua maioria, voltados para a saúde, por ser uma grande procura das comunidades indígenas do Rio Grande do Sul - FURG, como foi evidenciado na tabela de cursos ofertados, que conseqüentemente foram os cursos escolhidos pelas lideranças indígenas.

A pesquisa demonstrou o número de estudantes formandos no período: em 2016 dois(duas) formandos(as), dos cursos de enfermagem e psicologia, em 2017 apenas educação física, em 2018 psicologia. Já em 2019, houve um aumento de estudantes indígenas formados, sendo um(a) aluno(a) no curso de direito-diurno, enfermagem, educação física, e 2 formandos(as) no curso de medicina. Posteriormente, em 2020 não houvera formandos. Em 2021 teve um(a) formando(a) na educação e dois(duas) no curso de medicina, e por fim em 2022 teve dois formandos(as) no direito- diurno, um estudante na enfermagem e 2 na psicologia.

Considerações finais

Esse artigo foi elaborado como projeto de conclusão de curso da Jaqueline Tedesco, sob a supervisão de minha orientação. Demonstrar esses dados e autoria do material indicou muito mais do que uma materialização e visualização de dados, mas como a origem, oferta e permanência foi observada sob o olhar de uma estudante indígena na Universidade Federal do Rio Grande – FURG.

Além de aporte teórico e informações institucionais, a pesquisa contou com uma entrevista importante, com um professor que foi uma das figuras que iniciaram esse processo, então pontos específicos e informações não encontradas até o momento, foram obtidas na presente pesquisa. Sobre os dados coletados ao longo de dois anos de pesquisa Jaqueline demonstrou que ao longo dos 14 (quatorze) processos seletivos específicos para estudantes indígenas, foram oferecidas 129 (cento e

vingte e nove) vagas, e dessas vagas 17 (dezesete) estudantes concluíram a graduação. Não foi possível ter os dados sobre as evasões.

O Processo Seletivo Especifico é importante e deu um retorno positivo para as comunidades indígenas, assim como o programa de permanência é iessencial para a efetividade das ações afirmativas na Universidade. E, embora a taxa de formandos seja baixa, outros aspectos devem ser levados em conta, como o aprendizado anterior a universidade, a vivência longe da aldeia e da cultura, que são fatores que têm influência no resultado estudantil dos estudantes indígenas.

Jaqueline finaliza seu trabalho de conclusão de curso na intenção de continuar a coleta de dados sobre evasão escolar indígena, mas também para pensar a luta das das comunidades sobre seu território, afirmando que :

Nessa continuidade faz-se necessário também abordagens referentes ao Marco Temporal, por ser tema de destaque na questão indígena, bem como a questão da mulher indígena, em uma visão geral, assim como a própria atuação dos estudantes indígenas na luta em suas aldeia e em âmbito nacional e analisar como foi o impacto da pandemia aos estudantes do Processo Seletivo Específico.

Por fim, destaca-se que o seguimento desta pesquisa é algo importante e necessário, pelos fatos mencionados.

Jaqueline ancestralizou com o desejo de publicar seu trabalho e dar continuidade às pesquisas sobre acesso e permanência das comunidades indígenas na Universidade.

Referências Bibliográficas

AVILA, Luciane dos Santos. **Ações afirmativas e as relações étnico-raciais : análise sobre os processos seletivos específicos de estudantes indígenas e quilombolas da Universidade Federal do Rio Grande.** 2017. 232 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Instituto de Educação, Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande, 2017.

BERGAMASCHI, M.A.; DOEBBER., MB; BRITO, P.O. **Estudantes Indígenas em Universidade brasileiras: um estudo das políticas de acesso e permanência.** Ed.Scielo. 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbeped/a/dx8gDkg34fWLQw7DvCbjhzyz/?lang=pt>. Acesso em: 31 de ago 2022.

BRASIL. **Constituição** (1988). **Constituição** da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

FREYRE, Gilberto. **Prefácio à Iª edição (Gilberto Freyre).** In: **Casa-Grande & Senzala:**



formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. 48ª edição. São Paulo: Global, 2003.

GENTINI, Alfredo Guilherme Martin. **Relato sobre o início do processo seletivo específico para estudantes indígenas FURG.** Entrevista concedida à Jaqueline Tedesco. Rio Grande. 07 de jul de 2023.

BRASIL. Lei 12.711 de 29 de agosto de 2012, Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm. Acesso em 31 de ago de 2022.

MOLINA, Karina da Silva. **A educação superior e o reconhecimento da identidade: compreendendo o processo de inserção indígena na Universidade Federal do Rio Grande - FURG.** 2018. 142 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Administração Pública) – Instituto de Ciências Econômicas. Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande.

MUNANGA, Kabengele. *Políticas de ação afirmativa em benefício da população negra no Brasil: um ponto de vista em defesa de cotas.* In.: PETRONILHA, Beatriz Gonçalves e SILVA, Valter Roberto Silvério (Orgs.) **.Educação e ações afirmativas: entre a injustiça simbólica e a injustiça econômica /** Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2003.

PEREIRA, V.A.; SCHIRMER, S.N. e JARDIM, D.B. (Orgs.) **A política de Ações Afirmativas na Furg – um espaço de Formação permanente. Rio Grande. Editora: FURG, 2016.**

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO, Resolução nº 019/2009. **Conselho Universitário. 2009. Resolução Nº 019/2009.** Disponível em: <https://conselhos.furg.br/resolucoes/resolucoes-2009/resolucao-019-2009>. Acesso em 17 de nov de 2023.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE.. Conselho de Ensino, Pesquisa, Extensão e Administração Ata nº 059. 2014. Disponível em: <https://conselhos.furg.br/arquivos/coepea-deliberacoes-pleno/2014/10614.pdf>. Acesso em 17 de nov de 2023.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE, COPERSE. **Edital do processo seletivo específico para ingresso de estudantes indígenas 2022.** Disponível em: <https://coperse.furg.br/2022/ps-2022-indigena>. Acesso em: 25 de ago de 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE . **Conselho de Ensino, Pesquisa, Extensão e Administração. Deliberação nº 002/2008.2012.** Disponível em: https://conselhos.furg.br/arquivos/Regimentos/5Regimento_COEPEAalterado_em_18092023.pdf. Acesso em 17 de nov de 2023.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE. **Conselho de Ensino, Pesquisa, Extensão e Administração. Deliberação nº 160/2010.** 2010. Disponível em: <https://conselhos.furg.br/deliberacoes/coepea/pleno/2010/deliberacao-160-2010>. Acesso em 17 de nov de 2023.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE.. **Conselho de Ensino, Pesquisa, Extensão e Administração. Deliberação nº 157/2010.**2010. Disponível em: <https://conselhos.furg.br/deliberacoes/coepea/pleno/2010/deliberacao-157-2010>. Acesso em 17 de nov de 2023.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE. Coperse – FURG **Edital do processo seletivo específico para ingresso de estudantes indígenas 2023.** Rio Grande, 2023. Disponível em: <https://coperse.furg.br/2023/ps-2023-indigenas>. Acesso em 20 de setembro de 2023.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE. Coperse – FURG. **Edital do processo seletivo específico para ingresso de estudantes indígenas 2010.** Rio Grande, 2023. Disponível em: <https://coperse.furg.br/2010/ps-2010>. Acesso em 20 de set de 2023.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE. Coperse – FURG. **Edital do processo seletivo específico para ingresso de estudantes indígenas 2011.** Rio Grande, 2023. Disponível em: <https://coperse.furg.br/2011/ps-2011-indigenas> . Acesso em 20 de set de 2023.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE. Coperse – FURG. **Edital do processo seletivo específico para ingresso de estudantes indígenas 2012.** Rio Grande, 2023. Disponível em: <https://coperse.furg.br/2012/ps-2012-indigenas>. Acesso em 20 de nov de 2023.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE. Coperse – FURG. **Edital do processo seletivo específico para ingresso de estudantes indígenas 2013.** Rio Grande, 2023. Disponível em: <https://coperse.furg.br/2013/ps-2013-indigenas> . Acesso em 20 de nov de 2023.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE. Coperse – FURG. **Edital do processo seletivo específico para ingresso de estudantes indígenas 2014.** Rio Grande, 2023. Disponível em: <https://coperse.furg.br/2014/ps-2014-indigenas>. Acesso em 20 de nov de 2023.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE. Coperse – FURG. **Edital do processo seletivo específico para ingresso de estudantes indígenas 2015.** Rio Grande, 2023. Disponível em: <https://coperse.furg.br/2015/ps-2015-indigenas> >. Acesso: 20/11/2023.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE. Coperse – FURG. **Edital do processo seletivo específico para ingresso de estudantes indígenas 2016.** Rio Grande, 2023. Disponível em: <https://coperse.furg.br/2016/ps-2016-indigenas>. Acesso em 20 de nov de 2023.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE. Coperse – FURG. **Edital do processo seletivo específico para ingresso de estudantes indígenas 2017.** Rio Grande, 2023. Disponível em: <https://coperse.furg.br/2017>. Acesso em 20 de nov de 2023.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE. Coperse – FURG. **Edital do processo seletivo específico para ingresso de estudantes indígenas 2018.** Rio Grande, 2023. Disponível em: <https://coperse.furg.br/2018/ps-2018-indigenas>. Acesso em 20 de nov de 2023.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE. Coperse – FURG. **Edital do processo seletivo específico para ingresso de estudantes indígenas 2019.** Rio Grande, 2023. Disponível em: <https://coperse.furg.br/2019>. Acesso em 20 de nov de 2023.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE. Coperse – FURG. **Edital do processo seletivo específico para ingresso de estudantes indígenas 2020.** Rio Grande, 2023. Disponível em: <https://coperse.furg.br/2020>. Acesso em 20 de nov de 2023.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE. Coperse – FURG. **Edital do processo seletivo específico para ingresso de estudantes indígenas 2021.** Rio Grande, 2023. Disponível em:



<https://coperse.furg.br/2021/ps-2021-indigena>. Acesso em 20 de nov de 2023.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE. Coperse – FURG. **Editais do processo seletivo específico para ingresso de estudantes indígenas 2022**. Rio Grande, 2023. Disponível em: <https://coperse.furg.br/2022>. Acesso em 20 de nov de 2023.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE. Coperse – FURG **Editais do processo seletivo específico para ingresso de estudantes indígenas 2023**. Rio Grande, 2023. Disponível em: <https://coperse.furg.br/2023/ps-2023-indigenas>. Acesso em 20 de nov de 2023.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE. Coperse – FURG **Editais do processo seletivo específico para ingresso de estudantes indígenas 2023**. Rio Grande, 2023. Disponível em: <https://coperse.furg.br/2023/ps-2023-indigenas>. Acesso em 20 de set de 2023.

IN MEMORIAN DE JAQUELINE TEDESCO

Jaqueline Tedesco

Liderança Indígena do Povo Kaingang, bacharela em Direito pela Universidade Federal do Rio Grande - FURG. Ativista das causas indígenas, integrante do PET Conexões de Saberes da Educação Popular e Saberes Acadêmicos- FURG (*in memorian*).

CV: <http://lattes.cnpq.br/0674317846477743>

Cassiane de Freitas Paixão

Professora associada da Universidade Federal do Rio Grande - FURG. Tutora do Programa de Educação Tutorial Conexões de Saberes da Educação Popular e Saberes Acadêmicos. Professora permanente do Programa de Educação da Universidade Federal do Rio Grande, Linha 3 - Educação, culturas, identidades e diferenças. Desenvolve pesquisas sobre mulheres negras, questões étnico-raciais no sul do Rio Grande do Sul, ações afirmativas, clubes sociais negros, políticas educacionais para comunidade negra e povos tradicionais. Possui graduação em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Pelotas (1999), mestrado em Sociologia - Universidade Federal Do Rio Grande Do Sul – FURG (2004) e doutorado em Educação pela Universidade do Vale dos Sinos (2010). Realizou pós-doutorado na Universidade Federal da Bahia, junto ao grupo de pesquisa “A cor da Bahia”, entre 2017 e 2018. Líder do Grupo de Pesquisa Educação para as Relações Étnico Raciais FURG- ERER FURG.

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-8085-1862>

Escola crítica e política cultural no contexto das políticas curriculares brasileiras

• Vinicius Batista da Silva

RESUMO

A globalização, os avanços tecnológicos e o neoliberalismo têm impulsionado, nas últimas décadas, o surgimento de novas formas de sociabilidade, rompendo paradigmas nos âmbitos cultural, social, político e econômico, com destaque para as políticas educacionais brasileiras. Nesse contexto, emerge o questionamento sobre o papel da educação na formação do homem contemporâneo, bem como sobre a função da escola e dos professores nesse processo. Esta reflexão se fundamenta na Pedagogia Crítica de Henry Giroux, especialmente em sua obra "Escola Crítica e Política Cultural". O presente trabalho apresenta uma análise crítica dessa obra, buscando estabelecer relações com os desafios e a realidade da educação brasileira atual.

Palavras-chave

Globalização, Neoliberalismo, Educação brasileira

CRITICAL SCHOOLING AND CULTURAL POLITICS IN THE CONTEXT OF BRAZILIAN CURRICULUM POLICIES

ABSTRACT

Globalization, technological advancements, and neoliberalism have driven the emergence of new forms of sociability in recent decades, disrupting paradigms in the cultural, social, political, and economic spheres, with particular emphasis on Brazilian educational policies. In this context, questions arise about the role of education in shaping the contemporary individual, as well as the role of schools and teachers in this process. This reflection is grounded in Henry Giroux's Critical Pedagogy, particularly his work "*Critical Schooling and Cultural Politics*." The present study provides a critical analysis of this work, seeking to establish connections with the challenges and realities of contemporary Brazilian education.

Keywords

Globalization, Neoliberalism, Brazilian education

Introdução

"Este ensaio teórico revisita a obra de Henry Giroux, especificamente suas teorias sobre a pedagogia crítica e sua importância frente aos desafios impostos pela globalização, pela instrumentalização do ensino e pelas demandas neoliberais. Ao destacar como essas forças moldam

as práticas educacionais, o texto busca oferecer uma análise crítica do papel da escola e dos professores na sociedade contemporânea.

O principal objetivo deste trabalho é ressaltar o papel dos professores como intelectuais transformadores, capazes de questionar paradigmas que perpetuam desigualdades sociais e culturais. Giroux (1987) defende que a escola deve ser entendida como uma esfera pública de oposição, onde a pedagogia radical se apresenta como uma forma de política cultural, integrando educação e democracia.

Parafraseando Ítalo Calvino¹, “clássico é um livro que nunca terminou de dizer aquilo que tinha para dizer”. Assim, a obra de Giroux, especialmente sua defesa de uma pedagogia crítica, permanece relevante ao oferecer novas interpretações para os desafios da educação atual. Neste contexto, este ensaio está estruturado em três partes: primeiro, uma contextualização sobre o pensamento de Giroux; em seguida, uma análise de sua obra 'Escola Crítica e Política Cultural'; e, por fim, uma correlação com as políticas educacionais brasileiras e os desafios contemporâneos.

A instrumentalização do ensino, neste texto, refere-se ao processo de subordinação das práticas pedagógicas a interesses econômicos e corporativos, reduzindo a educação a um instrumento funcional, que atende mais às necessidades de mercado do que às demandas sociais. Giroux critica essa abordagem, chamando a atenção para a necessidade de práticas educacionais que valorizem o pensamento crítico e a participação democrática."

Um pouco sobre o educador Henry Giroux

Henry Giroux², educador norte-americano, iniciou sua trajetória como professor de história no ensino médio. Nos anos 1980, começou a publicar estudos pioneiros sobre pedagogia crítica, propondo uma atualização dessa abordagem sob influência de Paulo Freire, John Dewey, os marxistas da Escola de Frankfurt e Antônio Gramsci. Essas influências moldaram sua visão de que a educação deve ir além da mera transmissão de conhecimentos, sendo um instrumento para a formação de cidadãos críticos e engajados.

Em seus trabalhos mais recentes — *Pedagogia da Resistência: Contra a Ignorância Fabricada* (2022), *Educação, Direitos Sociais e Políticas Públicas: Práticas, Críticas e Utopias* (2022), *Raça, Política e Pedagogia Pandêmica: Educação em Tempos de Crise* (2021), *Sobre Pedagogia Crítica, 2ª Edição* (2020) e *Educação, Cultura e Lutas pela Democracia* (2023) e

¹ Ítalo Calvino. *Por que ler os clássicos?* São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

² As informações sobre a biografia do autor foram extraídas de sua página oficial na internet disponível no endereço eletrônico: <http://www.henrygiroux.com/index.html>.

Educação em Tempos de Políticas Contrarrevolucionárias (2023) — Henry Giroux aprofunda as reflexões sobre as relações entre poder, democracia, conhecimento, política e educação crítica, ampliando a compreensão das dinâmicas de controle nas instituições educacionais. Seus estudos abordam temas como educação, juventude, cultura, mídia e os desafios enfrentados pela sociedade contemporânea. Giroux enfatiza o papel do professor como intelectual público e da escola como esfera pública, desafiando currículos tradicionais que perpetuam desigualdades.

Em suas obras, inspirado pelos filósofos da Escola de Frankfurt, Henry Giroux critica de forma contundente, o currículo tradicional, que considera restritivo e imposto. Giroux entende o currículo como uma política cultural e direciona sua crítica à racionalidade técnica e utilitária que o fundamenta. Seus argumentos partem da premissa de que as práticas curriculares devem ser analisadas a partir de perspectivas históricas, éticas e políticas, em vez de se basearem em valores e atitudes implícitos que frequentemente buscam conformar os indivíduos à ordem social, política e econômica vigente. Essa conformação é evidente em práticas escolares que priorizam a obediência e a disciplina em detrimento da criatividade e do pensamento crítico. Além disso, Giroux ressalta o papel fundamental do professor no processo de democratização e transformação do ensino, defendendo a necessidade de educadores que promovam uma educação crítica e emancipatória.

Henry Giroux defende que o professor deve ser um intelectual público, comprometido com a construção de uma educação crítica e emancipatória, e não um mero executor técnico de políticas educacionais padronizadas. Essa perspectiva, amplamente discutida na obra analisada neste ensaio, destaca a importância de educadores que assumam um papel ativo na promoção de mudanças sociais significativas. Giroux também critica métodos de avaliação que privilegiam a formação de mão de obra voltada exclusivamente para o mercado, em detrimento da formação de cidadãos capazes de refletir criticamente sobre a sociedade. Para o autor, a educação deve ser concebida como uma prática de liberdade, promovendo transformações sociais e culturais, alinhando-se, nesse sentido, à visão de Paulo Freire sobre a práxis educativa.

O que diz o autor na obra “Escola Crítica e Política Cultural?”

Mesmo tendo sido publicada em 1987, a obra de Henry Giroux, ‘Escola Crítica e Política Cultural’, continua sendo instigadora para pensar a educação em tempos contemporâneos. O autor propõe reflexões críticas sobre as funções da escola pública, sobre o papel dos professores enquanto intelectuais críticos, e sobre os desafios impostos pelas transformações sociais e políticas no cenário educacional. Giroux destaca que, para enfrentar esses desafios, é essencial compreender a escola



como um espaço de luta democrática e a pedagogia como uma forma de política cultural, capaz de transformar as condições sociais e promover a emancipação dos sujeitos.

A obra está estruturada em dois eixos principais. No primeiro, Giroux aborda a Pedagogia Radical e discorre sobre a figura do professor como intelectual transformador. Ele analisa o fenômeno da proletarização do magistério, caracterizado pela redução do trabalho docente a tarefas técnicas e pela desvalorização da natureza intelectual da profissão. Giroux classifica os professores em quatro categorias principais:

Intelectuais Transformadores: Professores que unem a prática pedagógica à ação política, questionando estruturas sociais opressivas e promovendo mudanças significativas.

Intelectuais Críticos: Educadores que reconhecem as injustiças, mas não se engajam diretamente em movimentos de transformação, limitando-se à análise e à reflexão.

Intelectuais Adaptados: Professores que, de forma passiva ou inconsciente, reproduzem as práticas dominantes, mesmo quando não as defendem explicitamente.

Intelectuais Hegemônicos: Docentes que alinham suas ações aos interesses das elites, legitimando as estruturas de poder e contribuindo para a manutenção do status quo.

Essas categorias demonstram os diferentes papéis que os professores podem desempenhar no sistema educacional. Giroux enfatiza que a transformação da educação depende da postura ativa e crítica dos professores, que precisam enxergar a escola como uma esfera pública de resistência.

Para Giroux (1987), a tarefa central da categoria de intelectuais transformadores é “tornar o pedagógico mais político e o político mais pedagógico”. Isso significa que a educação precisa se inserir mais na esfera política, uma vez que os processos de escolarização são permeados por disputas de significação e relações de poder. O papel dos estudantes nesse processo seria, por meio da reflexão crítica, combater as injustiças e transformar a si mesmos.

Os intelectuais críticos, por sua vez, não se consideram ligados a projetos de formação social. Embora críticos das injustiças, não se posicionam ou se engajam em movimentos de luta, contentando-se com a interação com os movimentos e considerando a influência recíproca e a integração como importantes para o intelectual transformador.

Os intelectuais adaptados, embora nem sempre conscientes, colaboram para a sustentação da sociedade dominante e das classes de elite. Mesmo sem defender o status quo e sem concordar com a política vigente, eles agem na produção e mediação de ideias e práticas sociais que favorecem as classes dominantes.

Já os intelectuais hegemônicos, como descreve Giroux (1987), se apresentam objetivamente como líderes morais e intelectuais ao serviço das classes dominantes. Vendem sua força de trabalho, mas não controlam o sistema educacional. Ou seja, embora existam tensões e conflitos possíveis,



esses intelectuais veem nessas situações uma oportunidade de transitar para outras categorias.

Após descrever as categorias que classificam os professores como intelectuais, Giroux defende a categoria daqueles que, em sua visão, são capazes de transformar escolas e universidades em esferas públicas de resistência. No entanto, ao assumir a posição de intelectual transformador, ele enfrenta um paradoxo: por ser a escola seu local de trabalho, precisa defendê-la, mesmo reconhecendo que ela é fundamental para a manutenção da cultura dominante. Ao mesmo tempo, transforma a escola em um terreno político, onde é possível fomentar o pensamento e as práticas sociais críticas.

A primeira parte da obra chama a atenção pelo destaque que o autor dá à figura do professor como um intelectual transformador. Giroux defende que somente é possível uma transformação radical na educação se os professores progressistas compreenderem a escola como uma esfera pública de oposição. Segundo o autor, a indústria cultural, nas últimas décadas, enfraqueceu os espaços sociais alternativos, antes capazes de promover o pensamento crítico e de estimular grupos subordinados a fortalecer seus próprios intelectuais.

Nesse sentido, o autor pontua que

[...] quero defender o ponto de vista de que os educadores radicais precisam construir uma linguagem que considere os professores como intelectuais transformadores, a escola como esfera de oposição e a pedagogia radical como uma forma de política cultural. Isto é, entendo a escola como esfera pública que mantém uma associação indissolúvel com as questões de poder e de democracia. (Giroux, 1987, p. 8).

O pano de fundo das obras de Henry Giroux é a política educacional dos Estados Unidos, um país que, desde a década de 1980, observa uma crescente perda de poder dos professores em todos os níveis da educação pública (Giroux, 1987). No entanto, situações similares às analisadas pelo autor podem ser observadas no Brasil, onde educadores enfrentam desmotivação e frustração crescentes. Esses sentimentos resultam de políticas educacionais que atendem a interesses neoliberais, restringindo gradativamente a autonomia e a criatividade docente.

Giroux, em seus textos, incentiva os educadores a resistirem a esses processos e a se posicionarem criticamente como intelectuais transformadores. Ele destaca a necessidade de enfrentar políticas conservadoras que tentam hegemonizar uma definição de educação de "excelência", frequentemente subordinada a projetos neoliberais. Nesse sentido, o autor enfatiza o papel do professor não apenas na execução de tarefas, mas também na reflexão sobre sua prática — o que Paulo Freire já havia descrito como práxis, entendida como a união entre ação e reflexão crítica para promover mudanças sociais.

O autor analisa como o magistério tem sido subordinado a uma divisão técnica e social do trabalho, que, por sua vez, distancia os professores do controle sobre os processos educacionais. Essa

dinâmica os amarra aos ditames de especialistas alheios ao contexto da sala de aula e reforça a distância política entre aqueles que controlam a escola e aqueles que estão diretamente envolvidos com os estudantes e os currículos (Giroux, 1987). Como resultado, os professores ficam relegados à execução de tarefas meramente instrumentais, sem espaço para práticas críticas ou discursos de oposição. Esse processo reduz a pedagogia a uma sistematização metodológica desprovida de reflexão crítica e transforma o conhecimento em objeto de mera aplicação técnica.

Para Giroux, a imposição de uma rotina instrumental não apenas proletariza os professores, mas também contribui para o desaparecimento do trabalho docente como categoria intelectual. Essa mudança culmina na redução do pensamento crítico e na valorização de uma abordagem técnica, herança das pedagogias positivistas. Embora este texto não se aprofunde nas discussões sobre essas pedagogias, é importante ressaltar que a racionalidade técnica está intrinsecamente ligada aos interesses neoliberais. Nesse contexto, as pedagogias positivistas reaparecem como aliadas do processo de padronização do conhecimento e da desvalorização do trabalho intelectual crítico desenvolvido pelos professores.

Nos moldes dessa racionalidade técnica, a formação de futuros professores é frequentemente orientada por uma perspectiva behaviorista, focada na especialização metodológica e no refinamento técnico. Esse modelo busca transformar os professores em obedientes servidores civis, priorizando a eficiência técnica em detrimento de uma formação crítica e reflexiva (Giroux, 1987). Tal abordagem contraria não apenas os princípios de uma gestão democrática, mas também reforça uma visão despolitizada da administração escolar, comprometendo a capacidade dos professores de atuar como agentes de transformação social.

Em sua análise, o autor discorre sobre como o magistério tem sido subordinado a uma divisão técnica e social do trabalho. Esse processo ou limita o professor aos ditames de especialistas³ que não vivenciam a realidade da sala de aula, ou amplia o distanciamento político entre aqueles que controlam a escola e os que realmente trabalham com os estudantes e os currículos (Giroux, 1987). Como resultado, os professores são relegados a tarefas meramente instrumentais, sem espaço para um discurso crítico ou práticas de oposição, e a pedagogia se resume à sistematização do conhecimento e à objetificação metodológica.

Para Giroux, os professores não estão sendo apenas proletarizados; a imposição de uma rotina instrumental tem contribuído para a perda da função intelectual do trabalho docente. Essas mudanças resultaram na diminuição do pensamento crítico e na adoção de uma abordagem técnica herdada das pedagogias positivistas. Embora não seja o objetivo deste texto aprofundar a discussão sobre as

³ O autor denomina estes especialistas como “conselheiros de políticas oficiais” dando nova dimensão entre conhecimento e poder, onde as ciências sociais mantêm ligação direta a práticas sociais e ideologias de mercado.

pedagogias positivistas, é importante destacar que a racionalidade técnica na educação busca promover um modelo pedagógico no qual o trabalho docente se limita à aplicação de conhecimentos teóricos e técnicos, com foco na resolução de problemas e lacunas voltados para interesses mercadológicos. Nesse processo, a formação docente é marcada por uma concepção simplista e linear dos processos de ensino, alinhada aos interesses neoliberais e ao retorno das pedagogias positivistas, que visam padronizar o conhecimento e desvalorizar o trabalho intelectual crítico dos professores.

Dentro dessa perspectiva, a formação de futuros professores foca em torná-los meros transmissores de conhecimentos e aplicadores de conteúdos previamente determinados, priorizando a especialização e o refinamento metodológico, preparando-os para serem obedientes servidores civis (Giroux, 1987). Esse modelo de formação, pautado pela racionalidade técnica e mercadológica, contradiz os princípios da gestão democrática e promove uma visão despolitizada da administração escolar.

No segundo eixo da obra, Giroux analisa os impactos das políticas neoliberais na educação pública. Ele argumenta que essas políticas transformam as escolas em instrumentos de reprodução cultural e econômica, priorizando resultados quantitativos e habilidades técnicas em detrimento do desenvolvimento do pensamento crítico. A burocratização crescente e a padronização curricular, associadas a essas políticas, limitam a autonomia dos professores, restringindo sua capacidade de implementar práticas pedagógicas inovadoras e contextuais.

Giroux introduz o conceito de currículo oculto, que se refere aos valores e atitudes implícitos no processo educacional, muitas vezes não declarados nos documentos oficiais. Por exemplo, em escolas que enfatizam a obediência e o controle disciplinar em detrimento da criatividade e da autonomia, o currículo oculto reforça uma lógica de conformidade social que favorece as elites e marginaliza os grupos subalternos. Essa prática é vista pelo autor como uma das formas mais sutis, porém eficazes, de reprodução das desigualdades.

Outro ponto central do pensamento de Giroux é a defesa da escola como uma esfera pública e da pedagogia radical como uma ferramenta para enfrentar os desafios impostos pela racionalidade neoliberal. Ele apresenta três discursos que fundamentam a pedagogia radical:

O discurso da produção: Focado na análise das relações externas que influenciam as práticas educacionais, como as demandas do mercado e as políticas de Estado, evidenciando como esses fatores moldam a dinâmica escolar.

O discurso da análise do texto: Direcionado à interpretação crítica de currículos, materiais didáticos e outros textos educativos, buscando revelar as ideologias implícitas e os significados por trás das narrativas dominantes.

O discurso das culturas vividas: Valoriza as experiências, memórias e subjetividades de alunos

e professores, conectando essas vivências ao processo de ensino-aprendizagem e promovendo uma educação que reflita as identidades culturais e sociais da comunidade escolar.

Giroux argumenta que, ao integrar esses discursos, é possível transformar a escola em um espaço de resistência e criação coletiva, onde o conhecimento não seja apenas transmitido, mas também produzido de maneira dialógica e emancipatória.

Sob influência de Paulo Freire, Giroux (1987) faz uma associação da pedagogia radical a uma forma de política cultural, a fim de propagar a ideia de que a união entre as noções de luta, as expressões dos estudantes e o diálogo crítico possa levar ao desenvolvimento de uma pedagogia emancipatória. Neste sentido, uma pedagogia radical vinculada à ideia de política cultural, dentro de seus processos formativos, deve se atentar a como os processos culturais são produzidos e transformados. Para que isso ocorra, Giroux (1987) propõe uma análise sob três perspectivas de discursos que se inter-relacionam: o discurso da produção, o discurso da análise do texto e o discurso das culturas vividas.

O discurso da produção diz respeito à rede de relações sociais mais globais que influenciam a política da escola e podem dificultar que professores e alunos desenvolvam suas capacidades intelectuais críticas. Por outro lado, revela a influência do Estado, das organizações externas e dos interesses políticos sobre a prática escolar. A partir dessas observações, professores e alunos podem exercer o pensamento crítico reflexivo.

O discurso da análise do texto é um tipo de crítica que proporciona a possibilidade de identificar as formas culturais produzidas e usadas em sala de aula, fornecendo aos professores e alunos possibilidades de análise das representações curriculares por meio de discussões que possibilitam compreender as ideologias e os significados implícitos nos textos.

O discurso das culturas vividas refere-se a como professores e alunos significam, incorporam e reproduzem a história, a política e a cultura. Para isso, é necessário reconhecer as formas de subjetividade dos estudantes sobre os sentidos que conferem à política e à luta. A partir disso, em um processo de autoprodução, desenvolve-se um novo tipo de crítica sobre como as pessoas criam suas memórias e narrativas e dão sentido à determinação e à ação.

Dentre outras defesas apresentadas pelo autor ao longo da obra, ele chama a atenção para a importância da “voz do professor”. Isso significa ser imprescindível que os educadores radicais transformadores se articulem coletivamente em defesa de um movimento social dedicado à reestruturação das condições ideológicas e materiais que atuam dentro e fora da escola (Giroux, 1987, p. 99).

O pensamento de Giroux é especialmente relevante no contexto brasileiro, onde as reformas educacionais recentes, como o Novo Ensino Médio e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), refletem a influência de políticas neoliberais que priorizam a formação técnica em detrimento da



formação cidadã. Essas políticas, muitas vezes orientadas por organismos internacionais, promovem currículos padronizados que ignoram as especificidades culturais e sociais das comunidades escolares. Giroux alerta que, para resistir a essas tendências, é indispensável que os professores se organizem coletivamente e assumam seu papel como intelectuais transformadores.

A obra ‘Escola Crítica e Política Cultural’ conclama educadores a repensar suas práticas pedagógicas, defendendo a escola como um espaço de luta democrática. Ao propor uma pedagogia radical, Giroux oferece uma visão inspiradora para aqueles que desejam transformar a educação em um instrumento de justiça social e emancipação.

Escola crítica e política cultural e o contexto das políticas curriculares brasileiras

A onda neoliberal retomada e intensificada nos anos 1990 foi um marco nas reformas educacionais no Brasil e em vários outros países em desenvolvimento. Esse período foi amplamente influenciado por organizações internacionais, que buscavam participar da reordenação das políticas sociais. O foco dessas iniciativas era a formação de trabalhadores ajustados às novas demandas do sistema capitalista, vistos como peças importantes para a superação da crise do capital internacional. Assim, a educação foi concebida como o principal veículo para garantir essa formação. Para alcançar esse objetivo, tornou-se essencial que essas organizações influenciassem a elaboração de políticas educacionais.

Corroborando com esse pensamento, a análise desenvolvida por Frigotto e Ciavatta (2003), ao destacarem que

As análises críticas do período do Governo Fernando Henrique Cardoso (FHC) são abundantes tanto no âmbito econômico e político como no social, cultural e educacional. Todas convergem no sentido de que se trata de um governo que conduziu as diferentes políticas de forma associada e subordinada aos organismos internacionais, gestores da mundialização do capital e dentro da ortodoxia da cartilha do credo neoliberal, cujo núcleo central é a idéia do livre mercado e da irreversibilidade de suas leis (Frigotto e Ciavatta, 2003, p. 103).

Nessa dinâmica, os educadores desempenhavam um papel central na sustentação das reformas, sendo direcionados ao desenvolvimento de práticas alinhadas à racionalidade técnica. Tal abordagem moldava os professores como peças fundamentais para manter o funcionamento de um sistema educacional orientado por lógicas instrumentais.

Giroux (1997) aborda criticamente essa questão:

Há também uma crescente tendência política e ideológica, como expressam os debates atuais sobre reforma educacional, para afastar os professores e alunos de seu contexto e de suas

experiências culturais, em nome de abordagens pedagógicas que tornarão o processo escolar mais instrumental. Isto geralmente significa que professores e alunos serão ‘colocados’ dentro de abordagens curriculares e de esquemas de gerenciamento instrucional que reduzem seus papéis à implementação de objetivos de editores, de especialistas e de outros profissionais afastados das singularidades da vida diária da sala de aula (Giroux, 1997, p. 23).

Giroux evidencia como essas reformas desconsideram as experiências reais de professores e alunos, priorizando uma lógica padronizadora que favorece interesses externos em detrimento das dinâmicas culturais e sociais vivenciadas no cotidiano escolar.

Stephen Ball, um estudioso incontornável quando o assunto é sobre políticas educacionais, têm evidenciado em seus estudos, a existência de interconexões globais que impactam a educação e sobre como os Estados Nação vem sendo coagidos por uma agenda político-econômica transnacional cada vez mais intensa. Nesse jogo de interesses, as políticas educacionais apresentam-se como uma oportunidade de lucro e, sob esse aspecto surge o conceito de “edu-business” global, para o qual “consultores e as empresas educacionais que participam estão entregando “desenvolvimento” e política de ajuda (por um lucro potencial), desenvolvendo infra estruturas políticas locais e incorporando discursos de políticas ocidentais predominantes” (BALL, 2014 p. 38).

Nessa lógica, as políticas educacionais tornam-se mercadorias, negócios, comércio, podendo ser compradas em pacotes de supostas soluções para os problemas da educação pública e, assim, vários atores sociais se articulam na luta por verem seus interesses representados nas políticas. Compreende-se como atores sociais, os agentes públicos (alguns), como exemplo, [...] “Instituições financeiras e empresas — Itaú [Unibanco], Bradesco, Santander, Gerdau, Natura, Volkswagen, entre outras — além de Fundação Victor Civita, Fundação Roberto Marinho, Fundação Lemann, CENPEC, todos pela Educação, Amigos da Escola” (MACEDO, 2014, p. 1540).

Constatações como as de Macedo (2014) se aproximam dos argumentos de Ball (2014), quando defende que essas redes de políticas e os atores privados não apenas estão participando do debate das reformas educacionais como estão proporcionando novas formas de gerir, articular e participar da gestão governamental.

No Brasil, como reflexo da atuação dos diversos atores que compõem o campo de influências na definição e tentativas de implementação de políticas educacionais em Estados em Desenvolvimento, temos a aprovação da reforma do Ensino Médio “Novo Ensino Médio”, instituída pela Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017 e a aprovação da Base Nacional Comum Curricular-BNCC, para o Ensino Médio, homologada em 14 de dezembro de 2018.

A partir de críticas contundentes da comunidade acadêmica e intensos protestos de entidades sindicais, organizações estudantis, sociedade organizada que pediam a revogação do “Novo Ensino Médio”, com a mudança de Governo, foi possível estabelecer o debate público e embora a opção não

tenha sido pela revogação, recentemente (Lei n. 14.945/2024, de 09 de julho de 2024) a Câmara dos Deputados aprovou a “reforma da reforma” do ensino médio.

Importante destacar que a agenda do Banco Mundial e suas políticas de financiamento de reforma dos Estados nacionais na América Latina, geralmente é condicionada a implementação de uma série de medidas apontadas pelo Banco Mundial. No Brasil, um exemplo claro disso foi o financiamento do Banco Mundial para viabilizar a implementação da reforma do Ensino Médio (Lei 13.415/2017) que resultou no acordo de empréstimo do MEC com o BIRD/BM, com a importância de 250 milhões de dólares destinados ao “Projeto de Apoio à Implementação do Novo Ensino Médio”. O acordo foi firmado no Senado Federal por meio da Mensagem nº 19, de 2018 (BRASIL, MSF nº 19/2018), que culminou no “Contrato de empréstimo para a reforma do Ensino Médio Nº 8812-BR 8813-BR” (2018).

No contexto brasileiro, a estratégia do Banco Mundial para concessão de reforma do ensino médio no governo foi a divulgação de uma série de relatórios com apontamentos de medidas que levariam a melhoria dos índices educacionais. Dentre esses relatórios podemos destacar: “Programa de apoio à implementação do Novo Ensino Médio” (2017); “Competências e Empregos: Uma Agenda para a Juventude: Síntese de constatações, conclusões e recomendações de políticas” (2018); “Emprego e Crescimento: A Agenda da Produtividade” (2018); “Um Ajuste Justo: Análise da Eficiência e Equidade do Gasto Público no Brasil” (2018). Esses relatórios, além de não representarem o reflexo da realidade brasileira, são tendenciosos e influenciam a produção de políticas educacionais no Brasil.

Em uma criteriosa avaliação de um desses relatórios, especificamente o relatório intitulado “Um Ajuste Justo: Análise da Eficiência e Equidade do Gasto Público no Brasil” (2018), o Professor Nelson Cardoso Amaral, vinculado ao Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Goiás, pontua que

Um exame atento deste capítulo nos permite afirmar que há crassos erros conceituais, inferências sem comprovação e conclusões absurdas que beiram a irresponsabilidade. As análises realizadas pelo Banco Mundial possuem cunho absolutamente economicista e não consideram, em nenhum momento, a complexidade da sociedade brasileira que apresenta uma das maiores desigualdades sociais do mundo (AMARAL, 2018, p. 1)

No atual contexto da educação brasileira, é impossível discutir as reformas educacionais aprovadas sem relacioná-las às influências das políticas neoliberais que em dimensões transnacionais, condicionam o investimento financeiro em países em desenvolvimento a uma série de medidas ligadas a “reformas” e a melhoria de índices verificados por instituições internacionais como a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) e o Programa Internacional



de Avaliação de Estudantes -PISA.

A pedagogia gerencial traz sérias consequências a atuação dos professores, uma vez que tende a substituir a reflexão crítica dos fenômenos sociais por um contexto gerencial alinhado aos interesses de conglomerados privados e da instrumentação da educação aos fins mercadológicos e o ideário neoliberal me parece se fazer presente no contexto das reformas com maior intensidade.

Autores como Noam Chomsky (2017), David Harvey (2011) e Pierre Dardot e Christian Laval (2016) são referências na teorização acerca dos impactos do neoliberalismo na sociedade contemporânea, e abordam tanto suas origens quanto suas implicações econômicas, políticas e sociais e destacam como o neoliberalismo moldou a sociedade contemporânea, deslocando o foco das preocupações humanas para o mercado, em um processo que reconfigura as dinâmicas sociais, econômicas e culturais de forma estrutural.

Como discutido nos parágrafos anteriores, alguns atores políticos transnacionais (Banco Mundial e OCDE), vinculados ao pensamento neoliberal, com forte influência em países em desenvolvimento, têm procurado submeter a educação aos interesses de mercado, impactando profundamente a formação crítica que por sua vez, tende a ser substituída por uma formação articulada às lógicas tecnocráticas. Neste sentido, em movimento contrário a esses interesses, “é imperativo não somente considerar os professores como intelectuais, mas também contextualizar, em termos normativos e políticos, as funções concretas que os mesmos desempenham” (Giroux, 1997, p. 24).

Ao considerarmos que a educação formal (mas não somente) é constantemente permeada por disputas por significações, é possível concluir que a todo momento, direta e indiretamente os professores podem ser e são, partícipes nas disputas por sentidos de educação, sobre quais conhecimentos serão ensinados, como serão ensinados e para que serão ensinados.

A defesa dos professores enquanto intelectuais críticos transformadores se dão justamente pelo fato de eles serem importantes para o fortalecimento da escola enquanto esfera política de oposição às lógicas neoliberais e a formação de sujeitos técnicos, consumidores dos processos de produção.

A teoria educacional deve também ser compreendida como tendo um profundo compromisso em desenvolver a escola como espaço que prepare os estudantes para participar e lutar por esferas públicas democráticas. Isto significa que as teorias e as práticas educacionais devem ser avaliadas de acordo com seu potencial de fornecer condições para que professores e alunos compreendam a escola como esfera pública dedicada a formas de fortalecimento pessoal e social. (Giroux, 1997, p. 25).

A troca de textos e discursos em tempos de globalização, tem influenciado a forma que o especificamente o Brasil pensa e produz suas políticas públicas. Todavia estas trocas não ocorrem



espontaneamente, existem interesses de agências internacionais que apresentam interesse e mantêm influências sobretudo em países em desenvolvimento como o Brasil. Este processo de importação de políticas, ao serem introduzidas, são modificados, dando origem a novos processos de relações sociais.

O reconhecimento destas trocas de textos e discursos políticos é importante para compreendermos que não necessariamente uma política após cumprir o seu fluxo de produção, segue para seu destino para ser executada. Ao ter contato com estes textos, os professores dão novos sentidos a eles proporcionando novas formas de trabalho diferente daquelas idealizadas pelos grupos que influenciaram a produção do texto, isto é, a tentativa de regulação é fracassada ao passo que o professor enquanto intelectual crítico, a todo tempo é transgressor da “norma” uma vez que sua prática sempre será subjetiva.

Considerações finais

Como palavras finais, é importante resgatar uma das mais importantes defesas apresentadas por Henry Giroux, o autor enfatiza constantemente a possibilidade da resistência, isso quer dizer que professores e estudantes, coletivamente podem desenvolver processos educacionais que proporcionem a emancipação e a construção de uma pedagogia radical como forma de política cultural, cujo resultado formativo seja político e crítico das ideologias dominantes. A emancipação entendida por ele é aquela possibilitada por ações sociais politizadas.

Ao defender a escola como esfera pública e os professores como intelectuais transformadores, apoiando-se em Foucault, Giroux (1987, p. 43) argumenta que “as práticas de linguagem só podem ser compreendidas em termos de sua articulação com as relações de poder que estruturam a sociedade”. Isto significa que a linguagem é um terreno de disputas onde diferentes grupos sociais lutam poder e significação.

Discutir a educação hoje pelo viés da política cultural, implica considerar a importância do reconhecimento dos professores e professoras enquanto intelectuais críticos transformadores. Nesta dimensão, Henry Giroux ao pensar sobre o currículo, tem concentrado esforços para teorizar contrariamente às ideias reprodutivistas que buscam implicar o trabalho pedagógico ao encontro dos interesses econômicos.

O professor, como intelectual crítico, deve pautar seu trabalho na busca de uma formação escolar que vislumbre uma sociedade justa. Nesse contexto, é imprescindível reconhecer o caráter político do currículo, compreendido como texto, discurso, prática cultural e campo de disputas



constantes por significação acerca do que são educação e conhecimento. Por essa razão, Giroux oferece uma contribuição valiosa para o pensamento educacional contemporâneo. Ao se constituírem como 'intelectuais transformadores', os professores promovem a transformação da escola em um 'espaço público democratizado', onde os sujeitos do processo educacional exercem o direito à manifestação do pensamento crítico, contribuindo para uma transformação social gradual e para a valorização da cultura popular.

As defesas do autor ao longo de seu texto, podem ser correlacionadas ao contexto atual da educação brasileira.

As reformas na educação nacional aprovadas e em curso, não resultarão certamente, na qualidade e equidade do ensino como argumentam seus defensores. Nesta direção, é válido considerar o argumento de Giroux (1987, p.102) quando defende a necessidade de “reconsiderar e reconstituir a escola como esfera pública democrática, onde os estudantes possam aprender as habilidades e o conhecimento de que precisam para viver e lutar por uma sociedade democrática viável”.

Neste cenário de mudanças políticas e incertezas no âmbito da educação brasileira, é imprescindível que as escolas sejam esferas públicas democráticas capazes de auxiliar os alunos a constituírem os seus próprios projetos individuais e coletivos pautados nos princípios da justiça social. Assim, no contexto educacional brasileiro, as ideias de Giroux (1987) podem ser aplicadas por meio de projetos pedagógicos que integrem práticas culturais locais, promovam a autonomia dos estudantes e incentivem a reflexão crítica sobre as desigualdades sociais. Assim, a compreensão dos professores como intelectuais transformadores pode se articular a essas práticas e contrapor com a lógica da instrumentalização educacional, construindo espaços onde o diálogo crítico e a emancipação se tornem parte do cotidiano escolar.

Para além das reflexões aqui apresentadas, é necessário avançar em estudos empíricos que demonstrem como a pedagogia radical pode ser efetivamente integrada aos currículos brasileiros, respeitando suas especificidades culturais e regionais. Assim, ao transformar a escola em um espaço de resistência e criação coletiva, professores e estudantes podem juntos construir um futuro educacional mais justo, democrático e alinhado às demandas de uma sociedade inclusiva.

Referências bibliográficas

AMARAL, Nelson Cardoso. **Uma análise do documento “Um Ajuste Justo: análise da eficiência e equidade do gasto público no Brasil**. Universidade Federal de Goiás-UFG, 2017. Acesso em 16 de agosto de 2024. Disponível em: <https://ufg.br/n/102510-analise-de-professor-da-ufg-aponta-erros-em-estudo-do-banco-mundial>



BALL, Stephen J. **Educação Global S. A.: novas redes de políticas e o imaginário neoliberal**. Tradução de Janete Bridon. Ponta Grossa: UEPG, 2014. 270 p.

BANCO MUNDIAL. **Um ajuste justo: análise da eficiência e equidade do gasto público no Brasil**: v. 1. [S. l.]: Banco Mundial, 2017. Síntese. Disponível em: <https://www.worldbank.org/pt/country/brazil/publication/brazil-expenditure-review-report> Acesso em: 19 de agosto de 2024.

CHOMSKY, Noam. **Quem manda no mundo?** São Paulo: Planeta, 2017.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo**. São Paulo: Boitempo, 2016.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria. **Educação básica no Brasil na década de 1990: subordinação ativa e consentida à lógica do mercado**. Educ. Soc., Campinas, vol. 24, n. 82, p. 93-130, abril 2003. Acesso em 19 de novembro de 2024. Disponível em <<http://www.cedes.unicamp.br>>

GIROUX, Henry. **A escola crítica e a política cultural**. Tradução de Dagmar M.L. Zibas. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1987.

_____, **Os professores como intelectuais: rumo a uma pedagogia crítica da aprendizagem**. Trad. Daniel Bueno. – Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

MACEDO, Elizabeth. **Base Nacional Curricular Comum: novas formas de sociabilidade produzindo sentidos para educação**. Revista e-Curriculum, São Paulo, v. 12, n. 03 p.1530 - 1555 out./dez. 2014. Disponível em: [file:///C:/Users/vinis/Downloads/21666-Texto%20do%20artigo-55599-1-10-20141224%20\(2\).pdf](file:///C:/Users/vinis/Downloads/21666-Texto%20do%20artigo-55599-1-10-20141224%20(2).pdf). Acesso em: 15 de agosto de 2024.

HARVEY, David. **O enigma do capital e as crises do capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2011.

Vinicius Batista da Silva

É sociólogo e Pedagogo do Instituto Federal de Mato Grosso- IFMT. É doutorando em Educação pela Universidade Federal de Goiás-UFG. E-mail: vinicius.silva@roo.ifmt.edu.br - <https://orcid.org/0000-0003-1876-0414>

LOS REGÍMENES HÍBRIDOS Y LA CULTURA: CASOS MÉXICO Y BRASIL (Actitudes, comportamientos e instituciones)

Aún en la idea de que todo el mundo pudiera ser democrático (Diamond, 2015), la pregunta más bien sería si todo el mundo puede ser de un solo tipo democrático.

- Manuel Ángel Rodríguez Edeza
- Rodrigo Stumpf Gonzalez
- Alma Mayrén Martínez Pérez

RESUMEN

México y Brasil han presentado comportamientos autoritarios a lo largo de su desarrollo democrático sin lograr establecer una democracia madura y de calidad. Se considera que es por su cultura y legado (MORLINO, 2008), que ha generado una cultura política parroquial o súbdita, que no permite un desarrollo sólido y sostenido. Utilizando los conceptos de regímenes híbridos de Morlino (2008) y, de Cultura Cívica de Almond y Verba (1970), pretendemos diagnosticarlos, para dimensionarlos y conceptualizarlos, de una manera más *ad hoc*, en caso de una intervención que procurara impulsar su democratización. Al final, se puede observar que, efectivamente México y Brasil son regímenes híbridos (MORLINO, 2008), por una cuestión cultural, traducida en una cultura política parroquial o a lo más de súbdito.

Palabras llave

Regímenes híbridos; Cultura; Cultura política; México y Brasil

HYBRID REGIMES AND CULTURE: THE CASES OF MEXICO AND BRAZIL (Attitudes, behaviors and institutions)

ABSTRACT

Mexico and Brazil have presented authoritarian behaviors throughout their democratic development without being able to establish a consolidated and quality democracy. It is considered that it is because of its culture and legacy (MORLINO, 2008), which has generated a parochial or subject political culture, which does not allow a clear and sustained development. Using the concepts of hybrid regimes by Morlino (2008) and Cultura Cívica by Almond and Verba (1970), we intend to reference and diagnose them, to size and conceptualize them, in a suitable way, in the event of an intervention that seeks to promote their democratization. In the end, it can be observed that, indeed, Mexico and Brazil are hybrid regimes (MORLINO, 2008), due to a cultural issue, translated into a parochial or at most subject political culture.

Key words

Hybrid regimes; Culture; Mexico and Brazil.

REGIMES HÍBRIDOS E CULTURA: OS CASOS DO MÉXICO E DO BRASIL (Atitudes, comportamentos e instituições)

RESUMO

México e Brasil apresentaram comportamentos autoritários ao longo de seu desenvolvimento democrático sem conseguir estabelecer uma democracia consolidada e de qualidade. Considera-se que é pela sua cultura e legado (MORLINO, 2008), que tem gerado uma cultura política paroquial ou sujeita, que não permite um desenvolvimento claro e sustentado. Recorrendo aos conceitos de regimes híbridos de Morlino (2008) e de Cultura Cívica de Almond e Verba (1970), pretendemos referenciá-los e diagnosticá-los, dimensioná-los e conceituá-los, de forma adequada, no caso de uma intervenção que procure promover a sua democratização. Ao final, pode-se observar que, de fato, México e Brasil são regimes híbridos (MORLINO, 2008), por uma questão cultural, traduzida em uma cultura política paroquial ou, no máximo, sujeita.

Palavras-chave

Regimes híbridos; Cultura; México e Brasil.

Introducción

“El gobierno por el pueblo, eso es la democracia, señala Morlino (2008; p. 19)”. Lo procedimental, ciertamente nos da la oportunidad del gobierno del pueblo; lo sustantivo, el gobierno para el pueblo; pero lo elemental es, cómo hacer o, qué hacer, para que el gobierno sea efectivamente, por el pueblo. El presente trabajo agrega al concepto de regímenes híbridos de Morlino (2008) la parte cultural de Almond y Verba (1970), intentando coadyuvar en su propuesta.

Derivado del trabajo de Morlino (2008), que reconoce a los regímenes híbridos, como aquellos en transición democrática y que no han conseguido serlo, considerando: a) sufragio universal masculino y femenino; b) elecciones libres, competitivas, periódicas y justas; c) más de un partido político; d) fuentes de información diversas y alternativas, en al menos 10 años o, dos periodos consecutivos gubernamentales (pp. 64 y 102); se introduce la parte cultural de Almond y Verba (1970), que intentará ayudar en su fundamentación.

Morlino (2008) señala, el legado de los pueblos, les produce una condición cultural política, que permea sus conductas y no les permite acceder a la democracia. Añade, regularmente se reconocen dos regímenes puros: autoritarismos y democracias. Aunque se aceptan también los tradicionales (MORLINO, 2008). Los primeros, propios de regímenes personalizados o autocráticos, donde la autoridad la ejerce una persona y los otras, en el gobierno de algunos o muchos, aparentemente el pueblo.

En los años recientes, algunos han caminado hacia su transición, sin llegar a constituir una verdadera democracia; de hecho, hay unos, que, viniendo de ellas, se han degradado. Muchos han conceptualizado este fenómeno, siendo el adoptado por Morlino (2008) de Regímenes Híbridos, el

que queremos analizar y, cuyo sustento, está no solo en reconocerlo, sino en intentar profundizar en las causas que lo generan.

Morlino (2008) definió como regímenes híbridos, a aquellos regímenes que se encuentran “atorados” o atrapados en una posición intermedia, entre democracia y autoritarismo, advirtiendo que, derivado del legado histórico, este permea sus conductas político-electoral, impidiendo su cabal democratización; para ello, y poder clasificarlos, recurrió a una periodización mínima de tiempo y gubernamental, considerando ciertas cuestiones que deberían cumplir para serlo, así, serían regímenes híbridos, los que permanecieran 10 años (o más) o dos periodos gubernamentales presidenciales en transición democrática, pero sin llegar a serlo, considerando, no contar con a) sufragio universal masculino y femenino; b) elecciones libres, competitivas, periódicas y justas; c) más de un partido político; y d) fuentes de información diversas y alternativas, o al menos una de ellas. (MORLINO, 2008).

Y aunque deja claro, que tiene que ver con su legado histórico autoritario y su cultura política no democrática, no la categoriza o dimensiona, por lo que nos proponemos encontrar con su concepto; ya puede haber regímenes que, aun cumpliendo aparentemente con todo eso, no son democráticos, o para usar su concepto, son híbridos. Situación no muy lejana o desligada del caso mexicano, que generó el Sistema de Partido Hegemónico (SARTORI, 1990) o que hizo que el propio Almond y Verba (1970), lo consideraran una democracia, al hacer su estudio sobre las democracias en el mundo.

Es decir, desde esta perspectiva, serán regímenes híbridos los que además de lo considerado por Morlino (2008), presenten una cultura política parroquial o súbdita o, contrariamente, democráticos, los que han logrado las condiciones de Morlino (2008) y, presentan una población mayoritaria participante, bajo las consideraciones de Almond y Verba (1970).

El método que se utilizará será simple, tomando como base los regímenes que el autor en cuestión reconoce como híbridos, se buscará si México y Brasil caben en esa categorización, para después, someterlos a las consideraciones culturales de Almond y Verba (1970) y ver, qué tipo de ciudadanos presentan. De antemano, se asume, que serán súbditos o parroquiales. Dejar en claro, que este no es un método comparado, sino comparativo con las variables a analizar. Cada caso se lee separado.

Se utilizarán, además, análisis históricos y de archivo, para la lectura y comprensión de su legado y cultura, y organismos como Latinobarómetro, *Freedom House* (que el propio autor utiliza) y, *The Economist*, para el caso de su cultura política y niveles de democracia y democratización, respectivamente.

El trabajo planteará un concepto de democracia, primeramente. Posteriormente, abordará sobre la cultura política, las instituciones y las élites de poder, en su relación con la misma y entre

ellas; después, se abordarán los legados históricos de ambas naciones, las consideraciones sobre los regímenes híbridos por parte del autor citado (MORLINO, 2008) y, finalmente el desarrollo del estudio, la propuesta y conclusiones.

Algunas consideraciones sobre la democracia

De un tiempo a la fecha se ha considerado que la democracia debería ir más allá que un modelo meramente instrumental de elección, a un gobierno que genere calidad de vida o bienestar para sus ciudadanos. Del mismo modo, un gobierno de los ciudadanos y para los ciudadanos, pero fundamentalmente, por los ciudadanos (MORLINO, 2008). Es decir, más que una elección, *la selección* de los mismos. Y esta parte es cultural. Guste o no. Sea para elegir bien o elegir mal.

La cultura política participante es, como señalaron Almond y Verba (1970), la garantía de la democracia, pero sobre todo de *su sostenibilidad*. No es un rasgo posterior, sino anterior a ella y, en la concepción que se propone, sinónimo de Cultura, Historia, Tradición y Legado (MORLINO, 2008).

En la eterna disputa entre institucionalistas y culturalistas, se pone de manifiesto que son las estructuras las que generan las democracias para los primeros, mientras que los segundos asientan lo contrario, son las democracias o los ciudadanos democráticos los que generan las estructuras (democráticas). Y hay un tercer grupo, relacionado un tanto con los primeros, que apunta que son las élites, o grupos de poder, los que producen o no (por su decisión), las democracias. Pero la pregunta sigue siendo la misma: ¿por cuánto tiempo o hasta cuánto tiempo?

Se sostiene, que hay regímenes que cambiarán y otros que no, al menos no durante un tiempo, aunque quisieran hacerlo, y otros, que *no querrán* hacerlo. ¿Son las instituciones las que los permean? Diría Marx (1864, 2010) que sí, pero precisamente esas mismas, no las democráticas, han evitado que lo hagan. Dicho de otro modo, aunque se considera que no todas las culturas, tradiciones e historias se han originado por instituciones; irónicamente, éstas, les han impedido, en muchos de los casos y les impedirán, asimilar y aceptar fácilmente las democracias, debido a que les han generado una cultura y, una cultura política parroquial o súbdita. Se podría preguntar: ¿Por qué en otros casos no sucedió así? Es bajo esta lógica que definimos el siguiente trabajo. ¿Qué tan híbridos son, serán o *querrán ser* los regímenes híbridos? Y, ¿por cuánto tiempo?

Es decir, coincidimos con Morlino, (2008), que habrá regímenes que no han cambiado en 10 años, y posiblemente no lo harán, y otros, que lo harán en un tiempo determinado, pero incluso, algunos que *decidirán* no hacerlo. Definir a los regímenes híbridos por su situación temporal ayuda, pero definirlos y explicarlos por su situación causal, ayudará aún más.



El concepto de democracia

El primer dilema en relación a la democracia, señala Morlino (2008), se caracteriza por el largo y acalorado debate en decenios pasados acerca de la democracia como “forma” y como “sustancia” (MORLINO, 2008, p.54). La democracia procedimental y la democracia sustantiva. Dentro de los primeros, se puede citar a Schumpeter quien va a definirla como: “aquel sistema institucional, para llegar a las decisiones políticas, en el que los individuos adquieren el poder de decidir por medio de una lucha de competencia por el voto del pueblo”. (SCHUMPETER, 1942, p. 269, citado por MORLINO, 2008).

Por su parte, Schmitter y Karl (1993) van a decir: “la democracia política es un sistema de gobierno en el cual los gobernantes son obligados a rendir cuentas de sus actos en el dominio público por los ciudadanos que actúan indirectamente a través de la competencia y la cooperación de sus representantes electos” (SCHMITTER Y KARL, 1993, p. 76).

Sartori, señala, que la democracia es “un sistema ético-político en el que la influencia de la mayoría es confiada al poder de minorías que compiten entre ellas y que la garantizan (SARTORI, 1969, p. 105)” a través del mecanismo electoral.

Dahl (1999), desarrolla su noción al identificar cinco criterios como elementos clave de una democracia: participación eficaz; igualdad de voto; comprensión ilustrada, es decir, que los ciudadanos tengan adecuadas e iguales oportunidades para aprender sobre las alternativas políticas; el control de la agenda, que los ciudadanos tengan la oportunidad de decidir cuáles asuntos se ponen en la agenda pública y, la inclusión de los residentes adultos que disfruten de los derechos de ciudadanía (DAHL, 1999, pp. 108-114, citado por MORLINO, 2008).

En cuanto a la democracia sustantiva, uno de sus principales exponentes es Ferrajoli, que la va a situar en el derecho y su garantía, llamándola sustancial o constitucional. Para el autor, son imprescindibles los derechos fundamentales del ser humano y su garantía ya que una democracia que no cubre y no garantiza los derechos fundamentales, políticos, ciudadanos, de los individuos es solo un caparazón de democracia. Situando a los derechos fundamentales como “todos aquellos derechos subjetivos que corresponden universalmente a todos los seres humanos en cuanto dotados del estatus de personas, de ciudadanos o personas con capacidad de obrar (FERRAJOLI, 2001)”.

En ese sentido, la necesidad de legitimar un orden democrático y constitucional que proteja los derechos de todos los individuos que integran el entramado social es prioritaria. El progreso de lo que he llamado democracia sustancial se produce, además de mediante la expansión de los derechos y sus garantías, a través de la ampliación del Estado de derecho al mayor ámbito de vida y

de esferas de poder, de modo que también en ellos se tutelen y sean satisfechos los derechos fundamentales de la persona (FERRAJOLI, 2001)

La legitimidad de los derechos fundamentales se obtiene desde un procedimiento democrático, “la fuente de toda legitimidad radica en el procedimiento democrático de producción del derecho; y ese proceso apela a su vez al principio de la soberanía popular (FERRAJOLI, 2001, p. 342)”. Habermas, va a secundar al señalar: “sin los derechos básicos que aseguren la autonomía privada de los ciudadanos, no habrá un medio adecuado para la institucionalización jurídica de las condiciones bajo las cuales puedan hacer uso de su autonomía pública (HABERMAS, 1998, p. 365)”.

En los años recientes, ha dominado un concepto que pone el énfasis ya no en la definición, sino en su calidad (DIAMOND Y MORLINO, 2004). La democracia, señalan Diamond y Morlino (2004), como cualquier producto, se puede medir y evaluar considerando diferentes dimensiones, ocho para ser exactos (que después reducirán o concentrarán a cinco) en tres categorías: el procedimiento o “envoltura”, lo sustantivo o “contenido” y, la calidad propiamente dicha o “resultados”. En la primera, van a señalar los asuntos propios de la democracia procedimental o instrumentalista: estado de derecho o imperio de la ley, participación, competencia, rendición de cuentas vertical, rendición de cuentas horizontal. En la segunda categoría colocan la libertad e igualdad, mientras que, en la última, los resultados o *responsiveness*. Se trata, de calidad democrática.

En el mismo tenor se han manifestado BARREDA, 2010; GILAS, 2012; ALCÁNTARA, 2008; MORLINO, 2008. Quienes consideran que la democracia no debiera ser sólo un método de elección, sino un sistema que garantice de algún modo la calidad de vida y el desarrollo de los pueblos; es más fácil, dar un seguimiento y los “ajustes” pertinentes, si la podemos medir y ubicar en sus distintas dimensiones (RODRIGUEZ EDEZA, 2018).

En la misma idea, organismos como Latinobarómetro en Latinoamérica o *World View Survey* (WVS) en el mundo y algunas otras instituciones como *Freedom House*, la Fundación *Konrad Adenauer*, *The Economist Group*, entre algunos otros, han generado algunos índices y categorizaciones para medirla, *The Economist* incluso, utiliza la noción de regímenes híbridos. ¿Se busca una democracia procedimental, sustantiva, o de calidad?

Como ya se mencionó, en nuestro caso, se acatará la definición del autor que estamos citando, Morlino (2008), quien la va a considerar en un concepto mínimo de democracia inspirada en Dahl (1999), señalando: “un régimen debería ser considerado democrático si tiene al menos lo siguiente: a) sufragio universal masculino y femenino; b) elecciones libres, competitivas, periódicas y justas; c) más de un partido político; d) fuentes de información diversas y alternativas” (MORLINO, 2008, p. 64). Sostenida o corroborada, con una cultura política participativa, instituciones democráticas y élites de poder controladas.



La cultura política

Es objeto de interés de varios pensadores y filósofos, anteriores y contemporáneos, cómo se forma la actividad política. Uno de los primeros en tener un profundo impacto en esta materia fue Aristóteles, quien reflexiona sobre las formas de gobiernos (o de gobernarnos), si son buenas o malas, y sus vejaciones, refiriéndolo a una acción cíclica en la que, de una forma buena se puede llegar a una forma mala y viceversa (BOBBIO, 1976, p. 34).

Se pueden referenciar otras obras de Seymour M. Lipset, *Political Man* en 1960 (2015), y Lane, *Political Life*, (1965), en estos libros se trata de por qué la gente hace diferentes cosas como: votar, solicitar votos, desempeñar una función pública, contribuir a partidos políticos, etcétera. Se puede entender, que la política se trata de una actividad social, una conducta humana, que se produce en un contexto en la sociedad, y podemos entender la sociedad como un tipo de red de actividades subjetivas que se mezclan una entre otra.

No obstante, el mayor impacto sobre esta materia lo produce el libro de Almond y Verba (1970), la Cultura Cívica, que va a analizar y a comparar la democracia en 5 naciones de la época; para resolver qué es lo que contienen; concluyendo, que las democracias dependen en gran parte de su cultura cívica, que, a su vez, depende de una cultura política participativa.

Cultura política y cultura cívica

Almond y verba (1970), refieren que la cultura política de una nación se puede entender mediante las pautas que generan la identidad política, miden esta distribución de acuerdo a la sensación o percepción hacía objetos políticos. “Las orientaciones cognitivas, afectivas y evaluativas se dan hacia el sistema político general, sus aspectos políticos y administrativos y la propia persona como miembro activo de la política, y esto constituye la cultura política. (p. 34)”. De este modo, si las orientaciones están pobremente direccionadas hacia los objetos políticos, se habla de una cultura política parroquial; si están medianamente direccionadas, de un ciudadano y una cultura política súbdita y, si está mayormente direccionadas, de una cultura cívica o una cultura política participante y, de un ciudadano apto para las democracias y su sostenimiento (p. 31).

El problema de la compleja infraestructura política democrática, con partidos políticos, intereses de grupos, la comprensión de móviles internos, normas operativas y pre-condición psicológico-social, entran actualmente en la conciencia occidental. Lo que debe aprenderse de una democracia son las actitudes y sentimientos, y esto es lo más difícil de aprender (p. 21).

En primer lugar, “la cultura cívica es una cultura leal de participación en la que son congruentes la cultura y la estructura políticas. Más importante aún, en la cultura cívica se combinan las orientaciones políticas de participación con las de súbdito y parroquiales, sin ocupar su lugar. Los individuos se convierten en participantes en el proceso político, pero no abandonan sus orientaciones como súbditos ni como parroquiales.” (pp. 48-49)

Para Almond y Verba (1970), pues, la cultura cívica es la mezcla de elementos que tiene una sociedad en referencia a las autoridades y el sistema, todo esto con una actitud positiva que propicie una participación política activa. (p. 234). La vida democrática de una sociedad se manifiesta con la participación activa y responsable de todas las personas que tienen que ver con el funcionamiento y la organización de la vida social.

Valores postmodernos

Otro autor, que va a adentrarse en la Cultura Política es Inglehart (2001), quien argumenta que la evolución de las democracias requiere que una gran cantidad de población tenga hábitos que apoyen esta forma de gobierno, y una de las aptitudes más básicas es el sentimiento de confianza interpersonal, “Almond y Verba concluyeron que hay un requisito muy importante para empezar a formar ideas políticas, que es la confianza interpersonal, esto es esencial para formar parte de cualquier democracia, una sensación de confianza también es necesario para el funcionamiento de la democracia”. (p. 1204).

Inglehart (2001), se ve en la disruptiva de no saber si la cultura política en ciertos lugares no avanza por que no tienen instituciones modernas y, por ende, no tienen confianza en sí mismos, o si por la falta de confianza en sí mismos es porque no tienen instituciones.

Menciona, que la satisfacción en la vida y la satisfacción política están correlacionadas con una democracia estable. (pp. 1204-1209). De antemano para el autor, la segunda no puede venir sin que suceda la primera. Y aunque no cae en una lógica materialista, si asume, que los valores postmaterialistas que las democracias modernas persiguen, paz, medio ambiente, igualdad y libertad, son más proclives o “posibles” en países económicamente más desarrollados.

Otras visiones

Para Felipe Burbano de Lara (2003), explorar la cultura política de un pueblo o grupo, implica no solo preguntarse por las ideas y valores ya existentes que podemos descubrir en una observación



del estado ostensible y presente de la psiquis social. Debe también indagarse sobre la forma como la gente opera la síntesis, producción, interpretación y reinterpretación de estos contenidos para responder al flujo ininterrumpido de cuestiones que el discurrir de la existencia plantea al individuo en la vida diaria (p. 343).

En el Programa de las Naciones Unidas Para el Desarrollo, Luque Brazan (2014) señala que ve la necesidad de pasar de una democracia electoral a una democracia de los ciudadanos. Apunta, que los ciudadanos reconocen las instituciones y cómo funcionan, las normas, procedimientos, aceptan que la democracia y sus reglas son la mejor manera de hacer política, pero aun así se muestran distantes a esta forma de gobierno. (añade) Es importante destacar que la confianza en las instituciones puede llegar a ser un reflejo de funcionalidad democrática y de confianza social de un país, ya que en la medida en que se tenga mayor confianza institucional, los lazos entre los actores relevantes y la sociedad se vuelven más estrechos. De forma contraria, menos confianza en instituciones o la pérdida de ella, indica una insatisfacción con su funcionamiento y expectativas no cumplidas. Es decir, las instituciones importan, pero importan más los ciudadanos que las sostienen y les dan sustento.

Las instituciones

El análisis de la realidad política a lo largo de los siglos ha enfatizado la importancia del estudio de las instituciones, desde la antigüedad griega, el estudio del orden institucional ha sido prioridad, en busca de una mejor organización estatal.

El esfuerzo del estudio de las instituciones clásicas, siempre ha ido dirigido a la descripción, clasificación y comprensión de sus relaciones mutuas, entre instituciones, gobierno y sociedad. Aunque sus motivaciones, en lugar de explicar conductas, eran preferentemente normativas (ORTIZ, 2005).

El origen etimológico de “institución” según la RAE (Real Academia de la Lengua) proviene del latín *Institutio* que significa instrucción, educación o enseñanza a través del establecimiento o fundación de algo. Aunque las Instituciones van más allá de un establecimiento físico; son el resultado de una organización social, tanto de la esfera privada o la pública, que implica relaciones estables y estructuradas entre personas o grupos, que se rigen por normas o estructuras de roles que pueden tener un grado de legalidad o pueden ser tácitas.

Geoffrey Hodgson, (2011, p. 22), afirma, que las instituciones son el tipo de estructuras que más importan en la esfera social: ellas constituyen el tejido de la vida social. Define a las Instituciones como sistemas de reglas sociales establecidas y extendidas que estructuran las interacciones sociales.



Los primeros economistas institucionales, Thorstein Veblen y John R. Commons, concibieron las instituciones como un tipo especial de estructura social con el potencial de lograr cambios en los agentes, incluyendo cambios en sus propósitos o preferencias. (HODGSON, 2011, p. 23)

Hodgson, hace una lectura de los primeros institucionalistas, y señala, Veblen y Commons, consideran que las instituciones son definidas como estructuras sociales que tienen una amplia capacidad para establecer patrones de conductas; las instituciones son capaces de modificar actitudes y acciones.

Otros académicos como Rivas Leone, (2003) capitulan a las instituciones en;

- a) Las Instituciones Políticas Tradicionales, entre ellas las legislaturas, el sistema legal, los partidos políticos, inclusive el estado.
- b) Las Instituciones Económicas, como la empresa, los medios de comunicación tanto internacionales, nacionales o locales.
- c) Las Instituciones religiosas como la iglesia:
- d) Las Instituciones sociales como los distintos sindicatos laborales o profesionales o clubes y;
- e) Las Instituciones diversas, las más recientes como las ONG's (Organizaciones No Gubernamentales), que han ocupado un papel central en los últimos años, que explica muchos comportamientos políticos electorales.

Bajo esta clasificación, existen diversos ejemplos de instituciones tanto políticas, como el Instituto Nacional Electoral (INE) en México o, inclusive la figura presidencial; instituciones políticas tradicionales; instituciones que permean la conducta política; como económicas; que en el modelo occidental en una democracia liberal, o incluso, en aquellas naciones que presentan un modelo económico al que algunos teóricos han denominado “capitalismo de estado” representan una institución que impone agenda social y política.

Por otro lado, aquellas instituciones de nicho más social, como las religiosas, los sindicatos, protesta, movimientos sociales, las ONG'S, han demostrado ser determinantes indirectos para explicar conductas políticas electorales. Por ejemplo, se pensaría que una institución religiosa tendría más influencia en aquellos estados teocráticos, comunes en países de Oriente, no obstante, el calvinismo o el catolicismo en Estados Unidos tiende a influir en el comportamiento electoral de los votantes para la elección presidencial

Hay que ser específicos sin embargo con el termino de Institución; a pesar de que en los párrafos anteriores pareciera englobar a las instituciones como organizaciones a las que atribuimos alguna función o relevancia social, tenemos que diferenciarlas de estas como un puntal de pactos y pautas de conducta.



Douglas North, el economista e historiador estadounidense y la figura más representante del Nuevo Institucionalismo o Neoinstitucionalismo económico, define una idea menos tangible de las instituciones. “Las instituciones son las limitaciones diseñadas por el hombre que estructuran la interacción política, económica y social. Consisten tanto en restricciones informales (sanciones, tabúes, costumbres, tradiciones y códigos de conducta) como en reglas formales (constituciones, leyes, derechos de propiedad). (NORTH 1993, p.97).

Prats (2003), argumenta que las instituciones solo tendrán relevancia para el desarrollo individual cuando se las distingue de las organizaciones y las define como: “las reglas del juego formales e informales que pautan la interacción entre los individuos y las organizaciones. Son el marco de constricciones e incentivos en el que se produce la interacción social” (PRATS, 2003, Pág. 82).

Finalmente, para Lucas Verdú, (1977), las instituciones son la consolidación permanente, uniforme y sistemática de usos, conductas e ideas con medios e instrumentos que aseguran su control y el cumplimiento de su función social. El denominador común de las definiciones dadas de las distintas posturas, está en la visión de la institución como un conjunto de normas, restricciones o incentivos, que no necesariamente tienen que pertenecer a un marco legal, pero si influyen en la conducta tanto individual como colectiva. Por eso son importantes.

Las élites

Pero hay instituciones no formales o menos formales, que interactúan en el plano democrático y pueden llegar a influir: las élites de poder. En su célebre discurso del 6 de febrero 1967, Mao asienta: “En realidad, siempre tiene que haber jefes”. La democracia de las élites no es una cosa nueva.

Para Pareto, la fórmula “la historia es un cementerio de aristocracias” (PARETO, 1978: 9), supone que la historia es una repetición indefinida del mismo fenómeno: una minoría arrebató el poder a la mayoría que domina y se erige en minoría dominante. La dominación de la mayoría por la élite es un fenómeno permanente. La idea de una sociedad sin clases, en la que no existan dominantes y dominados, es un sueño inalcanzable (PARETO, 1848: 60-61).

Por su parte, Robert Michels (2008), en su ya clásica “ley de hierro de la oligarquía advertía sobre el poder de las élites, al afirmar que tanto en autocracia como en democracia gobernará siempre una minoría.

- Entre más grandes se hacen las organizaciones, más se burocratizan y especializan ya que deben tomar decisiones cada vez más complejas y de una forma más rápida. Formando la élite.
- Se desarrolla una dicotomía entre eficiencia y democracia (interna); ya que para que la

organización sea eficiente necesita un liderazgo fuerte a costa de una menor democracia interna.

- La propia psicología de las masas hace deseable el liderazgo, puesto que son apáticas e ineptas para resolver problemas por sí mismas; son agradecidas con el líder y tienden al culto de la personalidad, siendo su única función el “escogerlos”.

Mills, por su parte, en su libro *The Power Elite* en 1956, identifica un triunvirato de grupos de poder (políticos, económicos y militares) o, la propia concepción instrumentalista de Schumpeter, los individuos adquieren el poder de decidir, manifiesta el poder de unos cuantos, al ser electos por el pueblo, la democracia no es el gobierno del pueblo, sino la lucha competitiva de diversas élites por hacerse con su respaldo del poder.

Dahl (1999, 2009), en su ya clásica concepción de democracia: poliarquía, el poder está destinado a sólo unos cuantos, se suma a estas apreciaciones, no sólo los que gobernarán, sino los que habrán de elegirlos, los que pueden “hacer” que gobiernen, incluidos los ciudadanos.

Meisel (1975), apunta, las élites se caracterizan por lo que en español serían las tres c’s: conocimiento, coherencia y conspiración; o sea, las élites saben que lo son, actúan en consecuencia y conspiran permanentemente (RAMIREZ, 2019).

Actualmente el narcotráfico, y, el “regreso” de la iglesia católica, y las propias fuerzas armadas, constituyen élites, que si bien, estas dos últimas son formales, “influyen”, como se señalaba arriba, en la permanencia o no de las democracias, como élites dominantes.

Autores como Acemoglu y Robinson (2012), hablan de las élites (extractivas), aquellas que funcionan como una plaga de langosta que extrae los recursos y riqueza del país, se atornillan en las instituciones públicas como parásitos y no aportan al país más que retraso y pobreza al frenar cualquier progreso que pueda poner en peligro su posición de poder. No obstante, todas ellas, forman parte del devenir democrático.

Es decir, queda claro, que la Cultura Política, las Instituciones y las Élites de Poder, juegan un papel preponderante en la “posibilidad” de la democracia o no; pero es esta, la cultura política, la que permite analizarlas, referenciarlas y diagnosticarlas, para su sostenibilidad. El hecho de que podamos ver si existen, si son aceptadas; sus carencias o deficiencias, es solo con el análisis de la cultura política y, la cultura política *per se*, que lo posibilita. En ese sentido, el hecho de que un régimen alcance la democracia en 10 años o dos periodos gubernamentales, o su explicación, pasa por la explicación de su cultura política, cívica y participativa.

O colocado en la postura del autor, ¿qué es lo que no le permite a un país llegar a la democracia en un periodo de 10 años o menos y/o permanecer híbrido, y no me refiero simple y llanamente, que no tienen los arreglos institucionales, sino ¿por qué?



Por lo que la postura es la señalada desde el principio, se puede asumir que los regímenes híbridos son los que permanecen 10 años sin ser democráticos o más, pero donde su permanencia o no, tiene que ver con ciudadanos no democráticos o no cívicos, además de lo considerado por el autor.

La historia de México y Brasil (el legado histórico)

Trayectoria histórica de Brasil

La formación del Estado Brasileño empezó durante un dominio colonial de más de 300 años que, conforme ha dicho Raymundo Faoro (1975), ha marcado profundamente su estructura política. La colonización portuguesa tenía una perspectiva de extracción de la riqueza con el mínimo de inversión. En el Brasil colonial no fueran creadas Universidades, agricultura y extracción de oro fueran las riquezas más exploradas. Cuando Brasil se hace independiente es constituido por un gran territorio, pero con una estructura administrativa muy centralizada. La economía era dependiente de mano de obra esclava. La sociedad mantuvo no sólo la desigualdad económica, sino también la diferenciación estamental de los privilegios adquiridos por intervención del rey o sus representantes. Este origen tiene reflejos en la política y en el concepto de ciudadanía hasta hoy. La proclamación de la independencia significó el fin del dominio colonial pero no la formación de un régimen político basado en la igualdad.

La primera Constitución monárquica brasileña de 1824 incorporó la previsión de derechos y libertades individuales defendidos por las revoluciones liberales del siglo XVIII. Pero silenció sobre la esclavitud y propuso el voto limitado a los propietarios de tierras. La proclamación de la república, en 1889, provocó más cambios en el campo legal que en la sociedad real. El derecho de voto se extendió a todos los hombres alfabetizados, pero los procedimientos electorales fueron controlados por las elites agrarias, con los fenómenos del "coronelismo" y del "voto de cabresto", descritos por Víctor Nunes Leal (2012).

La industrialización incipiente y las pésimas condiciones de trabajo llevaron al surgimiento del movimiento obrero y al surgimiento de organizaciones sindicales y partidarias, como la formación del Partido Comunista Brasileño en 1922 (FAUSTO, 1985).

Los movimientos de reivindicación, no fueron bien recibidos por el Estado, y se atribuye al presidente Washington Luis, en los años 20's la afirmación: "la cuestión social es un caso de policía". Las reacciones no vinieron apenas de los obreros. El Movimiento Tenentista, en los años 20's fue una indicación del descontento de los sectores medios de la sociedad, que contribuyó para el movimiento

armado que llevó Getúlio Vargas al poder en 1930.

El primer período de gobierno de Getúlio Vargas de 1930 a 1945 fue muy contradictorio. Por un lado, fue marcado por el reconocimiento de derechos de los trabajadores y de los ciudadanos. Por otro lado, se mantuvo un dominio en la mayor parte del tiempo basado en la fuerza, aunque contando con cierta base de apoyo popular, con un corto período democrático, entre 1934 y 1937 (FAUSTO, 1985).

No obstante, su carácter autoritario, en este período hubo un avance de los derechos políticos con una mayor garantía del proceso electoral, con la creación de la Justicia Electoral y el voto femenino en 1932. Estos cambios tuvieron reflejo en la realización de una Asamblea Constituyente y la aprobación de la constitución de 1934, la primera en Brasil que reconoció los derechos sociales.

Pero la democracia se mostró frágil frente al golpe de Estado que generó el Estado Novo entre 1937 y 1945. De inspiración fascista el régimen restringió los derechos civiles y políticos, pero al mismo tiempo hizo la regulación de derechos de los obreros y creación de sindicatos bajo una concepción corporativista. Su símbolo fue la Consolidación de las Leyes del Trabajo - CLT, vigente hasta hoy.

Con la CLT surgió una forma de reconocimiento de derechos que Wanderley Guilherme dos Santos (1979) llamó de "ciudadanía regulada". Los derechos provienen de vínculos con el Estado. El período dictatorial de Vargas fue substituido por uno de los períodos más largos de democracia en la historia brasileña, entre 1946 y 1964. Estos 18 años, entretanto, también no trascurrieron sin sobresaltos, como el suicidio de Getúlio en 1954, la renuncia de Janio Quadros y la tentativa de impedir la posesión de Jango, en 1961 (FAUSTO, 1985).

De cualquier modo, fue posible constituir un sistema pluripartidario, con partidos con representación nacional y la realización de elecciones con relativa libertad aún que el Partido Comunista fue ilegalizado desde 1948. Este modelo fue roto con el golpe militar de 1964, que buscó destruir la estructura sindical y sus liderazgos.

El clientelismo fue substituido por la tecnocracia; la dictadura militar cometió graves violaciones a los derechos humanos, con prisiones ilegales, censura, tortura y muerte. Presidente y gobernadores electos de forma indirecta bajo control del régimen con un sistema de dos partidos: ARENA, del gobierno y MDB, de la oposición.

La transición hacia la democracia fue larga y negociada, con control de los militares en casi todos los cambios. Solamente un movimiento popular por elecciones en 1984 salió de su control y aún que, sin éxito, favoreció la elección indirecta de un candidato de oposición. Entre los actos del nuevo presidente fue convocada una Asamblea Nacional Constituyente que ocurrió entre 1987 y 1988 (GONZÁLEZ Y RODRIGUEZ EDEZA, 2016).



La Constitución Federal de 1988 es la fundación del modelo democrático actual. Mantuvo el sistema presidencialista, con un congreso bicameral, dividido entre Cámara de Diputados y Senado Federal. El Estado Federal divide competencias entre Unión, Estados y Municipios. El sistema presidencialista brasileño es centralizador. El Presidente de la República tiene instrumentos como la Medida Provisoria, que mantiene la capacidad del Poder Ejecutivo de dictar la pauta de trabajos del Congreso Nacional, la fragmentación y fragilidad del sistema partidario brasileiro, hace muy difícil que el Presidente tenga una mayoría sólida e permanente en cualquier de las casas del Congreso Nacional.

Las coaliciones de apoyo al Gobierno son negociadas a cambio de cargos públicos o la liberación de recursos para aprobar proyectos específicos. El gran escándalo del período conocido por “*mensalão*” fue la compra de votos en el gobierno de Lula.

El año de 2016, señala el agotamiento del modelo de presidencialismo de coalición, con el *impeachment* de la presidente Dilma Routssef, una vez que perdió la mayoría del apoyo en el Congreso. A partir de ahí, la derecha llegó al poder, primero con el interinato de Temer y, después, con la llegada de Bolsonaro, no obstante, el regreso de la izquierda se ha dado, con la llegada nuevamente de Lula da Silva.

Trayectoria histórica de México

La trayectoria historia de México se inscribe originariamente en herencias dictatoriales; los grandes imperios que controlaron la nación mexicana antes y después de la conquista (PAZ, 1970). Antes de la llegada de los conquistadores españoles a México al menos 5 imperios señorearon la región, el Olmeca, el Teotihuacano, el Maya, el Tolteca y el Mexica, amén delos propios españoles; incluso, el propio libertador Iturbide, se autoproclamó emperador y ya en la Reforma, el imperio francés impulsó otro emperador, Maximiliano de Habsburgo.

Pero no solo fue ese el pasado dictatorial de México, López de Santa Anna (ya en la vida independiente), fue 11 veces presidente y ejercía el cargo a discreción, entre liberales y conservadores, así mismo, la consabida dictadura de Porfirio Díaz, que va a desencadenar la Revolución Mexicana.

Por lo que el pasado histórico de México no se presta a ser democrático; tal vez, la única democracia mexicana, diría Enrique Krauze (1997), fue la de Madero, que será asesinado a manos del dictador Victoriano Huerta, sólo 15 meses después de haber asumido el cargo.

Por otra parte, la vida posrevolucionaria, tampoco fue democrática; Venustiano Carranza



ejerce el cargo después de una rebelión contra el presidente electo de la Convención, Eulalio Gutiérrez, siendo este retirado a su vez por Álvaro Obregón, que “dejará” el cargo a Plutarco Elías Calles, artífice del PNR (Partido Nacional Revolucionario) en 1929; el dominante partido hegemónico, actualmente PRI (Partido Revolucionario Institucional). De ahí, ya no hay mucho que señalar, todo se resume en la frase citada y expresada magistralmente por el escritor peruano Mario Vargas Llosa (1990), que le valió su expulsión: “México es una dictadura perfecta”.

Es decir, el pasado histórico de México fue así, sencillamente dictatorial. La cultura política del mexicano, igual (DURAND, 2004). Con el PRI, y su presidencia “metaconstitucional” (CARPIZO, 1978). “Las dos piezas principales y características del sistema político mexicano: una Presidencia con facultades de una amplitud excepcional y, un partido político oficial predominante (COSÍO, 1973: 21)”.

El mecanismo era simple, todos habrían que aceptarse como la “familia revolucionaria” y, como tales, herederos del partido y “sus” preceptos revolucionarios así, podías ser considerado (y ser) potencialmente presidente, gobernador, senador, diputado, presidente municipal, regidor y, hasta síndico o comisario, “el que se mueve, no sale en la foto”, diría el líder eterno de la CTM (Confederación de Trabajadores de México), Fidel Velázquez, uno de los brazos sectorizados del partido, que junto a otros, la CNC (Confederación Nacional Campesina), que aglutinaba a campesinos; la CNOP (Confederación Nacional Obrero Popular), que comprendía al sector popular, incluidos profesionistas, transportistas, ganaderos, comerciantes; el FJR (Frente Juvenil Revolucionario), que haría lo propio con los jóvenes y el CIM (Consejo para la Integración de la Mujer), con las mujeres, no había escapatoria, o estabas con ellos o contra ellos.

“La constitución de 1917, había dado al presidente facultades visiblemente superiores a la de los otros dos poderes, particularmente al legislativo (COSÍO, 1973: 22)”. “El presidente gobernaba, era el jefe del Estado, el jefe militar, el rector de la economía y el otorgador de todos los cargos, tanto de la administración pública como de elección popular (CASANOVA, 2008, p.54)”. Así, en torno a dos instituciones políticas, la presidencia y el partido de la revolución, dentro de un esquema de funcionalidad corporativa, se desarrollaron las demás (y todas las) instituciones del sistema político mexicano (CASANOVA, 2008, p. 54).

De tal modo, el autoritarismo de México fue “oficial” y hasta necesario. O estabas con el presidente, o estabas contra él. El entramado político no daba para estar fuera de la “foto” y si lo estabas, “no salías”. Partidos de oposición que nacieron y fueron “aceptados” por el sistema, servían sólo para su legalidad, que no para su legitimación, pero sin ningún riesgo de competirle.

Elecciones iban y venían, “soltando” estratégicamente las posiciones que consideraban pertinentes para seguir siendo la dictadura perfecta. “Por un sexenio el presidente gozaba de un poder



absoluto. El que entraba, le debía el puesto al que salía. El que salía se iba impune e inmune. Solo una regla debía ser cumplida: no se heredaba a familia carnal, solo a la “familia revolucionaria” (KRAUZE; 1997b., p. 6).

Con todo, en el 2000, se ha de producir la alternancia con la llegada de un partido de “oposición”, el Partido Acción Nacional, que llevará a Vicente Fox al poder, después de más de 70 años de hegemonía priísta. De cualquier modo, la situación no cambió mucho y, aunque lograron mantenerse en el poder en el 2006, para el 2012, llega nuevamente el PRI. En el 2018, un presidente que se dijo opositor y anti-tecnócrata, de izquierda, llega al poder, arropado por un partido, el Movimiento de Regeneración Nacional (morena) que el conformó, triunfando en casi todo el territorio nacional, como en la era anterior, desde las gubernaturas a las presidencias municipales.

Los “regímenes híbridos”

Los regímenes híbridos, no son propios o exclusivos de Morlino (2008), como el mismo señala:

Finer (1970: 44-531) fue uno de los primeros en señalar la existencia de las *democracias façade* o *semidemocracias* para indicar regímenes que ya no son autoritarios, pero tampoco democráticos todavía, no obstante, tienen instituciones que son recurrentes en las democracias, tales como una carta constitucional y elecciones, pero donde la primera no está realmente implementada y las segundas están enormemente constreñidas. Otros autores tales como Rouquié (1975) y O’Donnel y Schmitter (1986), que tenían conocimientos de la experiencia española y estuvieron trabajando en países latinoamericanos, nombraron el fenómeno de casos ambiguos como *dictablandas* y *democraduras*. De este modo, la noción de regímenes híbridos ha estado presente en la literatura de ciencia política clásica por años (MORLINO, 2008, p. 87).

Ahora bien, para él, sin embargo, es necesario desenmarañar los casos de fases de transición de regímenes híbridos *stricto sensu*, donde se tiene que tomar en cuenta el alcance de la estabilización lograda. Al mismo tiempo es importante captar las ambigüedades y la imprecisión de los regímenes, en los cuales coexisten tanto las características de democracia como de autoritarismo y, en este sentido, considerar el pasado institucional que es tan importante para éstos (MORLINO, 2008, p. 102).

Si éste es el caso, señala, es necesario plantearse dos preguntas: 1) ¿Existen realmente casos de regímenes híbridos o la realidad aborta casos de transición, como podría sonar más razonable? 2) Si hay en realidad regímenes híbridos, así como fases de transición, ¿cómo se caracterizan uno y el otro? En otras palabras, ¿es posible elaborar una tipología de regímenes híbridos y distinguir las características recurrentes de las fases de transición? (p. buena 102).

Es ahí donde va a considerar los años o el aspecto temporal. “se asume que nos enfrentamos a un periodo de transición cuando la evaluación de *Freedom House* en el parámetro “parcialmente libre” es asignada por más de dos años pero por menos de un decenio; que hay un régimen en el sentido apropiado cuando el mismo arreglo político –o uno parecido– ha durado 10 años o más en la lista de países considerados como híbridos (MORLINO, 2008, p. 103); en este sentido, el autor va a considerar a Brasil como en transición, en tanto a México, como un híbrido en transición; de antemano para Brasil, señala que antes de completar los 10 años considerados (9), se volvió democrático, pero México, no (MORLINO, 2008, p. 104-105).

Con todo, está claro que hay dos condiciones para considerar un régimen híbrido, 1) que los requisitos señalados, esto es, voto universal, elecciones libres, más de un partido y fuentes alternativas diversas, 2) por 10 años (o más), o dos periodos gubernamentales, no hayan conseguido obtenerlos. No obstante, señalábamos, ¿qué pasa con aquéllos que, de acuerdo a los arreglos institucionales señalados, los cumplen, pero a todas luces no son democráticos, ni siquiera en el plano procedimental?, como fue el caso mexicano, que confundió a propios y extraños y, del propio Brasil, que a lo más que se llega a considerar, es un régimen en una democracia defectuosa (*The Economist*, 2022).

Por lo que es importante, ahondar y aclarar más en la definición; si Almond y Verba (1970), no generaron una categorización para las democracias que no consideraban como tales, es bajo este concepto y temporalidad que podemos hacerlo, pero agregando su cualidad cultural política, como el propio Morlino (2008) lo consciente al referir las causas que podían ocasionarlos, pero, sin decir en qué medida y bajo que rasgos y características.

Lo que propone el estudio, es precisamente juntar a ambos y, coincidir a México y Brasil, en una condición híbrida, aún y por las propias consideraciones del autor (MORLINO, 2008), y demostrar que ambos, entrañan una política parroquial y a lo más de súbdito. A menos que se proponga otra definición.

El método

Se pretende dimensionar y comprobar, esa condición cultural política y, su situación híbrida, haciendo un análisis de su cultura política, además de las instituciones y las élites de poder, que son propios de la valoración de la cultura política.

Se utilizarán datos bajo la siguiente lógica, observar, si efectivamente la cultura política de los brasileños y mexicanos, bajo la concepción de Almond y Verba (1970), es parroquial o súbdita, y



si las instituciones, en el mismo tenor, son valoradas y aceptadas, o no, democráticamente, frente a otras, que no necesariamente forman parte del entramado democrático, y que se reconocen como élites de poder, la iglesia, la milicia, las empresas e incluso el narcotráfico.

Afortunadamente, en los años recientes, organismos como Latinobarómetro, han recabado información sobre estos aspectos en el ámbito latinoamericano, lo que nos ayudará sustantivamente en la información.

Los datos que se presentan abarcarán desde 1995 y hasta el 2018, con lo que, en suma, comprenderán el periodo de tiempo necesario y significativo. Se aclara y reitera, que el trabajo no pretende un análisis comparado, sino solamente comparativo de ambas naciones, frente a las variables analizadas. Por lo que cada caso se leerá de manera independiente y por separado.

El estudio

1. Cultura política

La cultura política se dimensiona primeramente con datos sobre el orgullo de pertenencia (con datos de muy y bastante); la importancia de aumentar la participación ciudadana (con datos de muy importante); su punto de vista sobre si consideran que puede funcionar la democracia sin partidos (con datos de afirmación); si la pobreza ha aumentado en los últimos años (con datos de mucho, en los últimos 5 años); la inseguridad, particularmente el narcotráfico o crimen organizado (con datos de mucho, en los últimos 5 años); la corrupción (con datos de mucho, en los últimos 5 años); el empleo (con datos de mucho, en los últimos 5 años).

Posteriormente, se conocerá la opinión niveles de capacidad política (saber político, Edeza, 2017) o conocimiento político (Almond y Verba, 1970): si siguen las noticias con frecuencia (con datos de muy y frecuentemente); si hablan de política con sus familiares y amigos o compañeros de trabajo (con datos de muy y frecuentemente); si identifican o tienen conocimiento sobre el uso de los términos izquierda y derecha (con datos de si ha escuchado hablar de los términos izquierda/derecha); la información o conocimiento que tienen o retienen (ha leído o escuchado sobre la Unión Europea); (ha leído o escuchado sobre la ONU).

En la parte afectiva, se indagará sobre si se interesan o no en la política (con datos de muy y algo); si participan o militan en algún partido político (no simpatiza o milita con partidos políticos); si se manifiestan o asisten a manifestaciones (asiste a manifestaciones); si consideran que la política es complicada (política es complicada); y si creen que votando habrá diferencia (dependiendo de

cómo se vote hará diferencia).

La evaluación con su apoyo y satisfacción con la democracia (apoyo de: apoyo a la democracia, satisfacción con la democracia); con el gobierno (apoyo al gobierno, satisfacción con el gobierno); sobre si consideran que la democracia soluciona problemas (democracia no soluciona problemas); y si las elecciones son limpias (elecciones limpias).

2. Instituciones

Las instituciones serán medidas y analizadas con datos primeramente sobre su confianza el gobierno (confianza en el gobierno sumando mucho y algo); en los partidos políticos (confianza en partidos políticos sumando mucho y algo); en los diputados o poder legislativo (confianza en diputados sumando mucho y algo); en la milicia (confianza en militares sumando mucho y algo); la iglesia (confianza en la iglesia sumando mucha y algo de confianza); y los empresarios (confianza en los empresarios sumando mucho y algo).

3. Élités de poder

Finalmente, las élites de poder, con datos respecto a el poder de los sindicatos (poder de sindicatos); del sector externo (poder sector externo (otros países o transnacionales); de las empresas (poder empresas); de los militares (poderes militares); de los empresarios (poder empresarios); el poder real del gobierno (poder del gobierno); y el narcotráfico (poder del narcotráfico); así como algunos grupos de presión u organismos no gubernamentales.

Los resultados

A) Cultura política

Se presentan, en primer lugar, las condiciones de la cultura política (Tabla 1). A pesar de que más del 70% de los mexicanos y brasileños consideran que la pobreza ha aumentado, que la inseguridad ha aumentado y la corrupción ha aumentado en los últimos años, están muy orgullosos de ser de su país, con niveles que promedian el 80%, solo el 30% considera importante aumentar la participación ciudadana no obstante apenas un porcentaje similar considera que puede funcionar la democracia sin partidos. Un 45% sigue las noticias por televisión, un 35% en promedio habla de

ella en México y, en Brasil, todavía más menores con un 40% que sigue las noticias y apenas un 20% que habla de ellas. Un 60% dice saber lo que es izquierda y derecha, un 30% identifica lo que es la Unión Europea (UE), pero el 60% la ONU (Organización de las Naciones Unidas). Para Brasil estos números son similares, aunque identifican en mayor medida que los mexicanos la UE (Unión Europea). El 40% no simpatiza con partidos en México, y a partir del 2000, este porcentaje creció por encima del 70%, apenas el 30% dice interesarle la política y el 20% asiste a manifestaciones. En Brasil estas cifras son más significativas ya que más del 70% no simpatiza o milita en un partido específico, un 20% dice interesarle la política y un 30% asiste a manifestaciones. El 50% de los mexicanos dice que la política es complicada, no obstante, un porcentaje similar reconoce que dependiendo de cómo se vote habrá diferencia. Con los brasileños más del 60% reconoce que la política es complicada pero también un porcentaje similar reconoce que dependiendo como se vote habrá diferencia.

El apoyo a la democracia ronda el 50% para el caso de los mexicanos, aunque apenas un 20% en promedio dice estar satisfecho con ella. El gobierno es todavía menor evaluado con promedios de 20 a 25% de apoyo, salvo 2005 y 2010, donde alcanzó niveles del 50% en promedio, aunque la satisfacción apenas llegó al 20% para el 2017. En el caso de Brasil las cifras son similares, aunque un poco menores, un 40% que apoya a la democracia, un 20% que está satisfecha con ella, salvo en el 2010 también, que alcanzó un 48%, pero el gobierno con apoyos promedios de 20% y satisfacciones de apenas un 5.5% en el 2017. El 40% en México considera que la democracia no soluciona problemas y apenas un 20% en promedio considera que las elecciones son limpias, cifras similares suceden en Brasil.

Tabla 1: Cultura política 1996-2018: México y Brasil (%)

AÑO/ VAR		1995	1996	1997	1998	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2013	2015	2016	2017	2018
MEX																						
CP	OR	83.70	83.50	73.84		84.40	23.14	88.40	88.91	88.30	85.33	88.50			86.50							
	AP	18.70	27.30		30.80												31.80					
	DS	38.40		34.30		29.30	35.40	39.80			41.70	31.90		37.90	30.40	32.20	39.50	45.25				
	PB	69.15	82.40	51.00	63.70	50.20											42.00					
	NA	58.00	70.10	50.95	50.10	52.40																
	CA	61.10	75.80	55.65	58.00	55.70	58.90	61.10													60.66	
	EA	5.60		9.10	10.60		1.70															
CN	NP	41.20	48.30	51.60	44.50	44.20										82.83						
	HP	31.00	35.00	41.10	31.90	35.80					42.70	24.90				44.16				30.83		
	ID	61.60																				
	IN (UE) (ONU)	32.10 69.40	42.90 75.60	30.01	30.20	33.30					69.30		13.90							45.25	47.08	
PA	NS	46.80	45.60	34.80		63.50			56.66		80.40					52.30	54.60	76.16	65.27			
	IP	31.60	32.70	41.30	32.20	40.70	46.8		42.74	44.00	48.40				27.90	23.90		29.91				
	AM	31.60	14.70		19.40	11.70		19.6			22.70	10.40	14.70	11.70				21.16	35.50			
AP	DE	49.30	53.10	51.70	50.70	45.00					58.60	54.00	51.90	43.20		48.70	39.60	65.75	48.41	46.00	37.7	37.83
	GO		23.50	30.70	28.20						41.30	46.30			33.8	58.90		46.33	2.93	17.08		18.08
EV	SD	22.30	11.60	45.60	21.10	36.50	26.00	17.70	18.07		23.90	41.30	41.30	23.20	28.00	26.80	22.70	21.41	18.75	26.50	17.80	15.66
	SG																59.40				19.70	
	DN	42.90						51.60			40.40	54.00		36.40	50.20						45.16	
	EL	12.00	12.70	38.70	28.10	6.30		17.90	11.91	23.20	22.20	39.00	39.90		22.60			31.66	26.41			
	PC	52.70									52.20					53.60	52.20	53.33	50.33			
	DV	48.90	46.50	58.37	48.50	12.40			48.91	47.50	64.40								66.41	43.83		
BRA																						
CP	OR	77.91	72.60	79.72		83.40	80.60	83.00	86.10	88.40	85.10	88.10			89.30							
	AP	22.00	33.60		23.3												33.10					
	DS	47.41		37.56		35.60	40.50	31.80			42.40	35.20				38.70	38.50	41.10	34.10			
	PB	58.00	76.90	68.73	75.70	77.40																
	NA	68.00	86.80	89.91	90.80	87.80																
	CA	58.83	79.70	80.61	83.40	85.30	84.80	77.90													78.00	
CN	NP	29.08	46.50	33.26		44.30										70.51						
	HP	22.58	26.10	19.68		29.60			33.00		30.50	26.10	23.20			54.06				42.96		
	ID	64.00				83.00																
	IN (UE) (ONU)	34.58 60.91	54.80 80.30	35.76	42.20	42.10	84.60				54.10									65.44	60.00	65.44
PA	NS	65.08	63.00	70.32		27.20			65.40		80.50					68.70	28.20	80.00	75.44			
	IP	19.50	22.50	24.27	29.80	25.50	21.00		25.50	23.20	23.50			20.90	28.50	34.30		27.80				
	AM	27.08	48.88		22.40	23.30		24.60	11.80			10.40	14.00	16.70				39.70	12.24			
AP	DE	41.00	49.90	49.95	47.60	38.20		45.10			37.00				55.10	53.70	44.90	48.50	54.40	32.40	42.60	33.88
	GO		24.07	19.18							47.40	47.10	34.10	42.40		46.60		56.10	29.04	13.00		5.56
EV	SD	29.50	20.37	22.97	26.80	19.20		20.70	28.00	27.50	21.60	46.00	30.20	38.00	43.60	48.50	36.90	26.00	20.96	9.60	12.80	8.72
	SG																67.40				5.50	
	DN	44.58	26.57	15.04	32.30	16.50		28.70			46.60	39.90		34.70	41.40			27.40	30.72	23.20		
	EL	24.50									26.10				45.50	50.70	53.70	53.50	58.24			
	PC	64.16	61.29	55.50	59.60	33.30			58.50	59.10	59.80								80.80	54.50		
	DV	50.00									63.70											

Fuente: Latinobarómetro, 1995-2018

INTERPRETACIONES: **Mex:** México; **Bra:** Brasil.; **CP:** cultura política: **OR:** orgullo de ser del país muy y bastante; **AP:** importancia de aumentar participación de los ciudadanos; **DS:** puede funcionar la democracia sin partidos; **PB:** pobreza ha aumentado mucho en los últimos 5 años; **NA:** narcotráfico ha aumentado mucho; **CA:** corrupción ha aumentado mucho; **EA:** empleo mejorará mucho; **CN:** conocimiento: **NP:** sigue noticias políticas muy y frecuente; **HP:** habla de política muy y frecuente; **ID:** ha escuchado hablar términos izquierda/derecha; **IN:** información; **UE:** leído o escuchado sobre la Unión Europea; **ONU:** ha leído o escuchado sobre la ONU; **PA:** participación: **NS:** no simpatiza o milita con partido político; **IP:** interesado en la política muy y algo; **AM:** asiste a manifestaciones; **AP:** apoyo: **DE:** apoyo a la democracia; **GO:** apoyo al gobierno; **EV:** evaluación: **SD:** satisfacción con la democracia sumando muy y satisfecho; **SG:** satisfacción con el gobierno; **DN:** democracia no soluciona problemas; **EL:** elecciones limpias; **PC:** política es complicada; **DV:** dependiendo de cómo se vote hará diferencia.

B) Instituciones

Respecto a las instituciones (Tabla 2), la confianza en las instituciones (directas) que deben sostener la democracia, gobierno, partidos y legisladores, apenas alcanzan niveles del 30% en sus mejores números, estando irónicamente la iglesia, la milicia y los empresarios (instituciones indirectas), en ese orden, por encima de ellas, con más del 70% para la iglesia y más del 50% para los dos últimos; en Brasil, los militares alcanzan más del 60%. Sin olvidar que hasta hace apenas 30 años comandaban el poder.

Tabla 2: Instituciones 1996-2018: México-Brasil, con base en Latinobarómetro

AÑO/ VAR		1995	1996	1997	1998	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2013	2015	2016	2017	2018
MEX																						
INT																						
DD	CG	33.90	17.50			44.70	32.10	19.00		19.90	31.40	46.70	46.30	36.10	33.70	34.10	31.20	33.66	30.08	28.41	14.9	
	CP	39.00	17.80	31.10	33.50	35.40	21.20	12.10		13.70	20.20		29.10	55.10		18.60	17.50	22.41	15.83	20.58	8.7	11.00
	CD	39.20	21.70	34.02	34.80	35.40	25.60	24.10	20.83	23.10	34.00					27.50	27.80	28.50	24.33	22.16	21.4	22.41
ID	CM	50.30	39.90	44.07	38.00	50.90	38.30	42.00	39.58	42.80	54.20		64.30	64.30	82.70	55.20	54.90	62.00	58.91	59.50	51.0	48.83
	CI	73.50	71.20	65.79	77.20	75.10	54.30	52.90	47.82	49.40	53.50	73.40	75.20	64.80	65.00	65.60	63.00	63.91	62.16	55.00	58.1	57.25
	CE	52.50	31.50				34.70	29.20	52.07	37.20	41.10		45.60	34.90	31.30	32.60	29.00		35.50			
BRA																						
INT																						
DD	CG	30.91	24.35		41.10	24.30	30.80	24.00	42.50	39.30	36.70	47.10	34.70	37.10	47.00	55.00	39.40	38.60		9.40	8.10	
	CP	17.00	16.20	17.98	19.60	12.40	20.00	12.40	15.60	22.50	15.60	31.50	16.00	20.30	20.40	24.00	15.80	20.90	10.16	5.30	6.70	6.22
	CD	26.00	19.72	27.37	22.80	18.20	23.20	24.80	28.40	34.80	26.30					43.70	30.50	28.30	18.56	12.90	10.70	12.29
ID	CM	58.66	63.33	59.04	51.60	58.20	53.00	60.80	54.40	60.70	60.70	66.90	67.20	87.20	61.30	63.30	63.00	47.00	53.68	55.10	50.10	57.89
	CI	73.83	69.72	67.83	74.70	71.70	74.00	74.20	75.10	82.30	75.60	80.90	80.00	93.00	76.30	80.40	75.90	78.10	70.88	70.50	69.10	72.59
	CE	38.33	40.27				31.50	32.40	42.20	48.20	40.00		40.80	46.70	44.30	48.90	43.40		42.32			

Fuente: Latinobarómetro, 1995-2018

INTERPRETACIONES: **Mex:** México; **Bra:** Brasil; **INT:** instituciones; **DD:** directas: CG: confianza en el gobierno sumando mucho y algo; CP: confianza en partidos políticos sumando mucho y algo; CD: confianza en diputados sumando mucho y algo; **ID:** indirectas; CM: confianza en militares sumando mucho y algo; CI: confianza en la iglesia sumando mucha y algo de confianza; CE: confianza en los empresarios sumando mucho y algo.

C) Élités de poder

Respecto a las élites de poder, presentados los datos en la tabla 3, ambas naciones consideran el poder de las empresas, sobre todo transnacionales y, de la milicia, por encima del gobierno, éste último con niveles de apenas 10% para México y menos del 5% para Brasil. Otras élites consideradas fueron los sindicatos, que son más significativos para el caso mexicano, con niveles del 15% en promedio, recordemos también que México vivió en el siglo pasado una etapa significativamente sindical.

Tabla 3: Élités de poder 1996-2018: México-Brasil, con base en Latinobarómetro

AÑO/ VAR		1995	1996	1997	1998	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2013	2015	2016	2017	2018
MEX																						
EP																						
FR	PS	12.80	8.80	15.92	9.60	10.30	9.40	SD	SD	13.00	SD	18.30	SD	SD	SD	15.08	SD	SD	29.91			26.58
	PX	2.20	3.10	2.26	1.30	4.50	3.60					SD				34.66						
	PE	36.10	29.40	32.94	30.40	29.60	40.60			36.50	SD	33.50										
	PM	24.90	14.00	28.23	19.10	17.20	16.40			5.50	9.20	18.90										
	PG	4.60	17.40	2.08	7.70	10.20	6.10			29.33		64.90										
IF	PN	SD	SD	SD	SD	SD	SD	SD	SD	SD	SD	SD	SD	SD	SD	SD	SD	SD	SD	SD	SD	SD
BRA																						
EP																						
FO	PS	7.08	3.88	3.79	4.70	4.70	6.60		6.90	7.10		13.30				10.71			34.00			32.30
	PX	5.25	7.12	5.69	4.80	4.00	4.20									42.02						
	PE	38.00	45.27	42.25	35.70	34.20	26.40		39.30	41.10		38.90										
	PM	21.75	15.74	19.78	20.60	16.40	18.00		13.40	11.50		27.70										
	PG	5.00	3.79	4.29	0.60	1.60	2.90		3.60	4.40		49.10										
IF	PN	SD	SD	SD	SD	SD	SD	SD	SD	SD	SD	SD	SD	SD	SD	SD	SD	SD	SD	SD	SD	SD

Fuente: Latinobarómetro, 1995-2018

INTERPRETACIONES: **Mex:** México; **Bra:** Brasil. **Ep:** elites políticas; **FO:** formales; **PS:** poder de sindicatos; **PX:** poder sector externo (otros países o transnacionales); **PE:** poder empresas; **PM:** poder militares; **PE:** poder empresarios; **PG:** poder gobierno; **IF:** informales; **PN:** poder del narcotráfico.

Conclusiones

Se dejó claro, que lo que se pretendió con este estudio, era tratar de encontrar y relacionar la conceptualización de Morlino (2008) sobre regímenes híbridos, con la consideración cultural de Almond y Verba (1970), sobre los países no democráticos, en un intento de coadyuvar en su definición y tratamiento.

Esto es, independientemente de la temporalidad y de contar o no, con los arreglos institucionales que Morlino considera, se agrega, la necesidad de contener una población políticamente cultural participativa o participante (ALMOND Y VERBA, 1970), para que las democracias sobrevivan.

Por lo que un régimen híbrido, será aquel, que de acuerdo con Morlino (2008), por 10 años o más o, dos periodos gubernamentales, no ha logrado conseguir y afianzar, los arreglos mínimos institucionales, como: voto universal, femenino y masculino; elecciones libres y competitivas; más de un partido político; y, fuentes alternativas de información y, presentan, una población en su mayoría parroquial o súbdita, bajo las consideraciones culturalistas de Almond y Verba (1970). Salvo que se acepte otra definición.

En el caso que nos ocupa, fue en claro, que tanto México como Brasil son regímenes híbridos, ya que han quedado “atorados” o entrapados en una posición intermedia entre un autoritarismo real y una democracia verdadera; y con una población efectivamente parroquial o súbdita. Aunque se considere que en los dos países hubo una transición hacia la democracia hace más de tres décadas, no hubo un cambio de la cultura política para desarrollarse una cultura participativa o una cultura cívica.

Del mismo modo, que ha sido la cultura y el legado histórico de ambos, que les ha propiciado esta situación, pero, que ciertamente es capaz de superarse, si se atienden las consideraciones advertidas, no solo de arreglos institucionales, sino de la generación y provocación de una población cívica o participativa.

La otra opción, es quedarnos solo con la definición institucionalista, y consentir, que Brasil es democrático, en tanto que México, un régimen híbrido en transición permanente.

Referencias

ACEMOGLU, D., *Por qué fracasan los países. Los orígenes del poder, la prosperidad y la pobreza*, Madrid, España, Deusto ediciones, 2012.

ALCÁNTARA, Manuel, “La calidad del liderazgo político en países andinos”, en: Conferencias Magistrales, Partidos Políticos y Calidad de la Democracia. Seminario Internacional, México, IFE, 2008.

ALMOND, Gabriel y Sidney Verba, *La cultura cívica. Estudio sobre la participación política democrática en cinco naciones* (1.a ed.), Madrid, España, Fundación FOESA, 1970.

BARREDA, Michael, “Accountability y calidad de la democracia en América Latina: un análisis comparado”, en: Congreso de la Asociación de Estudios Latinoamericanos, Canadá, 2010.

BOBBIO, N., *La teoría de las formas de gobierno en la historia del pensamiento político* (2.a ed., Vol. 1), México, FCE, 1976.

BURBANO de Lara, F., “Antología Democracia, gobernabilidad y cultura política”, 2003, Recuperado de <http://www.flacso.org.ec/docs/antdemocracia.pdf>

CARPIZO, Jorge, *El presidencialismo mexicano*, México, Siglo XXI, 1978.

CASANOVA, Francisco Álvarez, (2008), “De la presidencia imperial al presidencialismo acotado” México, UNAM, 2008. Disponible en: <http://www.journals.unam.mx/index.php/multidisciplina/article/view/27668>>

COSIO Villegas, Daniel, *El sistema político mexicano*, México, Cuadernos de Joaquín Mortiz, 1973.

DAHL, R., *La democracia. Una guía para los ciudadanos*, Madrid, Taurus, 1999.

DAHL, R., *La poliarquía. Participación y oposición*, Madrid, Tecnos, 2009.

DURAND, Víctor Manuel, *Ciudadanía y cultura política. México 1993-2001*, México, Siglo XXI Editores, 2004.

DIAMOND, Larry y Leonardo Morlino, “The quality of democracy: an overview. Journal of democracy”, v. 15, n. 4, 2004

FAORO, Raymundo, *Os donos do poder-formação do patronato político brasileiro*, Porto Alegre, ED. GLOBO, 1975.

- FAUSTO, B. (Org.), *História geral da civilização brasileira. O Brasil Republicano*, São Paulo, Difel, 1985.
- FERRAOLI, L., *Los fundamentos de los derechos fundamentales*, Madrid, Taurus, 2001.
- GILAS, Karolina Mónica, “Un estudio de la calidad de la democracia mexicana”, Biblioteca Jurídica Virtual del Instituto de Investigaciones Jurídicas de la UNAM, México, D.F., UNAM, 2012
- GONZÁLEZ, Rodrigo Stumpf y RODRIGUEZ EDEZA, Manuel Ángel Edeza, “Constreñimientos a la reforma política en Brasil y México: el rol de la Cultura Política”, agosto de 2016, Consejo Europeo de Investigaciones Sociales de América Latina (CEISAL), 2016.
- HABERMAS, J., *Facticidad y validez. Sobre el derecho y el Estado democrático de derecho en términos de teoría del discurso*, Madrid, Trotta, 1998.
- HODGSON, G., “¿Qué son las Instituciones?” Revista CS, n. 8, pp. 17 – 53, 2011.
- INGLEHART, R., *Modernización y postmodernización: el cambio cultural, económico y político en 43 sociedades*, Madrid, CIS/Siglo XXI, 2001.
- KRAUZE, Enrique, *Biografía del poder*, México, Tusquets, 1997.
- KRAUZE, Enrique, *La presidencia imperial*, México, Tusquets, 1997b.
- LIPSET, Seymour Martín, *Political man The social bases of politics*, Facsimile Publisher, 1960, 2015.
- LANE, Robert E., *Political Life: Why and How People Get Involved in Politics*, Macmillan Pub Co, 1965
- LEAL, Victor Nunes, *Coronelismo, enxada e voto*, São Paulo, Editora Companhia das Letras, 2012.
- LUCAS V., P., *Principios de ciencia política*, Madrid, Tecnos, t 1, 1977.
- LUQUE Brazan, J. C., *Transnacionalismo, migración, ciudadanía y democracia: una aproximación teórica*, en Colegio de Michoacán (Ed.), *Democracia, cultura política y ciudadanía en el México de hoy* (2da edición ed.), 2014, Recuperado de <http://www.librosoa.unam.mx/handle/123456789/2313>
- MARX, K., *Contribución a la crítica de la economía política*, Madrid, Biblioteca Nueva, 1864, 2010.
- MITCHELS, Robert, *Los partidos políticos. Un estudio sociológico de las tendencias oligárquicas de la democracia moderna*, Amorrortu editores, 2008.
- MEISEL, James, *El mito de la clase Gobernante, Gaetano Mosca y la élite*, Amorrortu Editores, Buenos Aires, Argentina, Amorrortu editores, 1975.
- MORLINO, Leonardo, *Cambios hacia la democracia: Actores, estructuras, procesos, México*, Siglo XXI editores, 2008.
- MORLINO, Leonardo, “Calidad democrática entre líderes y partidos”, en: Conferencias Magistrales, Partidos políticos y Calidad de la Democracia, Seminario Internacional, México, IFE, 2008.
- RAMÍREZ N, Alfredo, “Democracia y élites”, El Heraldo, May 19, 2019. Opinión en:

<https://www.elheraldo.co/columnas-de-opinion/alfredo-ramirez-nardiz/democracia-y-elites-633246>

NORTH, Douglass, *Instituciones, cambio institucional y desempeño económico*, México, FCE, 1993.

ORTIZ, R., “Institucionalismo y sistemas de gobierno en América Latina: La Escuela de Heidelberg y su enfoque histórico-empírico”. 53-65, México. Universidad Nacional Autónoma de México, 2005.

PARETO, *Les systémes socialistes (1902-1903)*, 4.a ed., Ginebra, Droz. 1978.

PARETO, *Les systémes socialistes*, págs. 60-61: 1848, Manifiesto Comunista), 1848.

PAZ, Octavio, *Posdata*, México, Siglo XXI, 1970.

PRATS, J., “El desarrollo posible, las instituciones necesarias”. Revista *Gobernanza #47: Asociación Internacional para la Gobernanza, la Ciudadanía y la Empresa*, 2003.

RIVAS, J., “El Neoinstitucionalismo y la Revalorización de las Instituciones”, *Reflexión Política*, vol. 5, n. 9: Universidad Autónoma de Bucaramanga, 37 – 46, 2003.

RODRÍGUEZ-EDEZA, Manuel Ángel, “Una nueva forma de medir la calidad de la democracia: la democracia legal o constitucional”, *Brasil, Debates*, vo. 12, n.1, p. 61-86, 2018.

SARTORI, G., *Democrazia e definizioni*, Bolonia, Il Mulino, 1969.

SARTORI, Giovanni, *Partidos y sistemas de partidos*, Madrid, Alianza, 1980.

SCHMITTER, P. C. y Karl, T., “What Democracy is and is Not”, en L. Diamond y M. Plattner (eds.), *The Global Resurgence of Democracy*, (pp. 39-52), Baltimore, Johns Hopkins University Press, 1993.

SHUMPETER, J., *Capitalismo, socialismo y democracia*, Barcelona, Orbis, 1942.

VARGAS, M. V., “Encuentro Vuelta. Siglo XX: La experiencia de la libertad”, 1990, en: <https://www.youtube.com/watch?v=G-5aq86kylI>

Sitios Web:

<https://www.eiu.com/>

<https://freedomhouse.org/>

<https://www.latinobarometro.org/>



Manuel Ángel Rodríguez Edeza

Doctor en Ciencias Sociales, Universidad Autónoma de Occidente

Rodrigo Stumpf Gonzalez

Doctor en Ciencia Política, Universidad Federal de Rio Grande del Sur.

Alma Mayrén Martínez Pérez

Estudiante de la Maestría en Gestión y Política Pública, Universidad Autónoma de Occidente

**EDITORA E GRÁFICA DA FURG
CAMPUS CARREIROS
CEP 96203 900
editora@furg.br**

